MENÇÃO HONROSA
SIICUSP 2001

Inventário DEOPS 14

Eduardo Góes de Castro

Os "Quebra-santos"

Anticlericalismo e repressão pelo DEOPS/SP

HUMANITAS

Eduardo Góes de Castro

OS "QUEBRA-SANTOS"
Anticlericalismo e repressão pelo DEOPS/SP

2007

HUMANITAS

AGRADECIMENTOS

Este inventário, resultado dos dois últimos anos de trabalho, só foi possível de ser realizado pela participação de algumas pessoas e instituições que, com seu auxílio oportuno, nortearam o árduo caminho de construção desta publicação. Agradeço, em primeiro lugar, à Profª. Drª. Maria Luiza Tucci Carneiro que, além de acreditar, desde o princípio, na minha capacidade de desenvolver um projeto de iniciação científica, soube, em todos os momentos, ser crítica e incentivadora. Sua dedicação à pesquisa é simplesmente cativante.

Agradeço à FAPESP pelo financiamento da pesquisa e da viagem ao Rio Grande do Sul, além da orientação no meu amadurecimento como pesquisador.

À comissão julgadora do 11° Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP (SIICUSP), agradeço a premiação deste trabalho com a *Menção Honrosa* em 2003.

Agradeço ao Prof. Dr. Augustin Wernet que, apesar de sua atribulada agenda de publicações, gentilmente dedicou-se à produção do prefácio deste trabalho.

Em especial, agradeço aos meus familiares, amigos e alunos que, com sua presteza e paciência, ouviram horas incansáveis de "pregações" e souberam oferecer conselhos pontuais. Aos meus pais, Rubens e Sandra, eternos professores, esta publicação só foi possível graças à educação que vocês me proporcionaram. Aos futuros sogros, Norberto e Cláucia, agradeço o incentivo de todas as horas. Aos amigos historiadores Ana Lúcia Adamovicz, Vanessa Bivar e Maurício Ramos, que se dedicaram na leitura dos originais e torceram por este resultado, além da Profª. Drª. Mary Anne Junqueira.

Ao professor e estimado amigo Vanderley Cappeloza, agradeço não só pela acurada revisão final do texto, mas pelo incentivo a minha guinada rumo à História.

Por fim, dedico este trabalho à Luciana, futura esposa, não só pelas inestimáveis horas de auxílio na produção deste livro, digitalização de imagens, revisão do texto etc., mas, em primeiro lugar, pelo sentido que deu a tudo isso. A você, meu amor, mais do que tudo, dedico minha vida.

SUMÁRIO

Parte II

COLEÇÃO INVENTÁRIO DEOPS

A coleção *Inventário DEOPS* é um instrumento de apoio aos pesquisadores interessados em consultar o acervo da Polícia Política do Estado de São Paulo, sob a guarda do Arquivo do Estado. Ao mesmo tempo, esta coleção abre espaço para a divulgação das pesquisas desenvolvidas pelos alunos de graduação do Departamento de História/FFLCH e do Departamento de Jornalismo e Editoração/ECA. Como monitores-bolsistas do Projeto Temático FAPESP *Inventário DEOPS*, estes alunos integraram a equipe do *PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP* que, no ano de 2006, completa dez anos de atividades intensivas.

Os projetos executados com base nas fontes arquivadas junto a *Série Prontuários DEOPS,* têm como foco a intolerância étnica e política praticada pelo Estado Republicano entre 1924-1983. Felizmente retomada em parceria com a *Associação Editorial Humanitas,* com auxílio da FAPESP, noca caso dos bolsistas de Iniciação Científica.

O *PROIN – Arquivo do Estado/USP* é, cada vez mais, um exemplo positivo de parceria entre duas instituições publicadas dedicadas à recuperação da memória da repressão e da resistência, à preservação dos Direitos Humanos e à prestação de serviços à comunidade. Desde a sua criação em 1996, o *PROIN* reafirmou seus propósitos de atender aos consulentes do Fundo *DEOPS* e, em especial, de formar historiadores em nível de excelência em sua "Oficina de História". Assim, a coleção *Inventários DEOPS* pode ser considerada produto dessa proposta acadêmica que tem sua continuidade na execução de teses de Doutorado e dissertações de Mestrado em História Social. Estes estudos – fundamentados nos Inventários – são publicados na coleção *Histórias da Repressão da Resistência*, publicada também pela Humanitas Editorial sob a organização da Profª. Drª. Maria Luiza Tucci Carneiro.

A coleção *Inventários DEOPS* conta hoje com catorze títulos publicados, além de outros ainda no prelo. Metodologicamente – e até mesmo com fins didáticos – eles se encontram agrupados em módulos temáticos cujos títulos reproduzem os "rótulos" arquivísticos empregados pela própria Polícia Política. Este conjunto de informações compõe o Banco de Dados – DEOPS, que, enquanto produto do Projeto Temático FAPESP, cumpre com o seu objetivo principal: proporcionar novos conhecimentos para a escrita da História Política do Brasil Contemporâneo. Assim, nossa proposta continua aberta aos novos segmentos de pesquisa relacionados à história dos impressos políticos clandestinos, das mulheres "hereges", das comunidades de estrangeiros radicados no Brasil, dos movimentos negros e feministas etc. Enfim, esta coleção nos permite repensar a dinâmica dos órgãos de repressão que, por meio de seus registros, nos oferecem oportunidades para a reconstituição de uma história de anônimos.

São Paulo, 1 de junho de 2007.

Os coordenadores

Dr. Boris Kossoy
(DJE/ECA – USP)
Dr. Fausto Couto Sobrinho
(Diretor do Arquivo Público do Estado)
Prof[a] Dr[a] Maria Luiza Tucci Carneiro
(FFLCH-USP)

PREFÁCIO

Fenômenos como "Os Quebra-santos", "O Anticlericalismo e sua repressão pelo DEOPS-SP" devem ser colocados num contexto político e cultural mais amplo, de mentalidades e ideologias predominantes que, junto a outros fatores, como a uma etnia, a uma classe, a uma religião e, entre outros, a uma raça, se apresentam como fatores condicionantes e quase insuperáveis de nossa existência como seres sociais e pessoais, seja dos agentes históricos que são objeto da análise histórica, seja daqueles que fazem a análise, ou seja, os historiadores.

O *Inventário DEOPS* – Módulo Religião – é um instrumento valioso de apoio aos historiadores, colocando à sua disposição um conjunto de fragmentos temáticos, cuja relevância é inquestionável, sendo, portanto, de extrema importância, a sua inserção nas cosmovisões conflitantes dos respectivos agentes, elencadas pela documentação muito variada, às vezes dispersa, oriunda das mais diversas regiões do Estado de São Paulo. É a inquestionável necessidade de crítica documental e ideológica.

Em meados do século XIX, percebe-se que havia no Brasil (como no mundo de cultura ocidental católica em geral) uma contínua substituição do tradicional catolicismo luso-brasileiro e da cultura religiosa do catolicismo iluminista/pombalino por um catolicismo predominante nos países centrais da Europa, como na França, na Itália, na Alemanha, na Bélgica e na Holanda. Este catolicismo primou pela absoluta fidelidade ao Papado, que se fortalecia especialmente pela dogmatização da Infalibilidade papal no decorrer do Concílio Vaticano I (1869-1870). Por causa deste processo, fala-se da europeização e da romanização do catolicismo brasileiro. Foi a afirmação do catolicismo ultramontano de tendência antimoderna e conservadora. Os principais agentes desta ruptura na História da Igreja Católica foram os bispos reformadores, as congregações masculinas e femininas que, a partir de 1857, se estabeleceram em grande número no Brasil e, entre outros, as associações religiosas e a militan-

te intelectualidade católica que se identificava com a filosofia neo-escolástica e neo-tomista. O catolicismo ultramontano teve um período de afirmação – 1850 a 1920 – e uma fase de apogeu – 1920 a 1968, encaminhando-se nos anos de pós-guerra para uma fase de crise e declínio, fazendo com que a Igreja sentisse a necessidade de um *aggiornamento*, convocando o Concílio Vaticano II (1962-1965). Na fase áurea, o catolicismo brasileiro assumiu posturas de extrema intransigência e militância e, havendo uma aproximação entre a Igreja e o Estado, as lideranças católicas se engajaram em favor de uma "Restauração", ou seja: a religião da grande maioria dos brasileiros deveria reconquistar um "*status* privilegiado", semelhante à situação no período imperial, em que a religião católica era a oficial do Estado.

Concordamos com as colocações de muitos intelectuais e historiadores que afirmam: ao período da afirmação do catolicismo ultramontano sucedeu, a partir de 1920, um outro em que a Igreja Católica reconquistou os seus direitos e sua presença marcante na sociedade civil com ampla proteção e privilégios nos círculos governamentais. Contribuíram para isso lideranças no episcopado, com destaque para Dom Sebastião Leme – Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro – e, em nível da Igreja Universal, a orientação dada pelo papa Pio XI (1922-1939).

Para afirmar e garantir a paz mundial, este papa, na sua encíclica *"Urbi Arcano"*, de 1922, indicou como meio eficaz *restaurare omnia in Christo*, ou seja, restaurar o reinado de Cristo na sociedade, nas famílias e nos indivíduos. As lideranças católicas do Brasil, empenhando-se nesta orientação, tiveram como meta "restituir o Brasil a Cristo" e "regenerar a sociedade brasileira pela religião católica". Foram vários os eventos que se enquadram nesta orientação, como:

– Atendendo aos desejos de muitos católicos, Pio XI instituiu em fins do Ano Santo de 1925 a Festa Litúrgica do Cristo Rei.

– Pelo Motu Próprio de 16 de julho de 1930, Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi declarada Padroeira Oficial do Brasil.

– Após a chegada do documento de Roma (outubro de 1930), Dom Leme iniciou os preparativos para a celebração do Congresso Mariano no Rio de Janeiro, sendo o seu intuito levar a Imagem original para o Rio de Janeiro e, perante ela, consagrar o Brasil todo à proteção de Nossa Senhora Aparecida. A idéia foi acolhida com entusiasmo por amplos setores políticos e populares e, realmente, a 30 de maio de 1931, às 22 horas, a Imagem foi levada de trem especial no carro de luxo do Presidente da República, transformado em carro-

capela, chegando ao Rio de Janeiro no dia seguinte às 7 horas da manhã. Tanto no percurso como na Capital Federal, a presença e a passagem da Imagem foi um verdadeiro triunfo religioso. O ponto alto foi a proclamação de seu Padroado e a consagração solene de Nossa Senhora como padroeira do povo brasileiro e da Pátria Brasileira, realizada na Explanada do Castelo, com a presença de cerca de um milhão de fiéis, do Presidente da República (Getúlio Vargas) e sua família, de Ministros de Estado e de autoridades civis, militares e eclesiásticas.

– Em 1931 havia a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado – Rio de Janeiro.

– A LEC (Liga Eleitoral Católica), de 1933, e a ACB (Associação Católica Brasileira), de 1935, transformaram os católicos em forças atuantes no cenário político.

Estas posturas das lideranças católicas e sua definida colaboração com o governo de Getúlio Vargas foram amplamente criticadas e rejeitadas pelos oponentes à religião católica. Paralelamente a esta afirmação do catolicismo ultramontano, deu-se uma diversificação da paisagem e das vivências religiosas. A partir de meados do século XIX, houve uma ampla penetração de Igrejas Evangélicas (Protestantes), seja Igrejas do Protestantismo de imigração (Luteranos e Anglicanos), seja de protestantes de missão (Presbiterianos, Metodistas, Adventistas e Pentecostais). As primeiras, quase que exclusivamente, restringiram a sua ação pastoral à assistência religiosa dos respectivos grupos étnicos, ou seja, alemães e ingleses. As segundas, majoritariamente de origem norte-americana, diferentemente, desenvolveram uma atividade missionária que visava a conversão dos brasileiros de religião católica (proselitismo religioso). Este procedimento provocava, por parte dos católicos de mentalidade militante e intransigente, comportamentos de hostilidade, passando muitas vezes, os missionários evangélicos, por situações de perseguição religiosa. Muitos partidários evangélicos de atitude intransigente revidaram, assumindo posturas semelhantes, como foi o caso dos "Quebra-santos" e das explícitas posturas de anticlericalismo.

O procedimento dos representantes do Estado Brasileiro e do Poder Policial foi sempre mais conivente com os agentes do Catolicismo.

A diversificação da paisagem e das vivências religiosas não ficou restrita à ampliação numérica das Igrejas Evangélicas, mas incluía também a maior difusão de religiões não-cristãs e de tendência filosófico-religiosas como o Espiritis-

mo de Allan Kardec, que no Brasil teve mais aceitação de que na sua pátria, a França. Também havia penetração mais definida e aberta do Judaísmo, do Islamismo e do Budismo. Havia também um rompimento explícito entre a Igreja Católica e a Maçonaria, sendo que no período do Catolicismo iluminista, a convivência entre Igreja e Maçonaria era pacífica, sendo inclusive muitos padres membros da Maçonaria.

O caso da rejeição do Comunismo, tido por totalitário, ateu, materialista e antiespiritualista é, até certo grau, diferente. Apesar de todas as rivalidades e hostilidades entre a Igreja Católica e as Igrejas Evangélicas, é indiscutível que todas as Igrejas Cristãs se enquadraram em amplo processo de ocidentalização, sendo a nova expansão missionária ligada à nova expansão colonial. Havia uma identificação entre "civilização cristã", "cultura ocidental" e "mundo livre e democrático", conjunto de valores que seriam negados pelo Comunismo – corrente atéia, materialista, antiespiritualista que negava a identificação entre Deus, Pátria, Religião e Família.

Também contribuíram para as atitudes anti-comunistas da Igreja e do povo católico a ampla divulgação das mensagens de Nossa Senhora por ocasião de sua aparição em Fátima (1917), pedindo orações para a conversão da Rússia comunista e prevendo a sua conversão. Foi muito forte, por meio das camadas populares católicas, a devoção à Nossa Senhora de Fátima.

Os principais envolvidos nos "Quebra-santos" foram os que normalmente são elencados como principais inimigos da fé católica, ou seja:

– Os partidários do Protestantismo – "planta exótica e eterno inimigo de nossa pátria e da nossa raça".

– Os seguidores do Comunismo, corrente atéia e materialista que se preocupa apenas com a terra, bens materiais e pão, enquanto o espiritualismo defende "Deus, Pátria, Família e Religião".

– Os adeptos do Espiritismo – forma de materialismo psíquico, anti-social, anti-religioso e antimoral.

– Os afiliados à Maçonaria, que pretende descristianizar o Brasil, e que é anti-católica e anti-patriótica.

Até a religiosidade do povo simples que, nas suas práticas devocionais se afastava dos procedimentos propostos pelos agentes pastorais do Catolicismo ultramontano, foi alvo de perseguição do Catolicismo institucional, clericalizado e romanizado.

A documentação apresentada neste volume revela a fúria e o fanatismo dos oponentes ao catolicismo que nesta fase histórica passou por um período de elevada clericalização, europeização, romanização e anticomunismo. Não seria difícil juntar uma documentação que mostrasse a intransigência deste catolicismo militante referente aos que foram classificados como "inimigos da fé católica". Este Catolicismo militante, devido à sua força junto à sociedade civil e ao eleitorado, teve amplo apoio e privilegiamento por parte das instituições político-governamentais, destacando-se a figura do político e, por muitos anos, presidente da república: Getúlio Vargas.

Prof. Dr. Augustin Wernet
In Memoriam
Professor Livre-Docente do Departamento
de História da Universidade de São Paulo (USP)

INTRODUÇÃO

Eduardo Góes de Castro[1]

Este inventário tem como objetivo sistematizar a documentação policial produzida sobre os anticlericalistas, cidadãos que, segundo o olhar do Estado brasileiro, combatiam a Igreja Católica. Os grupos anticlericais desenvolveram um discurso específico que expressava a tendência à laicização da sociedade brasileira, católica por tradição. Por conta disso, foram perseguidos e tiveram sua produção censurada.

O título deste trabalho surgiu de uma conversa familiar quando meu avô, Milton Góes, nascido nos anos 30 na cidade de Avaí, no interior paulista, contou-me a história de vida de Agostinho Rodrigues, anticlericalista confesso e velho conhecido seu. Falava ele, às tantas, de como protestantes, judeus, ateus, comunistas, anarquistas, ou seja, toda a sorte de não-católicos era conhecida naquela época: quebra-santos. O mesmo Agostinho Rodrigues figura na série de detidos pela Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) – cujos registros estão hoje sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo. Rodrigues foi indiciado por crime de anarquismo, já que ele era um dos distribuidores no interior do Estado do jornal *A Lanterna*, semanário anticlerical cuja circulação era ilegal. Em suas declarações à polícia, Agostinho afirmava que

---

[1] Bolsista de Iniciação Científica pela FAPESP de março a dezembro de 2002, sob orientação da Prof[a]. Dr[a]. Maria Luiza Tucci Carneiro. Graduado em História pela FFLCH-USP. Premiado no XIV Salão de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no ano de 2002. Integra a equipe do Projeto Integrado (PROIN) Arquivo/Universidade como pesquisador do módulo *Religião*.

só fora preso "pelo fato de ser livre pensador e por protestar todos os dias na porta de Igrejas".[2]

Este registro isolado resultou em uma pesquisa que se refere a outros 135 casos de manifestações anticlericais, oriundas de indivíduos, igrejas ou comitês, registrados desde 1924, quando da abertura do DEOPS,[3] até 1945, ano de deposição do então presidente Getúlio Vargas.[4] Esse material oferece-nos possibilidades de traçar o perfil daqueles que se sentiam incomodados pelo discurso e pelas práticas eclesiásticas, os tais quebra-santos. Foi possível também levantar a hipótese de que o discurso policial, justificando uma prática autoritária do Estado brasileiro, combatia tais manifestações, ainda que dissociadas de qualquer ataque político ao governo. No anticlericalismo manifesto pelos grupos perseguidos fica evidente a rejeição à interferência da Igreja e da religião na vida pública e a afirmação de uma necessária separação entre política e religião. Essas considerações, muitas vezes inspiradas no individualismo liberal, implicavam a redução da Igreja ao direito comum e da religião a um espaço privado. Ao fim, definiam-se pela defesa do princípio de liberdade de consciência.

A palavra anticlerical – surgida na França no século XIX, em correspondência ao agravamento da oposição ao catolicismo ultramontano, infalibilista e temporalista daquele país – passou a constar dos discursos de grupos contrários à ação da Igreja Católica desde o final do Império brasileiro. Nesse momento, tal instituição religiosa perdeu o *status* de religião oficial. Desgastada em suas relações com o Império desde a Questão Religiosa, a Igreja entrou, no século XX, em um regime de igualdade de tratamento com as outras formas de crença, algo garantido ao menos na carta da lei, de inspiração liberal. Tal premissa foi confirmada por meio do Decreto nº. 119-A, de 7 de janeiro de 1890 e estabelecia a separação entre Igreja e Estado.[5] Esta postura tornara-se necessária para o

---

[2] *Pront. 3683 – Agostinho Rodrigues*, DEOPS/SP, APESP.

[3] Utilizaremos nesse trabalho, o gênero masculino para nos referirmos à Delegacia de Ordem Política e Social, pois desde a sua criação em 1924, durante as várias trocas de nome verificadas, prevaleceu na maior parte do tempo a denominação "Departamento de Ordem Política e Social". Cf. Maria Aparecida de Aquino, Marco Aurélio Leme de Mattos e Walter Cruz Swensson Jr. (Org.). *No Coração das Trevas. O DEOPS/SP visto por dentro* (Col. Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro), São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001, p. 19.

[4] Esse foi um corte arbitrário que teve como única intenção facilitar a sistematização dos prontuários.

[5] BEOZZO, 1984, t. III, v. 4, p. 277.

Estado republicano que, para realizar sua missão, não podia deixar de atacar os privilégios da Igreja.[6]

Consumada a separação, a Igreja Católica passou a desenvolver uma campanha em prol dos direitos da "maioria"[7] dos habitantes do país, investindo no ensino. A Igreja considerava uma afronta seu caráter leigo que conflitava com a fé professada pelos alunos e por toda a nação. A luta da Igreja pelo retorno ao poder somente tomou vulto nos anos 20; afinal, o povo continuava com suas práticas religiosas, com suas procissões, devoções e promessas, casando e batizando seus filhos assim que passava o padre.[8]

O registro civil de casamentos,[9] que deveria ser gratuito por lei e preceder a cerimônia religiosa, que sozinha nada valia, tornou-se alvo da polêmica que no início do século não chegou a influenciar os fiéis do interior do país.[10] A questão educacional não atingia a maioria da população, quase inteiramente ausente do sistema escolar, e nem mesmo as elites, interessadas em dar educação religiosa aos filhos. Estas poderiam se valer das escolas particulares, cujo acesso se fazia impossível às camadas pobres da população. Segundo José Oscar Beozzo, as reclamações da Igreja contra o Estado adquiriam, portanto um "caráter mais retórico do que real".[11]

Mesmo assim, foi nesse período que a luta anticlerical ganhou forças no Brasil, por conta de um maior esforço que a Igreja realizaria a partir da década de 20, período conhecido como Renascimento Católico. Nessa época a instituição voltou a exigir os direitos da "maioria". Desta vez, no entanto, o "flerte" com o Estado foi correspondido.

Através de um grupo de intelectuais católicos que fazia suas as causas da Igreja, a década de 20 representa um momento propício para a repercussão das reivindicações católicas junto à opinião pública. Diante da crise vivenciada pelo Estado oligárquico, o discurso oficial sobre a modernidade perdia fôlego. A

---

6 COUTROT, 1996, p. 354.

7 AZEVEDO, 1981, p. 71.

8 BEGA, 2001, p. 303.

9 SCAMPINI, 1978, p. 111.

10 BEOZZO. Op. cit., p. 281.

11 Idem, Ibidem.

ameaça do movimento anarquista através das greves operárias persistia, enquanto o comunismo já havia constituído seu partido em 1922. Na crise de legitimidade que acometeu o Estado oligárquico liberal, a Igreja ofereceu socorro, procurando barganhar uma série de mudanças em suas relações com o poder. Duas figuras despontaram como fundamentais nesse processo: Dom Leme, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, e Jackson Figueiredo, morto em 1928 e substituído por Alceu Amoroso Lima; dois órgãos foram criados: a revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital, espaço de atuação de um grupo de intelectuais que trocaram o catolicismo tradicional e acomodado por um catolicismo militante.

Portanto, a partir da década de 1920, um conjunto de atitudes do clero católico e das classes dirigentes brasileiras indica a crescente aproximação entre Estado e Igreja.[12] No entanto, foi só na década de 30 que se deu a real aproximação política da Igreja com o Estado; a estratégia apropriada para aquele momento era preparar o máximo de concentrações populares a fim de pressionar o governo a atender as reivindicações católicas, impedindo qualquer tendência do governo provisório à esquerda. No ano de 930, um primeiro acontecimento selou a reunião do povo católico num centro interno, quando o papa Pio XI, a pedido do episcopado brasileiro, declarou Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil. A primeira grande concentração católica sob o governo provisório de Getúlio Vargas, deu-se justamente com a chegada da imagem da Virgem ao Rio de Janeiro, momento em que Dom Leme reclamou fim do laicismo da República.[13]

Após o país ter sido consagrado à Virgem da Conceição Aparecida, em 31 de maio de 1931 – quando estiveram presentes na cerimônia o presidente

---

[12] Consta que no final do governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), este, sentindo-se ameaçado por movimentos revolucionários, solicitou a presença de Dom Leme ao seu lado em público, a fim de mostrar o apoio do clero a seu governo. Também assim foi com o presidente Artur Bernardes (1922-1926) que durante seu período mais difícil de governo, promoveu a primeira visita de um chefe de Estado republicano a um chefe da Igreja. Foi quando se reataram as relações diplomáticas com o Vaticano. Cf. SCAMPINI. Op. cit., p. 138.

[13] A escolha desta santa não se deu ao acaso, já que Aparecida, além de ter uma história singela, era negra. Esse apelo serviu como capital espiritual e social acumulado pelo apego e fidelidade do povo à Mãe de Deus, estratégia inibidora de reformas sociais, especialmente daquelas direcionadas aos que buscavam na Santa esperanças de dias melhores. A escolha da padroeira deu-se principalmente pela possibilidade de sua aceitação universal como mãe de todos os brasileiros, sendo apresentada como apaziguadora das discórdias e veladora dos sonos de seus filhos contra os inimigos que tentam assaltá-los. Cf. FARIAS, 1998, p. 97.

Getúlio Vargas e seu ministério e corpo diplomático –, repetiu-se em outubro a concentração popular na capital federal: inaugurava-se a estátua do Cristo Redentor no alto do Corcovado. O erguimento do Cristo foi só a face pública de um movimento mais abrangente da Igreja visando a recristianização do Brasil e a supremacia religiosa sobre a realidade nacional. A inauguração da estátua, em 12 de outubro de 1931, dia da comemoração do descobrimento da América, contou com a presença do alto escalão do governo que, espremido na pequena plataforma erguida para a visitação popular, testemunhou a consagração do Cristo por Dom Leme e também, o poder do catolicismo.

Essa data não foi um marco que aconteceu por acaso: naquele momento, o episcopado brasileiro aparecia reunido sob o comando de Dom Leme, que aproveitou a ocasião para entregar ao presidente a lista das recomendações católicas para o novo governo. O impacto foi tal que Oswaldo Aranha chegou a afirmar: "ou o Estado reconhece o Deus do povo ou o povo não reconhecerá o Estado."[14] Estrategicamente, a Igreja sensibilizou o Estado, galvanizou os católicos e reconquistou a posição e a influência decrescida durante a Primeira República.

Com suas manifestações de força e de cordialidade em relação ao Estado, a Igreja logo colheria os frutos de suas investidas. A primeira vitória veio com o Decreto-Lei de 30 de abril de 1931, que permitia à Igreja o ensino da religião nas escolas públicas. O decreto, assinado por Vargas, fora articulado pelo ministro da Educação Francisco Campos, personalidade das mais influentes do período, católico praticante e um dos maiores defensores da aproximação entre a Igreja e o Estado.

As aparições públicas e a realização de atos simbólicos pelos dois poderes não pararam. Segundo Alcir Lenharo, estes atos, cuja força discursiva foi bem cedo percebida pelo governo de Getúlio, ganharam valor ao serem sacralizados. O Estado apropriava-se dos valores religiosos aceitos socialmente, penetrando nos vários grupos sociais de forma a garantir novas relações de poder. As representações simbólicas eram cuidadosamente manipuladas pelos dirigentes civis e eclesiásticos que, valorizando e dignificando determinados objetos, tornavam-nos parte de um projeto e de uma estratégia de poder.[15] Foi o momento em que,

---

[14] AZEVEDO. Op. cit., 1978, p. 161.

[15] FARIAS, 1998, p. 101.

segundo Lenharo, ocorreu a sacralização do profano, quando o ato político ganhou aura moral e religiosa, adquirindo valor e dignidade não existentes em si mesmo, como no caso da realização de missas campais, precedendo as comemorações do dia da Bandeira.[16]

A partir de 30, a Igreja centralizou o laicato sob o controle de Alceu Amoroso Lima, com a criação da Ação Católica Brasileira (ACB). Também encontrou uma forma de participação política indireta, com a criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), em 1932. A atuação da Liga foi nacional, sendo instalada em todas as paróquias. Seu funcionamento era simples: alistava o máximo de eleitores católicos para as eleições e fornecia a eles diretrizes sobre o dever do voto e o nome dos candidatos que apoiavam as reivindicações da Igreja. No programa da Liga Eleitoral Católica,[17] o que se pode depreender é que a Igreja montara uma estratégia de cerco ao Estado, indo direto aos mecanismos mais sensíveis da formação de valores e da representação do mundo: a família, a escola e as Forças Armadas.

A eleição de 1933 teve o resultado esperado: a eleição da quase maioria dos candidatos apoiados pela Liga Eleitoral Católica e a garantia na nova constituição de um espaço para a Igreja Católica, rearticulada com o Estado. Esta conquista resultou de uma mobilização pública que, desde 1931, organizou-se em comissões de patrulha aos trabalhos dos constituintes, garantindo à Igreja certa liberdade de expressão. Muitas vezes, o princípio de cooperação estabelecido rendeu subsídios para as escolas, hospitais e instituições de beneficência mantidas pela Igreja, que viu crescer a sua rede de serviços assistenciais.[18]

Foi em 1939, após uma década de aproximação, no Concílio Plenário Brasileiro, que se cogitou a hipótese da assinatura de uma Concordata entre o Brasil e o Vaticano. A proposta do padre Dainasse a Filinto Müller desagradava Dom Leme e Alceu Amoroso Lima que, contrários à idéia, intercederam junto ao governo a favor de abolir tal iniciativa, interpretada como sendo do mesmo Vaticano que já havia realizado contratos similares com diversos outros países europeus, como, por exemplo, o Tratado de Latrão com a Itália em 1929 e o

---

[16] LENHARO, 1986.

[17] *Pront. 59562 – Liga Eleitoral Católica*, DEOPS/SP, APESP.

[18] BEOZZO, 1984, t. III, v. 4, p. 307.

contrato com a Alemanha em 1933; duas Concordatas que suscitaram reservas.[19] Dom Leme era contra assinatura do documento, que deixaria sua Igreja duplamente controlada, pelo Vaticano e pelo governo brasileiro, justamente no momento em que, independentemente da lei, a instituição religiosa estava no auge de sua ação com a colaboração do Estado.

Por fim, foi o que Dom Aquino convencionou chamar de "concordata moral" que, na prática, garantiu à Igreja a reconquista de sua condição de religião oficial por meio de um pacto informal de cooperação entre Vargas e a instituição religiosa. Para alguns autores, esse foi um feito extraordinário da Igreja, que, então, reconquistou seu lugar, diferentemente de outros países onde foi retirada do domínio público, como no México.[20]

De qualquer forma, durante o Concílio Plenário Brasileiro foram criadas comissões dedicadas a analisar os temas que afligiam a hierarquia católica e dificultavam a hegemonia da Igreja sobre as classes dominadas: a questão social, o protestantismo e o espiritismo. Preocupava aos religiosos a ação dos anarquistas e comunistas que, atuando no meio operário, aliciava os trabalhadores das bases católicas. Da mesma forma eram vistos protestantes e espíritas, que disputavam com a Igreja no campo da religião. Em contrapartida ao apoio oferecido ao presidente Getúlio Vargas, a Igreja procurou garantir a vigência de um regime de "concordata moral", no combate aos seus inimigos "hereges". As constituições de 1934 e 1937 introduziram um dispositivo legal que, na prática, legitimou a repressão às manifestações de afronta ao catolicismo. Em ambas as Cartas, permitia-se a liberdade de cultos – desde que a ordem pública fosse mantida. No entanto, era muito subjetivo determinar o que infringia a ordem. Pelo senso comum, estabeleceu-se que nenhum tipo de reunião de igrejas protestantes e de centros espíritas poderia acontecer para além de seus muros, sob pena de afrontar o dispositivo da "ordem católica", instituída por força do número esmagador de praticantes do credo romano no Brasil. Da mesma forma, qualquer espécie de manifestação anticlerical realizada por parte de grupos comunistas e anarquistas deveria ser banida.

A Igreja colaborava para a construção de um imaginário coletivo em que o comunista se identificava com o demônio, símbolo do mal. Por essa razão, a

---

[19] CORNWELL, 2000.

[20] SERBIN, 2001, p. 82.

Igreja se imputava a missão de salvar e regenerar a política no Brasil. As doutrinas "exóticas" só seriam erradicadas por meio da função salvadora desempenhada pela pedagogia catequética, apresentada como ordeira e nacional. Esse discurso trazia na sua essência um determinismo político, segundo o qual todo e qualquer meio de erradicar os focos bolchevistas era apresentado como ineficiente e falaz. Sob essa ótica, preconizava-se metaforicamente que "quem fugisse de Roma seria devorado por Moscou". A Igreja admitia que a salvação do Brasil dependia da volta à tradição: "Não tenhamos vergonha de ser acoimados de reacionários",[21] bradavam alguns religiosos.

Esse discurso sempre foi caro aos mandatários do poder no Brasil, que investiam contra os tais quebra-santos –, grupos anticlericais[22] assim rotulados por visarem um Estado plenamente laico que não existia na prática.

Desse modo, insere-se o conteúdo registrado pelo DEOPS/SP, será ser analisado a partir das relações Igreja/Estado. Nesse contexto, a força policial emerge como remediadora dos conflitos e contestações, posição que a autoriza censurar as idéias anticlericais, que normalmente denunciavam a mensagem da Igreja e a anuência do Estado a ela. Afinal, por meio da pregação católica de que o caminho da salvação final era o céu, desviava-se para a Igreja e seus santos a esperança da resolução das mazelas de grande parte da população excluída do regime.

---

[21] MENDES, "O liberalismo no Brasil sob o ponto de vista católico". In: *A Ordem*, p. 32. Apud ALMEIDA, 2001, p. 107.

[22] Nos casos investigados, somente anarquistas e comunistas declaravam-se "anticlericalistas". Grupos religiosos também eram assim denominados pelos agentes do DEOPS, só que com escopo depreciativo por parte dos agentes policiais.

ENTRE O INFERNO E O CÉU: ANARQUISTAS E COMUNISTAS CONTRA A IGREJA CATÓLICA

Em 1931, foi publicada no jornal *A Platéa* a notícia de que um comício promovido pelo Comitê Pró-Liberdade de Consciência no Largo da Concórdia, centro de São Paulo, fora abortado pela polícia um pouco antes do seu início. No local haviam comparecido mais de 400 pessoas interessadas em ouvir a "propaganda de idéias modernas". Apesar dos líderes do comitê terem conseguido autorização legal para o referido evento, as autoridades policiais justificaram o cancelamento alegando que, naquele mesmo momento, estaria ocorrendo na cidade uma "grande procissão religiosa".[1]

Esse foi, não por acaso, o primeiro registro localizado pela equipe de pesquisa junto ao fundo DEOPS/SP: era uma das primeiras manifestações anticlericais realizadas durante o governo provisório liderado por Vargas. Tal investida reflete a aproximação entre a Igreja e o Estado, oficializada pelo decreto que instituía o ensino religioso. Da mesma forma, dá mostras da orientação da atuação policial em favor de uma religião. No prontuário aberto em conseqüência do referido comício encontra-se anexada uma moção encaminhada pelo Comitê Pró-Liberdade de Consciência na qual está registrado o objetivo de se fazer "uma forte agitação":

> Com o fim de levar a feliz termo a campanha contra a oficialização do Ensino Religioso nas escolas e contra o avanço das legiões clericais sobre todas as instituições do país,

[1] *A Platéa*. São Paulo, 1931. *Pront. 829 – Comitê Pró-Liberdade de Consciência*, DEOPS/SP, APESP.

para restabelecer o domínio absoluto da Roma vaticanista, a assembléia resolve: promover uma forte agitação por meio de conferências, comícios, boletins, criando para isso, sub-comitês pró-liberdade de consciência em todos os distritos da capital.[2]

Procurando amenizar o impacto da atuação do DEOPS, o investigador Antonio Ghioffi procurou justificá-la como uma "medida preventiva". Para tanto, relata que havia "anarquistas" infiltrados dentre aqueles que discursariam durante o comício:

Terminadas essas palavras, quando os presentes iam dispersar-se apareceu do alto do coreto o Sr. Aristides Lobo, que, de surpresa, começa dizendo que o Sr. Tristão de Ataíde fizera a defesa do Catolicismo no Teatro Municipal, no decurso de 4 conferências, e a polícia não se tinha incomodado, e que agora uma manifestação pública era proibida. (...) Começa de novo a sua oração, significando as afirmações feitas por Tristão de Ataíde, que a sociedade estava dividida em três classes: a burguesia, o proletariado e o catolicismo. (...) e neste instante é o orador interrompido pelos encarregados de manter a ordem, sendo detido no mesmo local. Nesse momento, Hermínio Marcos, também intempestivamente irrompe com uma oração: "Estamos vivendo na República Nova e o povo não tem liberdade de manifestar a sua opinião..." sendo ao mesmo tempo detido. Para evitar que se pudesse reproduzir qualquer ato desagradável, o sr. Dr. Delegado de Ordem Social, que chegava precisamente no momento em que o sr. Aristides Lobo esta pronunciando a sua oração, mandou que o povo se dispersasse, e os seus representantes o fizeram assegurando que ninguém seria preso, apenas se tinha tomado uma medida preventiva sobre o caso.[3]

Três anos depois, em 1933, um outro investigador reservado – Guarany – se fez presente em uma conferência realizada no Salão das Classes Laboriosas pelo jornal anticlerical *A Lanterna*. Ouvindo o pronunciamento de Luiza Peçanha de Camargo Branco, anotou que a referida "criatura":

... falou em termos impróprios de uma linguagem de gente. Usou de todos os artifícios de uma linguagem baixa e canalha para atacar o Clero (...). Essa senhora (...) usando dos termos mais vergonhosos possíveis, que causaram aversão à própria assistência, toda composta de anticlericalistas. (...) Luiza Peçanha é assim uma criatura que

---

[2] Moção de Protesto contra a Lei de Oficialização do Ensino Religioso. Comitê Pró-Liberdade de Consciência, São Paulo, s/ data, doc. 2, fls. 2 e 3. *Pront. 829 – Comitê Pró-Liberdade de Consciência*, DEOPS/SP, APESP.

[3] Relatório de Investigações (cópia) de Antonio Ghioffi, para Ignácio da Costa Ferreira, delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo: 08/06/1931, doc. 4, fls. 5 e 6. *Pront. 829 – Comitê Pró-Liberdade de Consciência*, DEOPS/SP, APESP.

"A Platéa"

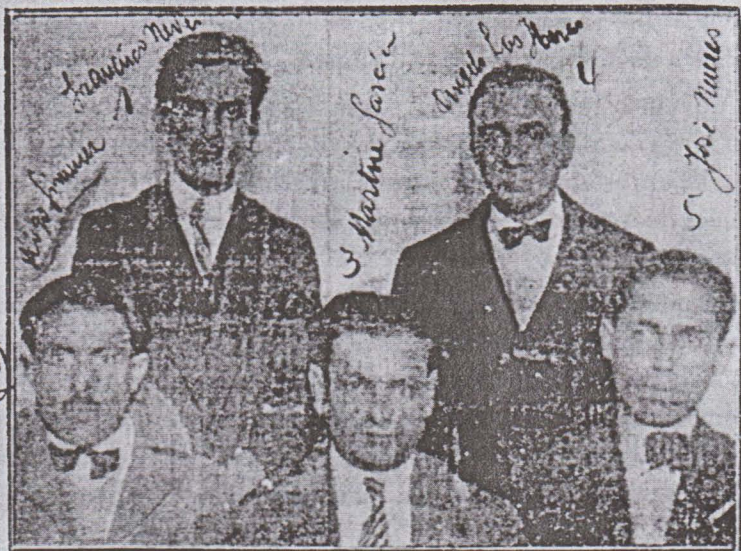
8/6/1931

A policia prohibiu um comicio pró-liberdade de consciencia

O DELEGADO DE ORDEM POLITICA EXPLICOU QUE TOMAVA ESSA RESOLUÇÃO POR ESTAR-SE REALIZANDO NA CIDADE UMA PROCISSÃO CATHOLICA

Estava marcada para hontem ás 17 horas, no Largo da Concordia, um comicio promovido pelo Comité Pró-Liberdade de Consciencia.

Ao promover essa reunião, os seus lideres foram á policia, e conseguiram della autorização para fazer naquella praça publica a propaganda das suas idéas modernas.

Uma grande massa popular, avaliada em 400 homens, compareceu ao local, e aguardava com

A COMMISSÃO QUE VEIO A' NOSSA REDACÇÃO PARA PROTESTAR CONTRA A PROHIBIÇÃO DO COMICIO

vivo interesse o inicio dos primeiros discursos quando chegou o delegado de Ordem Politica e Social, acompanhado de 20 inspectores, praças e 4 carros de presos.

Verificou-se logo, como era de esperar, um pequeno reboliço, porque a autoridade mandou suspender o comicio.

E por que motivo?

Porque no centro da cidade — disse — se realizava naquelle momento uma grande procissão religiosa.

Alguns protestaram, e foram effectuadas parece que duas prisões.

Os organizadores do comicio vieram á redacção da "A Platéa" trazer ao publico o conhecimento desse facto.

A Platéa. São Paulo, 1931. *Pront. 829 – Comitê Pró-liberdade de Consciência*. DEOPS/SP. APESP.

abusa, autoritariamente do bom gosto do público, que nem sempre está disposto a ouvir imoralidades da boca de uma senhora que se diz direita.[4]

Esta evidente radicalização no tom do discurso policial, expressa que o Estado se mostrava menos reticente em relação às manifestações anticlericais, que passaram a constar na relação de movimentos subversivos. Para tanto, somavam-se estigmas: anticlerical e comunista. Sob este prisma as ligas anticlericais deveriam ser duramente combatidas, pois reuniam grupos diversos, incluindo anarquistas, maçons, defensores do Estado leigo e republicanos. Dessas ligas participava Maria Lacerda de Moura que, segundo estudo de Miriam Moreira Leite, nunca se definiu como anarquista, mas sim como anticlerical, antimilitarista e antifascista.[5] Daí a persistência de certas temáticas nos discursos proferidos por Maria Lacerda na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecido, organizados pelo jornal *A Plebe*: "Guerra e antisemitismo praticado na Alemanha de Hitler" e "A Igreja de Roma e a perseguição dos judeus".[6]

O discurso sustentado pelas Ligas Anticlericais dirigia-se unicamente contra a Igreja Católica. Para a Liga Anticlerical de Campinas, sua investida tratava-se de um esforço "para evitar que os destinos dos povos sejam confiados aos grilhões do Vaticano e que o direito de opinião não seja definitivamente revogado à tirania negra".[7]

Essa questão fica evidente no relatório de investigação de Manoel Ribeiro da Cruz, delegado adjunto da Regional de Santos que, em 15 de setembro de 1936, qualificou Leopoldo Rodrigues Salgado como "extremista": "Não resta dúvida que quem se alista nas fileiras de uma liga como a anticlerical, tendente a destruir um dos esteios em que se apoia a sociedade que se enquadra no regime vigente, certamente preferiria um regime político em que a Religião seja

---

[4] Relatório de investigações de Guarany, reservado, para a chefia da Delegacia de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, s/ data, doc. 12, fl. 12. *Pront. 122 – Edgar Leuenroth (v. 1)*, DEOPS/SP, APESP.

[5] LEITE, *Outra face do feminismo*: Maria Lacerda de Moura, São Paulo: Ática, 1984. Apud AZEVEDO, 2002, p. 148.

[6] *Pront .857 – Maria Lacerda de Moura*, DEOPS/SP, APESP.

[7] Panfleto "Aos anticlericaes". Comissão de propaganda da Liga Anticlerical, Campinas, s/ data, doc. 2, fl. 2. *Pront. 2904 – Liga Anticlerical de Campinas*, DEOPS/SP, APESP.

destruída".[8] Para o delegado, era claro que uma organização assim só poderia ser "comunista": "a Liga Anticlerical, é entidade vermelha".

Resgatando a velha tradição inquisitorial, o DEOPS tinha como procedimento acumular uma miríade de informações sobre pessoas e setores potencialmente "perigosos" para, posteriormente, comprovar os crimes políticos por elas cometidos. Prioritariamente, não se buscava o criminoso a partir do crime, mas o crime por meio do (suposto) criminoso. Construiam-se, à priori, estereótipos sobre os cidadãos avaliados como tendencialmente criminosos, observando se estes combatiam a Igreja Católica. Predominava uma certa lógica ao se relacionar anticlericalismo a comunismo e vice-versa. Dessa forma, excluem-se da categoria "anticlericalistas" todos os defensores da liberdade de consciência, do Estado leigo, mas também grupos religiosos protestantes e espíritas, que buscavam um Estado democrático no qual as crenças gozassem dos mesmos direitos. Incluem-se todos esses indivíduos em um único grupo, o dos "vermelhos", a despeito do paradoxo que isso pudesse representar.

O vulto alcançado pela campanha anticlerical acirrou a vigilância policial. Para uma reunião promovida pela Liga Anticlerical de Campinas no dia 24 de março de 1934, o reservado Guarany foi destacado para viajar até Campinas, onde deveria acompanhar um grupo de conferencistas do Centro de Cultura Social e da Federação Operária de São Paulo, que participaria de reuniões naquela cidade. Em seu relatório, Guarany, impressionado com a reação da audiência, descreve: "Por fim a palavra é dada a Soller, que fala sobre 'moral, crença e progresso'. Sua oração foi sem dúvida impressionante, pois que Soller é bastante lido e possui regular cultura. Foi delirantemente aplaudido".[9] Preocupava-se com a formação de adeptos do anticlericalismo, que podiam ser seduzidos pela fala de seus militantes, pois eles não eram, na sua maioria, indivíduos sem estudo. Tanto assim que, os diretores da Liga, os irmãos Attílio[10] e Virgílio Pessagno,[11] foram des-

---

[8] Informação (cópia) sobre Leopoldo Rodrigues Salgado, de Manoel Ribeiro da Cruz, delegado adjunto. Delegacia Regional de Santos, 15/09/1936. *Pront. 4059 – Leopoldo Rodrigues Salgado*, DEOPS/SP, APESP.

[9] Relatório de Investigações de Guarany, reservado. Gabinete de Investigações da Delegacia de Ordem Social. São Paulo: 28/03/1934. doc. 1, fl. 1. *Pront. 2904 – Liga Anticlerical de Campinas*, DEOPS/SP, APESP.

[10] *Pront. 3748 – Attílio Pessagno*, DEOPS/SP, DAESP.

[11] *Pront. 3619 – Virgílio Pessagno*, DEOPS/SP, APESP.

tacados como "elementos bastante viajados, conhecedores da Argentina, Uruguai e outros países".[12]

Nessa ocasião, foi distribuído um panfleto dirigido "Aos anticlericaes",[13] no qual os militantes de Campinas convidavam os novos adeptos daquela "cruzada de salvação". Explicavam que, inicialmente, era preciso romper com o indiferentismo em relação à ação da Igreja, de forma a surgir um movimento coeso capaz de mostrar que o Brasil não era "uma colônia do Vaticano".

À despeito da mobilização de adeptos, os dirigentes das ligas anticlericais entendiam a necessidade de uma produção impressa que desse vazão às "novas idéias". Era por meio dos jornais que esses grupos iriam denunciar o clericalismo, detectado pela aproximação da Igreja com o Estado, assim como os princípios da religião católica: os santos, os dogmas e os serviços religiosos, sobre os quais supostamente a Igreja lucrava. Dentre esses jornais estava *A Voz da Egreja*, impresso nas oficinas do tipógrafo alemão Carlos Gewe, diretor-gerente do periódico *A Tribuna Operária*. *A Voz da Egreja*,[14] que surgiu em Bauru (SP) em maio de 1933, intitulava-se órgão de divulgação das atividades da Liga Anticlerical Marquez de Pombal. A primeira edição adiantava a intenção do jornal de não se ligar ao partidarismo político. Propunha-se a lutar pela liberdade de pensamento e de consciência, amordaçada – segundo o editorial de capa "A guisa de apresentação" – pela Igreja Católica e pelos "homens de saia preta".

Intitulando-se "Nascido da luta e para a luta", *A Voz da Egreja* pretendia seguir seu programa apoiado pela boa vontade de todos os livre-pensadores que quisessem "extirpar do organismo brasileiro, esse cancro gangrenoso que se chama clero". A atitude anticlerical do jornal pode ser interpretada como reação de uma parcela da população a uma religião que queria se fazer novamente oficial, "escravizando as mentes de todos e restabelecendo os tribunais da Inquisição". Nessa publicação, o Vaticano é apresentado como um governo estrangeiro que

[12] Relatório de Investigações de Guarany, reservado. Gabinete de Investigações da Delegacia de Ordem Social. São Paulo: 28/03/1934. doc. 1, fl. 1. *Pront. 2904 – Liga Anticlerical de Campinas*, DEOPS/SP, APESP.

[13] Panfleto "Aos anticlericaes". Comissão de propaganda da Liga Anticlerical, Campinas, s/ data, doc. 2, fl. 2. *Pront. 2904 – Liga Anticlerical de Campinas*, DEOPS/SP, APESP.

[14] *A Voz da Egreja*. Liga Anticlerical "Marquez de Pombal", Bauru, maio de 1933. Ano I, nº 1, doc. 7, fl. 32. *Pront. 2355 – Carlos Gewe*, DEOPS/SP, APESP.

A VOZ DA EGREJA

Orgam anti-clerical — Propriedade da "L. A. C. Marquez de Pombal"

ANNO I — Baurú, (S. Paulo) Maio de 1933 — N.º 1

A GUISA DE APRESENTAÇÃO

Filho de um legitimo esforço de um grupo de homens livres, sem nenhuma ligação partidaria e sem nenhum compromisso politico, surge, o primeiro numero do nosso jornal.

Nascido da luta e para a luta, seguirá o seu programa, mesmo a custa de qualquer sacrificio, apoiado pela boa vontade de todos os que, expontaneamente, queiram contribuir, moral e materialmente, para extirpar do organismo Brasileiro, esse c a n c r o grangrenozo que se chama CLERO.

A VOZ DA EGREJA, jornal de combate pela liberdade de pensamento e de consciencia, será o porta-voz da Patria oprimida e, no cumprimento da sua missão irá aos mais longinquos rincões do Brasil para levar o grito de guerra contra os vilões, contra os rapaces, os intrujões mandatarios de Roma.

Como acima dissemo, não temos partidarismo politico, não combateremos por esta ou aquella facção desde que, qualquer que ela seja, não procure escravisar a consciencia do Povo pretendendo impor, como e o desejo da CORJA NEGRA, uma religião oficial e estabelecer na nossa terra as praticas sanguentas e nefandas do Tribunal da chamada "SANTA INQUISIÇÃO" (sic).

Combatemos, UNICA E EXCLUSIVAMENTE, o clero e os clericaes porque, os primeiros, extrangeiros na sua maioria, ingressaram no territorio nacional como agentes representantes de um GOVERNO EXTRANGEIRO, de uma entidade caricata e grotesca que se aproveita da ignorancia de uns e da estupidez de outros, para se locupletar com as riquezas que lhe são enviadas por esses mesmos agentes no extrangeiro e os segundos porque, homens embora, deixam-se iludir pelas FANTOCHADAS CARNAVALESCAS da CAMORRA ROMANA e, pelo medo do inferno ou do purgatorio (lugares creados pelos papas para uso e fruto da EGREJA ROMANA), servem de instrumento passivo para as mais vis trapaças e bandalheiras dos HOMENS DE SAIA PRETA, sacrificando, ao serviço dos Eunuchos do Vaticano a propria familia, a propria dignidade e a propria Patria se isto lhes for exigido pelos seus reverendos padres confessores!

Ja é tempo do povo despertar! Mais ainda, já è tempo do povo perceber que os Padres nada mais são senão um FORMIDAVEL SYNDICATO DE EXPLORADORES E DE ESPIÕES postos ao serviço de quem melhor pagar — porque tudo na Egreja Romana se vende!

Nos, humildes soldados do grande exercito que ora se arregimenta para livrar a Patria dessa praga hedionda, nada almejamos, nada pedimos senão que os nossos leitores procurem ler as obras que, em cada numero, formos indicando e que, lendo-as convençam-se de que devem cerrar fileiras para que o Brasil, seguindo as pegadas das nações civilizadas veja se livre da terrivel ameaça que sobre ele pesa —O dominio dos Padres!

Entretanto, como e de praxe, teremos o nosso programa e dele não sa h i r e m o s: combateremos, com toda as armas em todos os momentos e por todos os meios licitos, até o final do campanha que deve ser a expulsão de todo e qualquer elemento que pretenda representar, entre nos, o dominio PAPA -ROMANO e a nacionalisação de todos os bens moveis e imoveis que, por descuria dos nossos governantes e a cumplicidade de alguns elementos de nossos governos, temos visto passar para mãos extrangeiras e sahirem do Brasil como parte do Thesouro de Roma o que, na realidade, pertence a Nação porque foi doado pelo povo!

Afinal, qual o resultado pratico que nos tem advindo do CLERICALISMO? Qual o proveito que tem tirado o Brasil dessa vergonhosa subserviencia ao Vaticano? Qual o progresso do povo brasileiro enquanto este ve sob a tutela do Papa?

Eis o que nos cumpre informar aos nossos leitores e o que faremos, na medida das nossas forças e das nossas possibilidades.

Si, como esperamos, os nossos leitores nos derem bom acolhimento, teremos o prazer de fazer o nosso jornal hebdomadario com a sua tiragem aumentada de 3.000 para 10 000.

A todos os nossos leitores, os nossos agradecimentos e os nossos prestimos.

Que Deus os ilumine e guarde.

Viva a Liberdade de Consciencia!

Abaixo o Vaticano e seus satelites!

∴

—Separatista ?

—Não. Papista. Votei na C. U. dos catolicos.

Expediente

A 'Voz da Egreja' publica-se mensalmente e a sua distribuição será gratuita.

Os pedidos de assignatura bem como toda a correspondencia, deverão ser enviadas á nossa séde social ou entregue aos nossos correspondentes.

Não vivendo de assignatura, 'A Voz da Egreja' aceitarà qualquer donativo dos seus leitores.

A Voz da Egreja. Liga Anticlerical "Marquez de Pombal", Bauru, maio de 1933, nº. 1, Ano I, doc. 7, fl. 32. *Pront. 2355 – Carlos Gewe*, DEOPS/SP, APESP.

mandava seus agentes ao Brasil para se aproveitar da "ignorância do povo" e extorquir riquezas do país. Essa postura caracterizaria a Igreja Católica como uma organização imperialista que se servia das idéias do inferno e do purgatório para aplicar "as maiores trapaças" nas pessoas. Justificava-se, desta forma, o combate ao "formidável sindicato de exploradores e de espiões", formado pelos padres.

O jornal conclama seus leitores a cerrarem fileiras e se utilizarem de meios lícitos para expulsar os padres do Brasil, seguindo o exemplo das nações civilizadas. Em alusão ao protestantismo majoritário dos Estados Unidos da América, o jornal alega que, com a presença dos "eunucos do papa" no Brasil, o país nada havia ganho (a despeito dos avanços verificados na nação norte-americana). Nas páginas da publicação propunha-se que, após a expulsão da Igreja Católica do Brasil, seus bens fossem nacionalizados, além de se promover uma investigação aos governantes brasileiros que, de alguma forma, tivessem colaborado com essa instituição religiosa. Com isso, o jornal esperava de seus leitores o acolhimento de suas proposições, avisando que, se a campanha tivesse sucesso, a tiragem de *A Voz da Egreja* poderia crescer dos iniciais 3.000 para 10.000 exemplares.

Ao que parece, essa foi a única edição publicada pelo jornal e apreendida pelo DEOPS como "um descuido" de seus editores, que não haviam legalizado o jornal junto às autoridades competentes antes de sua distribuição. No entanto, no prontuário de Carlos Gewe há uma carta remetida pelo secretário das Ligas Católicas Jesus, Maria, José, Ary Nascimento Cordeiro, à Delegacia Regional de Bauru em 10 de junho de 1933, na qual o autor queixa-se do jornal às autoridades, classificando-o como um "jornal escrito com literatura tacanha, ofensivo à pessoa da mais alta autoridade católica do universo – S.S. papa Pio XI – e à dignidade dos católicos de Bauru." O secretário argumentava que o jornal utilizava-se de um "cabeçalho católico" para chegar às mãos dos mais desavisados. Ary Cordeiro clamava por severas medidas contra Carlos Gewe, definido como "alemão responsável direto pelas publicações extremistas que se publicam em Bauru (...) impressos na oficina da *Tribuna Operária*, onde têm sido impressas todas as publicações de caráter comunista".[15]

---

[15] Carta de Ary Nascimento Cordeiro, secretário da Liga Católica "Jesus, Maria, José", para o delegado regional de polícia de Bauru. Bauru, 10/06/1933, doc. 13, fl. 25. *Pront. 2355 – Carlos Gewe*, DEOPS/SP, APESP.

Gewe foi identificado pela polícia como um importante disseminador de idéias comunistas na região noroeste do Estado de São Paulo e "elemento de maior ação do Partido Comunista" naquela área. A gráfica de *A Tribuna Operária* foi descoberta e fechada, obrigando seus responsáveis a se refugiarem na cidade de São José do Rio Claro (SP).

A Lanterna

Além de *A Voz da Egreja*, outras publicações anticlericais circularam pelo Estado de São Paulo. A mais conhecida e atuante foi, sem dúvida, *A Lanterna*. Semanário porta-voz das ligas anticlericais do Estado de São Paulo, o jornal surgiu em 7 de março de 1901, dirigido pelo advogado maçom Benjamin Motta, com uma tiragem de 10.000 exemplares. Em 1904, *A Lanterna* interrompeu sua publicação após ter produzido 60 números. Na primeira edição, havia uma nota explicativa que denunciava os golpes do "exército clerical":

> Formidáveis exércitos invasores, armados com as mais aperfeiçoadas máquinas de guerra, fabricadas pela nossa falsa civilização para salvar a morte e a ignorância nos campos verdejantes do trabalho (...). É poderoso e formidável o exército clerical que se pôs em marcha para conquistar esta terra e já está alvejando-nos com seus golpes: o dinheiro e a hipocrisia.[16]

Distribuído inicialmente de forma gratuita, o jornal apresentava-se em uma primorosa edição de quatro páginas que, ao longo dos anos, caracterizou-se por suas caricaturas anticlericais. Em seu primeiro editorial, questionava: "Somos apenas um punhado de homens. Somos 10? Somos 20? Que importa? Seremos legião amanhã, quando todos os que sabem quanto o clericalismo é prejudicial, quanto o jesuitismo é nefasto, quanto o beatismo embrutece os povos, decidirem vir engrossar as nossas fileiras".[17]

O título *A Lanterna* repetia o esforço de vários países, como França e Portugal, que já editavam jornais com o mesmo nome. Tratava-se de uma analogia às "luzes" trazidas pelo jornal para o "obscurantismo" pregado pela Igreja Católica. Em Portugal, por exemplo, o jornal apareceu junto com o anticleri-

[16] RODRIGUES, 1988, p. 122.

[17] *A Lanterna*. São Paulo, 7 de março de 1901.

calismo levado ao poder com a República em 1910. Nos últimos anos da dinastia Bragança, a Igreja aproximara-se ainda mais da monarquia naquele país. Como reação a essa aproximação, a propaganda republicana aumentou a intensidade de seus ataques, espalhando a antiga defesa iluminista: "Os homens só serão livres quando o último rei for enforcado nas tripas do último padre". Mesmo com todas as dificuldades de se fazer propaganda anticatólica em um país cuja Igreja tradicionalmente era forte, foram inúmeros os periódicos destinados especificamente a denunciar os abusos e os privilégios do clero. O livre-pensamento e o anticlericalismo tiveram assim, às vésperas da República portuguesa, a sua *A Lanterna*, dirigida por Paulo Emílio, "opúsculo semanal de inquérito à vida religiosa e eclesiástica portuguesa" que circulou em Lisboa entre julho de 1909 e maio de 1910.[18]

A execução em Barcelona de Francisco Ferrer, fundador das escolas racionalistas na Espanha, em 13 de outubro de 1909, inspirou a fundação de um jornal similar no Brasil. Em fins desse ano, o jornalista Edgard Leuenroth associou-se a Benjamin Motta, estreitando mais suas relações com os livre-pensadores. *A Lanterna* reaparece para "encetar novos e fortes combates contra o monstro clerical"[19] que se infiltrava no território brasileiro. Seu objetivo e programa permaneciam os mesmos: combater o obscurantismo e os inimigos do progresso e da liberdade de consciência.

Com a participação de Leuenroth, a composição do periódico anticlerical e liberal abriu espaço para as notas operárias, os protestos contra a polícia, as propagandas em prol de Francisco Ferrer[20] e pela renovação das escolas, sugerindo sua transformação em instituições laicas. O anticlericalismo apresentava-se como a proposta mais significativa do jornal, dedicado à sua propaganda e educação para a ação. Nesse sentido, foi criado o *slogan*: "Luta sem tréguas contra o clericalismo nefando". A partir dessa nova fase o jornal alcançou um total de 293 exemplares, até o seu fim, em 1916. Desde 1915 o jornal enfrentava dificuldades em conseqüência da Primeira Guerra Mundial. Quando o custo do papel triplicou, dificultando a sua impressão e aquisição, a maioria dos assinantes ficou em atraso com seus pagamentos.

---

[18] OLIVEIRA, 1996, p. 42.

[19] *A Lanterna*. São Paulo, 17 de maio de 1913. Apud FERNANDES, 1997, p. 126.

[20] Em 13 de outubro de 1912, *A Lanterna* publicou um número especial, dedicado à passagem do terceiro aniversário do fuzilamento de Francisco Ferrer.

Em 9 de julho de 1917, Edgard Leuenroth, então secretário do Comitê de Defesa Proletária, lançou o semanário anarquista *A Plebe*. Lia-se em seu editorial do primeiro número: "*A Plebe*, como facilmente se verifica, é a continuação d'*A Lanterna*, melhor dizendo, é a própria *Lanterna*".[21] O novo jornal pretendia correspondê-la, de certa maneira, à magnitude do momento histórico pelo qual atravessava a humanidade, cujos destinos estavam em jogo. Referia-se, certamente, ao momento privilegiado vivido pelo proletariado nacional e internacional. *A Plebe* circulou até 1947, sendo considerado o mais influente órgão anarquista.

No prontuário de José Oiticica, professor da Escola Dom Pedro I, no Rio de Janeiro, encontra-se anexada uma carta de 11 de maio de 1931 em que o destinatário tem seu nome rasurado e ilegível. Nesse documento, Oiticica expressava os primeiros esforços em reabrir a publicação d'*A Lanterna* em São Paulo instigado pelo notório interesse da Igreja em retomar o seu espaço, por meio do decreto que lhe facultava o ensino religioso:

> Pela carta de um camarada de São Paulo (Laavedra), soube do renascimento anárquico lá. Bravos! Prontifiquei-me logo a vir, na segunda quinzena de junho, fazer quantas conferências possa. Já deves ter sabido dessa resolução. Escrevo-te hoje sobre o movimento anticlerical aqui e aí. A Liga Anticlerical ressurgiu dos mortos com a agitação contra o ensino religioso. Há formidável entusiasmo que não devemos desaproveitar. Na última sessão lembrei a necessidade urgente de tirarmos quanto antes, nosso semanário, a velha Lanterna, de saudosíssima memória. Tirava-se em S. Paulo. Resta saber onde se poderá tirar mais depressa, se aqui, se aí. Se vocês tiverem possibilidade de a tirarem imediatamente, nós enviaremos recursos. Em caso contrário, lembro que fundem, quanto antes, uma liga anticlerical paulista onde se coordena o movimento anticlerical de São Paulo. Não é preciso explicar-te como fará isso. Urge cavar recursos, apesar do câmbio a 3, e envia-las quanto antes ao nosso tesoureiro José Simões.
>
> Como não temos ainda sede própria podes enviar-me tudo para a Avenida Passos, 25, livraria. Importa, além disso, mover as mulheres livre-pensadoras. Cogitamos aqui de uma Liga feminina de livre-pensamento.
>
> Recomenda-me ao Edgard.
>
> Escreve-me logo. Estou com todas as cadeiras revolucionárias acesas. Tremei Roma!
>
> Saúde e Revolução do camarada
>
> José Oiticica (a.).[22]

---

[21] *A Plebe*, São Paulo, 9 de julho de 1917. Apud FERNANDES. Op. cit., p. 127.

[22] Carta de José Oiticica para (ilegível). Rio de Janeiro: 11/05/1931. *Pront. 860 – José Oiticica*, DEOPS/SP, APESP.

Com efeito, em 13 de julho de 1933, processou-se a última fase d'*A Lanterna*, sob a mesma direção, mantendo-se até outubro de 1935, quando foram publicados 45 números. Nessa data, durante uma conferência de José Oiticica, na sede da Liga Anti-Clerical do Rio de Janeiro, a polícia lacrou o local atendendo a uma denúncia feita por agentes do PCB. Rapidamente fechava-se o último reduto de resistência libertária incluído nessa ação. Anexado ao prontuário aberto em nome do jornal encontramos o convite aos leitores, "Vai reaparecer *A Lanterna*", no qual os editores do jornal pediam assinaturas e colaboradores.

A circulação do jornal foi sempre vigiada pelo DEOPS de São Paulo. Como provas desse olhar controlador encontramos, anexadas ao prontuário do médico Pedro Brandão de Oliveira,[23] recibos da assinatura de 52 números d'*A Lanterna* (em nome do próprio Pedro e de José Luís Bicudo). Além de leitor de um jornal anticlerical, Oliveira, citado como "tuberculoso renal" e "em grave estado de saúde e preso a uma cama", foi considerado suspeito de estar realizando em sua casa reuniões secretas de subversão.

O próprio Edgard Leuenroth tem, anexado ao seu prontuário, um conjunto de cartas e pedidos de assinatura de leitores de *A Lanterna*. Essas cartas eram, em si, verdadeiros libelos anticlericais. O leitor Lanterneiro Marítimo, por exemplo, ao escrever a Leuenroth em 18 de novembro de 1935, pouco mais de um mês após o fechamento da última fase do jornal, comentou o artigo "Balanço Clericalista", de P. R. Waltes:

> Gostei também do texto que diz: "Todos os assassinos são ou padres ou católicos, Lampião é católico." Isto é uma verdade, Lampião não só é católico; é carola e protegido por um padre (...) A querida *Lanterna* nunca poderá iluminar todos os crimes praticados no nosso país desde a vinda de Thomé de Souza, que trouxe a primeira manada de jesuítas (....) Quando o chicote da moral, da civilização e do progresso correr do solo querido da nossa pátria até fora das nossas fronteiras, esses bandidos que são os padres, bispos, freiras etc. A nossa história contará, então, o que foram os jesuítas, na nossa colonização, inclusive alguns que aparecem como apóstolos do novo mundo (que escárnio!...).[24]

---

[23] *Pront. 3097 – Pedro Brandão de Oliveira*, DEOPS/SP, APESP.

[24] Carta de "Lanterneiro Marítimo" para Edgar Leuenroth. Corumbá, 18/11/1935, fls. 36 e 38. *Pront. 122 – Edgard Leuenroth*. v. 1 DEOPS/SP, APESP.

Uma outra carta, esta assinada por Antonio Pereira Pinto, ilustra muito bem o perfil dos leitores d'*A Lanterna*:

> Lista das pessoas que poderão receber um exemplar da *A Lanterna*:
> Snrs. Alcenor Guimarães (livre pensador)
> Antonio Moreira "
> Alberto Vieira "
> Antonio Belomono "
> Miguel Fuseo (protestante)
> João Herdey Boerchat (espírita)
> C^el^. Norberto Marques (inimigo do padre local)
> Dr. A. J. Monteiro (espírita)
> Dr. Henrique Marques (espírita)
> José Lamelerotti (atheu)
> Theodoro Maximo (atheu)
> Rozenthal Machado (livre pensador)
> Dr. Georgino Werneck (")
> Jacobe Barrozo (espírita)
> C^el^. Thiago Almeida Vargas (maçon)
> Romário de Oliveira
> Senhoras Lydia Lannes Finonco (protestante)
> Maria Rodrigues Dias
> Professora Margarida Lazumpeira Rabello
> Maria Almeida Vargas
> Senhorita – Helena Ferreira Álvares
> Virginia Pinto de Figueiredo – E. do Rio
> Dr. Rodolpho Bastos
> Noble Martino[25]

O jornal *A Lanterna* caracterizava-se como extrapartidário, o que lhe garantia maior independência para a crítica e apreciação das ocorrências. Propunha-se a ser uma obra de saneamento social e, negando-se a vender

[25] Carta de Antonio Pereira Pinto para Edgar Leuenroth. fls. 40 e 41. *Pront. 122 – Edgard Leuenroth*. v. 1. DEOPS/SP, APESP.

VAI REAPARECER

A LANTERNA

O tradicional jornal de combate ao clericalismo

Diretor: EDGARD LEUENROTH

Redação e administração: RUA SENADOR FEIJÓ, 8-B

PUBLICA-SE A'S QUINTAS-FEIRAS

ASSINATURAS: Ano, 15$000 — Semestre, 8$000

A LANTERNA volta á atividade para reencetar a luta decidida que durante longos anos sustentou contra a ação avassaladora do clericalismo.

O ultramontanismo corruptor age hoje no Brasil como dominador absoluto. A sua influencia nefasta infiltrou-se como um virus peçonhento por tôda a parte: no âmbito familiar, devassando os lares; nas escolas, tentando dominar as consciencias das crianças e da mocidade; na politica, transformando os templos em centros eleiçoeiros, servindo-se do confissionario para arrancar votos em favor dos jesuitas de casaca; em todos os ramos da administração publica, com o fim de manejar em proveito de seus privilegios odiosos; nos centros associativos, nas esferas comerciaes e industriaes, para explorar todas as situações, fazendo da caridade um instrumento de mercantilismo vil, colocando-se ao lado dos vencedores do momento, defendendo a ação dos potentados em detrimento dos direitos do povo.

O Brasil está sendo transformado em sucursal do Vaticano, que dispõe hoje de um governo com jurisdição por todo o mundo. O Brasil é hoje o refugio de toda a parasitagem clerical escorraçada de outros paizes que se estão libertando dessa praga corrosiva.

Urge fazer-lhe frente com decisão, numa luta sem treguas, ativa, tenaz, desassombrada.

Para isso resurge A LANTERNA, o tradicional jornal anticlerical que durante anos a fio batalhou decididamente contra todas as manifestações do dominio da gente que explora o povo sob as ordens do Vaticano.

A LANTERNA procurará ser um veículo ativo do movimento anticlerical de todo o paiz, estabelecendo a ligação entre todos os elementos dispostos a batalhar contra o jesuitismo de batina e de casaca.

Para sustentar essa luta, A LANTERNA tem de contar e conta com a coádjuvação de todos os elementos anticlericaes.

A' luta, pois, contra o clericalismo e em prol da liberdade de consciencia!

Panfleto "Vai reaparecer *A Lanterna*, o tradicional jornal de combate ao clericalismo". São Paulo, s/ data, doc. 5, fl. 5. *Pront. 1553 – A Lanterna*, DEOPS/SP, APESP.

№ 002540 Rs. 15$000

A Lanterna

Jornal anti-clerical — Diretor: Edgard Leuenroth

Rua Senador Feijó, 8-B - Caixa Postal 2162 - S. Paulo

O Sr. Pedro Brandão,

residente em Campos do Jordão,

pagou uma assinatura de 52 numeros a

começar do n.º 406 até ao n.º ....

S. Paulo, 20 de Setembro de 1935

Recibo de assinatura do jornal *A Lanterna*. São Paulo: 20/09/1935. *Pront. 3097 – Pedro Brandão de Oliveira*, DEOPS/SP, APESP

sensacionalismo, perseguia um fim mais digno. Seus editores tinham posições bem críticas quanto à grande imprensa – classificada de "assalariada", a qual eles consideravam torpe por explorar a população ao visar apenas o lucro, tornando-se empresa e desvirtuando sua função de orientadora do povo. Acusavam-na de viver do interesse e pelo interesse, de favores, na dependência de partidos e de defender apenas aqueles que lhes garantissem alguma recompensa.

Em síntese, através de uma linguagem acessível, esse periódico costumava retratar de forma humorística e ilustrada a ação da Igreja Católica no Brasil, criticada por estar cada vez mais próxima do Estado, sendo apresentada como um atraso já retirado da vida política nos países desenvolvidos. No Brasil, afirmava o jornal, a ação da Igreja tinha crédito por ser a sua atuação ligada à venda de seus serviços e ao abuso das mentalidades de trabalhadores e mulheres. Essa foi a imagem apresentada em uma edição de 1933, apreendida pelo DEOPS, sob o título "Quando os povos civilizados limpam a sua casa, atiram o lixo para o Brasil". Nos chama a atenção uma charge publicada na primeira página, na qual um barco abarrotado de santos, padres, freiras e anjos barrocos saía da Europa e avistava o Brasil. Uma das personagens do barco grita: "Terra! Terra! O Pão de Açúcar! O Brasil! Eis o nosso paraíso!"[26]

A maior parte do material iconográfico veiculado pelo jornal tinha como objetivo desmascarar a Igreja Católica e seus interesses políticos. Na edição apreendida em 17 de agosto de 1933, o jornal levantava, em tom irônico, a possibilidade de a Igreja construir, ao lado da estátua do Cristo Redentor que já celebrizava seu domínio sobre o Brasil, uma outra escultura, que mostraria um padre sorridente, montado sobre o povo, massacrado pelo "machado da Inquisição".[27]

Em 20 de julho de 1933 foi publicada uma outra charge na qual um padre sedento e com feições animalescas corre atrás de uma mulher, alegoria feminina sensual da própria República Nova. A personagem é assediada pelo religioso que a ameaça dizendo: "É escusado tentar escapar, pois serás minha, como a 'velha' o foi".[28] A alegoria feminina, ostentada como virgem, heróica e

---

[26] "O Paraíso da Igreja". *A Lanterna*. São Paulo: 20/07/1933. Ano XI, nº. 355, p. 1, doc. 4, fl. 4. *Pront. 1553 – A Lanterna*, DEOPS/SP, APESP.

[27] "O Domínio da Igreja no Brasil". *A Lanterna*. São Paulo: 17/08/1933. Ano XI, nº. 359, p. 2. *Pront. 4295 – Constantino Milano Netto*. v. 1. DEOPS/SP, APESP.

[28] "Eles e a República Nova". *A Lanterna*. São Paulo: 20/07/1933. Ano XI, nº. 355, p. 4, doc. 4, fl. 4. *Pront. 1553 – A Lanterna*, DEOPS/SP, APESP.

vigorosa, é facilmente transformada em uma mulher abatida, prostituída e corrompida, deixando-se influenciar por políticos ou instituições inescrupulosas. Essa é a imagem que *A Lanterna* faz da Igreja Católica, criticada por querer preservar para si a autoridade, vista como a fonte exclusiva dos males humanos, seja ela de ordem humana ou sobre-humana.[29]

Em uma outra edição de *A Lanterna*, sem data, identificamos na primeira página um mapa do Brasil sendo roído por formigas em suas arestas. Todos os insetos têm chapéus cardinalícios, analogia clara à "Igreja e seus agentes, os padres". Essa imagem é recorrente de uma série de outras publicações anticlericais dos anos 30 as quais percebiam na Igreja uma instituição política que obscurecia e atrofiava a liberdade de pensamento e participava ativamente nos assuntos políticos, principalmente no ensino oficial. Ironias como essa alimentavam intensa campanha anticlerical de longa data, sustentada por literatos reconhecidos, como Julio Ribeiro, Victor Hugo, Bakunin e Émile Zola. Todos esses autores tinham trechos de suas obras publicados em *A Lanterna*.

O jornal também era conhecido das autoridades policiais pelos festivais que organizava, principalmente em centros anarquistas, como a Federação Operária de São Paulo,[30] o Salão das Classes Laboriosas e o Centro de Cultura Social.[31] Um festival do jornal *A Lanterna* foi destacado pela Polícia de Costumes em 1934, pela obsceneidade de suas peças. A censura era aconselhada também como uma forma de minimizar a presença de "elementos perigoso à ordem pública" – dado o caráter do jornal, avaliado como "um dos órgãos extremistas de maior circulação no Estado".[32]

O periódico fazia jus ao seu *slogan* "de combate ao clericalismo", sustentando um tom irônico no tratamento dado à Igreja Católica e seus fiéis: "papa-hóstias" e "lambe-altares", enquanto seus colaboradores eram identificados, muitas vezes, com apelidos zombeteiros, como "frei bisbilhoteiro".

---

[29] As considerações sobre iconografia apresentadas integram a pesquisa de Luciana Pokorny Magalhães, bolsista FAPESP e pesquisadora do PROIN, responsável pelo estudo *A Sedução das Imagens: o imaginário político através da iconografia da "Era Vargas" (1930-1945).*

[30] *Pront. 716 – Federação Operária de São Paulo*, DEOPS/SP, APESP.

[31] *Pront. 1914 – Centro de Cultura Social*, DEOPS/SP, APESP.

[32] Relatório de 15/07/1944. *Pront. 716 – Federação Operária de São Paulo*. v. 3. DEOPS/SP, APESP.

Projeto do monumento a ser eregido como symbolo do dominio da igreja no Brasil

"O Domínio da Igreja no Brasil". *A Lanterna*. São Paulo: 17/08/1933, ano XI, nº. 359, p. 2. *Pront. 4295 – Constantino Milano Netto, v. 1*, DEOPS/SP, APESP.

"Eles e a República Nova". A Lanterna. São Paulo: 20/07/1933, ano XI, nº. 355, p. 4, doc. 4, fl. 4. Pront. 1553 – A Lanterna, DEOPS/SP. APESP.

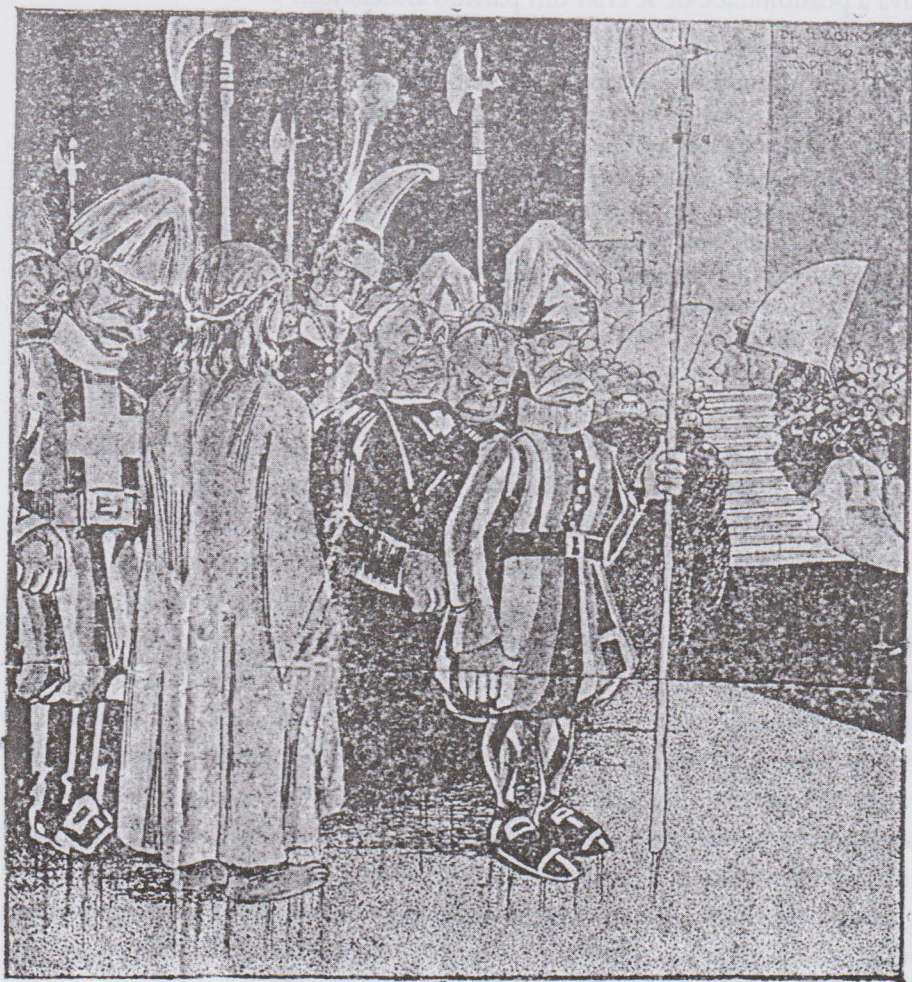
Na edição de 17 de agosto de 1933, o jornal apresenta-se como "organização anticlerical". Essa edição, apreendida em poder de Constantino Milano Netto, trazia um artigo assinado por José da Cunha Caldeira, no qual se aventava a possibilidade de se criar um partido anticlerical:

> Uma organização francamente anticlerical que se disponha a atacar pela frente a hidra loiolesca é uma das maiores necessidades para o Brasil atual (...) Esclarecer as consciências, mostrar-lhes sem temer anátemas, a vileza que se esconde debaixo das sotainas ou sobrepelizes, tornar visível a catástrofe imensa que seria para a nossa terra o domínio ultramontano no governo, na sociedade, na escola e no lar, eis o fundamento de um partido que o momento exige (...) Precisamos arrancar o povo da indiferença em que vem tolerando e estimulando a audácia crescente dessa horda parasitária que, de mansinho, vem enculcando na nossa sociedade toda a sua perfídia para saciar a sua ambição monstruosa. Do berço ao túmulo, antes de nascer e até depois da morte o ser humano tem sempre ao redor de si a legião famélica dos vampiros do Vaticano.[33]

A publicação, além de crônicas e boletins das ligas anticlericais, denunciava fatos ocorridos em outros Estados os quais atestavam que a Igreja usava de meios ilícitos para garantir seu predomínio no campo da fé dos brasileiros. No Paraná, em 1935, por exemplo, padres andavam armados pelas cidades do interior e eram suspeitos de terem ateado fogo a um templo protestante, ferindo a liberdade religiosa apregoada na Constituição promulgada no ano anterior. O jornal costumava também recorrer à caracterização da Igreja Católica como uma organização imperialista que, através de sua influência ultramontana, canalizava as economias das famílias brasileiras, deixando-as em estado de miséria. O Vaticano era apontado como a central de arrecadações que, como governo temporal, estava desligado de seus propósitos religiosos. Na primeira página de uma edição apreendida encontramos, logo abaixo da manchete "Luta sem tréguas ao clericalismo – o mais insidioso dos imperialismos", uma charge em que Jesus está no Vaticano. Dizendo aos guardas quem ele era, Jesus Cristo escuta como resposta: "Fora! Fora! Aqui ninguém te conhece!"[34]

---

[33] *A Lanterna*. São Paulo: 17/08/1933. Ano XI, nº. 359, p. 2. *Pront. 4295 – Constantino Milano Netto*. v. 1. DEOPS/SP, APESP.

[34] "Jesus no Vaticano". *A Lanterna*. São Paulo: 4/05/1935. nº. 394, p. 1. *Pront. 1262 – Benedito Romano*. APESP/SP, APESP.

"Jesus no Vaticano". A Lanterna. São Paulo: 04/05/1935, nº. 394, p. 1. Pront. 1262 – Benedito Romano. DEOPS/SP, APESP.

"Missa de cinco mil réis". A Lanterna. São Paulo: 04/05/1935, nº. 394, p. 1. Pront. 1262 – Benedito Romano. DEOPS/SP. APESP.

Propondo a expulsão dos padres e a nacionalização dos bens da Igreja Católica no Brasil, os editores de *A Lanterna* sugeriam aos seus assinantes que levassem em frente a campanha em prol da difusão do jornal àqueles que estivessem submetidos "à influência nefasta dos padres". Tal campanha poderia ser feita entregando jornais em residências, pessoalmente ou deixando exemplares em bancos de praças, bondes, trens etc. Em setembro de 1941, por exemplo, investigadores da polícia política encontraram um pacote de impressos anarquistas num banco do bonde que levava ao bairro da Penha em São Paulo. Esse fato justificou a abertura de um processo contra Benedito Romano. Descobriu-se que esses jornais eram recebidos por meio da caixa postal de nº. 195, alugada em nome de Edgard Leuenroth. Benedito Romano foi detido ao retirar o jornal dos correios. Após seu depoimento, foi expedido um mandato de apreensão do material identificado em sua residência, incluindo jornais anarquistas como *La Protesta*, *L'adunata dei Refrattari*, *A Lanterna* e *A Plebe*. Interrogado, Benedito Romano declarou que até 1933 era filiado ao Partido Comunista mas, como esse ideário não estava de acordo com seus princípios, preferiu aliar-se aos anarquistas.

No jornal apreendido de Benedito Romano, identificamos uma caricatura na última página, na qual se vê um padre de feições animalescas que, indagado pelo coroinha sobre o motivo de uma missa de corpo presente tão curta, responde: "Cala-te animal: que entendes tu de missas? Não vês que esta é uma missa de cinco mil réis?"[35] Apresentada como uma instituição desligada de seus dogmas e princípios morais, a Igreja era acusada de se transformar em empresa comercial, interessada em vender seus serviços.

Embora *A Lanterna* se definisse como publicação libertária e em muitos artigos declarasse "guerra a todas as religiões", criticando-as por seu obscurantismo e alienação, na edição de 17 de agosto de 1933, identificamos uma rara exceção. Com a manchete "A matança na noite de S. Bartolomeu. Milhares de protestantes sacrificados em Holocausto ao fanatismo sádico dos sequazes", o jornal toma a defesa dos protestantes, que teriam sido perseguidos pelos católicos por terem sido seduzidos pelo "impulso irresistível de suas consciências, abraçando a reforma de Calvino!":

---

[35] "Missa de cinco mil réis". *A Lanterna*. São Paulo: 4/05/1935. nº. 394, p. 4. *Pront. 1262 – Benedito Romano*, DEOPS/SP, APESP.

> Fazem precisamente 361 anos que o ódio jesuítico desencadeou em toda a França contra os protestantes, essa onda de violência que nada respeitou, nem a honra nem a vida de dezenas e dezenas de milhares de vítimas: homens, mulheres, crianças (...) É esta sem dúvida uma das páginas mais negras da História da França: e o coração constrangesse-nos dolorosamente no peito, quando pensamos em que todas estas atrocidades foram cometidas pelos católicos em nome de Deus contra milhares de inocentes (...) A nova desta matança causou em Roma o mais vivo contentamento. A artilharia salvou: acenderam-se fogueiras, iluminou-se a cidade (...) Rodeado dos seus cardeais, Gregório XIII assistiu em toda a pompa de sua Majestade a uma missa solene em ação de graças por tão fausto acontecimento! O mensageiro que levou ao Vaticano a notícia da matança, foi recompensado por Sua Santidade com mil escudos de ouro: adornaram os salões do palácio pontifício com magníficos painéis, representando alguma cenas daquele sanguíneo drama: cunhavam-se medalhas comemorativas do fato, e Catarina de Médicis, coberta de bênçãos pela Cúria Romana mandou de presente, segundo dizem, ao Sumo Pontífice a cabeça embalsamada do almirante Coligny, um pobre velho, carregado de anos, de virtudes e serviços à pátria.[36]

O anarquista foi, sem dúvida, o grupo que recebeu o maior número de registros anticlericais no acervo DEOPS. Na maior parte dos casos, eram libelos nos quais se evocava o anarquismo como prática social e concepção de vida, e que estabeleciam como primado a defesa da liberdade humana, na qual o homem deveria agir conforme seu próprio juízo, desenvolvendo toda a sua potencialidade intelectual, artística e moral, sem ser coagido pelo sistema (fosse ele capitalista, socialista, policial ou religioso). Assim, combatiam a Igreja, ao lado do Estado e do Exército, como uma instituição censora da liberdade de consciência e aliada do capital no esforço de opressão moral dos indivíduos.

O editor dos jornais *A Lanterna* e *A Plebe* Edgard Leuenroth, por exemplo, teve apreendida em sua casa, ao lado de uma série de fotos sobre a Guerra Civil Espanhola, uma fotografia na qual se vêem cinco clérigos nacionalistas durante o cerco a Madrid. Esse material, proveniente de Madrid, consta do prontuário do jornalista libertário pois foi apreendido pela Polícia Política como prova da periculosidade de Leuenroth.

---

[36] *A Lanterna*. São Paulo: 17/08/1933. Ano XI, nº. 359, 17/08/1933, p. 2. *Pront. 4295 – Constantino Milano Netto*. v. 1. DEOPS/SP, APESP.

Os grandes crimes da Igreja

A matança na noite de S. Bartolomeu, de 23 para 24 de Agosto de 1572. Milhares de protestantes foram massacrados pelos catolicos.

"Os grandes crimes da Igreja". A Lanterna. São Paulo: 17/08/1933, Ano XI, num. 359, p. 4, s/ doc., s/ fl. Pront. 4295 – Constantino Milano Netto (v. 1). DEOPS/SP, APESP.

Na capa do livreto *Poesias e Hinos Libertários*,[37] publicado em 1933 pela Editorial Sementeira e anexado ao prontuário de Benedito Romano, identificamos a imagem da tríade composta por representantes da burguesia, do Exército e da Igreja que, em sua rota de fuga frente à revolta dos trabalhadores, correm em direção a um abismo. Tal imagem, repleta de caracteres simbólicos, transmitia ao público leitor conceitos sobre uma realidade, instigando-os a lutar contra os males a serem desalojados do poder. A rejeição à autoridade dava-se também com relação ao plano sobrenatural que a Igreja queria impor.

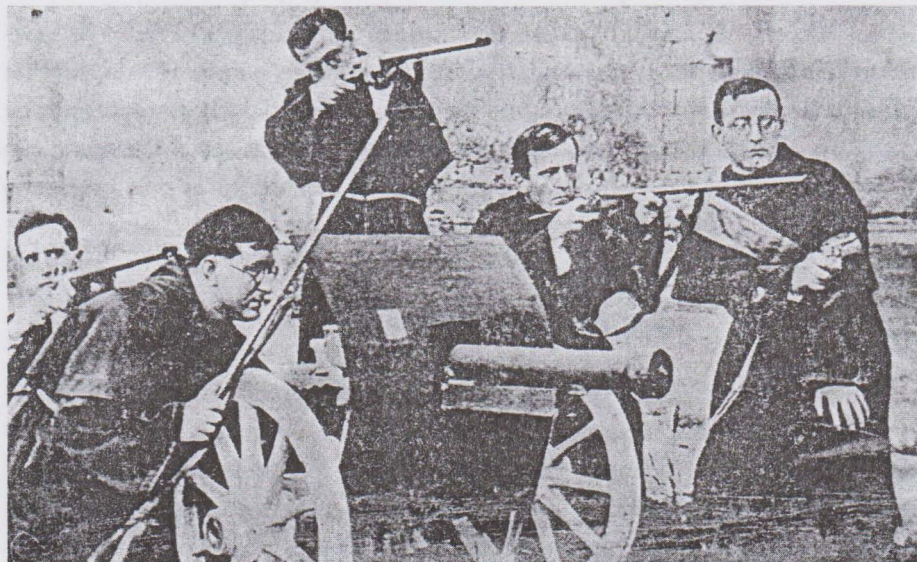
A conivência da Igreja com a corrupção permitida pelo Estado fica evidente nas páginas de outro jornal, o anarquista *A Plebe*, no período da greve na fábrica da família Matarazzo, em 1935, justificada pelo desrespeito à jornada de oito horas, fixada em lei e pelo lucro dos patrões, obtido às custas da exploração dos trabalhadores. A concessão, pelo papa, do título ao conde Francisco Matarazzo era expressa com revolta nas páginas do periódico.[38]

Anticlericalismo "vermelho"

Por mais paradoxal que possa parecer, os registros anticlericais apreendidos em mãos de comunistas encontram-se em menor número junto aos prontuários de ativistas fichados pelo DEOPS de São Paulo. Essa constatação minimiza a caracterização do "comunismo ateu" pela Igreja. A ação dos comunistas no combate à Igreja aparece relativizada em um recorte do jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, de 8 de julho de 1935, que se encontra anexado aos autos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Na notícia que traz a manchete "Teremos a instrução de nossos jovens e a catequeses de nossos índios nas mãos de aventureiros alienígenas?", seus editorialistas informam:

> Causou certa estranheza, nos meios pouco conhecedores da questão religiosa no Brasil, o apelo de Luiz Carlos Prestes aos padres católicos brasileiros, para que colaborem com a Aliança Nacional Libertadora na obra patriótica a que se entregou. Disse o

[37] Livreto *Poesias e Hinos Libertários*, vários autores, Editorial "A Sementeira", São Paulo: *Pront. 1262 – Benedito Romano*, DEOPS/SP, APESP.

[38] "Greve de Tecelões". *A Plebe*. São Paulo: 08/06/1935. N°. 90, p. 3. Apud Raquel de Azevedo. Op. cit., p. 181.

Reprodução fotográfica. Barcelona, anos 30. Pront. 122 – Edgard Leuenroth, v. 1. DEOPS/SP, APESP

presidente de honra da A. N. L.: (...) Todas as fronteiras do Brasil, todos os nosso índios, estão nas mãos de estrangeiros, sem pátria ou Romanos (...) E isto a Pátria? Para confirmar a proteção dispensada aos padres estrangeiros, o governo acaba de mandar entregar a Prelazia do Rio Negro pelo Ministério da Educação, a subvenção de 200 contos de réis, enquanto deixa que desapareça por falta de verba... O Serviço Leigo de Proteção aos Índios![39]

Era encarado com espanto o fato de Prestes, o mais célebre defensor do comunismo no Brasil, fazer um discurso em defesa da Igreja – ainda que a brasileira – pois era crença comum que aquela doutrina política fosse atéia. Entremeio à atitude isolada de Prestes, o anticlericalismo comunista pôde ser constatado em alguns casos. No prontuário de Luiza Peçanha Camargo Branco encontramos a publicação *Campanha Revolucionária*. Há no livreto um capítulo especialmente dedicado à Igreja Católica: "Clerocracia, entrave à Civilização". Nesse excerto, que era uma reprodução de uma conferência realizada por Luiza Peçanha no Salão das Classes Laboriosas, a Igreja é apresentada como inimiga do progresso:

Toda a vez que eles se manifestam a favor de um partido, é certo, é fatal, é matemático, a razão está do lado oposto;[40] espalha a ignorância, porque ministra o ensinamento onde a ciência se torce em convulsões dolorosas e deformidades medonhas para caber dentro dos absurdos e milagres católicos.[41]

A crítica estende-se ao domínio do clero sobre as escolas que, segundo a autora, estavam formando gerações de ignorantes. A atuação da Igreja no meio operário é descrita como um processo de domesticação dos trabalhadores, "aquietados no sofrimento" pela humildade e resignação com a pobreza pregadas pela Igreja. No final do capítulo, a crítica torna-se generalizada e a História é evocada para arregimentar novos combatentes à opulência do clero:

Se cada um dos prezados ouvintes sair daqui um batalhador convicto contra o clero ou um simples resistente ou até um abstinente de práticas romanas, a liberdade de pensa-

---

[39] Recorte do jornal *A Manhã*. Rio de Janeiro: 08/07/1935. Ano I, fl. 25, doc. 241. *Pront. 3840 – Aliança Nacional Libertadora*. v. 3. DEOPS/SP, APESP.

[40] Luiza Peçanha de Camargo Branco, *Campanha Revolucionária*, São Paulo: Tipografia Graziano, 1934, p. 24. *Pront. 2422 – Luiza Peçanha de Camargo Branco*, DEOPS/SP, APESP.

[41] Ibidem, p. 19.

> mento trará a libertação do mundo, a queda do imperialismo negro anticlerical. Companheiros! Contra o clero, pela Humanidade![42]

Há, no entanto, um último trecho que vale ser destacado, por recorrer aos libelos anticlericais: a crítica da anuência das autoridades na repressão ao anticlericalismo, como movimento típico de regimes de caráter autoritário: "E a história está cheia de das queimas de obras de arte e livros destruídos por ordem do clero. Em nossos tempos, há um ano apenas, reproduziu-se tal cena. Na rua Líbero Badaró foram incinerados muitos contos de réis em livros porque não eram católicos, apostólicos, romanos".[43]

Paulo Paiva de Lacerda, conhecido das autoridades policiais como "famoso stalinista", trabalhava no jornal *O Tempo* e era responsável pela divulgação de um farto material de propaganda comunista e organização de comícios de greve por toda a capital do Estado de São Paulo. Fora preso em Santos pela suposta chefia da organização de uma "marcha da fome", quando alegou tratar-se apenas de um homem estudado e que ensinava doutrina marxista para operários a fim de oferecer-lhes o mínimo de argumentos para que pudessem lutar contra as injustiças dos patrões. Anexado ao seu prontuário identificamos um artigo, intitulado "Jesus Cristo Fascista". Nele, a Igreja Católica é combatida, em relação ao clericalismo de seus membros por ser a maior aliada do capitalismo e por ser "mundana", não passando o sobrenatural de imaginação e mistificação:

> A Igreja católica tem desenvolvido, nestes últimos tempos, a mais intensa atividade política e social. Aliada e suporte do capitalismo mundial, capitalista ela própria, a Igreja põe em jogo toda a sua influência e sua organização a fim de salvar o capitalismo em agonia e, em último caso, por sobre o cadáver do capitalismo, salvar-se a si mesma. As coisas do outro mundo são sempre e cada vez mais postas em plano secundário, preocupando-se a Igreja, primeiro e acima de tudo, com as coisas deste mundo.[44]

---

[42] Ibidem, p. 28.

[43] Ibidem, p. 18.

[44] "Jesus Cristo fascista", p. 1, fl. 40. *Pront. 252 – Paulo Paiva de Lacerda*, DEOPS/SP, APESP.

Ao Cardeal Dom Leme e a Alceu Amoroso Lima era imputada a culpa pela volta do clericalismo na Igreja. Tal campanha de aproximação com o Estado teria tido início com o erguimento da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro e com a consagração de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil. No templo da santa, qualificado como "mina rendosíssima", a entrada de ofertas seria abundante.

A polícia era apresentada como braço direito da Igreja no combate à "contra-revolução" e ao comunismo em que ela se lançou nos anos 30, já que desde o governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) até o de Getúlio Vargas – qualificado pelo autor como um golpe fascista – a Igreja passara a ser aliada do Estado na repressão policial aos trabalhadores, "especialmente os da vanguarda comunista".[45] O autor conclui seu artigo defendendo o comunismo contra a Igreja Católica: "Eis ai, Jesus Cristo Fascista, Pregado na cruz gamada. Cruscificado na suástica – símbolo do fascismo e do imperialismo".[46]

O que mais atentamos nesse artigo é a mediação que Paulo Paiva de Lacerda faz entre a Igreja e o poder político no Brasil. Essa não surge como uma denúncia isolada, visto que se manifesta na produção anticlerical dos mais diversos grupos políticos e religiosos.

Ao prontuário do dentista José Gavronski, presidente municipal da ANL em São Paulo, ligado à Sociedade de Amigos da Rússia e secretário d'*A Lanterna*, encontram-se anexados rascunhos de artigos que seriam publicados naquele jornal mas foram confiscados pela polícia. Há também indícios de que em sua residência costumavam reunir-se intelectuais como Edgard Leuenroth, Maria Lacerda de Moura, Luiza Peçanha de Camargo Branco e Caio Prado Junior. O dentista foi levado em 1935 para o Presídio Político Maria Zélia, em São Paulo, de onde, aproveitando-se de sua convivência na infância com o delegado do DEOPS Euzébio Egas, tentou enviar-lhe cartas a fim de explicar-se e ser libertado. Nesse caso, o dentista apresentou indícios de práticas repressivas a que fora submetido, que remontavam à Inquisição, como o confisco e a queima de livros "subversivos" e a perseguição dos produtores de "idéias sediciosas", especialmente anticlericais:

---

45 Ibidem, p. 19 e 20, fls. 22 e 23.

46 Ibidem, p. 20, fl. 22.

> Concluindo, para não massar a sua respeitável paciência, direi com a convicção do homem honrado, que a minha estremecida esposa e os meus queridos filhos estão sofrendo (...), única e exclusivamente em razão da minha cultura atraindo intelectuais e pelas minhas convicções anticlericais expressas em artigos publicados sob a minha assinatura. Não, porém por atos contrários à boa ordem e à disciplina social, a menos que estejamos suspeitos a voz de Roma, volvendo à Inquisição, o que me repugna acreditar.[47]

José Gavronski afirmava em sua carta – a qual provavelmente não chegou às mãos do delegado Egas, em vista do carimbo da censura em todas as suas páginas – que sempre militara em vista das disposições legais, por mais absurdas que ele as considerasse. No final do documento, o dentista reclama dos reais motivos do seu cárcere: seus artigos publicados, de teor anticlerical. Pressupomos que a repressão aos indivíduos perseguidos por suas idéias anticlericais se fazia por força de um acordo informal entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, representado pela força policial. Fica claro que qualquer manifestação contestadora do domínio dessa instituição religiosa deveria ser repreendida, minando a liberdade de consciência, acuada pelas mediações entre religião e política.

---

[47] Carta de José Gavronski para Euzébio Egas, delegado de Ordem Social. São Paulo: 28/01/1936. Doc. 8, fls. 13 e 14. *Pront. 541 – José Gavronski ou José Gravonski*, DEOPS/SP, APESP.

A CAÇA AOS HEREGES: REPRESSÃO AOS ANTICLERICALISMOS PROTESTANTE E ESPÍRITA

Em 10 de novembro de 1910, foi publicado no *Jornal Baptista*:

> A separação da Igreja e do Estado em nosso país é possivelmente uma burla. A separação da Igreja Católica do Estado no Brasil, dá a idéia de um marido que publicamente se divorciasse de sua esposa, mas que depois passasse a tê-la como amante.[1]

Com uma imagem agressiva – os batistas percebiam assim, tal como parte do meio protestante, o que representa a queda do padroado imperial com a proclamação da República brasileira em 1889. A instalação da República trouxera aos protestantes a impressão de uma "dádiva de Deus", sendo saudada pelos missionários como um novo tempo de liberdade religiosa. A esperança era de que cessassem as perseguições e as humilhações decorrentes da hegemonia do catolicismo e do seu agressivo proselitismo. Segundo esses religiosos, a República era saudada como uma forma de governo que inaugurava a liberdade religiosa. Tendo como paradigma os Estados Unidos da América, sede da maioria das igrejas protestantes aqui estabelecidas, o Brasil se aproximava do "modelo" com a instalação da nova legislação. Desde então, na disputa pela arregimentação de fiéis da antiga ordem, os protestantes começaram a associar a Igreja Católica, que então reclamava pela continuidade de seu monopólio oficial religioso, à Monarquia e ao atraso. Acusavam-na também de conspirar contra a República ao opor-se ao casamento civil e às liberdades religiosas. O grupo

[1] ALMEIDA, 1998, p. 105.

batista criticava a Igreja Católica que, a seu ver, estaria mais preocupada em ter nas mãos as rédeas do poder do que salvar espiritualmente seu rebanho.[2]

No plano local observava-se que a Igreja permanecia integrada às famílias e a grupos de poder locais. Como religião, o catolicismo era simplesmente parte da cultura. Como instituição, com a pessoa do padre ou a paróquia, a Igreja compunha-se com o poder, apoiando suas organizações nas estruturas de outras ordens sociais.[3] A Igreja Católica mostrava-se temerosa de rupturas, posicionando-se a favor do tradicionalismo. Comprometida com o passado e inimiga da modernidade, da secularização e do pragmatismo democrático, que minavam os fundamentos de uma ordem social sacra, a Igreja Católica acusou o protestantismo de ser uma perigosa força subversiva, a ponto de conceder-lhe uma repressão sob suspeita de "comunismo".[4] Um episódio ocorrido em Pojuca, interior do Estado da Bahia, é ilustrativo a respeito: o padre do município resolveu fazer uma procissão e anunciou a possibilidade de haver chegado o fim do mundo. Amedrontada, quase toda a população local rumou para a praça da Igreja a fim de ajoelhar-se em frente a uma grande cruz ali erigida para esperar o fato anunciado. A multidão, alimentada pela desinformação popular e pelo oportunismo do padre local, beirava a histeria coletiva. Contrária a tais manifestações, pronunciou-se a professora batista Archymia Barreto, famosa articulista de jornais religiosos, filha de padre e mulher inteirada das questões internas da Igreja Católica. Intimada a retirar-se da cidade pelo padre local, Archymia pediu providências ao chefe de polícia local que, contrariado, foi obrigado a respeitar a lei republicana que garantia a liberdade de culto. O incidente serviu de inspiração para diversos artigos na imprensa batista acusarem duramente a Igreja Católica de explorar a ignorância dos fiéis para extorquir-lhes bens e lucros financeiros.[5]

Esse movimento de crítica prosseguiu até os anos 30, momento em que as observações às relações Igreja/Estado encontram barreiras na "concordata moral" e no dispositivo legal que garantia repressão policial às "heresias políticas". Nessa categoria incluíam-se manifestações contrárias à Igreja. Desde o

---

[2] Ibidem, p. 114.

[3] BRUNEAU, 1974, p. 94.

[4] ALVES, 1982, p. 11-12.

[5] ALMEIDA. Op. cit., p. 341-342.

início do governo de Vargas, por ocasião do decreto que estabelecia o ensino religioso nas escolas públicas em 1931, um mutirão de padres e pais de alunos procurava garantir a preservação dos católicos nas escolas. Quatro meses após a aprovação do referido texto da lei, formou-se o Comitê Pró-Liberdade de Consciência, prontuariado pelo DEOPS-SP. Anexado aos autos, encontramos um recorte do jornal *Correio da Tarde*,[6] de 31 de agosto de 1931, que reproduzia uma entrevista feita com o Reverendo Guaracy Silveira, futuro deputado constituinte, pastor da Igreja Metodista Central, na qual o religioso resumia os pontos de um memorial encaminhado por ele a Laudo Ferreira de Camargo, focalizando certos aspectos do "palpitante assunto", como classificava o jornal.

O reverendo Silveira lamentava a promulgação do decreto que, na sua opinião, parecia um revés da revolução ao povo pois, afinal, impunha medidas religiosas cujo povo nunca havia clamado. O religioso ressaltava que as novas gerações deveriam ser educadas nos "princípios cristãos de verdade, pureza e obediência", mas que não cabia ao governo federal impor a vontade do clero a despeito das consciências alheias, ou seja: tratava-se de uma lei que facultava aos alunos a escolha da religião a ser ensinada, porém prejudicava os protestantes, que se encontravam em menor número nas salas de aula. Indagado sobre o tratamento dado pelos católicos aos protestantes, o reverendo Guaracy Silveira salientou que, em detrimento de uma minoria de católicos que respeitavam os evangélicos, a maioria (composta pelo clero estrangeiro) apedrejava e incendiava templos e perturbava os cultos públicos. A impunidade desses criminosos configurava, segundo o reverendo Silveira, desrespeito ao cumprimento do Código Penal.

A relação da comunidade protestante com Vargas seguia o princípio de submissão às autoridades, independentemente de sua legalidade ou legitimidade. Era a favor de governantes ainda que estes tivessem tomado o poder pela força das armas. Em dezembro de 1930, o governo provisório de Vargas recebeu saudação dos batistas sobre a qual não havia nenhum questionamento da legalidade ou legitimidade do novo governo.[7] A liberdade de consciência e a liberdade religiosa eram elementos de destaque na saudação. O que importava,

[6] "O Ensino religioso nas escolas públicas continua a provocar imensos protestos". *Correio da Tarde*. São Paulo, 1931. *Pront. 829 – Comitê Pró-Liberdade de Consciência*, DEOPS/SP, APESP.

[7] ALMEIDA. Op. cit., p. 122.

de fato, era a garantia do culto livre e a manutenção da separação entre Igreja e Estado. No caso acima, os batistas levaram pessoalmente ao chefe da nação uma série de publicações que indicavam sua posição de submissão ao governo e explicitavam que, na barganha política, oração e submissão eram a contrapartida da liberdade religiosa. O Estado deveria garantir a mobilidade da Igreja Católica no mesmo espaço dos demais credos religiosos, sem primazia ou hegemonia. Era uma espécie de demarcação de fronteiras frente ao novo Governo. Tal foi o esforço pró-governista que, numa atitude inovadora, a Primeira Igreja Batista baiana, juntamente com as demais denominações evangélicas, participou da Aliança Evangélica Pró-Pátria, a qual tinha o "propósito de atender o apelo patriótico do ministro Dr. Oswaldo Aranha para a contribuição de 1$000 ouro de cada brasileiro, ou seja 5$000 em moeda brasileira para o pagamento da dívida externa do país".[8] Ao atenderem o apelo do ministro Oswaldo Aranha, os batistas demonstravam acatar e respeitar a nova República.

Há outros exemplos da boa vontade de grupos protestantes em relação ao governo de Getúlio Vargas, conforme registros junto ao DEOPS de São Paulo. Durante o Estado Novo, em setembro de 1942, o reverendo Paulo Pernasetti, em nome da Igreja Presbiteriana do Brás, em São Paulo, convidou o superintendente de Ordem Política e Social a participar de uma cerimônia cívico-religiosa que comemoraria o dia da Pátria, prestando "um culto de ação de graças a Deus pelo restabelecimento do Exmo. Sr. Presidente da República".[9]

De forma ainda mais explícita, a Igreja Luterana de São Paulo, em 1943, dedicou duas páginas de seu anuário de atividades para homenagear Vargas, aclamado na publicação como o chefe da Nação em quem depositavam sua esperança e fé. Uma poesia acompanhada da foto de Vargas, apresenta-se como um libelo de apoio a toda forma de sujeição dos cidadãos brasileiros à autoridade do regime, endossando a repressão.[10]

---

[8] Ibidem, p. 123.

[9] Carta do Reverendo Paulo Persanetti, pastor da Igreja Presbiteriana do Brás, para o Superintendente de Segurança Política e Social. São Paulo: 01/09/1942. Doc. 1, fl. 1. *Pront. 20635 – Igreja Presbiteriana do Brás*, DEOPS/SP, APESP.

[10] Igreja Luterana do Brasil, *O Lar Cristão. Anuário da Igreja Luterana do Brasil*, Porto Alegre, Casa Publicadora Concórdia, 1943, p. 32-33. *Pront. 12041 – Escola Luterana de São Paulo*, DEOPS/SP, APESP.

Ao retomar o princípio de submissão à autoridade, que datava dos reformadores, os luteranos foram compelidos a se posicionar, ainda que desejassem apenas o repouso espiritual. Ao buscar luzes nas Escrituras Sagradas resgataram os conselhos paulinos, contidos na carta de Paulo aos romanos,[11] de obediência e respeito às autoridades "porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por Ele instituídas". Esse texto bíblico transformou-se em uma espécie de lei para a comunidade evangélica. Interpretações divergentes tiveram de se calcar em longas digressões teológicas para sobreviverem. Estas seriam considerações que deslegitimizariam a repressão policial aos grupos religiosos não-católicos.

Não obstante, percebemos por parte do DEOPS uma série de suspeições e proscrições das atividades de grupos protestantes, mas também espíritas, sob alegação dos mais diversos motivos. A suspeita que pairava sobre esses grupos era a de serem subversivos, embora a maioria das denominações cristãs pregassem a submissão aos governos constituídos. A cooperação implícita entre Estado e Igreja brasileiros durante a Era Vargas gerou um dispositivo legal que, na prática, legitimava a repressão às manifestações religiosas não protestantes que iam de acordo ao escopo católico de domínio do campo da salvação das almas: "É inviolável a liberdade de consciência e de crença, e garantido o livre exercício dos cultos religiosos, desde que não contravenham à ordem pública e aos bons costumes".[12]

Esse dispositivo presente na lei passou a ser usado como moeda de troca em relação aos não-católicos. Houve emendas à Constituição de 1934 das bancadas baiana e gaúcha, que não queriam incluir o dispositivo restritivo "desde que não contravenham à ordem pública e os bons costumes". O receio era de que na interpretação pudessem surgir dificuldades e abusos.[13]

Em 30 de outubro de 1943, a Segunda Igreja Batista de Bauru realizou uma consulta ao DEOPS-SP para saber se a Igreja poderia realizar trabalho evangélico em praças ou ruas. Tendo em vista o decreto presidencial, que naquele momento proclamava o Estado de Guerra do Brasil aos países do Eixo, Luiz Tavares da Cunha, delegado adjunto de Ordem Política e Social, analisou

---

[11] *Bíblia Sagrada*, carta de Paulo aos Romanos, c.13, versículos 1 a 7.

[12] SCAMPINI. Op. cit., p. 156.

[13] Ibidem, p. 157.

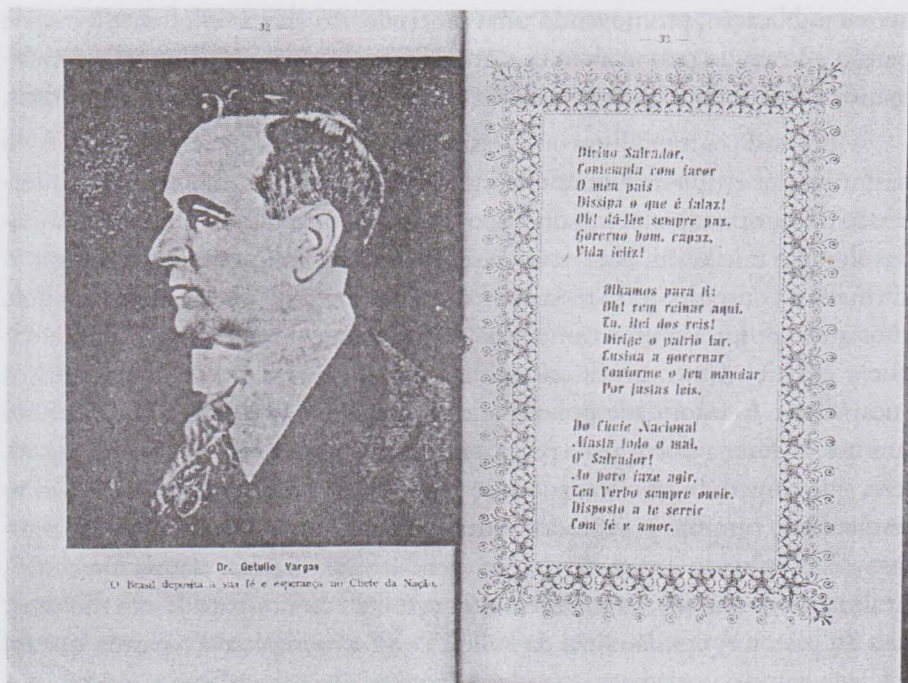
a legislação e percebeu que a lei sobre a liberdade religiosa não havia sido suspensa. Num procedimento que não iria se constituir em praxe, o delegado autorizou a realização de reunião pública, considerando um precedente criado pelo Exército da Salvação, que fazia o mesmo em São Paulo: "Desde que não haja possibilidade de perturbação da ordem, o delegado regional poderá autorizar a prática religiosa em logradouros públicos".[14]

A partir de 1945, com o fim da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e com a mudança de governo, pôde-se observar que a atitude das autoridades em relação ao "respeito à ordem pública" implicou muitas vezes a presença de investigadores em qualquer reunião de caráter público, principalmente, se esta fosse realizada ao ar livre. Assim, quando a comissão organizadora do II Congresso da Mocidade Evangélica do Brasil inseriu em seu programa de atividades uma reunião pública reunindo todas as igrejas evangélicas de São Paulo e seus respectivos delegados congressistas, no Largo do Arouche, os organizadores do congresso requereram a necessária autorização. A Polícia Política deferiu o pedido e encaminhou os investigadores João Ramando Papa e Sebastião Otávio Pires para acompanharem a concentração. Estes, como observadores, relataram que, "tendo como finalidade a propagação de conceitos religiosos", não se trataram de assuntos políticos, "terminando na mais perfeita ordem".[15]

Católicos e Protestantes

O dispositivo da "manutenção da ordem pública" serviu para que diversas igrejas e centros espíritas fossem fichados pelo DEOPS-SP, fato que, por si, constituía uma contravenção à ordem no Brasil. O desrespeito aos "bons costumes" caminhava rapidamente para a intolerância religiosa, que, em casos registrados pela polícia no Estado de São Paulo, acabaram denunciando a participação das autoridades na depredação de salões de culto protestantes – fato observado no início dos anos 40 em Cunha, cidade histórica do Vale do Paraíba paulista. Nessa ocasião, a pedido de César Dacôrso Filho, bispo da Igreja Metodista do Brasil, foi aberto um inquérito para apurar a depredação da casa

[14] *Pront. 52327 – Igreja Batista de Bauru*, DEOPS/SP, APESP.

[15] *Pront. 69397 – Congresso da Mocidade Evangélica do Brasil*, DEOPS/SP, APESP.

— 32 —

Dr. Getulio Vargas

O Brasil deposita a sua fé e esperança no Chefe da Nação.

— 33 —

Divino Salvador,
Contempla com favor
O meu país
Dissipa o que é falaz!
Oh! dá-lhe sempre paz.
Governo bom, capaz,
Vida feliz!

Alçamos para ti:
Oh! vem reinar aqui,
Tu, Rei dos reis!
Dirige o pátrio lar,
Ensina a governar
Conforme o teu mandar
Por justas leis.

Do Chefe Nacional
Afasta todo o mal,
O' Salvador!
Ao povo faze agir,
Teu Verbo sempre ouvir,
Disposto a te servir
Com fé e amor.

Igreja Luterana do Brasil, O Lar Cristão. Anuário da Igreja Luterana do Brasil, Porto Alegre: Casa Publicadora Concórdia, 1943, p. 32-33. Pront. 12041 – Escola Luterana de São Paulo, DEOPS/SP, APESP.

de oração local dos metodistas e a suposta perseguição do pastor local Antonino José da Silva, atribuída ao padre católico da localidade, Septínio Ramos Arantes.

O prontuário aberto para a apuração das denúncias do bispo César Dacôrso, contém uma série de depoimentos registrados pela autoridade policial de testemunhas metodistas que afirmavam ser antiga a perseguição do padre de Cunha aos protestantes. Desde que o referido religioso chegara à cidade, realizava passeatas em frente à Igreja Metodista local, gritando "vivas aos católicos e morras aos protestantes". Após esse fato, o pastor Antonino Silva teria publicado *O Congresso Eucarístico*, livreto editado em setembro de 1942 e que foi anexado ao prontuário de César Dacôrso. O conteúdo da publicação denunciava as atitudes da Igreja Católica a despeito dos princípios do cristianismo. Tal publicação foi interpretada pelo padre Septínio como insulto e ele reagiu, oito dias

após a publicação, promovendo uma procissão. Ao chegar em frente à casa de oração e à casa do pastor, além dos "morras" tradicionais, o padre teria conclamado os católicos a jogarem pedras na casa de cultos, quebrando-lhes os vidros.

Segundo os metodistas que prestaram declarações, apesar dos pedidos do pastor para abertura de inquérito e intervenção policial, somente após a intercessão da autoridade superior do bispo Cesar Dacôrso Filho é que foram tomadas algumas iniciativas. Nesse caso, a versão final da Polícia sobre a investigação afirmava o contrário: tudo teria começado por força do pastor metodista que, anos atrás, promovia uma campanha difamatória contra a Igreja Católica daquela cidade, muito antes da publicação do livreto sobre os congressos eucarísticos. A autoridade policial afirma ainda que o vigário local, Septínio Arantes, ao fazer a alocução na praça, em frente à casa de oração dos metodistas, teria sido impedido pelo soldado José Lorena, que fazia a guarda local. Como resultado do tumulto provocado, pedras teriam sido arremessadas, tendo algumas delas atingido a casa de oração, produzindo "ligeiros danos materiais". Acalmados os ânimos, os manifestantes católicos teriam partido em direção à casa do pastor. A opinião final da Polícia Política incriminava o pastor, que foi avaliado como o verdadeiro culpado. As autoridades aconselhavam ainda que o religioso deveria ser punido dentro de sua Igreja, devendo "viver recolhido dentro de um padrão de vida respeitosa às crenças dos outros, quando não por índole tolerante, ao menos por um princípio de educação".[16]

Dentre a documentação anexada ao prontuário pela polícia há uma justificativa da versão policial endossada pelos juristas envolvidos no caso, dentre os quais Paulo Rabello Teixeira, juiz de direito. Esta, na opinião da Polícia, seria uma opinião mais do que imparcial, pois o juiz era evangélico. Ele confirmou que o pastor Antonino Silva teria trabalhado em Cunha antes do episódio, por quase dois anos, sem ter ameaçada a sua liberdade de culto estabelecida pela lei federal.[17] A opinião de Carlos Ribas de Mello Leitão, delegado regional de Polícia de Guaratinguetá e responsável pela cidade de Cunha, foi favorável à culpa atribuída ao pastor Antonino Silva.

---

[16] Relatório de Investigações sobre a Igreja Metodista Brasileira, de Carlos Ribas de Mello Leitão, delegado regional de polícia de Guaratinguetá. Delegacia Regional de Polícia. Guaratinguetá, 3/12/1943, fl 7. *Pront. 7725 – César Dacôrso Filho*, DEOPS/SP, APESP.

[17] Ibidem, fl. 8.

Analisando as publicações e relatórios produzidos no decorrer do inquérito, observamos que a campanha antiprotestante movida pelo padre Septínio Arantes é anterior às primeiras manifestações anticlericais produzidas pelo pastor metodista. Exemplo disso foi a publicação, em março de 1939, de uma edição do jornal *A Ordem*[18] que, "sob aprovação eclesiástica", fora fundado no ano anterior pelo padre Oswaldo Aranha Bindão. Em substituição ao padre Bindão entrou como diretor responsável do jornal o padre Septínio Ramos Arantes. Na capa do jornal fica claro, pela distribuição das manchetes, que o conteúdo daquela edição seria a apologia da "verdadeira cruz" – a da Igreja Católica – em detrimento da "falsa", erigida pelos metodistas. Esta, como a de qualquer outro protestante, basearia-se numa "colcha de retalhos de heresias": a leitura falsificada da Bíblia, o livre exame – que resultava em disparates –, a proliferação de seitas, bem como a difusão do que o jornal chama de "tapeações protestantes". A defesa de teses como a contestação da virgindade de Maria e a deturpação de textos sagrados só poderia encontrar eco entre "os incautos e ignorantes, aliás os únicos que eles conseguem perverter". O autor chama atenção para a falsa alegação de que os metodistas de Cunha estariam fazendo uma campanha junto ao povo com vistas a construir um templo em Piquete.

O autor do artigo católico ao referir-se à "sua" cruz, afirma que essa seria a representação da cruz redentora na qual morreu Jesus pregado para redimir os homens, o "santo madeiro". Ao contrário disso, a cruz dos protestantes era um "maldito lenho" colocado nos templos apenas como um chamariz aos católicos mais desprevenidos. Mais uma "tapeação protestante" seria a denominação de "Igreja" Metodista. Para o autor do artigo, esse título não se justificava; afinal a religião "verdadeira" era apenas a católica, por ser única, ao contrário de "qualquer uma das mil denominações do desunido protestantismo". Ela seria a Igreja universal fundada por Jesus Cristo e confiada a Pedro. O autor, que assina como "um congregado", finaliza seu artigo afirmando:

> Precavenham-se, pois, os católicos e os prezados leitores de *A Ordem* com as tapeações descritas acima e com outras que naturalmente aparecerão, pois o protestantismo noutra coisa não consiste senão em protestar a Cristo, caluniar a sua Igreja e tapear os incautos e ignorantes. Isto é sua religião!

---

[18] *A Ordem – órgão da juventude operária católica.* Piquete, março de 1939. Ano II, nº 29, fl. 56. *Pront. 7725 – César Dacôrso Filho*, DEOPS/SP, APESP.

Anexo nr. 10 (duas páginas)

A ORDEM

ORGÃO DA JUVENTUDE OPERARIA CATHOLICA
COM APPROVAÇÃO ECCLESIASTICA
FUNDADOR: — Pe. Oswaldo Barros Bindão — Director responsavel: — Pe. Septimio Ramos Arantes

ANNO II | PIQUETE, MARÇO DE 1939 | NUM. 29

PIO XII

Dia 2 do corrente, precisamente no dia de seu anniversario natalicio, S. E. o Cardeal Eugenio Pacelli foi eleito Papa no 3.º escrutinio, em menos de 24 horas, escolhendo o nome de Pio XII.

Á consternação da christandade pelo trespasse de Pio XI, sobrevém um intenso jubilo pela eleição de Pio XII.

O lemma do novo papa é o seguinte: "OPUS, JUSTITIA, PAX". TRABALHO, JUSTIÇA E PAZ.

Em acção de graças pela eleição do papa, as Associações religiosas e fieis em geral fizeram communhão dias 5 e 12 do corrente, neste dia pela coroação de S. Santidade.

A Congregação Mariana da Matriz dedicou sua sessão de 12 do corrente em homenagem do Santo Padre, tendo fallado um congregado mariano sobre a figura do novo Pontifice.

"A ORDEM" congratula-se com a Egreja Universal, pela feliz elevação do Cardeal Pacelli á Cathedra de São Pedro.

A VERDADEIRA CRUZ

A "Igreja Metodista" alçou uma cruz que não tem outro significado, que o da discórdia, desunião e separatismo.

Não nos admiramos. Coisas mais preciosas que a cruz são falsificadas pelos protestantes.

Falsificam a Biblia, espalhando biblias e mais biblias, truncadas aos seus mil gostos e desejos; falsificam a fé, que "é morta sem as boas obras", diz o Apostolo São Thiago; falsificam o sacerdocio, pregando o livre exame; dahi, tantos disparates e tantas seitas.

Qualquer individuo, um simples porteiro ou pintor, alvora-se em ministréco, pastor, exegeta, etc.

O protestantismo, diz alguem, "é uma colcha de retalhos de heresias".

Catholicos, alerta! O espirito de discórdia ahi está. Não demos attenção ás baboseiras dos protestantes.

Tapeações Protestantes

Os protestantes não sabem mais o que inventar para tapearem os incautos e ignorantes, aliás os unicos que elles conseguem perverter.

Ha tempos distribuiram uns folhetos sobre a Virgem Maria, proclamando-a Mãe de Deus. Pura tapeação, pois na verdade elles não crêem na virgindade e na sua maternidade divina e chegam até a calumnial-a como tendo tido outros filhos além de Jesus. Vivem a offerecer "Biblias" aos ignorantes, mas isto é outra tapeação, pois as pretensas biblias são falsas e truncadas. Em plena rua, reunem-se e afim de illudir a boa fé dos ouvintes, tocam a cantar e a commentar trechos biblicos, como si elles tivessem competencia e autoridade para isso; mas felismente os piquetenses não vão em cantigas e conversa fiada. Afim de construirem a sua casa, tentaram tapear o povo allegando progresso e civilisação, porém o povo de Piquete que nem todo é ignorante, não foi na «onda» e si a casa está de pé, o dinheiro foi arranjado por outras maneiras, menos pelo auxilio dos piquetenses. Tapeação é tambem a fórma que deram á sua casa,

Continúa na 2.a pagina

A Ordem – órgão da juventude operária católica. Piquete, mar. 1939, ano II, nº. 29, fl. 56. Pront. 7725 – César Dacôrso Filho, DEOPS/SP, APESP.

Os metodistas conseguiram publicar uma série de apartes aos ataques católicos, através de jornais próprios, de tradição dentro de sua Igreja, o que ampliou ainda mais a polêmica em torno das disputas pela fé do povo de Cunha. Em *Expositor Cristão* dos dias 6 de outubro e de 1º e 22 de dezembro de 1942, foram publicados artigos sob a autoria do pastor Antonino José da Silva nos quais denunciava a perseguição religiosa que sofria em Cunha, perseguição que, a seu ver, tinha a anuência dos poderes da cidade:

> Não estando o Delegado da cidade, pedi providências ao seu auxiliar, mas me foram negadas. Ele então me que contou que previamente sabia dessa procissão e de seus fins! O Prefeito, o Promotor Público e os outros estavam presentes ao discurso provocante que o padre pronunciou. Portanto, nada tinha que esperar destes homens.
>
> Quando o subdelegado me negou a abertura de um inquérito policial, recorri ao promotor público que também se negou a me dar as devidas providências. Logo percebi que as autoridades e o padre se mancomunaram para desrespeitar a Constituição e atacar violenta e insolemente os pacatos crentes na hora de seu culto devocional![19]

O autor conclui sua argumentação criticando a posição do juiz Paulo Rabello Teixeira, que teria apoiado a incriminação policial por ter recebido a visita de padres, dias antes da publicação do artigo. Percebe-se o esforço do pastor em buscar na lei, que garantia a liberdade de culto também no Estado Novo, o conluio com as autoridades de Cunha na repressão aos protestantes. Nesse sentido, há uma publicação anexada pelo DEOPS no inquérito sobre o episódio, que é uma carta-aberta endereçada ao presidente Vargas na qual se clamava pelo respeito à lei federal que garantia a igualdade na prática de cultos não católicos. Salienta-se nesse caso que a publicação *O Monitor* não tinha como origem o meio protestante, pois seu autor declarava-se espírita havia mais de 40 anos. Este identificava em Cunha uma tendência ao desrespeito aos acatólicos que feria o direito à liberdade religiosa. Há ainda é uma prova anexada pela polícia atestando que a perseguição encabeçada pelo Padre Septínio Arantes – e que, aparentemente, encontrava respaldo nas autoridades legítimas de Cunha – não dizia respeito somente a um embate direto entre o padre e o pastor metodista Antonino.

Há outros documentos arrolados no prontuário que, aparentemente, serviram para aumentar a rixa entre católicos e protestantes daquela cidade. As

---

[19] *Expositor Cristão.* 22/12/1942. *Pront. 7725 – César Dacôrso Filho.* DEOPS/SP, APESP.

publicações editadas pelo pastor Antonino em setembro de 1942 e fevereiro de 1943, por exemplo, remetem a um conteúdo de denúncia contra a Igreja Católica. A primeira publicação, *O Congresso Eucarístico*, diz respeito ao evento católico de reunião dos bispos brasileiros que se processou em São Paulo no início de setembro de 1942. A segunda publicação, *Perseguição Religiosa*, apresenta um resumo daquilo que o pastor metodista chama de "perseguição pelos católicos de Cunha e do padre Septínio", traçando o histórico das tensas relações entre os ministros religiosos, que se desdobraram no ataque físico ao salão de cultos metodista.

Em *O Congresso Eucarístico,*[20] o pastor Antonino traçou comentários sobre a realização daquele encontro nacional, considerando que o evento coincidia com a Semana da Pátria, constituindo-se em um evento único: "movimento deslumbrante, com a aquiescência de estadistas e letrados, com o engalamento bizarro da cidade, com carro e procissão triunfais, como tem acontecido em casos congêneres, sendo tido impropriamente como uma demonstração de fé católica!"[21]

O autor ressalta que toda aquela demonstração de pompa, idolatria e ignorância estava em flagrante contradição com a humildade de Jesus Cristo, constituindo tudo uma transgressão dos preceitos bíblicos. No entanto, o pastor Antonino Silva ressalta que, desde os tempos apostólicos, o prestígio da classe religiosa dependia da ignorância do povo. Não por acaso, essa postura se repete no "brilho" do Congresso Eucarístico, que dependia do obscurantismo religioso para a legitimação do clero. Em absoluto "triunfo pecaminoso", com arcebispos desfilando em carros ricamente ornados, o Congresso Eucarístico visaria fascinar as multidões com "dogmas férreos, visando acorrentá-las mais e mais a esse pesadelo estrangeiro – a Igreja Romana".[22] Sendo a ignorância o "alimento romanista", o Congresso objetivaria "solidificar a organização da idolatria e do obscurantismo sob a égide imperialista do papado estrangeiro".[23]

---

[20] Antonino José da Silva, *O Congresso Eucarístico*, nº. 89, Cunha, setembro de 1942. *Pront. 7725 – César Dacôrso Filho*, DEOPS/SP, APESP.

[21] Ibidem, p. 1.

[22] Ibidem, p. 2.

[23] Ibidem, p. 3.

Segue-se a isso um ataque à doutrina religiosa da Igreja, quando o pastor Antonino argumenta sobre o "dogma" da transubstanciação e a presença de Cristo na hóstia. Comentando, em tom irônico, esse ritual dos católicos, o pastor Antonino Silva conclui que "engolindo na comunhão a hóstia, os romanistas introduzem o seu Cristo no estômago e o submetem ao processo da digestão!". Para o pastor, o Congresso Eucarístico seria a proclamação pública e ostensiva dessa doutrina, absurda e grosseira, pois nem os pagãos teriam rebaixado tanto seus deuses e fetiches.[24] Em paradoxo, o pastor perguntava onde estaria Cristo. Afinal, segundo o "credo apostólico", Cristo teria ascendido aos céus para ficar ao lado de seu pai. "Onde está afinal o Cristo inteiro: na hóstia ou no céu?", conclui o pastor Antonino.[25]

Comentando uma conferência proferida durante o Congresso Eucarístico realizado no ano anterior na cidade de Araçatuba (SP), o religioso diz ter percebido naquelas palavras a prova de que, desde sua a descoberta até o ano corrente de 1942, o Brasil vivia sob os bafejos da "inútil idolatria". "Assim se formou a mentalidade de um povo que acreditava na bênção e proteção do Brasil por parte de uma estátua de bronze ou de cimento armado sobre o topo do Corcovado!"[26] afirma o pastor, ironizando a construção da estátua do Cristo Redentor.

O pastor Antonino encerra sua argumentação reafirmando o "oportuno" conselho de Rui Barbosa que, ao chamar a atenção do Brasil para o perigo da influência da Igreja romana no país, teria percebido a ameaça dessa organização estrangeira, que realizava seus cultos em língua morta (latim), bem como deturpava os mandamentos divinos e constituía, na idolatria, seu maior pilar. Seria necessária, para o autor, assim como para Rui Barbosa, a liberdade da pátria frente a essa entidade que vivia canalizando os recursos do acolhedor país brasileiro para o estrangeiro, recebendo em troca apenas a paganização.[27]

Em defesa dos evangélicos e da "verdadeira palavra do Cristo entronizado" – a Bíblia –, o pastor Antonino Silva conclui que o Brasil precisava realmente desses verdadeiros cristãos, que acima de tudo defendiam a mais gloriosa con-

---

[24] Ibidem, p. 6.

[25] Ibidem, p. 8.

[26] Ibidem, p. 9.

[27] Ibidem, p. 19.

Anexo nr. 15 (vinte e cinco páginas)

ANTONINO JOSÉ DA SILVA

O Congresso Eucarístico

(N.º 89)

* * *

SETEMBRO DE 1942

Antonino José da Silva, O Congresso Eucarístico, nº. 89, Cunha, setembro de 1942. Pront. 7725 – César Dacôrso Filho, DEOPS/SP, APESP.

Anexo nr. 16 (13 páginas)

ANTONINO JOSÉ DA SILVA

Perseguição Religiosa

(PARA ASSINANTES DO «EXPOSITOR CRISTÃO»)

* * *

FEVEREIRO DE 1943

Antonino José da Silva, Perseguição Religiosa, Cunha, fevereiro de 1943. Pront. 7725 – César Dacôrso Filho, DEOPS/SP, APESP.

quista humana: a liberdade de consciência e de pensamento e que, ao recriminarem todas as tiranias e violências, as deturpações da palavra divina, a escravização das consciências, defendiam o mais salutar dos princípios do Evangelho, a Igreja livre em um Estado livre.[28]

Em *Perseguição Religiosa,*[29] publicação de fevereiro de 1943 e distribuída para os assinantes do *Expositor Cristão*, Antonino José da Silva retoma uma exposição que havia iniciado nas colunas do jornal, nos três últimos meses do ano anterior: os fatos ocorridos na cidade de Cunha, Estado de São Paulo, denominados de "perseguição religiosa". Tratava-se da repercussão da publicação, pelo pastor, de um folheto sobre o Congresso Eucarístico que resultou em ataques verbais do padre local aos crentes, com o uso de palavras do interventor federal no Estado e omissão por parte das autoridades acionadas, que além de tudo tomaram partido do vigário. No dia do apedrejamento da casa de culto, segundo o pastor Antonino, havia do lado de fora uma grande gritaria, da qual participava em parte as autoridades de Cunha, inclusive o prefeito, que nada havia feito impedir a confusão. Seguiu-se o apedrejamento da casa de culto, pois, segundo o pastor, os políticos locais também eram instruídos por romanistas a fecharem os olhos para os fatos. Nada restando ao pastor, este recorreu às instâncias jurídicas.

Acusado de falso, leviano, isento de critério e de inteligência, estouvado, alienígena e inconveniente ao país,[30] o pastor Antonino discordava daqueles que diziam não haver perseguição, mas sim uma reação à publicação do folheto sobre o Congresso Eucarístico. Perguntava: como poderia um grupo de pessoas que se denominavam o "digno rebanho evangélico de Cunha", apedrejar uma casa de cultos ocupada com homens, mulheres e crianças?[31] Também a perseguição era bem anterior à publicação do folheto, datando do ministério de outros pastores que antecederam Antonino José da Silva, e que nunca tiveram garantias das autoridades locais para pregar a palavra de Deus. Além do mais, um mês antes da publicação do folheto sobre o Congresso Eucarístico de 1942,

---

[28] Ibidem, p. 20.

[29] Antonino José da Silva, *Perseguição Religiosa*, Cunha, fevereiro de 1943. *Pront. 7725 – César Dacôrso Filho*, DEOPS/SP, APESP.

[30] Ibidem, p. 2.

[31] Ibidem, p. 4.

uma procissão havia passado em frente ao salão de culto, com gritos de "morras" aos protestantes. "Foi reação do povo contra mim porque publiquei um folheto um mês mais tarde?" – salientava o autor, pedindo a seus leitores que julgassem a questão.

Colocando-se ao lado de Paulo, Cristo e outros pregadores que também passaram por agitadores quando pregavam a verdade evangélica, então, o pastor Antonino Silva afirmava que seus inimigos fizeram questão de transparecer sua nacionalidade para, desta forma, passar por partidário ou membro de um país do eixo. Mas, na verdade, declarou-se partidário da nação brasileira e combatente do idealismo exótico da Igreja Católica, razão pela qual avaliava a sua perseguição. Acreditava o pastor ter sido qualificado de "impróprio" e "agitador" por haver comparado a miséria do povo ao fausto do romanismo, por ter endossado o libelo de Rui Barbosa contra a Igreja e o combate ao "quinta-colunismo de batina", além de frisar que a Igreja Católica era uma entidade com ligações ao Vaticano, portanto entidade estrangeira. E de fato assim era, afirmava o autor, afinal justamente o Congresso Eucarístico teve como presidente de honra o italiano Dom Aloizio Mazela.

Antonino Silva considerava que seria positivo caso todos os estrangeiros residentes no Brasil fossem como ele, pois, afinal, o pastor afirmava que em seus escritos exaltava "o tirocínio e a sinceridade com que o Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas vinha dirigindo os destinos do Brasil".[32] Conclui que essa era prova de que seu estrangeirismo não passava de sadio patriotismo nesta "grande pátria". Concebida a perseguição, o pastor metodista termina sua exposição discorrendo que a justiça, a verdade, a ordem, a dignidade e o trabalho, deveriam ser preceitos fundamentais a qualquer religião, em detrimento da vingança característica da Igreja Católica – algo "próprio dos profanos, em contraposição à justiça e à verdade, naturais dos filhos de Deus".[33]

Também nos jornais metodistas, circulavam notícias atacando a Igreja. O *Expositor Cristão* fez circular, em 6 de outubro de 1942, a notícia "Os Sacerdotes e a propaganda nazista". Nesse artigo, o jornal apresentava a descoberta de diversos casos em Estados brasileiros de sacerdotes que se serviam dos púlpi-

---

[32] Ibidem, p. 11.

[33] Ibidem, p. 13.

tos católicos para fazer propaganda em prol dos regimes totalitários da Europa, "num claro desrespeito às nossas instituições e nossa forma de governo".[34] Os articulistas da publicação eximiam-se, afirmando estar reproduzindo uma notícia veiculada no *Diário da Noite*, de 15 de outubro de 1942, no qual se felicitavam as atitudes tomadas pelas autoridades policiais daquele Estado contra os agentes do "canero nazista", merecendo, portanto, serem "aplaudidas por todos os brasileiros e seguida pelos demais Estados, a fim de que tamanhas serpentes venenosas não venham arrastar-nos ao turbilhão avassalador que no momento atormenta a humanidade. É justamente assim que eles pagam a nossa hospitalidade e a urbanidade com que são tratados, com a calúnia e a ingratidão". O artigo termina com um "conselho" à Igreja Católica: que esta instituição fiscalizasse seus membros e seguisse a orientação de Pio XII a fim de manter-se fora do conflito, sob a neutralidade proferida pelo papa.

Em resposta às provocações, cada uma das partes se pronunciava, alongando o conflito de Cunha. Pelo lado metodista, Francisco Veloso, aparentemente o dono da casa apedrejada, fez circular uma série de publicações em resposta à campanha do Padre Septínio. Assim ocorreu com a publicação do folheto "Basta de Francaría – rebatendo a um insulto injurioso"[35] e o artigo do jornal *O Monitor*, intitulado "Contra alfinetadas...bordoadas!". Nessa publicação, Veloso compara a campanha de *A Ordem* a "um disco rachado, que sua vitrola enferrujada vem tocando desde muito tempo". Essa seria uma atitude que vinha sendo "secundada até nas aulas de religião dada no Grupo Escolar, incitando as crianças a não comprarem nada na Papelaria do *Monitor*, impressionando os pequeninos e ensinando-lhes que ali é a casa do Saci". Francisco Veloso termina sua argumentação dizendo que não era interesse dos metodistas manter polêmicas em terreno tão baixo, "mas não deixaremos nem por isso de dar rebates sempre que formos alfinetados pelos intolerantes e irrequietos elementos da ordem", justificando para tanto ter o direito e as leis que a "democracia brasileira" garantia.[36]

Em resposta aos artigos de Veloso, surge a publicação católica, *Quem como Deus?*. Nela, os protestantes são apresentados como anjos maus do Paraíso

---

[34] *O Expositor Cristão*. 06/10/1942. S/ doc., s/ fl. *Pront. 7725 – César Dacôrso Filho*, DEOPS/SP, APESP.

[35] Folheto "Basta de francaría! – Rebatendo um insulto injurioso", fl. 51. *Pront. 7725 – César Dacôrso Filho*, DEOPS/SP, APESP.

[36] *O Monitor*. 22/10/1941. *Pront. 7725 – César Dacôrso Filho*, DEOPS/SP, APESP.

celeste que se revoltaram contra o Arcanjo São Gabriel – justamente o santo padroeiro de Cunha. A vitória de Gabriel sobre esses incrédulos fez com que Deus criasse o inferno para castigar aqueles que não o quisessem servir. O autor faz uma analogia aos metodistas em Cunha que, como "lobos em pele de ovelhas, no dizer de Jesus Cristo", estavam espalhando a confusão e quebrando a unidade espiritual "de uma cidade, de um Estado, e até de toda a pátria". Essa declaração referia-se à insinuação dos protestantes em Piquete, por ocasião do Jubileu de Ouro da Cidade, quando aquele grupo reclamava do fausto das festividades custeado pelos fiéis, desejosos de louvar seus santos, aos quais os protestantes vilipendiavam, dando uma demonstração de "civismo, de amor à Religião e de estima à Pátria".

Em vista dos fatos, o inquérito foi aberto por intercessão do Bispo César Dacôrso Filho, que, apelando aos princípios legais que norteavam o país, pedia a intercessão "imparcial" das autoridades de Cunha no trato do caso, sob pena de acionamento do Tribunal de Segurança Nacional. Nesse sentido, é interessante a foto enviada pelo Bispo à polícia, tirada da casa de culto metodista, disposta de modo a encetar a "inocência" dos metodistas perante a "intolerância" dos católicos, aplaudidos pelas autoridades de Cunha.

Inserido neste quadro de cooperação do Estado com a Igreja na repressão policial, observam-se outros casos que impediam o desenvolvimento de grupos protestantes, pelo fato destes carregarem o estigma de serem estrangeiros. No prontuário aberto para a Igreja Assembléia de Deus, o pastor Samuel Hedlund, do distrito de Gramadinho, região de Itapetiniga, foi investigado por haver, segundo a polícia, conquistado um grupo de 30 pessoas, "todas atrasadas e homens do campo (...), pessoas sem mentalidade alguma (...) com manifestações religiosas de caráter ridículo e até certo ponto perturbador da ordem".[37] Alegava-se que no meio dos ministros protestantes da religião, os dogmas do culto da Assembléia de Deus eram novos, portanto desconhecidos das autoridades policiais e passíveis de investigação. Se a investigação já se justificava por se tratar de um elemento protestante, o que não dizer quando ele é "desconhecido do meio" e faz propaganda entre camponeses. O surgimento da Assembléia de Deus no Brasil é datado de 1911 ao lado da Congregação Cristã no ano anterior, focos pioneiros do chamado protestantismo pentecostal.

---

[37] *Pront. 456 – Samuel Hedlund*, DEOPS/SP, APESP.

Fotografia da casa de culto metodista, após ataque com pedras. Cunha, 1942, fl. 48. *Pront. 7725 – César Dacôrso Filho*, DEOPS/SP, APESP.

Como prova da subversividade do pastor Hedlund, a polícia anexou ao prontuário um exemplar do jornal da Assembléia de Deus, *Mensageiro da Paz*, classificado como comunista. Afinal, o periódico estampava em sua primeira página a manchete "Bolchevismo trabalhando contra o Cristianismo".

Na verdade, o artigo que chamou a atenção das autoridades do DEOPS-SP era um libelo anticomunista contrário à "proscrição da religião" na União Soviética.[38] A intenção da Assembléia de Deus em demonstrar seu esforço de não alinhamento ao comunismo, endossando uma visão católica, não surtiu efeito para as autoridades policiais que, além de confiscarem o *Mensageiro da Paz* como prova do crime, abriram espaço para a investigação do pastor Samuel Hedlund, acusado pelo aliciamento das "ignorantes mentes camponesas".

Investigação melhor justificada foi a dispensada à Igreja Ortodoxa. Esta ficou, ao longo dos anos 30, sob intensa investigação pela suspeita de manter ligação com a União Soviética. Uma carta anexada ao prontuário dessa Igreja expressava a preocupação do bispo D. Theodosio, que alertou às autoridades sobre uma perseguição empreendida a sua Igreja e que teria sido desencadeada pela publicação do artigo "A guerra provoca crise na Igreja Ortodoxa Russa de São Paulo" no jornal *Diário da Noite*.[39] O bispo identifica ali uma série de afirmações falsas que teriam como objetivo desmoralizar a Igreja perante o público e as autoridades, acusando-o de fazer propaganda de idéias políticas.

D. Theodosio procura explicar que, além de não existir mais uma paróquia da Igreja Russa Ortodoxa de São Paulo,[40] não correspondia à verdade a afirmação de que a Igreja comportava um clero de atividades políticas sujeito ao Sínodo soviético. O bispo afirmava que a morte do último patriarca em Moscou, em 1926, repercutira internacionalmente, fazendo com que a Igreja Ortodoxa no Brasil não reconhecesse como autoridade legítima o líder indicado pelo governo soviético que, além de não ser livre em suas ações, pedia aos "clérigos do planeta lealdade absoluta ao governo soviético". A Igreja Ortodoxa teve suas

---

[38] *Mensageiro da Paz – órgão das Assembléas de Deus no Brasil.* Rio de Janeiro, 2ª quinzena de Fevereiro de 1935. Ano V, nº. 4. *Pront. 456 – Samuel Hedlund*, DEOPS/SP, APESP.

[39] Recorte do jornal *Diário da Noite*. São Paulo, s/ data. *Pront. 48875 – Igreja Ortodoxa*, DEOPS/SP, APESP.

[40] Segundo D. Theodosio, a Igreja Russa Ortodoxa fora fundada por imigrantes russos "brancos" em 1926. Em seguida, esta teria mudado sua denominação para Paróquia da Igreja Ortodoxa de São Nicolau.

atividades vigiadas até o final da década de 1940, com visitas policiais regulares às suas reuniões religiosas, além de investigações sistemáticas sobre sua diretoria.

Protestantes do Eixo

A Segunda Guerra Mundial provocou no Brasil a proscrição de tudo que se relacionasse ou fizesse menção à Alemanha, Itália e Japão. As missões católicas sofreram com essa proibição, mas a incidência de processos contra pregações protestantes em meios estrangeiros confirma um olhar mais desconfiado do Estado em relação ao meio evangélico. Nesse sentido, a apreensão de livros de atas e registros em língua estrangeira foi o motivo para a intervenção policial em igrejas, como aconteceu em 1942, por exemplo, nas igrejas batistas de Campinas[41] e Americana.[42] Anexado a um prontuário, temos o requerimento do pastor Alberto Eichman, de 9 de novembro de 1945, solicitando a devolução do material apreendido naquela ocasião em decorrência do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo. Segundo o pastor, "quando eram postas em dúvida as atitudes dos estrangeiros radicados em toda a nação".

Naquele momento os registros internos da Igreja eram feitos em idioma léto, visto que a comunidade fundadora da Igreja era, em sua maioria, composta por nacionais e descendentes da Letônia, emigrados daquele país havia cerca de trinta anos. Essa postura, além de tornar possível a compreensão dos registros pelos velhos colonizadores, também reforçava a identidade cultural do grupo. Segundo o pastor Eichman, essa verificação apenas confirmou que os evangélicos só se preocupavam da parte religiosa sem qualquer outro fim que pudesse perturbar a segurança brasileira. A partir daquela data, os registros deveriam ser feitos em língua nacional, atendendo às exigências legais impostas pelo país, em estado de guerra naquele momento. Eichman justificou ser necessária a devolução do material apreendido, pela ausência de interesse para a segurança do país, mas de grande valor para sua comunidade, representando "parte do movimento histórico e religioso e associativo dessas Igrejas". Em 14 de

---

[41] *Pront. 14176 – Igrejas Batistas ou Mocidade Batista,* DEOPS/SP, APESP.

[42] *Pront. 64994 – Alberto Eichman,* DEOPS/SP, APESP.

"JEOVÁ ABENÇOARÁ COM PAZ, O SEU POVO" — Salmo 29:11 ||| EIS AQUÍ VOS DOU NOVAS DE GRANDE ALEGRIA QUE SERÁ PARA TODO O POVO. (S. Lucas, 2:10)

Redação: Rua Figueira de Melo 232-A — Rio de Janeiro ○ Numero avulso 200 rs. ○ Direção: Carlos Brito — Nils Kastberg

ANO V — N.º 4 ~O~ 2.ª Quinzena de Fevereiro de 1935. ~O~ RIO DE JANEIRO

O Bolchevismo batalhando contra o Cristianismo

PARA ilustrar a indizivel mágua que passam os santos na Russia So[illegible], quero mostrar-[illegible] algo do que acontece, quando um dêles vai ser preso. Repentinamente, a policia entra e dá ordens ao pai de familia, para seguir. E' um triste adeus, pois, naturalmente, êle verá a sua espôsa e seus amados filhinhos, pela ultima vez. Ha muito pranto, em casa; lagrimas incessantes são derramadas. Depois, o pai e espôso segue a caminho da prisão, do exilio, que é algum lugar d sconhecido, milhares de leguas, distante do lar e da familia. Tirado da [illegible]a, êle é conduzido á policia, e depois, empurrado num carro dum trem de carga; são quarenta a sessenta pessoas que comporta o mesmo carro, onde nem ha comodidade alguma, nem mesmo um tosco banco para se sentar. Muitas vezes, êsses carros não se abrem, durante quarenta e oito horas, ou mais. Oh! que horror, passar num lugar destes, tanto tempo, sem ar fresco, sem ventilação nenhuma. Adquirem-se, assim, terriveis molestias, e muitos prisioneiros morrem; mas, mesmo assim, o trem prossegue para o seu maldito destino.

Quando chegam ao campo de exilio, começa uma vida penosa e triste. Eu não posso mencionar tudo que lá se passa, mas, digo-vos, apenas, o seguinte: Um árduo e pesado trabalho, de muitas horas por dia, é o consolo que têm; o alimento é muito mal e insuficiente, uma lira de pão, cada dia. O exilado divide este pão em três partes: uma é comida pela manhã, com o *"chá soviético"*, que consiste de agua fervida, derramada sôbre cenouras secas e acelga, sem assucar; isto é seu almoço. Ao [illegible] di[illegible], êle recebe [illegible], que é uma mistura de legumes, algumas batatas ou capim, e o segundo pedaço de pão. A ultima parte do pão, êle come á tarde, com mais *"chá sovietico"*. Não é de admirar, portanto, que o exilado fique fraco e, ás vezes, sem poder levantar-se, pela manhã. Lá não ha hospital, nem médicos que cuidem dos doentes, pois êles desejam a morte do exilado. A vida dum exilado, no campo de concentração é de três ou quatro anos. Quando êle morre, é sepultado sem ceremonia, alguma, e os parentes ficam distanciados. Êle é esquecido, *ainda que não pelo Jesus*. Assim é a vida do exilio. Que alimento espiritual recebe o crente, no desterro! A Biblia lhe é tirada, pois não póde tê-la consigo, na prisão. Êle vive, mês após outro, sem ouvir uma boa palavra; a nenhuma reunião espiritual, assiste; não ha "comunhão" — santa ceia; não há, enfim, o confôrto das pregações. Lá, só Jesús Cristo, conforta e sustenta o crente maltratado. Enquanto anda e trabalha, ao lado de alguem, que vive sem Cristo e está desesperado daquela vida, o crente fala palavras de confôrto. Se o incrédulo pergunta: "como posso eu achar a Cristo?" êle responde, com coragem, as palavras de Jesús: "Vinde a mim todos os que estais cansados e oprimidos e eu vos aliviarei." Mat. 11:28. A's vezes, acontece que, na noite negra, uma figura dobra os seus joelhos, no seu desespero, levanta a sua mão para o céu e, com uma voz abatida, grita: "Oh! Deus, dá-me a mesma paz e esperança que tem aquele que falou comigo, de ti." Uma mão descansa sôbre o ombro da figura aborrecida e um dedo aponta ao Calvario: "Aquele que vem a mim, de maneira nenhuma o lançarei fóra." Deus revela-se e dá paz, como um rio, ao coração do solitario. Uma preciosa alma é ganha para ser um instrumento na mão de Deus, para trazer outros a esta salvação.

O Exercito do Anticristo

Porque eis que suscito os caldeus, nação amarga e apressada, que marcha sôbre a largura da terra, *para possuir moradas não suas*. Horrivel e terrivel é: dela mesmo sairá o seu juizo e a sua grandeza. Êles tod s virão, com violencia: os seus rostos buscarão o *oriente*, e êles congregarão os cativ[illegible], como areia.

E escarnece [illegible] dos reis, e dos principes farão zombaria: eles se rirão de todas as fortalezas, porque, amontoando terra, as tomarão.

Então, passará como vento, e pisará, e se fará culpada, *pois o seu próprio poder é seu Deus.* (versão sueca) Hab. 1:6, 7, 9-11.

Mensageiro da Paz – órgão das Assembléas de Deus no Brasil. Rio de Janeiro, 2ª quinzena de Fevereiro de 1935, ano V, nº. 4. Pront. 456 – Samuel Hedlund, DEOPS/SP.APESP.

fevereiro de 1946, o pastor Alberto Eichman, após três meses de trâmites burocráticos, compareceu à Delegacia de Ordem Política e Social para receber a amarração dos documentos apreendidos após apresentação de seu registro de estrangeiro.

Passada a guerra, nem sempre o que se verificou foi uma maior percepção das autoridades em relação à composição das Igrejas e à necessidade da utilização de línguas estrangeiras para a melhor compreensão dos cultos pelos fiéis não nacionais. Há uma certa contradição, para os protestantes, no tratamento dispensado pelas autoridades, tendo em vista que a Igreja Católica continuava realizando suas missas e congressos no Brasil em latim, além de ser uma autoridade presente no país sob o mando do Vaticano.

Pela missão que desenvolvia entre grupos de japoneses domiciliados em São Paulo e no norte do Estado do Paraná, o bispo William M. Temple enviou ao DEOPS-SP, em nome da Igreja Episcopal Brasileira (reunida à Igreja Anglicana Brasileira em 1955), um exemplar do jornal *Estandarte Cristão*, editado em Porto Alegre em 1942. Neste, a referida entidade fazia uma defesa prévia de sua orientação alinhada aos ditames nacionais, conclamando "Também somos brasileiros!" Os episcopalistas, além de se apresentarem como elementos da paz e da ordem, de trabalho e de respeito às leis, propunham-se a agrupar em seu clero elementos reservistas do Exército. A Igreja Episcopal afirmava, por meio de seus representantes, jamais se curvar diante de qualquer política, e que não receberia auxílio de governo estrangeiro. Tinha, como norma, cooperar lealmente com a autoridade constituída no Brasil: "Obedeceremos às leis, acataremos as determinações das autoridades constituídas e cooperaremos, com entusiasmo, na reconstrução de um Brasil livre e melhor, sob a orientação superior do grande presidente Getúlio Vargas".[43]

Sem dúvida, a guerra gerou no Brasil uma suspeita generalizada sobre o que estivesse relacionado à política do Eixo. A maior representação religiosa da comunidade alemã no Brasil, a Igreja Luterana, não foi excluída da "lógica da desconfiança". Os registros policiais confirmam essa premissa no momento da detenção do pastor protestante alemão Carlos João Jorge Mueller, recolhido à prisão especial da Casa de Detenção em 15 de julho de 1943, ficando à dispo-

---

[43] *Estandarte Cristão – periódico da Igreja Episcopal Brasileira.* Porto Alegre: 15 abril 1942, ano XLIX, nº. 1103. *Pront. 10466 – Igreja Episcopal*, DEOPS/SP, APESP.

sição do Tribunal de Segurança Nacional e das autoridades por crime contra a Segurança Nacional. Nesse prontuário, em nenhum momento há registros da razão do crime do pastor. O que se sabe é que ele foi posto em liberdade em 21 de julho de 1943, ao apresentar um certificado de registro de estrangeiro, sendo sua prisão então revogada.[44]

A polícia abriu dois outros prontuários referentes a um mesmo grupo batista alemão em São Paulo, sob as denominações diversas: Igreja Evangélica[45] ou Igreja Protestante;[46] trata-se de uma mesma investigação.

Uma denúncia endereçada ao General Comandante da Segunda Região em São Paulo, de autoria de "um brasileiro", deu início à investigação que levaria à abertura de inquérito e prontuário da Igreja, no início dos anos 40. O delator alegava que os cânticos, preleções e sermões no púlpito eram realizados em alemão. Isto "chocava" o autor da denúncia, que alegava estar zelando pela nacionalidade em plena guerra. A polícia apurou ser a reclamação procedente e que o local de culto fora fundando havia trinta anos por alemães. As autoridades optaram por não tomar nenhuma providência, pois tratavam-se lá "apenas de assuntos religiosos".

Esse não foi um procedimento de praxe adotado pela polícia; afinal, a Igreja Luterana, maior grupo religioso alemão instalado no Brasil, foi fiscalizada desde o início da década de 1930 até os desdobramentos internacionais que desencadearam a entrada brasileira na guerra contra a Alemanha. Constata-se, por meio desse caso, que havia uma vigilância generalizada ao protestantismo, postura que, muitas vezes, independia de suas posições em relação à Igreja Católica. No caso dos luteranos, a suspeita residia em torno de sua nacionalidade e de sua religião que, associadas, teriam legitimado a idéia do "perigo alemão", identificado por meio dos contatos das comunidades luteranas com seus países de origem. Aos olhos dos nacionais, atitudes como estas indicavam a profissão do perigo: em 1933, por exemplo, por ocasião do aniversário do Chanceler do Reino alemão, Adolf Hitler, foi rezada uma oração de intercessão nas Igrejas de todo o Brasil. Assim também ocorreu na realização de cultos de pesar, por ocasião da morte do presidente Von Hindemburg, e nas lembranças em orações

---

44 *Pront. 48851 – Carlos João Jorge Mueller*, DEOPS/SP, APESP.

45 *Pront. 12017 – Igreja Evangélica*, DEOPS/SP, APESP.

46 *Pront. 18508 – Igreja Protestante*, DEOPS/SP, APESP.

dos alemães da região do Sarre, alvo de eleições na Alemanha que resultaram na anexação daquela região ao *Reich*.[47]

No esforço de guerra, o que tivesse relação com os países do Eixo era colocado sob suspeita. Como exemplo temos o caso da Escola Luterana em São Paulo, que colocou as autoridades policiais em estado de alerta. Além de ser estrangeiro e de orientação protestante, tal estabelecimento de prática de ensino era alvo de um esforço de integração nacional durante o governo Vargas. Daí a abertura de uma investigação em torno da Escola Luterana de São Paulo, à qual se creditou até mesmo a participação em uma rede de espionagem e sabotagem nazista empreendida contra o governo brasileiro.

Uma denúncia publicada no *Diário da Noite,* de 10 de dezembro de 1943 – "Vão ser punidos os que tramavam contra o Brasil, no Rio Grande do Sul" –, dava conta da descoberta de uma rede de espionagem e sabotagem alemã-nazista dentro de instalações militares em Santa Cruz (RS). Essa rede seria coordenada por altos elementos do Exército local e civis, mas teria o comando dos pastores luteranos alemães Augusto Henrique Hast, Jose Becher e M. German. O último deles era presidente do Sínodo da Igreja Luterana do Brasil. Segundo o jornal, "os espiões aconselhavam os nossos soldados a desertarem e a atirarem contra os próprios brasileiros se acaso as tropas do Eixo invadissem o Brasil". O serviço de espionagem teria conseguido para os alemães plantas dos principais estabelecimentos militares e industriais da cidade de Cruz Alta, além de munições e aparelhos de guerra roubados do quartel do 8º R. I.[48]

O que ocorreu foi que todos os alemães do Rio Grande do Sul foram postos sob maior vigilância policial e, a partir daí, a saída de qualquer um deles do Estado foi sistematicamente acompanhada. Um trem partindo para São Paulo levava dois alemães em sua lista de passageiros que, segundo crença inicial, seriam fugitivos. Na verdade, tratava-se de luteranos brasileiros, professores da Escola Luterana de São Paulo: Bernardo Henry Müller e Carlos Fellhauer, também diretor da escola. Após a realização de uma busca em suas bagagens, julgada insuficiente pela polícia, deu-se início a uma investigação que abarcou a Escola e a própria mantenedora da instituição, a Igreja Luterana de São Paulo.

---

[47] DREHER, 1984, p. 230-231.

[48] Recorte do jornal *Diário da Noite*. 10/02/1943, p. 3, fl. 15. *Pront. 12041 – Escola Luterana de São Paulo*, DEOPS/SP, APESP.

Solicitadas maiores informações junto à 2ª Delegacia de Ensino da Capital, em 15 de fevereiro de 1943, Alfredo Moraes Rosa, inspetor de ensino, realizou um minucioso relatório das atividades da Escola Luterana. Em vista da população do bairro de Moinho Velho, situada a caminho da cidade Santos, ser constituída "em cifra elevada de alienígenas, predominando a nacionalidade alemã",[49] a delegacia de ensino designou a professora Maria Ofélia Veiga Azevedo para "desenvolver nos alunos o espírito de brasilidade e controlar as ações dos professores acima mencionados (Carlos Fellhauer e Edvino Herbert)". A Escola, além de vigiada, passava por buscas periódicas policiais realizadas com o objetivo de verificar se nada havia de anormal. O inspetor afirma que, entretanto, no prédio da Escola existia um salão onde eram ministrados, à noite, cultos de religião protestante sob responsabilidade do pastor alemão H. Klenke. Além disso, não hesitou em afirmar que parecia-lhe, em vista do momento pelo qual o país passava, o pastor deveria ser afastado e substituído por outro: brasileiro.

A menção feita pelo inspetor à presença e ligação do Colégio com a Igreja Luterana transformou-se em pretexto para uma investigação sobre tal instituição religiosa. Novos indícios foram acrescidos ao prontuário, como o anuário de 1943 da Igreja Luterana de São Paulo, *O Lar Cristão*, e um exemplar de um jornal da Igreja, *Mensageiro Luterano*,[50] publicação mensal sob responsabilidade do Sínodo Evangélico Luterano do Brasil, editada no Rio de Janeiro para os meses de novembro e dezembro de 1942. Ao longo desta edição comemorativa dos 25 anos da publicação, apareçam libelos anticlericalísticos como "Dinheiro que a Igreja não deve aceitar":

> No corrente ano foi comemorado o centenário do início da construção da catedral de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro. O novo e riquíssimo altar de mármore é consagrado a João Batista, padroeiro da cidade de Niterói. A despesa do referido altar foi orçada em mais de quarenta contos de réis. O Governo do Estado entrou com dez contos de réis. O vigário da catedral obteve da Prefeitura Municipal cinco contos de réis e do Banco do Brasil dois contos de réis.

---

[49] Relatório de investigações de Alfredo Moraes Rosa, inspetor escolar do 3º Distrito, ao senhor Manoel Raimundo Dutra Filho, delegado de ensino da 2ª Região da capital. Segunda Delegacia Regional de Ensino. São Paulo: 15/02/1943, fls. 9 e 10. *Pront. 12041 – Escola Luterana de São Paulo*, DEOPS/SP, APESP.

[50] *Mensageiro Lutherano*. Órgão Missionário do Sínodo Evangélico Luterano do Brasil. Rio de Janeiro, novembro e dezembro de 1942. Ano XXV, nos. 11 e 12, fl. 21. *Pront. 12041 – Escola Luterana de São Paulo*, DEOPS/SP, APESP.

> No Brasil a Igreja e o Estado estão separados, não podendo o Estado, por direito constitucional, subvencionar este ou aquele credo. E esta separação corresponde perfeitamente aos princípios do Cristianismo. Por isso mesmo a Igreja Católica Romana, se obedecesse aos princípios do Cristianismo e assim fosse cristã em sentido apostólico não aceitaria dinheiros de cofres públicos, com outra finalidade do que religiosa e provenientes de contribuintes dos mais diversos e mesmo em nenhum credo, muito menos ainda os iria solicitar aos responsáveis pelos dinheiros públicos, induzindo-os a desviar os mesmos e a violar a nossa Magna Carta. É ou não é verdade?[51]

Esse artigo, é uma crítica recorrente dos protestantes ao fausto e às gastanças católicas em altares, santos e igrejas; é uma denúncia do subsídio dos governos federal, estadual e municipal à religião católica, num regime legal que se propunha à separação das instituições e à liberdade religiosa. Há também, no mesmo jornal, o artigo "Os jesuítas perante os séculos – vistos pelos acatólicos".[52] Nesse artigo, que fazia parte de uma obra maior do conde Paulo de Hoensbroech, surgia um relato histórico da ordem religiosa dos jesuítas e de sua relação com os conflitos religiosos em diversos países, com os mais diferentes credos. Mais uma vez o jornal promove a crítica às relações amigáveis da Igreja Católica com os mais variados países, um chamado "farisaismo cristão do ultramontanismo", que consistiria na sobrevalorização do celeste sobre o terreno, uma exigência da Igreja que não encontrava precedentes no cristianismo primitivo.

Após a apreensão do anuário de número 4 da Igreja Luterana do Brasil, *O Lar Cristão* (em que se observa um poema em homenagem ao presidente Vargas,[53] já por nós referido), foi expedido um relatório de investigações, em 23 de março de 1943, no qual Arthur Reis Machado declarava ter descoberto que a Escola Luterana de São Paulo não tinha relações com a Igreja Luterana do Rio Grande do Sul, pela existência de 200 modalidades desse culto religioso. Portanto, os luteranos paulistas não tinham ligações com o pastor M. German, indiciado em Porto Alegre como o mentor da rede de espionagem alemã denunciada no *Diário da Noite*. Assim, deveria ser encerrada a investigação. O que foi descoberto é que a Escola Luterana de São Paulo estava ligada ao Sínodo Luterano do Missouri, fundado nos Estados Unidos e aqui instalado em 1904.

---

[51] Ibidem, p. 89.

[52] Ibidem, p. 92.

[53] Igreja Luterana do Brasil, op. cit., p. 32-33.

As missões enviadas da América do Norte ao Brasil foram sucedâneas em contornar as inúmeras dificuldades de integração encontradas pelos luteranos alemães que, ao contrário do Sínodo do Missouri, mantiveram as pregações em alemão. Os norte-americanos, que paralelamente introduziram o português, declaravam que seu objetivo era o de "conquistar almas a Cristo, em qualquer língua que seja". Para Cândido Camargo, a ala germânica, ao contrário, buscava preservar a herança étnico-cultural e o uso exclusivo da língua de origem, chegando a afirmar, por seus líderes, a crença de que somente cumpriria sua missão sendo, "conscientemente, igreja nacional alemã".[54]

As investigações desenvolvidas sob a máscara da guerra e que impingiram aos grupos protestantes uma perseguição policial que visitava salões de cultos e, às vezes, vetava elementos para a participação em diretorias de Igrejas, funcionando, muitas vezes, sob a lógica de que o não-católico deveria ser posto sob suspeita. Como exemplo de heresia, no sentido estrito da palavra, foram colocadas sob suspeita as igrejas cismáticas da Igreja Católica, que haviam formado novos núcleos religiosos por não concordarem com a submissão da Igreja Católica ao Vaticano ou por considerarem que um grupo de "eleitos" tinha algo mais além da proposta original da Igreja romana.

Esses foram os casos da Igreja Católica Brasileira[55] e da Igreja Livre do Brasil,[56] investigadas por motivos escusos até às próprias autoridades policiais. Anexados aos prontuários dessas instituições encontramos uma série de documentos relacionados apenas a problemas com a matriz católica, que as acusou de "plágio" de seus rituais.

A Igreja Católica Brasileira foi fundada pelo bispo dissidente Dom Carlos Costa. Na década de 50, essa entidade conseguiu, por meio de um longo trâmite burocrático, um mandado de segurança do Supremo Tribunal Federal que assegurou a sua Igreja a liberdade de praticar seu culto e o fim do constrangimento policial a que vinha sendo inconstitucionalmente submetida – desde que fossem respeitados a "ordem pública e os bons costumes".[57] Essa Igreja, por determinação de seu líder Dom Carlos Costa, afirmava que seu culto não era

---

[54] CAMARGO, 1973, p. 107-108.

[55] *Pront. 110331 – Igreja Católica Brasileira*, DEOPS/SP, APESP.

[56] *Pront. 77029 – Igreja Livre do Brasil*, DEOPS/SP, APESP.

[57] BEOZZO, op. cit., p. 334.

igual ao praticado na Igreja Católica Apostólica Romana, pois, além deste ser ministrado em língua portuguesa e não em latim, sua liturgia originara-se, como com todas as Igrejas, da legislação mosaica, configurando assim um domínio público da exegese.

A fúria com que a Cúria Metropolitana do Arcebispado de São Paulo recebeu essas igrejas cismáticas, pôde ser observada através de um comunicado de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, de 3 de junho de 1951, no qual o cardeal afirma que a Igreja Católica não abriria mão, caso necessário, da força policial posta à sua disposição para assegurar o predomínio de sua fé sobre as outras Igrejas. Foi invocado um despacho do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, de 30 de junho de 1948, que colocava a Igreja Católica Brasileira na condição de desrespeito ao "culto alheio, perturbando o culto de uma outra religião, prejudicando, pois, manifestadamente, a liberdade de exercício de outro culto, usurpando assim de modo claro a liberdade de outrem e afinal através de uma confusão e de uma verdadeira mistificação, atraindo os fiéis de outra religião – da Igreja Católica Apostólica Romana". Nesse sentido, a Igreja Católica Brasileira teria contra si ordem de agir da polícia, afinal, "o poder da polícia compreende a faculdade de assegurar o livre exercício do culto de um religião e obstar que esse culto seja perturbado por quem não pertence a mesma religião".[58]

Esse pode ser considerado um manifesto público da Igreja Católica não apenas em relação aos cismáticos (na religião, mais próximos do catolicismo) mas também em relação a toda sorte de não-católicos, que sofreram retaliações por força de sua confissão religiosa não pertencer ao universo simbólico da maioria dos cidadãos brasileiros.

A Torre sob Vigia: as Testemunhas de Jeová no DEOPS/SP

O que dizer da atuação da Igreja Católica e da Polícia Política em relação a um radicalismo que excede ao sustentado por cismáticos ou protestantes em geral? A atuação da polícia em relação ao grupo das Testemunhas de Jeová é

[58] Edital de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, Cardeal Arcebispo de São Paulo (cópia). São Paulo, 8/06/1951. Copiado em 14/06/1951. *Pront. 110331 – Igreja Católica Brasileira*, DEOPS/SP, APESP.

esclarecedora nesse sentido. Embora historicamente próxima ao meio protestante, a denominação religiosa norte-americana Testemunhas de Jeová não pode ser enquadrada como tal, pois fundamenta-se na crença de que o protestantismo foi apenas um "passo além" do catolicismo, mas conservou certos dogmas, como o clericalismo. Ainda que inserido nesse quadro, o referido grupo foi investigado pela polícia, que associou as Testemunhas de Jeová ao anarquismo e, mais tarde, ao comunismo.

A implantação desta religião ocorreu no Brasil no refluxo da entrada dos chamados grupos protestantes de conversão, a partir de meados do século XIX. O início do trabalho missionário norte-americano redunda na formação das congregações de presbiterianos e batistas em 1869 e 1882. Em 1836 fora fundada no Rio de Janeiro uma sociedade metodista, mas o esforço proselitista dos missionários, vistos pela sociedade imperial católica como difundidores de "idéias exóticas" e de um sistema de vida contrário ao brasileiro, só tomou vulto quando o número de pregadores brasileiros superou o de estrangeiros, estabelecendo uma maior autonomia das Igrejas nacionais em relação às sedes. Essa tensão resultou, muitas vezes, em cisões como a dos presbiterianos de 1903. O proselitismo protestante fundado na conversão, não mais interessado apenas na manutenção de identidade cultural – como ocorreu com luteranos ou anglicanos, protestantes de imigração – começou a partir do século XX. É quando ocorre um nítido processo de transformação social, que favorece o desenvolvimento de uma nova etapa do "protestantismo de conversão", que é a ascensão das igrejas pentecostais em detrimento das mais antigas, a saber: presbiterianas, batistas e metodistas. O expressivo predomínio de grupos pentecostais no quadro do protestantismo do século XX se deve muito a seu apelo constante e emocional à conversão, que atingia em especial, mas não exclusivamente, a população de classe baixa dos centros mais urbanizados.[59] Nesse contexto, observou-se a fundação, em 1910, da Congregação Cristã do Brasil, por um grupo alemão e, em 1913, da Assembléia de Deus, por dois missionários suecos.[60]

Embora não seja considerada uma Igreja protestante, as Testemunhas de Jeová, inserem-se no quadro do movimento missionário norte-americano aci-

---

[59] CAMARGO, op. cit., p. 116.

[60] Ibidem, p. 115.

ma descrito e que no Brasil tem início nos primeiros anos do século XX.[61] No entanto, somente a partir de 1939 é que encontramos registros policiais a respeito da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados,[62] o que sugere um quadro de investigação. Nessa data, o DEOPS de São Paulo efetivou cerca de 20 prisões de Testemunhas de Jeová (nome adotado pelos "estudantes da Bíblia", mundialmente, em 1931), entre eles a de Piroska Solyon, então com 13 anos de idade. Essas pessoas eram acusadas de perturbar a ordem pública com a distribuição da publicação *Fascismo ou Liberdade* durante uma marcha pública realizada simultaneamente na Praça da Sé e no Jardim da Luz.

Durante esse evento, as Testemunhas de Jeová usaram cartazes para divulgar um discurso proferido por seu líder, o "juiz" Rutherford, em Londres, intitulado *Encare os Fatos e aprenda a ouvir a única voz de escape*. Transmitiam mensagens de ordem como: *Servi a Deus e a Cristo, o Rei* (invocava princípios teocráticos bíblicos) e *Religião é Laço e Extorsão*[63] (criticava diretamente a religião católica). Foram presos o representante da Sociedade no Brasil, Nathaniel Alston Yuille[64] e as Testemunhas de Jeová Carlos Solyon, Ernest Wascchkuhn, Arthur de Campos, Gregorio Domingos Burgarim, Manoel Chico Ramos, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Miguel Zawislack, Estevam Rossiz, Julia Molnar, José Rodrigues de Menezes, Pedro Markovitz, Américo Csengori, Antonio Pires de Andrade, Julio Demeter, Antonio Ramos Cintas,[65] além de Steman Maglovieski, José Rufino da Silva, Miguel Misocski e Martha Draguite.

---

[61] A Sociedade Torre de Vigia, nome legal dos "estudantes da Bíblia" e, mais tarde, das Testemunhas de Jeová, teve origem em 1870 nos Estados Unidos, quando Charles Russell organizou um grupo para o estudo sistemático da Bíblia. A partir daí, progressivamente a sociedade conseguiu mais adeptos ao redor do mundo e aumentou a tiragem de suas publicações. Por força dos princípios a que esse grupo se guia, de insubmissão às leis mortais, desdobrados em não participação em guerras e no não juramento às bandeiras e aos hinos nacionais, cresceu também a perseguição aos seus membros

[62] *Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia*, DEOPS/SP, APESP.

[63] As Testemunhas de Jeová só se reconheceram como uma religião após a edição da *Tradução do Novo Mundo e das Escrituras Gregas*, nova versão do texto sagrado que "desmistificou o entendimento anterior de que religião abrangia toda adoração ou idolatria edificada sobre tradições de homens". Cf. Testemunhas de Jeová, op. cit., p. 567.

[64] *Pront. 67080 – Nathaniel Alston Yuille*, DEOPS/SP, APESP.

[65] *Prontuários 7278, 7279, 7280, 7281, 7282, 7283, 7284, 7285, 7286, 7287, 66112, 67146, 76553, 76554, 76557* e *76559*. APESP/SP, APESP.

A partir daí, todo o trâmite burocrático da sociedade para conseguir seu registro repercute nos registros policiais, que nos remetem às investigações sobre as publicações das Testemunhas de Jeová, suas reuniões (secretas até a legalização) e congressos, como as manifestações públicas no Estádio do Pacaembu, em 1945 e 1974, alvo da presença de policiais em meio à audiência. A mácula dos preceitos proclamados pelas Testemunhas de Jeová sobre sua leitura dos princípios bíblicos tornou-se, portanto, objeto de repressão policial a partir do Estado Novo até os estertores do regime militar de 1964,[66] ainda que em suas petições junto às autoridades policiais, seus líderes no Brasil alegassem a necessidade do cumprimento da lei, que garantiam a liberdade de culto no país.

O início das investigações sobre a Sociedade Torre de Vigia data de agosto de 1939, momento da distribuição de *Fascismo ou Liberdade*, que teve seus 20.000 exemplares confiscados. Analisada pela polícia, essa publicação foi interpretada como subversiva, tendo como foco a imagem que ilustra sua capa. Na referida capa, uma Testemunha de Jeová traz nas mãos o consolo religioso, representado pela Bíblia, e a "mensagem do Reino de Deus" elementos que significariam a liberdade para um homem que, acorrentado à suástica nazista e à foice e o martelo comunistas, tem sobre si as imagens dos responsáveis por seu cárcere físico e espiritual. Em primeiro plano aparecem Stálin, representante do regime comunista da União Soviética; Benito Mussolini, expressão do fascismo italiano; Adolf Hitler, emblema máximo do regime nazista alemão; e o papa Pio XII, Eugênio Pacelli, representante oficial da Igreja no Vaticano.

Não se sabe se o que chamou a atenção dos agentes do DEOPS para a publicação foi o título em si, ou a mensagem apresentada por essa iconografia. Da mesma forma, fica difícil ao historiador de hoje compreender se o Estado percebeu, nessa publicação, uma identificação do regime de Getúlio Vargas com o ideário fascista, expresso na iconografia que compõe a capa. O que se pode apreender, no entanto, é o livreto, confiscado pela polícia e anexado ao prontuário da Sociedade Torre de Vigia.

Seria o mundo governado pela justiça representada em Cristo ou por ditadores egoístas e arbitrários? Esta é a questão aventada no livreto *Fascismo ou Liberdade*, que reproduz o discurso proferido por Joseph Franklin Rutherford,

---

[66] CASTRO, dezembro/janeiro/fevereiro de 2002/2003, p. 17-23.

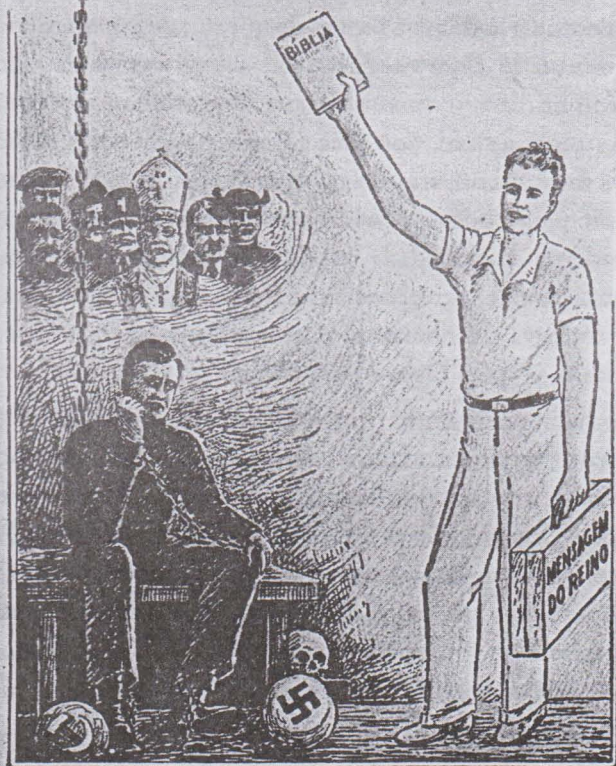
presidente da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados dos Estados Unidos, em 1939.[67] Falando ao povo norte-americano, o presidente da Sociedade ressalta, desde o princípio, o ímpeto daquele país e de seu povo em estar sempre na dianteira da defesa da liberdade de palavra, de reunião e de culto. "Em vista dos fatos", como destaca, Rutherford classificava aqueles que objetassem suas afirmações, ao lado dos ditadores que, em seus países, eram apoiados por homens ricos e por chefes religiosos. Em contraposição, havia o "Reino de Deus" – ao qual só pertenciam as Testemunhas de Jeová – espaço em que habitavam pessoas que nutriam amor pela justiça, desconsiderando raça, cor ou crença anterior.

Tais fatos refletiriam a situação da Europa na década de 1930, no momento mais próximo da guerra, quando Mussolini fechou acordo com o papa, fato que lhe possibilitou afirmar que era o "sustentador do chefe da religião católica na Terra e do poder temporal do Vaticano, o papa, e da Ação Católica". A colaboração entre o Vaticano, o clero e os líderes políticos é identificada em ocasiões como a invasão da Abssínia ou a perseguição aos judeus italianos, nos massacres promovidos pelas tropas franquistas na Espanha, ou ainda, no avanço japonês sobre o norte da China. Em vista disso, Rutherford conclui que o fascismo, o nazismo e o comunismo significavam todos a mesma coisa: o domínio totalitário e a oposição a Deus, Jesus Cristo e seus seguidores.[68]

No caso alemão, embora o povo fosse amante da paz, o Diabo teria colocado Hitler no poder que, abertamente desrespeitava as liberdades do povo, e que, na perseguição aos judeus ou às próprias Testemunhas de Jeová, teria também o apoio incondicional da Igreja Católica. Até mesmo na União Soviética – classificada pelas Testemunhas de Jeová como um domínio arbitrário em detrimento de todo testemunho a favor de Deus – a Igreja tentava um acordo com Stálin, visando provavelmente "abocanhar" mais um pedaço do mundo para seus domínios. Para Rutherford, embora a imprensa católica norte-americana tentasse mostrar que o Vaticano era contra o comunismo, os fatos contradiziam tal intenção:"os fatos mostram que a Hierarquia está disposta a fazer conchavo com qualquer poder ditatorial ou totalitário que permita ao

---

[67] Testemunhas de Jeová, *Fascismo ou Liberdade*, Nova Iorque, Watchtower Bible and Tract Society, 1939. *Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia*, DEOPS/SP, APESP.

[68] Ibidem, p. 10.

Testemunhas de Jeová, *Fascismo ou Liberdade*, Nova York: Watchtower Bible and Tract Society, 1939 (Capa). Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia, DEOPS/SP, APESP.

Vaticano agir como uma espécie de super governo espiritual, fazendo que o elemento político cumpra suas ordens".[69]

O presidente da Sociedade reclamava nos Estados Unidos que a Ação Católica instava seus membros a se lançarem na política, não através de um partido a parte, mas dominando todos os legisladores. Evitariam-se assim as despesas de movimentar uma organização distinta, tornando sua influência mais efetiva. Para Rutherford, por meio dessa ação agressiva, "a Hierarquia estaria trabalhando nos Estados Unidos de mãos dadas com os fascistas para apoderar-se do domínio do país e tirar todas as liberdades do povo".[70] Como prova disso, Rutherford apresentou à audiência provas de que, quando proferiu um discurso em Londres intitulado *Encare os Fatos*, todas as emissoras de rádio que haviam se comprometido a retransmitir sua conferência receberam cartas ameaçadoras da Ação Católica. Sob pressão, muitas emissoras teriam voltado atrás, cortando a transmissão, sob alegações absurdas para as Testemunhas de Jeová. Como razão para a perseguição empreendida pelo clero às Testemunhas de Jeová, o presidente da Sociedade ressaltou sua crença como um caminho "natural" dos católicos que, percebendo tratar-se a sua Igreja de uma organização política que roubava o dinheiro do povo e servia-se dele para destruir suas liberdades, voltavam-se "para Deus e para seu reino".[71]

Ao conclomar novamente os princípios do povo americano, o presidente Rutherford clamava por novos adeptos e emissoras de rádio, convocando-os a se juntarem numa frente única pela liberdade de reunião, de palavra e de adoração, garantidas pela Constituição dos Estados Unidos da América. Na sua opinião, a Igreja Católica só pretendia dominar e espoliar, contando com a ignorância do povo sobre as verdades bíblicas. Acreditava que, caso fosse revelada a opressão da Igreja às pessoas por meio das Testemunhas de Jeová, o Vaticano certamente vociferaria que a verdade não estava contida na Bíblia, mas sim na autoridade de seus sacerdotes.

Rutherford interpretava essa situação como "planos do Diabo para a Terra", capaz de cegar e desencaminhar o povo pela religião, induzindo os chefes religiosos à promulgação de doutrinas falsas, como a virgindade de Maria, a

---

[69] Ibidem, p. 12.

[70] Ibidem, p. 17.

[71] Ibidem, p. 22.

imortalidade da alma e a existência de um inferno e de um purgatório[72] para onde iriam todos depois da morte. Sairiam dali, afirma Rutherford, mediante a ajuda de sacerdotes devidamente pagos para dizer orações em benefício dos mortos.

O quadro era nebuloso: como visto, as Testemunhas de Jeová demonstraram ser radicais em seu anticlericalismo. Resta dúvida se a atuação do DEOPS nesse caso não foi pontual, visando combater focos de subversão explícitos pelos princípios bíblicos fundamentalistas das Testemunhas de Jeová e do não-comprometimento com as leis civis dos Estados. Devemos considerar que as autoridades policiais não se mostravam muito esclarecidas em relação à perseguição empreendida contra a Sociedade Torre de Vigia, conforme podemos constatar pela diversidade de crimes imputados aos membros da Sociedade. Caso exemplar, é o surgimento nos registros do DEOPS da acusação de anarquismo por parte das Testemunhas de Jeová, ou as prisões verificadas no Rio Grande do Sul, de Erich Kattner e Otto Estelman, missionários fugidos da Alemanha por imposição da GESTAPO, mas que aqui foram encarcerados sob a alegação de que eram espiões nazistas.[73]

Os relatórios de investigações produzidos pelo DEOPS nos oferecem pistas sobre essa questão. Em um deles, um investigador atesta que a apreensão dos exemplares de *Fascismo ou Liberdade* não procedia por força de seu conteúdo estritamente religioso.[74] No entanto, não era essa a opinião do delegado adjunto de Polícia de Ordem Política que, em 27 de maio de 1941, sugeriu ao delegado de Ordem Política e Social que negasse o pedido de registro legal à Sociedade Torre de Vigia, encaminhado por seu representante no Brasil, Nathaniel Alston Yuille. Alegava que, em 1939, a referida sociedade "sem a necessária permissão policial, promoveu uma passeata pelas ruas da cidade, distribuindo folhetos e boletins, que diziam ser de pregação religiosa, mas que, a

[72] Essas considerações também foram localizadas em outra publicação apreendida pelo DEOPS como Testemunhas de Jeová, *O Caminho de Deus é Amor*. Nova Iorque: Watchtower Bible and Tract Society, 1953. *Dossiê nº. 50-G-033* (001), DEOPS/SP, APESP.

[73] Testemunhas de Jeová. Op. cit. (1993), p. 457.

[74] Informação nº 532/45, sobre a Sociedade Torre de Vigia, de Francisco Halfeld de Andrade, chefe do Arquivo Geral, para Luiz Tavares da Cunha, delegado chefe do setor de Ordem Política e Social. Delegacia de Ordem Política e Social. São Paulo: 24/02/1945. *Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia*, DEOPS/SP, APESP.

nosso ver, eram nitidamente subversivos".[75] Os princípios "antilegalistas" das Testemunhas de Jeová eram supostamente evocados nessas ocasiões, como, por exemplo, quando se realizou no Estádio do Pacaembu o Congresso "Um só mundo, um só governo".[76]

O encontro contaria com a presença de Nathan Knorr, novo presidente mundial da Sociedade Torre de Vigia, referendado após a morte de Joseph Rutherford. A Conferência, proferida em inglês e traduzida por Erich Kattner, apresentava um novo sistema de governo composto pelas maiores potências do planeta: Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha e França. Sob o domínio desses países, a Torre de Vigia faria reinar no mundo a segurança e a paz duradoura. O investigador, para ter uma idéia mais completa das palavras de Knorr, transcrevia alguns tópicos de sua oração:

> Um só mundo debaixo de um governo de justiça e igualdade;
> Além disso está próxima a sua realização;
> Isso significará um mundo, sem guerra, afastado de conflito;
> Significará para a Terra uma unidade e todos compartilharão de todas as alegrias;
> O Céu estará em harmonia com a Terra e ela corresponderá com a justiça, paz e igualdade;
> Um governo teocrático com todos os poderes;
> Este governo teocrático é os noves céus".[77]

Para a autoridade policial, esses pronunciamentos constituíam verdadeiros focos de subversão contra as autoridades estabelecidas. O afastamento da pregação da Bíblia para a pregação de ideologias políticas era interpretado como expressão de desvio. Para o investigador, os temas "condenação das guerras" e

---

[75] Informação nº 8/41, sobre a Sociedade Torre de Vigia, de A. P. Pinto Moreira, delegado adjunto de polícia, para o delegado especializado de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo: 27/05/1941. *Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia*, DEOPS/SP, APESP.

[76] A ligação da Sociedade Torre de Vigia com a subversão foi representada também na idéia de que ela ensejava uma agremiação secreta, como a maçonaria. Esta foi a manchete de um exemplar do jornal *O Dia*, de 1952, que, sob o título "Pretendiam ressuscitar uma Sociedade Secreta no Brasil", narrava as tentativas de legalização impetradas pelas Testemunhas de Jeová para a regularização de seu trabalho missionário. *O Dia*, 26/10/1952. *Dossiê 50-G-033 (001)*, DEOPS/SP, APESP.

[77] Relatório preparado pelo Setor 2 da Delegacia de Ordem Política e Social, Serviço Secreto, referente à conferência realizada no Ginásio do Pacaembu, proferida por N. H. Knorr, presidente da Sociedade Torre de Vigia. Secretaria de Segurança Pública. São Paulo: 13/03/1945. *Dossiê 50-G-(001)*, DEOPS/SP, APESP.

"negação de qualquer autoridade de homens", por si só justificariam a repressão policial.

As autoridades preocupavam-se em esclarecer que a polícia não estava contra os princípios teológicos daquela doutrina, mas contra a negação da autoridade civil em favorecimento de Deus. Portanto, poderia ser uma doutrina "explorada demagogicamente por elementos interessados na subversão da ordem, produzindo elementos contrários aos esperados por seus doutrinadores".

Sob essa lógica, continuaram a ocorrer apreensões sistemática das publicações da Sociedade Torre de Vigia de fundo religioso, como a revista *Torre de Vigia* e os panfletos *A Paz Pode Durar?* e *O Caminho de Deus é Amor*. O endosso de uma série de estigmas por parte da Polícia Política manifestou-se, de forma mais radical, no período da Segunda Guerra Mundial. O fato de um cidadão ser estrangeiro (alemão, em especial) e testemunha de Jeová funcionava como elemento negativo para a composição de seu perfil ideológico. Essa situação pode ser constatada em uma carta do alemão João Stein, responsável pela distribuição das publicações das Testemunhas de Jeová impressas nos Estados Unidos e distribuídas no Brasil. Stein afirma que, em 1943, fora detido em Cruzeiro, sob suspeita de ser adepto do Eixo, ocasião em que lhe foram apreendidos diversos livros de literatura e Bíblias, para ele de inestimável valor e, para a polícia, nada mais do que material de propaganda religiosa, sem interesse para a Segurança Nacional.[78]

Nathaniel Alston Yuille, representante da Sociedade Torre de Vigia, reiterou a idéia de que João Stein era apenas um ministro cristão treinado para o ensino da Bíblia, estando empenhado contra a combinação totalitária de Hitler, que desafiava a Deus, proibia o estudo da Bíblia e perseguia as Testemunhas de Jeová.[79] Yuille afirmou que, ao contrário do que suspeitava a polícia, Stein era

---

[78] Relatório de investigações de João Amoroso Netto, delegado adjunto, sobre o alemão João Stein. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo: 23/08/1943. *Pront. 11377 – João Stein*, DEOPS/SP, APESP.

[79] Na Alemanha nazista, as Testemunhas de Jeová foram perseguidas em razão de sua insubordinação ao governo de homens, à participação em agremiações e comemorações cívicas como o Exército e ao juramento às bandeiras e hinos. Especialmente naquele país, negavam-se a fazer o *Heil Hitler*, respondendo com um sonoro bom dia. A perseguição de Hitler resultou no envio de diversas Testemunhas para campos de concentração, no qual ganharam uma distinção especial, um triângulo roxo. Embora bastasse às Testemunhas apenas assinar um termo abdicando de sua fé, muitos morreram em defesa de seus princípios e na crença de uma provação divina.

um alemão inteiramente contrário aos destinos de seu país, pela sua nulidade em política. Por fim, Yuille argumentou que no Brasil realmente haveria agentes nazistas religiosos, "quinta-colunistas, que falsamente acusam as Testemunhas de Jeová de serem subversivos porque eles próprios estão sendo expostos pela publicação desta sociedade".[80] Aliás, esse era um argumento recorrente por parte das Testemunhas de Jeová que procuravam associar sua perseguição, nos mais diversos países, a uma maquinação da Igreja Católica com o Estado para reprimir aqueles que os atacavam.

Podemos aventar a possibilidade de que a mentalidade católica das autoridades policiais muitas vezes teria funcionado como um filtro, impedindo a circulação de idéias nocivas à "ordem" católica. Sob esse prisma, podemos avaliar um relatório de investigações de 1955 que, ao reconstituir as raízes históricas das Testemunhas de Jeová e sua atividade desde os Estados Unidos, onde eram consideradas uma seita,[81] enfatiza o choque dos princípios das Testemunhas de Jeová com aqueles defendidos pela Igreja Católica. Tal percepção reforçou a idéia de que a polícia tinha uma visão pré-concebida da Sociedade Torre de Vigia. Tanto assim que a passeata realizada em 1939 em repúdio à religião católica, recebeu o seguinte comentário policial: "de tudo fazem para conseguir catequizar o maior número de adeptos".[82] Novamente surge na lógica policial a associação entre o que não era católico e o que representava subversão. Aliás, a contenda entre Testemunhas de Jeová e a Igreja Católica era antiga, sendo natu-

---

[80] Carta "A quem possa interessar", de Nathaniel Alston Yuille. Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados (Watch Tower Bible & Tract Society). Rio de Janeiro: 15/09/1942. *Dossiê 50-G-033 (001)*, DEOPS/SP, APESP.

[81] O argumento da subversão da ordem em relação aos grupos religiosos, tão usada pelo DEOPS, perde sentido ao entendermos a definição de que entre os grupos chamados "sectários", há a predominância de uma sociedade "moral" sobre a secular, quando se adota o modelo de conduta inspirado nos primeiros cristãos. A "seita" dirige sua crítica ao mundanismo e vê no progresso, que necessariamente traz mudanças de papéis e de comportamentos, um obstáculo à realização de seus padrões éticos. Estes, na realidade, colocados em termos religiosos, são extremamente conservadores, não havendo portanto contestação ao *status quo*. Pelo contrário, muitas vezes a visão ética, as expectativas de ascensão individual e as soluções radicalmente sacrais para os problemas humanos levam as seitas a posições reacionárias extremas, quanto aos mais fundamentais aspectos da organização social. Cf. CAMARGO. Op. cit., p. 153.

[82] Relatório nº 20 de investigações em torno da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados – Testemunhas de Jeová. Superintendência de Ordem Política e Social. São Paulo: 12/08/1955. *Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia*, DEOPS/SP, APESP.

ral seu surgimento juntamente com os "estudantes da Bíblia" nos Estados Unidos, que levavam a cabo sua campanha proselitista na saída das missas católicas ou cultos protestantes realizados naquele país.

Importante considerar que as Testemunhas de Jeová pretendiam oferecer uma opção aos descontentes com a visão de mundo fornecida pelo catolicismo. Daí a razão de sua existência ter implicado, muitas vezes, uma feroz campanha anticlerical. Aliás, essa não é uma característica particular das Testemunhas de Jeová. Rubem Alves já afirmara que o modelo de religião acatólica formado no Brasil necessitava do catolicismo para definir seus contornos, identidades e missão. O protestantismo brasileiro, por exemplo, formou-se em oposição ao catolicismo, encontrando nele um modelo a ser criticado. Dessa forma associavam a Igreja Católica ao atraso e à antítese da liberdade de pensamento, ensejada no combate ao "livre arbítrio" protestante, ou seja: uma verdadeira corrupção da verdade evangélica. As religiões protestantes, especialmente aquelas de raízes norte-americanas, encontravam no catolicismo as razões para o avanço do comunismo no Brasil. Acusavam-no de difundir a opressão, a ignorância e a pobreza entre os homens, a exemplo da Espanha, França, Itália e Rússia, provas indiscutíveis da associação entre os dois "males".

Nesse sentido pode-se avaliar porque o protestantismo brasileiro – e nesse meio encontram-se inclusas as Testemunhas de Jeová – empenhou-se numa campanha anticlerical que só fez intensificar a repressão policial sobre si, na condição de transgressor da "ordem". As Testemunhas de Jeová levaram essa campanha ao radicalismo tanto em suas publicações como em suas reuniões e congressos, à medida que conquistavam cada vez mais adeptos e leitores nos Estados Unidos e no resto do mundo. Muitos se deixavam seduzir pelas críticas emitidas à Igreja Católica, que definia o catolicismo como uma "religião falsa". Em *Enemies*, lançado em Ohio em 1937, o "juiz" Rutherford denunciava a "religião falsa" como o "grande inimigo que agia sempre em prejuízo da humanidade". Identificava seus praticantes como "agentes do Diabo, estivessem conscientes deste fato ou não". Ao apresentar o livro, Rutherford teria dito: "Notareis que a capa é da cor de couro, bege, e com ele vamos passar o couro na velha dama (a grande meretriz)".[83]

---

[83] Testemunhas de Jeová. Op. cit. (1993), p. 84.

A "encarnação do perigo": o Espiritismo no acervo

Junto ao acervo DEOPS/SP, não faltam registros acerca das atividades do Espiritismo e de seus adeptos, investigados e repreendidos ao longo das décadas de 30 e 40. No Brasil, o aspecto religioso preponderou sobre o filosófico ou o científico do Espiritismo. Seguindo o modelo das grandes religiões, a doutrina espírita desenvolveu a peculiar capacidade de apresentar uma interpretação coerente do mundo, explicando a posição dos indivíduos nas estruturas de estratificação social e orientando praticamente sua conduta. Devido à posição atribuída pela religião espírita à caridade, abrangendo não somente o campo assistencial como também o educacional, os aspectos científicos da doutrina, como os fenômenos mais ostensivos da experimentação mediúnica, assumem importância menor.

Em função do estilo racional da doutrina kardecista, o Espiritismo passou a ser considerado, desde o início do século XX, principalmente nas pequenas cidades do interior, uma ideologia que se opunha à liderança do pensamento exercida pela Igreja Católica. Atingindo uma minoria intelectual que buscava formas de inovação face aos quadros ideológicos no Brasil, o Espiritismo apresenta um sistema filosófico-religioso diverso do pensamento católico e mais coerente com o estilo de pensamento científico. A rejeição do dogma católico e a adoção de procedimento sistemático na formação da doutrina espírita mostraram-se compatíveis com aspirações intelectuais de parte da população urbana brasileira.[84]

No Brasil, as primeiras indagações sobre fenômenos mediúnicos datam do século XIX, em clima de curiosidade e interesse sobre as "mesas falantes", objetos que se movimentavam. Nos Estados Unidos, chegou a ser nomeada uma comissão para a investigação do fenômeno espírita, um crescendo que tomou vulto na Europa, quando em 1853, León Hyppolite Dénizart Rivail, conhecido como Allan Kardec, publicou o *Livre des Espirits*,[85] hoje um clássico do Espiritismo. Kardec tomava por base a análise comparativa de mensagens psicografadas, cuja autenticidade era verificada através da crítica racional. O Espiritismo por ele proposto foi introduzido no Brasil como ciência, filosofia e

[84] CAMARGO. Op. cit., p. 163.

[85] Ibidem, p. 160.

religião entre 1865 e 1873, quando surgiram as primeiras organizações espíritas na Bahia e no Rio de Janeiro.

Da mesma forma, a Umbanda tomou vulto entre a população pobre do Império, antes compreendida como religião de escravos negros africanos. No Brasil, a Umbanda adotou, de forma sincrética, práticas e entendimentos cuja gênese encontra-se no espiritismo kardecista e no catolicismo. O que distingue o Espiritismo brasileiro e garante sua grande aceitação é a terapia mediúnica que, por intermédio de "passes", visa combater todos os tipos de enfermidades, além de pregar a caridade. A criação, em 1884, da Federação Espírita Brasileira expressa a tentativa de preservar a unidade doutrinária do Espiritismo e o esforço de reunir, de modo institucional, a crescente população de fiéis dispersos por inúmeros "centros".

A Igreja, da mesma forma, como não se mostrou alheia ao crescimento protestante, encarou a Umbanda e os cultos espíritas como sérias ameaças à sua posição na sociedade brasileira. O aumento do número de não-católicos debilitou o argumento sempre utilizado pela hierarquia da Igreja dedicada a reclamar do Estado, que salientava a tradicional catolicidade "da esmagadora maioria do povo brasileiro".[86] É sob este ângulo que avaliamos a repressão empreendida pelo DEOPS ao longo dos anos 30 e 40, quando diversos centros espíritas estiveram sob cerrada vigilância policial. Atendendo às exigências, remetiam às autoridades policiais seus estatutos, relação de membros da diretoria e filiados, enfim, qualquer registro que pudesse mais tarde justificar uma proscrição mais alongada.

Dessa forma, observamos que os mesmos argumentos utilizados contra grupos protestantes são aqui retomados para justificar a ação policial contra os centros espíritas. Assim se procedeu com relação ao Centro Espírita Esperança e Caridade, cujas investigações alertavam para o fato de suas reuniões serem de caráter comunista. O investigador Henrique Mébius, após ter comparecido a duas delas, constatou que ali se reuniam pessoas para realizar ritos de caráter espírita, não sendo observada a presença de elementos dedicados à "propaganda vermelha". O presidente José Furlan, que mantinha a sua alfaiataria ao lado do referido centro, ao ser investigado, "não revelou idéias contrárias ao nosso regi-

---

[86] ALVES, 1979, p. 47.

me". Apesar de ser confirmada a suspeita de reuniões de caráter subversivo, constatou-se que o local era freqüentado por operários e pessoas da redondeza "com um certo apreço".[87]

Em outros casos, a polícia chegava até um grupo religioso após a investigação de indivíduos reconhecidamente comunistas ou anarquistas. Esse foi o caso da professora Luiza Peçanha de Camargo Branco;[88] conhecida militante que consta dos registros policiais como "professora espírita". Luiza Peçanha possuía uma intensa produção anticlerical, característica dada aos seus artigos publicados nos jornais partidários e em suas palestras.

Inúmeros são os casos em que a definição do crime político vinha atrelada à religião. Esse foi o caso de Carlos Teixeira,[89] indiciado como comunista em Santos, em 1935, e posto em liberdade dias depois por falta de provas. Em 1939, ainda sob investigação, o prontuariado foi novamente intimado a prestar declarações à polícia, desta vez sobre um panfleto distribuído na capital, de sua autoria, intitulado "Congressos Eucarísticos". Este tecia comentários sobre a gastança da Igreja na realização da reunião dos bispos em São Paulo e encontra-se anexado a seu prontuário. Há indícios de que um dos motivos da prisão de Carlos Teixeira tenha sido o fato dele ser diretor do Centro Espírita Jesus Consolador.

No panfleto "Congressos Eucarísticos" percebe-se, mais uma vez, a recorrência à crítica anticatólica, interpretada pela polícia como crime. O autor inicia o panfleto afirmando que a atitude da Igreja de organizar congressos, longe de ser o de homenagear a Cristo, era mais uma forma de auferir rendimentos para a instituição. Para Teixeira, aqueles que doavam dinheiro para a Igreja eram "gente crédula pronta a ser guiada por cérebros alheios", que fornecia fundos para a construção de igrejas cujas obras jamais se concluíam, servindo apenas para aumentar o dinheiro dos cofres da Igreja, cheios com os "peditórios de toda a espécie" como as quermesses e a mendicância.[90]

---

[87] *Pront. 115568 – Centro Espírita "Esperança e Caridade"*, DEOPS/SP, APESP.

[88] *Pront. 2422 – Luiza Peçanha Camargo Branco,* DEOPS/SP, APESP.

[89] *Pront. 3742 – Carlos Teixeira,* DEOPS/SP, APESP.

[90] Panfleto "Congressos Eucarísticos", de Carlos Teixeira. São Paulo, 1939. *Pront. 3742 – Carlos Teixeira,* DEOPS/SP, APESP.

CONGRESSOS EUCARISTICOS

"Estudai de tudo e abraçai o que for bom". — S. Paulo.
Lêde pois e julgai.

Ninguem, até mesmo aqueles de inteligência menos lúcida, poderá pensar que esta atividade do clero em organisar congressos eucaristicos, vise somente homenagear o Cristo, mas auferir proventos vultuosos em moéda corrente para a sua igreja.

Para aqueles que não se deixam levar pelo incenso nem pela hostia concluirão que o fim colimado é: arranjar dinheiro, e quanto às manifestações públicas de fé, conforme alegam e amplamente anunciam, não passa de uma miragem para atrair e entusiasmar certa classe de gente credula de mais, ao ponto de se deixar conduzir por cerebros alheios e não raciocinar por si.

A propaganda é intensa, pertináz e inteligentemente organizada; tudo foi provisto e providenciado, mas o mercantilismo que a caracterisa, demonstra claramente que o objetivo é apenas a conquista do vil metal, aliás, assunto de que a igreja jamais descurou, antes, cada vez mais, procura esquedrinhar o melhor meio; óra são as "Santas" que o clero "hospeda" por oito dias nas residencias das beatas e finda a estadia, lá vão buscá-las e com elas cobrindo que rendeu, para transportá-las a outra casa, e assim indefinidamente; óra são igrejas para as quais pedem sempre e nunca concluem a sua construção, enfim peditorios de toda a especie, alem disso: quermésses com pau de sebo, corridas de saco, jogos variados e, como se isso já não bastasse extendem a mendicancia pelas casas comerciais, escritorios, residencias e iríamos muito longe se fossemos enumerar.

Que profunda diferença entre o Cristianimo dos primeiros séculos e o catoliscismo dos nossos dias!

Aqueles cristãos completamente desprendidos, só tinham por finalidade: servir a Deus. Jesus disse aos Apostolos: "Ide, pregai o Evangelho, curai os enfermos e dai de graça o que de graça recebeste".

Hoje, como que perdeu o sentido, ou parece estar sendo a passagem Evangelica interpretada assim: Ide, pregai o Evangelho segundo a vossa conveniencia e arrecadai o quanto fôr possivel, para maior gloria.. do Vaticano.

Quanto se distanciaram da Religião que o Meigo Nazareno quiz que permanecesse eternamente entre os os homens!

A crise de valores e de fé porque passa o Mundo,, impressionou as coletividades chamadas religiosas que, zelosas pelo seu imenso patrimonio material, procuram acautelar-se em todos os sentidos e, sob esse impulso, lançam mão de todos os recursos, embora se vejam obrigadas a rotular suas "atividades", com títulos pomposos e daí a idéia da organização periodica dos tais congressos eucaristicos onde esperam arrecadar alguns milhares de contos de reis.

Não julgue o leitor ser isto uma fabula, acompanhe o movimento intenso que óra se processa em São Paulo: propaganda pela imprensa, pelo pulpito, nas comunidades religiosas, por boletins avulsos e pelas emissoras de radío. As listas correm céleres de mão em mão, e as que os jornais tem publicado já atingem a varias centenas de contos. O amparo oficial graças à sua politica, já foi subscrito e só este chegaria de sobra para atender às instalações para o tal congresso, mas a propaganda prossegue, e cegos pelo ouro, nem ao menos reparam no ridiculo quando anunciam pelas emissoras à maneira de reclamos de artigos de casas comerciais, externando-se mais ou menos assim: Para maior realce do 4.º congresso eucaristico, temos à venda escudos comemorativos à rasão de 50$000 e 30$000 que deveis adquirí-los, enfeitando assim o frontespicio de vossas residencias, vendemos tambem pequenos emblemas para serem colocados nos automoveis ao preço de 5$000, e não vos esqueçais Srs. catolicos, dos selos do nosso congresso, que deveis colocá-los no verso de vossa correspondência, custa apenas 5$000 o bloco de 50 selos. Todos estes artigos são encontrados em tal parte etc.

Oh! genio imortal de Guerra Junqueiro! Volta de novo à terra e com tua pena rutilante de verdadeiro cristão que eras, vem continuar a tua sublime missão de descrever às multidões ignaras, a estrutura de uma seita que ha varios seculos vive à explorar a caridade publica, retribuindo avárament e um decimo apenas do imenso cabedal arrecadado. Vem o intemerato poeta, mas incarna em terras de Santa Cruz para te entristeceres, pois a tal casta ainda continua a "vender o Cristo em grosso e a retalho, em padrões de ouro amoedado".

Oh! homens ricos de bens terrenos, espraiai vossos olhares e vereis um oceano imenso de miserias: Mães esqualidas a mendigar o pão sêco para seus filhos, orfãos sem amparo, familias inteiras sem o menor conforto morando em porões infectos e sem ar; velhos trópegos atirados margem da vida e sem um lar amigo, e no meio de tanta pobreza, contribuis fartamente para a ereção de faustosas e inuteis catedrais onde se ostenta o luxo e a vaidade que o proprio Cristo abominou.

Atendei ao menos às exortações de Jesus, folheai o seu Evangelho, embora vilmente deturpado pelo sacerdotalismo na conjugação de interesses, e ponde em pratica aquelas sublimes parabolas do "Moço rico" e do "Bom Samaritano".

Não é auxiliando igrejas de argila feitas pelos homens e para os homens, nem com exteriaridades na praça publica que alcançareis a suprema felicidade do outro lado da Vida, mas edificando asilos, orfanatos, hospitais, albergues, amparando a pobreza, enfim praticando a Caridade.

"A Religião pura e imaculada para com Deus o Pai, é esta: Visitar os orfãos e as viuvas nas suas tribulações e guardar-se imaculado do Mundo". Tiago, Cap. 1, Versiculos 26-27. Paulo, o Apostolo dos gentios, disse que a Fé sem obras é morta e que a Caridade redime uma multidão de pecados.

Tende por templo — O Universo. Por altar — A Conciência — Por Imagem — Deus — Por lei — Caridade.

CARLOS TEIXEIRA

NOTA — O autor pede a todos aqueles que estiverem de acordo com os dizeres deste boletim, mandar imprimir e distribuir, à vontade.

Panfleto "Congressos Eucarísticos", de Carlos Teixeira. São Paulo, 1939. Pront. 3742 – Carlos Teixeira, DEOPS/SP, APESP.

A polícia, após ter apreendido na residência de Teixeira vários indícios, concluiu, em 9 de junho de 1942, que "à vista dos resultados obtidos, verifica-se que a propaganda feita, atualmente, contra os Congressos Eucarísticos, parte de pessoas que cultuam o Espiritismo".[91] Há uma evidente ligação entre crime e religião, articulação que se repete no prontuário da Federação Espírita Paulista, órgão máximo de representação dos centros filiados em relação às autoridades. Por ocasião de uma comemoração ao quarto aniversário de fundação da União Mocidade Espírita Paulista, a polícia – presente no local – registrou que não observou nenhum canto, declamação ou polêmica sobre o catolicismo. Em atenção ao pronunciamento de Jenny Grassman, diretora de propaganda da União, cumpriu ao investigador frisar que não houve uma crítica à Igreja, mas sim menções indiretas ao corpo eclesiástico, acusado de abusar nos gastos; crítica comum do anticlericalismo do período.[92]

O controle sobre as atividades dos centros espíritas no Estado de São Paulo é confirmado pela série de prontuários aberta pelo DEOPS em nome dessas instituições. Raros são os documentos referentes às suspeitas de "subversão". São geralmente cópias de estatutos sobre os quais a polícia fazia algumas observações e sugeria alterar cláusulas ou nomes;[93] informações sobre contendas internas, atestando a renúncia de toda uma diretoria;[94] ou a simples mudança de cadeiras ou posição de lideranças na diretoria.[95]

Do ponto de vista doutrinário, o Espiritismo pouco apresentava de "subversão política". A adesão a essa crença, muitas vezes, implicou a adesão a um mundo onde nada ocorre ao acaso e os infortúnios e os sucessos explicam-se ganhando significado. Tudo tem uma razão de ser. Às expectativas de frustração face à nova realidade tornam extremamente necessários o ajustamento e a reorganização da visão de mundo. Essa necessidade se faz sentir entre as camadas

---

[91] Relatório de investigações nº 45 para o delegado especializado de Ordem Política e Social sobre Carlos Teixeira. Seção de Ordem Social. São Paulo: 09/06/1942. *Pront. 3742 – Carlos Teixeira*, DEOPS/SP, APESP.

[92] *Pront. 48921 – Federação Espírita Paulista*, DEOPS/SP, APESP.

[93] *Pront. 27766 – Centro Espírita Paz e Caridade*, DEOPS/SP, APESP.

[94] *Pront. 33368 – Centro Espírita Frederico de Moraes*, DEOPS/SP, APESP.

[95] *Pront. 39365 – Centro Espírita Redentor Filial* e *Pront. 87091 – Liga Espírita do Estado de São Paulo*, DEOPS/SP, APESP.

mais pobres da população para as quais as perspectivas de compensação econômica e social, decorrentes do processo de mobilidade social vertical e redistribuição da renda, configuram-se pouco realizáveis. A ausência de consciência de classe, a fragilidade da instituição sindical e as formas não estruturadas de luta política aparecem como componentes da realidade os quais darão oportunidade para a emergência da religião como alternativa no processo de adaptação ao mundo novo. Nesse sentido, caminha-se para a manutenção do *status quo*, tornando portanto a repressão policial desinteressante ao Estado, a não ser que as motivações fossem outras.

O que se reclamava não era que o Estado Novo tivesse cerceado a liberdade de todos ao censurar publicações ou empreendendo a repressão, e sim, que certos "fatos desmentiam a civilização criada com o Estado Novo". Esta é a explicação registrada em uma "carta-aberta ao Exmo. Sr. Dr. Presidente da República",[96] publicada em Piquete, em 18 de maio de 1941. O texto encontra-se publicado no boletim *O Monitor*, de autoria de Francisco Velloso. Esse documento foi apreendido em razão das investigações sobre o episódio travado entre protestantes e católicos em Cunha (SP), aqui já relatado. Nessa carta, Francisco Velloso rebate o artigo publicado em *A Ordem*, que atacava os metodistas da cidade, ressaltando que as perseguições do padre local, Septínio Ramos Arantes, não eram restritas aos protestantes, pois estendiam-se também a espíritas, como Velloso, que percebiam nessa atitude o projeto da Igreja Católica dedicada a "enfim, açambarcar e dominar todas as consciências".

O autor da carta-aberta reclama pelo direito à liberdade religiosa garantido a todas as nações civilizadas, especialmente as democráticas "como a nossa, com fulgurante exemplo na Magna Carta Republicana de 1937, base do magestoso edifício do Estado Novo". A polícia teria, nessa legislação, a obrigação de reprimir os abusos, partissem eles de qualquer grupo religioso, funcionando também com os católicos. No entanto, Velloso observa que em *A Ordem*, de 15 de maio de 1941, ficava evidente que o que enchia o coração daqueles "falsos cristãos", era o ódio a todas as religiões contrárias a seu credo. Com "louvores piégas" às autoridades, o artigo de *A Ordem* clamava pelo fechamento de "antros de macumba", baseando-se em uma portaria do Chefe de Polícia

---

[96] Boletim *O Monitor*: "Carta-aberta ao Exmo. Sr. Dr. Presidente da República". Piquete: 18/05/1941, fl. 49. *Pront. 7725 – César Dacôrso Filho*, DEOPS/SP, APESP.

Política do Distrito Federal que mandava fechar todos os centros espíritas localizados na capital do país, medida que o autor concordava ser necessária para "reconhecer e distinguir as falsas das legítimas associações".

Em nome dos espíritas, Velloso afirma seu apoio a Filinto Müller e à polícia paulista, já que nenhum dos dois havia se rendido a todo o "poderio do papa e seus imensos tesouros pecuniários", livrando da proscrição dos espíritas a Federação Espírita Brasileira, a Liga Espírita do Brasil, a Federação Espírita Paulista e a Rádio Piratininga de São Paulo.

Francisco Velloso vale-se da carta-aberta para defender a maior autoridade da nação, à qual os católicos, em *A Ordem,* tentavam atribuir uma campanha contra o Espiritismo. O autor deixava evidente que, de forma alguma, aceitaria como verdadeira essa acusação, que ensejava uma colaboração entre o Estado e a Igreja Católica. A Getúlio Vargas, Velloso pedia "aplausos pelo saneamento moral, que matou os abusos que vinham denegrindo o Espiritismo, saindo este triunfante com sua liberdade religiosa". Velloso alegava que a campanha contra os centros era movida pela Igreja, que reproduzia artigos em *A Ordem* nos quais os "espíritas macumbeiros" eram descritos como membros da feitiçaria. Não por acaso, esse era o mesmo argumento usado durante a Inquisição contra os "hereges" de toda ordem.

Velloso concluiu afirmando que, ao contrário do pensar católico, o Espiritismo não era combatido pelo Estado por ser considerado "boa coisa", já que "nem a Igreja, nem os padres, nem os bispos, nem os papas, e nem os carolões, têm qualquer razão e muito menos autoridade moral para condenar, com valor, uma religião de conceito firmado, de foros legalizados, como o Espiritismo!" O autor pediu aos católicos então que fossem mais cristãos e que respeitassem as leis, o direito e as crenças alheias. Somente assim "sereis padres honrando a batina que é um símbolo de vossa Religião".[97]

O autor termina seu artigo reproduzindo uma nota publicada pelo jornal *Diário de Notícias,* que dava conta de um processo aberto contra o padre João José de Azevedo que, em Pindamonhangaba (SP), estaria movendo uma campanha contra a Igreja Metodista da localidade, incitando e preparando atentados contra seus representantes e adeptos. Esse era um fato que, para o autor, só poderia denunciar a ausência de liberdade religiosa.

---

[97] Idem, ibidem.

À MARGEM DA "CONCORDATA MORAL": A IGREJA CATÓLICA E A POLÍCIA POLÍTICA

Foi com a ascensão de Vargas ao poder que se estreitaram as relações da Igreja com o Estado brasileiro. A entrada do Brasil na guerra em 1942 acelerou este processo, quando a Igreja cerra fileiras pela obediência ao governo, "a quem a providência confiou". Um decreto de 1944 oficializava o serviço das capelanias militares, fazendo com que mais de 20 padres fossem ao *front* de guerra na Europa.

Nos anos 40, os pontos de atrito entre a Igreja e o Estado devem ser interpretados no contexto do Estado de Guerra, que exigiu um rígido controle dos estrangeiros em território nacional. Coube à Polícia Política realizar a mobilidade dos "Súditos do Eixo", a radiodifusão, a distribuição de material impresso e, até mesmo, as conversas em idioma dos países "eixistas". Essas medidas comprometeriam a obra missionária da Igreja nos núcleos de imigração alemã ou italiana no sul do país, onde funcionavam cerca de 3.000 escolas, gerando, muitas vezes, revolta das comunidades de imigrantes, que não falavam português.

A atuação do DEOPS para esses casos foi pontual. Com base nesses registros podemos afirmar que a Igreja Católica e suas organizações leigas, ordens de catequese, círculos operários, assim como seus representantes oficiais, não ficaram totalmente ilesos da repressão política e social, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial. Tal como ocorreu com os protestantes, a atuação dos religiosos católicos estrangeiros foi restringida ao máximo, com a proibição dos cultos em seu idioma de origem. Na cidade litorânea de Registro, por exemplo, os padres Johannes Dreisewerd e Guilherme Holver foram intimados a prestar declarações sobre a apreensão de um mimeógrafo, utilizado

para comunicação em língua japonesa. Ambos pertenciam à Congregação do Verbo Divino, encarregada de missões catequéticas junto às comunidades radicadas na baixada santista.[1]

Outros trinta registros se referem a casos semelhantes a esses, envolvendo padres que solicitavam ao DEOPS autorizações para viagens por diferentes regiões brasileiras, requerimentos de atestados de antecedentes político-criminais e de expedição de salvos-condutos. Os padres, quando faziam esse tipo de pedido, não precisavam comparecer à delegacia, a não ser no momento de retirada do documento. Essas ocorrências não caracterizam uma perseguição sistematizada, como ocorreu com outros grupos políticos ou religiosos, devendo ser avaliadas como reflexos dos estados de Sítio e de Guerra. Os religiosos católicos eram controlados unicamente pelo fato de serem estrangeiros, sendo raros aqueles que compareceram ao DEOPS por envolvimento político.

A pressão sobre a Igreja em âmbito nacional partiu do próprio governo, que acreditava haver padres simpatizantes do integralismo abrigados principalmente nas Congregações Marianas. Através de Filinto Müller, Vargas solicitou à Igreja que afastasse os padres da política e que lembrasse aos fiéis o preceito da obediência às autoridades constituídas.

Os padres que compareceram ao DEOPS eram acusados normalmente de nazismo, como aconteceu com os padres alemães Christoff Renner, Karl Bolz[2] e Miguel Piller, acusados de serem adeptos do regime de Hitler em 10 de fevereiro de 1943, por ocasião de uma ordem de busca e apreensão empreendida na casa em que moravam. No local, foram localizados um rádio, um projetor, negativos, filmes, fotografias e jornais alemães, além de recortes de jornais brasileiros como *A Gazeta* e *Diário de Noite*, que faziam referências à guerra e às batalhas em território alemão. Foram também confiscados exemplares das revistas alemãs *Die Woche*, *Deutch Infanterie*, *Signal*; os livros *Mein Kampf*, *Watcher der Heimat*, *Sieg Ueber*, *Frankreich*, *Der Sieg in Polen*, *Kampf um Norwegen* e *1939 Gegen England*. No quarto do padre Karl Bolz foram encontradas ainda fotografias de Hitler e de oficiais nazistas, bem como fotos de padres e soldados alemães em *front* de guerra, além de um distintivo com um "V" de vitória nas

---

[1] *Pront. 46922 – Congregação do Verbo Divino (Missões Católicas)*, DEOPS/SP, APESP.

[2] *Pront. 15621 – Christoff Renner* e *Pront. 10138 – Karl Bolz*, DEOPS/SP, APESP.

cores da bandeira alemã.[3] Os três padres nada sofreram além de um indiciamento, haja visto que, em agosto de 1943, o padre Christoff Renner enviou um requerimento à polícia solicitando autorização para sua mudança de endereço.

A suspeição sobre os cidadãos de origem alemã, italiana ou japonesa, ainda que naturalizados, incidiu em casos de espionagem. Assim, em 6 de setembro de 1942, foram confiscados vários aparelhos de fotografia dos bispos católicos Severin Kilgua e Bento Pickel (Dom Aloisio e Dom Bento),[4] uma máquina modelo Leica, um tripé, vidros para contra-sol e filmes utilizados e não revelados. A razão para a apreensão seriam fotografias tiradas por eles dentro do Congresso Eucarístico realizado na capital do Estado de São Paulo. Apesar da naturalização brasileira de Dom Bento Pickel, era vedado a todos os padres de origem "eixista" fotografar locais estratégicos. Os dois bispos foram chamados ao DEOPS e advertidos pelo fato de ambos terem nascido na Alemanha e já lhes haver sido proibido anteriormente tirar fotografias de qualquer ponto da Praia de Santos, onde residiam, bem como de cidades vizinhas, mesmo antes da declaração brasileira de guerra à Alemanha. Os bispos afirmaram em sua defesa que as fotografias tiradas dos estandes do Congresso Eucarístico serviriam-lhes apenas de lembrança e como registro do evento. Igualmente, declararam que nunca haviam se interessado por política.

Era comum a interferência de autoridades eclesiásticas, membros de órgãos públicos ou simplesmente membros brasileiros de uma paróquia, a favor de um religioso estrangeiro sob suspeita ou simplesmente para facilitar a obtenção de documentação de trânsito. Assim ocorreu com o frei Antonio Schäffer,[5] que requereu ao DEOPS um salvo-conduto permanente, valendo-se de uma carta de recomendação de um dos diretores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Da mesma forma, o padre alemão Emil Georg Wessoly[6] requereu, em 29 de janeiro de 1944, um salvo-conduto para viajar a serviço religioso até a cidade de Rodeio (SC). Graças à intercessão de frei Matheus

---

[3] Auto de Busca e Apreensão realizada por José Antonio de Oliveira, delegado adjunto da Delegacia de Ordem Política e Social. Delegacia de Ordem Política e Social, São Paulo, 10/02/1943. *Pront. 15621 – Christoff Renner*, DEOPS/SP, APESP.

[4] *Pront. 58818 – Severin Kilgua* e *Pront. 10046 – Dom Bento J. Pickel*, DEOPS/SP, APESP.

[5] *Pront. 29501 – Frei Antonio Schäffer*, DEOPS/SP, APESP.

[6] *Pront. 23481 – Emil Georg Wessoly*, DEOPS/SP, APESP.

MADT. DOCUMENTOS EXIBIDOS

Cart. Mod. 19: 22796 | Cert. reg. n.º

Reg. Geral: 548028 | De

Salvo-Conduto Nº 442714

NOME DO PORTADOR (POR EXTENSO)

PADRE CLEMENT DETTMAN

ASSINATURA DO PORTADOR

FILIAÇÃO — Pai: LUDIVIG DETTMAN — Mãe: TEREZA DETTMAN

NACIONALIDADE: ALEMÃ — NATURAL DE: ALEMANHA

DATA DO NASCIMENTO: 17 6 900 (Dia, Mês, Ano) — EST. CIVIL: S. — SEXO: M. — PROFISSÃO: sacerdote

N.º da Caderneta anterior — RESIDÊNCIA: R. Maria Eugenia, 104 - tatuapé

Salvo-conduto Nº. 442714, do padre Clement Dettman. Delegacia de Estrangeiros, São Paulo: s/ data. Pront. 39202 – Clement Dettman, DEOPS/SP, APESP.

Lopes, ministro provincial do Convento Santo Antônio do Pari do provincialado dos franciscanos, o pedido foi liberado dez dias depois.

O padre Nicolau Miranda[7] não teve a mesma sorte. Em 10 de março de 1944, Ovídio Bernardes e Clemente Fava, comerciantes estabelecidos na cidade de Uchôa (SP), firmaram uma declaração encaminhada à polícia, solicitando que o padre Nicolau Miranda recebesse um salvo-conduto permanente. Para tanto, o casal afirmava que o referido padre não professava "doutrina contrária ao Brasil", país onde residia havia dezessete anos, bem como não manifestava ser favorável aos países do Eixo. O delegado regional de Polícia de Uchôa, Antonio Espinhél Castelo Branco, no entanto, em correspondência de 25 de março de 1944, ressaltou que o padre Nicolau Miranda não era um "elemento confiável" daquela delegacia, pois havia atuado como cônsul italiano naquela cidade, cargo que deixou após o rompimento do Brasil com o Eixo. A esse fato,

---

7 *Pront. 61930 – Padre Nicolau Miranda*, DEOPS/SP, APESP.

somava a informação de que o padre fora oficial do exército italiano durante a Primeira Guerra.

Raros foram os casos em que padres católicos manifestaram-se publicamente contra o governo de Getúlio Vargas. Com efeito, o caso que maiores repercussões tomou em um processo de indiciamento de um religioso ocorreu com o padre José Esteban Cordon, espanhol processado pela Lei de Segurança Nacional e que chegou a ser julgado pelo TSN. Os registros policiais de seu "crime político" iniciaram-se com o radiotelegrama enviado ao DEOPS de São Paulo em 23 de setembro de 1942, pelo delegado regional de Polícia de Botucatu, Rolim Rosa. O delegado Rosa informou que em Pirambóia, o pároco José Esteban Cordon, ao visitar a casa de um fiel, pediu a sua esposa que retirasse o retrato de Getúlio Vargas do quarto de seu filho. Na mesma hora, visitava a casa a diretora do grupo escolar que, estranhando a atitude antinacionalista do padre, resolveu seguí-lo após sua saída. Foi quando presenciou o padre rasgando o retrato de Vargas e jogando os "pedacinhos ao vento".[8] Comunicado o ocorrido às autoridades policiais, todos os envolvidos foram interrogados. O padre José Esteban confessou o crime, alegando que a residência de Benedito Antônio Pires era indigna de conservar o retrato. As autoridades policiais destacam que o referido retrato fora ali colocado pelo menino Darci, de oito anos, por considerar o "Presidente da República seu 'ídolo'". As investigações realizadas apuraram que o padre não era "eixista" e que, provavelmente, pretendia ser repatriado para a Espanha. Em 2 de outubro de 1942, o delegado Eduardo Gabriel Saad recomendou, após a leitura dos autos, que o delito do padre Estebam era de competência do Tribunal de Segurança Nacional. Recolhido à carceragem, o padre teve autorizada a sua internação no Hospital Central do Juquerí pela Diretoria de Assistência a Psicopatas sob alegação, após exames, de apresentar "moléstia mental".

No caso do padre José Esteban, a igreja local agiu rapidamente, demonstrando que as mediações entre as esferas de poder eram rigorosamente calculadas. Exemplo disso é a carta enviada pelo Bispo de Botucatu, Luiz Sant'Ana, em 25 de setembro de 1942, na qual o religioso expressava sua "repulsa e indignação" ao ato do padre José Esteban Cordon, "conhecido seu quadro de moléstia mental". O bispo, no entanto, afirmava não saber se tal circunstância serviria

---

[8] *Pront. 33302 – José Estevam*, DEOPS/SP, APESP.

de atenuante para o padre. De qualquer forma, declarava que o padre responderia pessoalmente pelos seus atos caso libertado o bispo prometia prontamente destituí-lo do cargo cassando-lhe as ordens do bispado; só não o havia feito ainda porque o padre já estava preso.[9] Em carta ao secretário de segurança pública, o delegado regional de polícia de Botucatu relatou a correspondência do bispo, qualificando-a de "brilhante ofício".

Círculos Operários

Com a criação do Ministério do Trabalho, em 26 de novembro de 1930, foi fechado um ciclo em que as questões do trabalho e do capital eram deixadas ao jogo livre das forças do mercado (1891-1919) ou sofriam apenas moderada ação do Estado (1919-1930). Com a lei de março de 1931, que concebia o sindicato único, definia-se a real intervenção do poder público. Esse decreto liquidou as pretensões de uma direção autônoma da classe operária que, num quadro de luta de classes, oscilava entre direção anarquista ou comunista. A lei de 1931 barrou, porém, o acesso da Igreja à organização sindical da classe operária, reunindo paradoxalmente numa posição similar as oligarquias depostas pela revolução, a burguesia, os anarquistas e os comunistas. A Igreja ressentia-se diante de um dos dispositivos da lei que vetava sindicatos confessionais, o que não a impediu de atuar no meio operário. Daí a criação dos círculos operários no Brasil, por influência direta da encíclica *Quadragesimo Anno*[10] de Pio XI. A finalidade do movimento era defender a fé e os interesses básicos dos trabalhadores tendo como princípios os ensinamentos morais do Evangelho, o repúdio ao comunismo e a luta de classes, a defesa do direito natural da propriedade, a

---

[9] Carta do Frei Luiz de Sant'Ana, Bispo de Botucatu, para J. A. Rolim Rosa, delegado regional de polícia de Botucatu. Botucatu, 25/09/1942. *Pront. 33302 – José Estevam*, DEOPS/SP, APESP.

[10] Na encíclica *Quadragesimo Anno* do Papa Pio XI, criada em comemoração aos 40 anos da encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, foram resgatadas propostas sobre a restauração e o aperfeiçoamento da ordem social. O comunismo era condenado como uma "aberração". O papa propunha como remédio para a questão social e para os males econômicos e sociais, a cristianização da vida econômica, pedindo que à lei da justiça se acrescentasse a lei da caridade e a união de todas as forças católicas para pôr fim ao trabalho disperso. Surgia como novidade à encíclica de Leão XIII, a análise do corporativismo fascista: "Recentemente iniciou-se, como todos sabem, uma nova organização sindical e corporativa, à qual, vista a matéria desta nova carta encíclica, não podemos deixar de nos referir, com alguma consideração oportuna." Cf. BEOZZO, op. cit., p. 312.

necessidade da intervenção do Estado na questão social e a colaboração com outros trabalhadores em organizações similares. Os Círculos inspiravam-se longamente no corporativismo fascista.[11] Essas organizações constituíram-se em paradigma de organização corporativa dos trabalhadores durante o governo Getúlio Vargas e também em baluartes da Igreja na defesa contra a infiltração comunista e anarquista no meio operário.

Todos os Círculos estabelecidos em São Paulo nessa época foram fichados pelo DEOPS. Normalmente, nessas pastas encontram-se informes sobre eleição de novas diretorias, realização de reuniões e, principalmente, requisições de reforço policial para a realização de assembléias. Estas, eram normalmente motivadas pelo medo da infiltração de comunistas. O Círculo Operário de São Miguel,[12] por exemplo, teve problemas em 1946 com a posse de sua nova diretoria, ocasião em que o comitê comunista do bairro realizou uma "grande festa popular em homenagem à memória dos heróicos líderes comunistas Lenin, Rosa Luxemburgo e Liebknecht". Desse evento participaram oradores do Partido Comunista Brasileiro, seguidos de números de poesia e música; realização que, segundo a polícia, tinha o intuito de prejudicar a cerimônia de posse da diretoria do Centro Operário de São Miguel. Terminada a festa comunista, os cerca de trezentos militantes tentaram sair em marcha, mas foram repreendidos pelos investigadores Antonio Duarte e Rivaldo Gonçalves, que acompanhavam a reunião do Círculo. Naquela reunião, os oradores declaravam que o Centro Operário do Brasil era uma entidade com fins médicos e jurídicos, e não tratava de política, apenas de combate ao comunismo.

Também o Círculo Operário da Mooca foi prontuariado, em razão de uma carta remetida por Jayme Fernandes, presidente do Círculo, em 17 de novembro de 1945. Nesse documento eram relatadas as atividades da organização operária, seus movimentos "sem caráter político" e uma reunião a ser realizada, motivo pelo qual foi solicitado reforço policial, em razão do receio da "infiltração de elementos nocivos". Em nome de seus mil associados, o Círculo Operário solicitava providências necessárias para que "a paz e o sossego das famílias da Mooca" não fossem perturbados por tais comícios.

---

[11] Ibidem, p. 314.

[12] *Pront. 62487 – Circulo Operário de São Miguel*, DEOPS/SP, APESP.

O combate ao comunismo pelos círculos era recorrentemente avaliado pelas autoridades como grande virtude. No Círculo Operário de Araçatuba,[13] foi realizada uma reunião em que o presidente da entidade relatou aos presentes as vantagens do movimento circulista à sociedade, visto que "só faziam reinar a paz entre as classes". O pároco e assistente eclesiástico do Círculo, padre Victor Ribeiro Mazzei, remeteu à polícia, além da ata da reunião de fundação, um comunicado no qual destacava os nobres fins da entidade, que havia merecido "distinção especial pelo presidente da República", ao considerá-la entidade de utilidade pública. Constam do prontuário do Círculo estatutos e jornais circulistas como *O Clamor*, dedicado a enaltecer as realizações do movimento circulista em detrimento dos sindicatos sob influência comunista.

A Igreja, ainda que apoiasse o Estado nesta tarefa de contenção das classes subalternas, retraiu-se, definindo sua missão como religiosa e espiritual, desistindo de construir sua hegemonia no seio da classe operária por meio de um sindicalismo católico. Assim, sucedâneos foram os Círculos Operários. Tratava-se os círculos de mais um movimento da mediação entre religião e política, no qual ambas as esferas ganhavam. Essa mediação significava a arregimentação dos trabalhadores e a alienação de suas reais condições de vida, valor caro ao Estado varguista. Assim, mesmo as articulações da Igreja na cooptação dos trabalhadores não passaram em branco. Parte da produção anticlerical apreendida pelo DEOPS criticava a hierarquia religiosa, dedicada a reforçar a participação da Igreja na vida social e política. As articulações dessa instituição religiosa aumentaram nos primeiros anos da década de 30, quando Dom Leme procurou interferir na Assembléia Constituinte de 1933. Esse momento coincidiu com a volta dos anarco-sindicalistas à publicação do jornal *A Lanterna*. Edgard Leuenroth e seu grupo, sobretudo José Oiticica, Florentino de Carvalho, Adelino de Pinho e José Carlos Boscolo, criticavam tais articulações e denunciavam as implicações dessas práticas obstruidoras da liberdade de pensamento e disciplinadoras da ação. De um modo geral, não acreditavam em uma organização cristã do trabalho que respeitasse a igualdade de direitos entre os homens porque, tanto o ideário como a prática católica defendiam princípios autoritários, hierárquicos e disciplinadores. Os libertários não eram os únicos a manifestar-se: Astrogildo Pereira, nas fileiras comunistas, e Aristides Lobo, na Liga

---

[13] *Pront. 48478 – Círculo Operário de Araçatuba*, DEOPS/SP, APESP.

Comunista Internacionalista, também se pronunciavam contra o plano de organização cristã do trabalho, alertando para os reais propósitos da Igreja. Alertavam os trabalhadores à vigilância e à luta contra a Ação Católica Brasileira (ACB), definida como uma organização fascista, sintoma da "decomposição política do capitalismo".[14]

[14] KHOURY, 1988, p. 156.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hierarquia da Igreja Católica, que nunca aceitou a República, percebeu nos anos 30 ser aquele o momento adequado para o avanço de um regime mais favorável aos seus interesses. No Brasil, do Centro Dom Vital, da revista *A Ordem* e, mais intensamente, a partir da criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), a Igreja assumiu um papel de agente político no cenário nacional. As reticências dos católicos face às transformações sociais e à concorrência com novas ideologias, tanto de esquerda quanto de direita, sinalizaram à Igreja que ela não estaria mais isolada como a única força conformadora de consciências. A Igreja participava da vida pública, inclusive da vida política dos países, evitando assim seu isolamento. Como seu maior inimigo estava na esquerda – sendo a Revolução Mexicana e a República Espanhola seus principais pesadelos –, a hierarquia católica alia-se às piores formas liberticidas para garantir suas prerrogativas e privilégios.

Unindo o oportunismo político de Getúlio Vargas e a nova estratégia da Igreja, deu-se uma convergência de interesses, aproximando a Igreja e o Estado oriundo da Revolução de 30, resultando uma série de dispositivos católicos incorporados à Constituição de 1934. As mediações estabelecidas entre o governo de Getúlio Vargas e a Igreja Católica – acordo de cooperação ao qual D. Aquino chamou de "Concordata Moral" – possibilitaram não só a volta da Igreja a um *status* de oficialidade, mas ensejaram um processo de repressão sistemática à protestantes, espíritas, testemunhas de Jeová, judeus etc. – os tais "quebra-santos" que continuavam a praticar seus cultos, passando também a denunciar a transformação do Estado brasileiro em domínio católico. A oposição que o Estado encontrou junto a esses grupos não-católicos refere-se às denúncias de que a liberdade de cultos era uma farsa. Seu anticlericalismo muitas vezes pretendia apenas levar à Igreja Católica o mesmo domínio privado dos ritos e o mesmo tratamento oferecido pelo Estado às outras formas de religião –

prerrogativa que era garantida nas constituições republicanas brasileiras. Essas formas de denúncia foram entendidas como uma ameaça ao governo e passaram a ser combatidas sob o rótulo do comunismo, justificando proscrições de igrejas e de centros espíritas, censura à publicações religiosas e até depredação de salões de culto com a anuência das autoridades. Esclareciam-se os efeitos da tal Concordata Moral.

A Igreja colaborava para a construção de um imaginário coletivo em que o comunista se identificava com o Demônio, símbolo do mal. Por essa razão, à Igreja se imputava a missão de salvar e regenerar a política no Brasil. As doutrinas "exóticas" só seriam erradicadas pela função salvadora desempenhada pela pedagogia catequética, apresentada como ordeira e nacional. Sob essa ótica, preconizava-se metaforicamente que "quem fugisse de Roma seria devorado por Moscou".

Os grupos politicamente já vigiados, como anarquistas e comunistas, por seu termo, respondiam clamando pela liberdade de consciência, denunciando também a não laicidade do Estado Brasileiro e a atuação política da Igreja como parceira do governo na repressão aos movimentos revolucionários. A denúncia da atuação da Igreja como força reacionária e defensora dos interesses do capitalismo ganha vulto com o início (ou reinício) da publicação de jornais anticlericais, como *A Lanterna*, fechada nos anos 10 – quando se acreditava que a expulsão da Igreja da vida pública havia sido realizada – mas reaberta sob nova série em 1933, sob o *slogan* "jornal de combate ao clericalismo".

Igualmente, publicações protestantes, espíritas e de testemunhas de Jeová denunciavam as mazelas da Igreja e a sua exploração do povo brasileiro. Foi só na análise dos prontuários do DEOPS de São Paulo que pudemos perceber e desvendar nuances do aparato repressivo do governo de Vargas que, através da "permissão da liberdade de cultos desde que a ordem pública fosse mantida", repreendeu religiões não-católicas, maculadas por não fazerem parte da tal "ordem pública" católica, por força do número esmagador de praticantes do credo romano no Brasil. O anticlericalismo tornou crime, e não foram poucos os casos que comprovam a atuação da Polícia Política e também da Justiça no seu banimento da sociedade. Edgard Leuenroth, por exemplo, anticlericalista e diretor d'*A Lanterna* foi indiciado em 10 de janeiro de 1936 na Lei de Segurança Nacional (processo N°. 128) por crime contra a moral e os bons costumes, por força das idéias "dissolventes" que defendia.

O que se confirma, portanto, à luz dos registros policiais, é que uma das formas de legitimação do governo de Getúlio Vargas residiu no pacto firmado entre a Igreja Católica e o Estado, configurado pelo uso da educação como inculcador ideológico, construindo um saber que representava a erradicação das ideologias "dissolventes" – anarquismo e comunismo, mas também protestantismo, espiritismo, judaísmo etc. A relevância desse pacto só pode ser calculada mediante o processo de simbiose entre o religioso e o secular, presentes na retórica do discurso do poder, na sacralização das instituições e na presença nos cargos públicos de intelectuais católicos. Constituía-se de fato, o processo pelo qual a ordem simbólica assegurava a ordem política, imprescindível ao Estado em momentos de crise, perda de hegemonia ou, simplesmente, quando um grupo de "quebra-santos" denunciava suas mazelas.

INVENTÁRIO DE PRONTUÁRIOS

Prontuário: 1553, A Lanterna (jornal)

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 13/07/1933 **Final:** 15/07/1934

Síntese: O jornal anticlerical *A Lanterna*, fundado na década de 10, foi reaberto em nova série em 1933, sob responsabilidade do jornalista anarquista Edgar Leuenroth (ex-diretor de redação de *A Plebe*). Considerado de caráter "agitador", por ser anarquista e anticlerical, o jornal foi prontuariado a partir de 1933, quando passou a ser impresso na gráfica paulista pertencente a João Bentivegna. Apesar da vigilância intensificada, o jornal circulava clandestinamente, tendo em 1933 um de seus exemplares apreendidos juntamente com dois panfletos referentes à comemoração da queda da Bastilha durante a Revolução Francesa e ao reaparecimento do jornal no início da década de 1930. O exemplar apreendido está vastamente ilustrado, valendo-se da charge e do humor para atacar o clero católico. No pequeno período em que sua vigilância foi registrada, a polícia acompanhou um festival de teatro promovido pela direção do jornal, organizado por José Gavronski e Luiza Peçanha, evento considerado obsceno pela Polícia de Costumes. Nessa ocasião, Luiza, uma das conferencistas, causou espanto ao investigador Guarany, que a descreveu como uma senhora que para caracterizar a Igreja utilizava-se de "termos impróprios de gente", o que teria ofendido até a audiência presente, composta basicamente de anticlericalistas.

Palavras-chaves: *A Lanterna (jornal)*
Anarquismo
Anticlericalismo
Centro de Cultura Social
Charge
Edgar Leuenroth
Gráfica
Imprensa
Mulher
Panfleto
Revolução Francesa
Teatro

Prontuário: **3683, Agostinho Rodrigues**
Vulgo: -
Profissão: Serralheiro mecânico
Religião: -
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: São Paulo (SP)
Datas-limite: **Inicial:** 25/12/1935 **Final:** 09/02/1949

Síntese: O serralheiro Agostinho Rodrigues foi detido pela polícia sob alegação de que estava infiltrando-se entre os operários, induzindo greves e manifestações contra os patrões, fazendo propaganda contra o governo de Getúlio Vargas e apologia ao comunismo. Tido como suspeito, foi dada busca em sua casa, ocasião em que foram encontrados materiais de propaganda extremista, especialmente edições dos jornais libertários *A Plebe* e *A Lanterna*, dos quais Agostinho estava incumbido de receber assinaturas na cidade de Avaí (região de Bauru). Embora o prontuariado tenha declarado ser anticlericalista e livre-pensador motivo pelo qual desenvolvia intensa campanha, protestando na porta de igrejas da cidade foi processado pelo crime de comunismo e anarquismo pelo Tribunal de Segurança Nacional. Segundo testemunhos, Agostinho Rodrigues planejara matar o governante local, além de tomar parte dos preparativos do

movimento comunista de novembro de 1935. Há uma carta constante do prontuário, na qual a esposa de Agostinho, Flora Rodrigues, escreve para as autoridades policiais clamando pela libertação de seu marido, arrimo de família. Agostinho foi investigado até 1949, quando assumiu o cargo de vereador no município de Salto.

Palavras-chaves: *A Lanterna (jornal)*
A Plebe (jornal)
Anarquismo
Anticlericalismo
Comunismo
Propaganda
Tribunal de Segurança Nacional

Prontuário: 64994, Alberto Eichman
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: Batista
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: 09/11/1945 Final: 14/02/1946

Síntese: Em 12 de outubro de 1942 foram apreendidos livros-atas e registros pertencentes à 1ª e 2ª Igreja Batista de Nova Odessa, distrito de Americana. Em requerimento de 9 de novembro de 1945, o pastor batista Alberto Eichman solicitou a devolução de material confiscado naquele momento em decorrência do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo. Segundo o pastor, "eram postas em dúvida as atitudes dos estrangeiros radicados em toda a nação". Naquele momento, os registros internos da Igreja eram feitos em idioma léto, já que a comunidade fundadora da Igreja era, em sua maioria, composta por nacionais e descendentes da Letônia, emigrados daquele país havia cerca de trinta anos. O pastor justifica qual era a medida que se fazia necessária para a compreensão dos registros pelos velhos colonizadores. Segundo o pastor Eichman, "dessa verificação só se constatou que os evangélicos só se preocupavam da parte religiosa e de nenhum outro fim para que pudesse per-

turbar a segurança brasileira". Segundo as leis nacionalistas brasileiras, os registros deveriam ser feitos apenas em língua nacional. Eichman justificou ser necessária a devolução do material apreendido, pela ausência de interesse nos papéis para a segurança do país, porém de grande valor para a Igreja, já que aquela era "parte do movimento histórico e religioso e associativo dessas Igrejas". Em 14 de fevereiro de 1946, o pastor Alberto Eichman, após três meses de trâmites burocráticos, compareceu ao DEOPS para receber a amarração dos documentos apreendidos em nome das igrejas batistas após apresentação de seu registro de estrangeiro. Eram três livros em língua léta e dois em português.

Palavras-chaves: *Americana (SP)*
Batista
Léto
Letônia
Nacionalismo
Nova Odessa (SP)
Protestantismo
Segunda Guerra Mundial

Prontuário: **3840, Aliança Nacional Libertadora (13 vol.)**
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: -/03/1935 Final: -/08/1935

Síntese: Por meio dos treze prontuários que agrupam o material referente à ANL (Aliança Nacional Libertadora), é possível se obter um pequeno histórico sobre a instituição, sua importância, objetivos e relação com a Internacional Comunista e o Partido Comunista Brasileiro. Segundo a versão policial ela seria um dos meios para a infiltração do comunismo nos sindicatos, principalmente dos ferroviários e dos bancários, além de agir entre os militares, estudantes e intelectuais. A ANL foi acusada também de estar unindo tanto a esquerda como

a direita para a realização de uma revolução política. Durante suas reuniões, segundo os informantes do DEOPS, era constante o ataque ao integralismo, considerado por Caio Prado Júnior, Nicolau Zunbano, José Viveiro e Reginaldo de Carvalho, o inimigo número um a ser combatido. Dentre o material anexado encontra-se também um vasto material de propaganda, incluindo o programa retido da organização, seu hino, panfletos, recortes de jornais e boletins alusivos a seu ideário e estratégias de ação. Com o crescente poder que a ANL conquistava, o DEOPS armou uma contra-estratégia frente àquela organização, que dependeria da aprovação do Secretário de Segurança Pública de São Paulo. Entre as medidas profiláticas administradas estava a propaganda, principalmente dentro dos sindicatos, com a finalidade de demonstrar a "periculosidade" da ANL. Planejava-se uma série de atos coercitivos junto à organização e ao jornal *A Platéa,* que deveriam ser vigiados "mais de perto". Pretendia-se também distribuir boletins "anônimos" de caráter anticomuista. Todos os integrantes da ANL deveriam ser identificados desde sua comissão executiva, seus núcleos e, principalmente, os membros infiltrados nos sindicatos. Fechado o cerco, em julho de 1935, a Aliança Nacional Libertadora teve suas sedes fechadas e vários de seus diretores e adeptos presos. Por essa razão foi apresentada queixa-crime contra Felinto Müller, ato prontamente indeferido. Entretanto, apesar de todo o esforço da Polícia Política em coibir a ação do grupo, foi constatado que mesmo na ilegalidade a ANL continuava a funcionar e a presidir reuniões conforme as instruções de Luiz Carlos Prestes. Tais fatos foram devidamente noticiados pela imprensa, cujas matérias foram anexadas aos prontuários. No décimo terceiro volume já se pode perceber, nas palavras da autoridade policial, o desmembramento da instituição e o afastamento de muitos de seus membros das atividades políticas e da distribuição de propaganda comunista, que vinha ocorrendo no Estado de São Paulo desde 1917. No terceiro volume é possível ler um recorte de jornal (não identificado) que registra o estranhamento do redator da matéria diante de uma declaração de Luís Carlos Prestes em favor da Igreja Católica e de seus padres no Brasil, na qual o líder comunista criticava a atuação de clérigos estrangeiros em território nacional, a despeito da atuação dos padres brasileiros, "distribuídos em lugares de última classe".

Palavras-chaves: *A Platéa (jornal)*
Boletim

Brasil
Comunismo
Estrangeiro
Igreja Católica
Integralismo
Internacional Comunista
Jornal
Luís Carlos Prestes
Padre
Panfleto
Partido Comunista Brasileiro
Propaganda
Religião
Sindicalismo
Sindicato dos Bancários
Sindicato dos Ferroviários

Prontuário: **13479, Aloysio Rosenhuber**
Vulgo: -
Profissão: Padre
Religião: Católica
Nacionalidade: Alemã
Naturalidade: Halfvig
Datas-limite: Inicial: 10/06/1942 Final: 03/01/1943

Síntese: Constam do prontuário do padre Aloysio Rosenhuber dois pares de fotografia frente e perfil, datadas em 10 de junho de 1942. Na primeira série, o padre aparece com barba, o que não se repete na segunda série. Há também um envelope com o timbre da Superintendência de Segurança Política e Social de São Paulo, onde está escrito "Nazismo". Dentro do envelope encontram-se a carteira da identidade de Aloysio Rosenhuber, expedida na cidade de Santos em 10 de outubro de 1929.

Palavras-chaves: *Alemanha*
Carteira de Identidade
Fotografia
Igreja Católica
Nazismo
Padre
Santos (SP)
Segunda Guerra Mundial

Prontuário: 76553, Américo Csengori
Vulgo: -
Profissão: Operário
Religião: Testemunha de Jeová
Nacionalidade: Húngara
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: 26/08/1939 Final: 27/08/1939

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por estarem percorrendo as ruas da cidade, fazendo propaganda religiosa, e ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30; sendo José Rufino da Silva e Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Américo Csengori, Miguel Misocski e Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito homens, mais onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*: Arthur de Campos, Ernest Wauschkuhn, Manoel Chico Ramos, Carlos Solyon, Miguel Zawislak, Julia Molnar, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Martha Draguite, Estevam Rossiz e Gregorio Domingos Burgarim. Anexa ao prontuário consta a guia de prisão de Américo Csengori.

Palavras-chaves: *Fascismo ou Liberdade (livreto)*

Húngaro
Livro
Propaganda
Testemunhas de Jeová
Segunda Guerra Mundial

Prontuário: **3047, Amor Salgueiro**
Vulgo: -
Profissão: Sapateiro
Religião: -
Nacionalidade: Espanhola
Naturalidade: Moron-Sevilha
Datas-limite: **Inicial:** 12/08/1927 **Final:** 15/12/1948

Síntese: Os anarquistas Amor Salgueiro, Pedro Catallo, Luiz Paparo e Carlos Gili foram detidos em 22 de maio de 1933 na sede do Sindicato da União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas por participarem, segundo o delegado de Ordem Política Luiz Tavares da Cunha, de uma reunião comunista. Os quatro cidadãos presos declararam que tais reuniões no Sindicato já ocorriam com uma certa regularidade, mas que ali se tratava apenas de assuntos filosóficos e de ordem cultural. À exceção de Carlos Gili, que declarou participar das reuniões do Sindicato e de ser sócio da Liga Operária da Construção Civil, os outros três declarantes afirmaram simpatizar com o anarquismo, reafirmando tal postura toda vez que lhes era dada oportunidade. Consta deste prontuário a cópia do artigo "A polícia dos fazendeiros martiriza os trabalhadores" veiculado em *A Nação*, de 12 de agosto de 1927, que critica os acontecimentos policiais dos primeiros meses do governo Júlio Prestes em São Paulo e cujas atitudes "fascistas" teriam resultado em prisões como a do operário Amor Salgueiro. O prontuariado surge ainda em uma relação de anarquistas dirigentes do Centro de Cultura Social e do conselho editorial do jornal libertário *A Plebe*, ao lado de Edgard Leuenroth, Rodolpho Felippe, Pedro Catallo, Lucas Gabriel, Germinal Leuenroth e Dr. Mario dos Santos.

Palavras-chaves: *A Nação (jornal)*
A Plebe (jornal)

Anarquismo

Centro de Cultura Social

Comitê de Agitação pró-Sacco e Vanzetti

Espanha

Itália

Júlio Prestes

Liga Operária da Construção Civil

Sindicato da União dos Artífices em Calçados

Prontuário: **1020, Angelo Las Heras ou Angelo Lasheras**

Vulgo: -

Profissão: Pintor

Religião: -

Nacionalidade: Francesa

Naturalidade: Orand-Algéria

Datas-limite: **Inicial:** 25/06/1931 **Final:** 29/11/1940

Síntese: Angelo Las Heras participou como um dos oradores na inauguração dos cursos sociais da Federação Operária de São Paulo, na qual atuavam outros militantes como Edgard Leuenroth. Las Heras proferiu um discurso sobre "A revolução social em marcha na Espanha". O evento teve a cobertura do jornal *A Plebe*, recebendo destaque na edição do dia seguinte. O investigador "J.V." registrou que naquela ocasião foram distribuídas edições do livreto *Hinos Libertários*, ensaiados alguns cânticos proletários, dentre os quais *Aos trabalhadores e ao povo em geral – arbitrariedades e violências policiais*. Assinada pelo Comitê Federal, uma nota conclamava os operários à luta "contra essas ignóbeis manhas policiais": o controle dos sindicatos pela polícia e a repressão às idéias "nobres e elevadas" pela Delegacia Social. Em maio de 1936, Angelo Las Heras foi detido e com ele foram apreendidos jornais, revistas, correspondências, manifestos dirigidos a operários e camponeses todos de temática anarquista, segundo Paulo Cardoso de Almeida, responsável pelo Auto de Verificação e Apreensão. Nessa ocasião, foram encontrados com Angelo Las Heras dois panfletos: *A procriação consciente* e *La peste religiosa*, de autoria de Johann Most. Em novembro de 1936, o delegado Paulo Almeida recomendou ao delegado de Or-

dem Social que Las Heras, por se tratar de elemento indesejável no país, deveria ser expulso. A despeito de esforços do preso em impetrar ordem de *habeas-corpus* em seu favor, em 8 de março de 1937, foi publicada a portaria em que o presidente Getúlio Vargas requeria a expulsão de Angelo Las Heras. Não obstante, em outubro de 1940, o Tribunal de Segurança Nacional confirmou sentença absolutória de Las Heras, já que se descobriu que o acusado era casado com uma mulher brasileira e com ela tinha um filho nascido no território do Brasil, constatação que permitiu o arquivamento do processo de expulsão.

Palavras-chaves: *A Plebe (jornal)*
Alegoria
Anarquismo
Anticlericalismo
Artista
Espanha
Expulsão
Federação Operária de São Paulo
França
Getúlio Vargas
Habeas-corpus
Ilustrador
Panfleto
Tribunal de Segurança Nacional

Prontuário: 2764, Angelo Venâncio
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: Jaú
Datas-limite: **Inicial:** 28/01/1936 **Final:** 05/08/1949

Síntese: Angelo Venâncio foi preso juntamente com José Ludegeno na cidade de Lutécia, sob a acusação de ser comunista. Em seu termo de declarações foi revelado que a oficina de carpintaria onde trabalhava pertencia ao Partido Constitucionalista, entidade a qual militava, não tendo portanto qualquer conhecimento sobre a Aliança Nacional Libertadora ou sobre o Partido Comunista. Em auto de busca e apreensão em sua residência, foram encontrados exemplares dos jornais *A Plebe*, *A Manhã* e o livreto *Como Vive o Operário na Rússia*, publicação recebida de Paulo Iankiá dois anos antes.

Palavras-chaves: *A Manhã (jornal)*
A Plebe (jornal)
Aliança Nacional Libertadora
Comunismo
Jornal
Livreto
Lutécia (SP)
Partido Comunista Brasileiro
Partido Constitucionalista

Prontuário: 57510, Anton Sutner (D. Daniel)
Vulgo: -
Profissão: Padre
Religião: Católica
Nacionalidade: Alemã
Naturalidade: Munique
Datas-limite: Inicial: 24/04/1945 Final: 27/04/1945

Síntese: Em 24 de abril de 1945, o alemão Anton Sutner, Dom Daniel na religião católica, solicitou ao delegado de Ordem Política e Social um salvo-conduto que lhe facultasse uma viagem da capital até Itanhaém para visitar seu abade, que se encontrava em tratamento de saúde. O pedido foi deferido em 27 de abril de 1945.

Palavras-chaves: *Alemanha*
Igreja Católica

Itanhaém (SP)

Mosteiro de São Bento

Padre

Salvo-conduto

Segunda Guerra Mundial

Prontuário: **7284, Antonio Grenhewski**

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: Testemunha de Jeová

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 27/08/1939 **Final:** 29/08/1939

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por percorrerem as ruas da cidade, em propaganda religiosa, ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30; sendo José Rufino da Silva e Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Antonio Grenhewski, Miguel Misocski e Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito homens, mais onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*: Arthur de Campos, Ernest Wauschkuhn, Manoel Chico Ramos, Carlos Solyon, Miguel Zawislak, Julia Molnar, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Martha Draguite, Estevam Rossiz e Gregorio Domingos Burgarim.

Palavras-chaves: *II Guerra Mundial*

Fascismo ou Liberdade (livreto)

Livro

Propaganda

Testemunhas de Jeová

Prontuário: 59324, Antonio Pepe

Vulgo: -

Profissão: Sacerdote (vigário paroquial)

Religião: Católica

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 25/07/1945 Final: 13/08/1945

Síntese: O delegado de polícia de Ibiúna, Ítalo Ferrigno, enviou um ofício ao diretor de Ordem Política e Social da Capital, solicitando informações sobre o vigário daquele município, Antonio Pepe, caso ele registrasse antecedentes político-sociais. Venâncio Ayres, delegado auxiliar chefe do Departamento de Ordem Política e Social informou que nada constava contra o padre.

Palavras-chaves: *Atestado de Antecedentes*

Ibiúna (SP)

Igreja Católica

Padre

Prontuário: 76554, Antonio Pires de Andrade

Vulgo: -

Profissão: Missionário

Religião: Testemunha de Jeová

Nacionalidade: Norte-americana

Naturalidade: São Francisco (CA)

Datas-limite: Inicial: 26/08/1939 Final: 28/08/1939

Síntese: Informando sobre o seu plantão de 24 horas de 27 de agosto de 1939, o delegado de plantão José Antonio de Oliveira relatou que não havia registrado nenhuma ocorrência de caráter político e social e, em conformidade com instruções superiores, havia mandado libertar Nathaniel Alston Yuille e Antonio Pires de Andrade, que se achavam recolhidos à carceragem da Delegacia de Ordem Política e Social. Consta desse prontuário a ordem de libertação a favor de Antonio Pires de Andrade dada pelo 5º delegado auxiliar e assinada pelo delegado Oliveira.

Palavras-chaves: *Fascismo ou Liberdade (livreto)*
Missionário
Norte-americano
Religião
Testemunhas de Jeová
Propaganda
Segunda Guerra Mundial

Prontuário: **76559, Antonio Ramos Cintas**
Vulgo: -
Profissão: Tipógrafo
Religião: Testemunha de Jeová
Nacionalidade: Espanhola
Naturalidade: Córdoba
Datas-limite: **Inicial:** 26/08/1939 **Final:** 27/08/1939

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por percorrerem percorrendo as ruas da cidade, em propaganda religiosa, ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30h; sendo José Rufino da Silva e Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Antonio Ramos Cintas, Miguel Misocski e Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito homens, mais onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*: Arthur de Campos, Ernest Wauschkuhn, Manoel Chico Ramos, Carlos Solyon, Miguel Zawislak, Julia Molnar, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Martha Draguite, Estevam Rossiz e Gregorio Domingos Burgarim. Anexa ao prontuário consta a guia de prisão de Antonio Ramos Cintas.

Palavras-chaves: *Espanhol*
Fascismo ou Liberdade (livreto)

Livro
Propaganda
Religião
Segunda Guerra Mundial
Testemunhas de Jeová

Prontuário: **14321, Antonio Schmid (padre salesiano)**
Vulgo: -
Profissão: Padre
Religião: Católica
Nacionalidade: Alemã
Naturalidade: Ehrensberg
Datas-limite: **Inicial:** 28/02/1944 **Final:** -/-/1947

Síntese: Em 28 de fevereiro de 1944, o cura da Catedral e secretário do bispado de Cafelândia (SP), padre Antonio Schmid (padre Pirmino), requereu ao superintendente de Segurança Política e Social que lhe devolvesse seu aparelho de rádio Telefunken, depositado havia alguns anos naquela assistência técnica especializada, época do rompimento das relações do Brasil com a Alemanha. Em 15 de março de 1944, o padre Miguel Düre, superior da Congregação do Divino Salvador (padres salvatorianos), requereu à polícia autorização para uma viagem do padre Schmid até Tangará (SC), a fim de "auxiliar na cura das almas". Em 18 de junho de 1946 um novo requerimento solicitava a autorização para a mudança do padre da Rua General Carneiro, nº 105, em Jundiaí (SP), para a Rua Tamoios, nº 33, em São Paulo, por força de missão religiosa. Em 1947, o padre Schmid requereu atestado de boa conduta para seu registro como acionista da Sociedade Educadora Mariliense S. A., localizada em Marília (SP), e em seus estatutos.

Palavras-chaves: *Alemanha*
Atestado de Antecedentes
Cafelândia (SP)
Companhia
Paulista de Estradas de Ferro

Congregação do Divino Salvador
Jundiaí (SP)
Marília (SP)
Padre
Salesiano
Salvo-conduto
Segunda Guerra Mundial

Prontuário: **1461, Antonio Soares de Meirelles**
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: **Inicial:** 06/02/1932 **Final:** -

Síntese: Esse prontuário é composto de apenas um recorte do jornal *Diário da Noite* noticiando que o universitário carioca Antonio Soares Furtado de Meirelles, menor de idade, irmão do tenente Silo Meirelles e cunhado do capitão Costa Leite, estava para ser expulso do país pelo fato de pertencer à Liga Anticlerical.

Palavras-chaves: *Diário da Noite (jornal)*
Expulsão
Liga Anticlerical

Prontuário: **7280, Arthur de Campos**
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: Testemunha de Jeová
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: **Inicial:** 27/08/1939 **Final:** -

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por estarem percorrendo as ruas da cidade, em propaganda religiosa, ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30; sendo José Rufino da Silva e Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Américo Csengori, Miguel Misocski e Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito homens, mais onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*: o prontuariado Arthur de Campos, Ernest Wauschkuhn, Manoel Chico Ramos, Carlos Solyon, Miguel Zawislak, Julia Molnar, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Martha Draguite, Estevam Rossiz e Gregorio Domingos Burgarim. Anexa ao prontuário consta a guia de prisão de Américo Csengori.

Palavras-chaves: *Fascismo ou Liberdade (livreto)*
Livro
Propaganda
Religião
Segunda Guerra Mundial
Testemunhas de Jeová

Prontuário: **113933, Arturo Manilia**
Vulgo: -
Profissão: Religioso
Religião: Católica
Nacionalidade: Italiana
Naturalidade: Montesanto
Datas-limite: **Inicial:** 20/12/1952 **Final:** -

Síntese: O padre Arturo Manilia foi identificado pela Delegacia de Polícia de Barretos em 20 de dezembro de 1952 a fim de obter carteira nacional de habilitação. Não foi constatado nenhum registro de antecedentes políticos do religioso italiano.

Palavras-chaves: *Atestado de Antecedentes*

Barretos (SP)

Bebedouro (SP)

Carteira de Habilitação

Igreja Católica

Itália

Padre

Prontuário: 129839, Arturo Maria Roberto

Vulgo: -

Profissão: Religioso

Religião: Católica

Nacionalidade: Austríaca

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: -/11/1955 Final: 06/12/1955

Síntese: Em novembro de 1955, Alfredo Ibarra, cônsul do Uruguai em São Paulo, solicitou à Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo informações de caráter político social sobre Arturo Maria Roberto Maumann, para uso das autoridades de imigração uruguaias. Em resposta ao ofício, o delegado assistente Manoel Luiz Ribeiro afirmou que nada constava sobre o religioso austríaco.

Palavras-chaves: *Atestado de Antecedentes*

Áustria

Consulado

Departamento de Imigração

Padre

Uruguai

Prontuário: 18646, Associação de São Vito Martyr

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: Católica

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 27/01/1942 Final: -

Síntese: A Sociedade Religiosa Católica São Vito Martyr enviou à Superintendência de Segurança Política e Social de São Paulo a composição de sua diretoria em 1942, acompanhada de seus estatutos. A função principal dessa associação, além do caráter congregacional religioso era, principalmente, promover as festas dos dias 14 a 16 de junho, em homenagem a São Vito Martyr. Na página inicial de seu prontuário, a associação teve anotado pela polícia: "junta de fiscalização por ser sociedade religiosa exclusivamente".

Palavras-chaves: *Catolicismo*

Estatuto

Festa (São Vito Martyr)

Igreja Católica

Prontuário: 17142, Atanasio Ludwig Merkle

Vulgo: -

Profissão: Padre

Religião: Católica

Nacionalidade: Alemã

Naturalidade: Bayersried-Ursberg (Bavária)

Datas-limite: Inicial: 06/07/1942 Final: -

Síntese: O padre alemão Atanasio Ludwig Merkle foi chamado ao DEOPS para prestar declarações sobre suas atividades na cidade paulista de Itaporanga. Na ocasião, o sacerdote declarou pertencer à Ordem Cister e que havia chegado ao Brasil por ordem do Padre Jansuns, em fevereiro de 1935. Em Itaporanga, ele estabeleceu uma paróquia, graças à intercessão do prefeito local, que lhe conseguiu um terreno. A paróquia constituiu uma abadia independente, pois era plano do papa Pio XI estabelecer igrejas da Ordem Cister no interior do Brasil, ajudando a população rural na vida religiosa e na vida agrícola, com a proposta de fundação de uma escola prática. A razão para a introdução dessa

ordem religiosa no Brasil foi também a perseguição impingida a ela na Alemanha nazista, em que era ameaçada de fechamento e extinção. O declarante prosseguiu detalhando a estrutura de sua paróquia, bem como a presença em seus quadros de elementos estrangeiros.

Palavras-chaves: *Alemanha*
Igreja Católica
Itaporanga (SP)
Nazismo
Ordem Cister
Pio XI

Prontuário: **3748, Attilio Pessagno**
Vulgo: -
Profissão: Comércio
Religião: -
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: São Paulo
Datas-limite: **Inicial:** 29/10/1934 **Final:** 14/12/1937

Síntese: Presidente da Liga Anticlerical de Campinas, Attilio Pessagno foi preso um dia após o fechamento da referida agremiação, no momento seguinte ao levante comunista registrado no Rio de Janeiro, em 1935. Preso, Attilio declarou suspeitar do motivo de sua prisão, afinal não tinha vínculos com agremiações políticas, sendo apenas anticlericalista confesso, desde o momento em que ao ver passar uma procissão católica em sua cidade, não tirou seu chapéu e desentendeu-se com a polícia local. Ao longo de seu prontuário, surge um episódio que justificaria sua prisão: uma remessa de dinheiro arrecadado pela Liga Anticlerical, presidida por Attilio, para o movimento grevista dos operários de Santos. A descrição das atividades da Liga consta do prontuário, nas palavras da autoridade policial, como campanha contra o clericalismo, por meio de conferências e da imprensa – especialmente pelo jornal *A Lanterna*, sediado na Capital. Indiciado por atentar contra instituições vigentes no país, Attilio foi apontado como comunista, apesar de declarar-se anarquista. Há uma lista anexa ao prontuário, de livros apreendidos na casa de Attilio Pessagno, entre eles *Por que deixei a Igreja Romana.*

Palavras-chaves: *A Lanterna (jornal)*
Anarquismo
Anticlericalismo
Campinas (SP)
Comunismo
Greve
Liga Anticlerical
Livro
Santos (SP)

Prontuário: 3486, Benedicto Cavalleiros ou Casalleiros ou Cavallieri
Vulgo: -
Profissão: Tipógrafo
Religião: -
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: Jundiaí (SP)
Datas-limite: Inicial: -/11/1934 Final: 28/03/1935

Síntese: Tipógrafo da Empresa Gráfica H. J. Hortmann, Benedicto Cavalleiros foi preso por sua confessada atividade comunista, representada no prontuário por uma enorme quantidade de panfletos dirigidos aos trabalhadores e membros do Partido Comunista Brasileiro. Deste, constam nove guias de adesão, teses de suas conferências, além de um exemplar do jornal *A Voz dos Trabalhadores*. Nesses documentos há inúmeras referências a Luiz Carlos Prestes e o desejo de formação de uma república de *soviets* no Brasil.

Palavras-chaves: *A Voz dos Trabalhadores (Jornal)*
Anticlericalismo
Campinas (SP)
Comunismo
Lei Monstro
Liga Anticlerical
Luiz Carlos Prestes

Partido Comunista Brasileiro

Soviet

Prontuário: **1262, Benedito Romano**

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: Brasileiro

Naturalidade: São Paulo

Datas-limite: **Inicial:** 01/09/1941 **Final:** 07/03/1947

Síntese: Benedito Romano foi prontuariado e detido em conseqüência da descoberta pelo DEOPS de uma rede de circulação de jornais estrangeiros anarquistas em São Paulo. Em setembro de 1941, um dos investigadores da Polícia Política encontrou, num banco do bonde que levava ao bairro da Penha em São Paulo, um pacote de impressos anarquistas, o que levou à abertura do processo contra Romano. Descobriu-se que esses jornais eram recebidos através da caixa postal de nº 195, alugada em nome de Edgard Loenroth, diretor do jornal *A Plebe*. Benedito Romano foi detido ao retirar o jornal dos correios. Após seu depoimento, foi expedido um mandato de apreensão do material presente em sua residência, incluindo jornais como *La Protesta*, *L'Adunata del Refrattari*, *A Lanterna* e *A Plebe*, bem como manifestos e boletins provenientes dos mais diversos países tais como Chile, Espanha, Argentina e Estados Unidos. As fotografias referentes a "pequenos papeizinhos" colados em um poste foram anexas aos autos por possuírem o mesmo conteúdo dos papéis apreendidos no pacote endereçado a Manuel Vilar. No interrogatório, Benedito Romano declarou que até 1933 era filiado ao Partido Comunista mas, como o ideário deste não estava de acordo com seus princípios, preferiu aliar-se aos anarquistas. Em dezembro de 1941, data do último despacho, o processo ainda não havia sido encerrado.

Palavras-chaves: *A Lanterna (jornal)*

A Plebe (jornal)

Anarquismo

Comunismo

Folheto

Jornal

L'Adunata del Refrattari (jornal)

La Protesta (jornal)

Prontuário: 10046, Bento J. Pickel (Dom)

Vulgo: -

Profissão: Sacerdote

Religião: Católica

Nacionalidade: Alemã

Naturalidade: Markelsteins

Datas-limite: Inicial: 06/09/1942 Final: 29/03/1943

Síntese: Em 6 de setembro de 1942, foram confiscados pela polícia vários aparelhos de fotografia dos padres alemães Severin Kilgus e Bento Pickel: uma máquina modelo Leica, um tripé, vidros contra-sol e filmes utilizados, mas não revelados. A razão para a apreensão seriam fotografias tiradas por Dom Bento Pickel de dentro do Congresso Eucarístico relizado na capital do Estado de São Paulo. Mesmo sendo naturalizado, era-lhe vedado fotografar locais estratégicos. Don Bento J. Pickel e Severin Kilgua, na religião católica Dom Aluízio, foram chamados ao DEOPS para prestar declarações sobre as fotografias tiradas por eles durante o Congresso Eucarístico realizado em São Paulo. Pelo fato de ambos terem nascido na Alemanha, já lhes havia sido proibido tirar fotografias de qualquer ponto da Praia de Santos, onde residiam, bem como de cidades vizinhas, mesmo antes da declaração brasileira de guerra à Alemanha. Dom Aluízio afirmara em suas declarações que as fotografias tiradas dos estandes do Congresso Eucarístico serviriam-lhe apenas de lembrança e como mostra do evento para os padres de Santos e que nunca se interessara por política.

Palavras-chaves: *Alemanha*

Congresso Eucarístico

Igreja Católica

Mosteiro de São Bento

Padre

Santos (SP)

Segunda Guerra Mundial

Prontuário: 87562, Bernardes Johannes Wermers

Vulgo: -

Profissão: Religioso

Religião: Católica

Nacionalidade: Holandesa

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 18/07/1947 **Final:** 18/12/1947

Síntese: A Trafilação Santa Cecília Ltda. requereu a instalação de um inquérito movido contra a província Carmelita Fluminense, alegando contra seus locadores o uso de meios ilícitos para a cobrança dos aluguéis. Nos depoimentos arrolados, os reclamantes afirmaram que haviam sublocado o imóvel para a Produtos de Latex Blaha Ltda., e que as contribuições anuais e espontâneas que a Trafilação Santa Cecília fazia à Igreja haviam sido suspensas. Bernardes Johannes Werners, padre responsável pelo contrato, afirmou que dirigia aos inquilinos uma circular intitulada *Obras das Vocações*, buscando ampliar o raio beneficente da Igreja, mas que diversos inquilinos se recusaram a colaborar, sem com isso serem ameaçados de despejo. Em 15 de dezembro de 1947, o delegado de polícia Djalma Witaker de Lima descreveu em relatório que, no decorrer do inquérito, nada havia sido apurado de positivo, sendo os autos remetidos ao fórum criminal.

Palavras-chaves: *Holandês*

Igreja Católica

Locação

Padre

Produtos de Latex Blaha Ltda.

Província Carmelita Fluminense

Trafilação Santa Cecília Ltda.

Prontuário: 41915, Bruno Krause (padre)

Vulgo: -

Profissão: Sacerdote católico

Religião: Católica

Nacionalidade: Alemã

Naturalidade: Frankenau

Datas-limite: Inicial: 17/11/1944 Final: 23/01/1950

Síntese: O padre Bruno Krause teve seu prontuário aberto em conseqüência dos requerimentos que o religioso alemão enviva à autoridade policial para suas viagens, mormente de finalidade religiosa. Foi assim que ele requereu, em novembro de 1944, salvo conduto para visitar Videira (SC), bem como requereu, em janeiro de 1950, atestado de antecedentes político-sociais para viajar para a Alemanha.

Palavras-chaves: *Alemanha*

Atestado de Antecedentes

Congregação do Divino Salvador

Fortaleza (CE)

Igreja Católica

Salvo-conduto

Videira (SC)

Prontuário: 2355, Carlos Gewe ou Carlos Gesse

Vulgo: -

Profissão: Tipógrafo

Religião: -

Nacionalidade: Alemã

Naturalidade: Berlim

Datas-limite: Inicial: 29/03/1933 Final: 06/02/1943

Síntese: Carlos Gewe, diretor-gerente do jornal *Tribuna Operária*, da cidade de Bauru, foi classificado pela polícia como um importante disseminador de idéias comunistas na região noroeste do Estado de São Paulo; elemento de maior ação do Partido Comunista naquela área, afirmava não ter receio da polícia pois "estava protegido pela Legião Cívica 5 de Julho". Propriedade da Liga Regional Operária, dentro da gráfica da *Tribuna Operária* eram impressos diversos ou-

tros jornais de orientação esquerdista, como *A Luta*, sob a responsabilidade de Zoroastro Fonseca, *Argus*, *Opinião do Povo*, entre outros. Constam do prontuário exemplares dessas publicações, além de boletins do Partido Comunista e um panfleto do Partido Socialista, do qual unicamente Carlos Gewe alegou pertencer. Há ainda no prontuário o exemplar nº 1 do jornal *A Voz da Egreja*. Sob responsabilidade da Liga Anticlerical Marquez de Pombal, de Bauru, e impresso na gráfica do tipógrafo Gewe, o jornal declarava em suas páginas "guerra ao Vaticano" e criticava a subserviência do governo brasileiro em relação à Igreja Católica, clamando pela liberdade de consciência e pelo fim do ensino religioso nas escolas do país. A Igreja Católica era classificada como uma forma de comércio e as quermesses por ela organizada eram denunciadas como uma forma de expansão dos negócios da fé. Na última página desse periódico há uma longa descrição das relações Igreja/Estado no Brasil desde o Império. O prontuário encerra-se com uma carta de Ary Nascimento Cordeiro, secretário das Ligas Católicas Jesus, Maria, José, na qual o remetente queixa-se às autoridades policiais da campanha difamatória que estava sendo desenvolvida pelo jornal *A Voz da Egreja*, Carlos Gewe e pela Liga Anticlerical Marquez de Pombal. Era apontado o uso de um título que induziria as pessoas à aquisição do jornal pensando tratar-se de uma publicação católica, mas que na verdade atacava "a mais importante autoridade do mundo – S. S. Papa Pio XI e a dignidade dos católicos de Bauru". A gráfica foi fechada em seguida e seus responsáveis fugiram para São José do Rio Claro.

Palavras-chaves: *A Luta (jornal)*
A Plebe (jornal)
A Voz da Egreja (jornal)
Argus (jornal)
Bauru (SP)
Federação Operária
Legião Cívica 5 de Julho
Ligas Católicas Jesus, Maria, José
Opinião do Povo (jornal)
Rio Claro (SP)
Tribuna Operária (jornal)

Prontuário: 48851, Carlos João Jorge Mueller
Vulgo: -
Profissão: Pastor protestante
Religião: Protestante
Nacionalidade: Alemã
Naturalidade: Lemsal
Datas-limite: Inicial: 15/07/1943 Final: 22/07/1943

Síntese: O pastor protestante alemão Carlos João Jorge Mueller foi recolhido à prisão especial da Casa de Detenção em 15 de julho de 1943, pela Delegacia Especializada de Ordem Política e Social, e ficou à disposição do Tribunal de Segurança Nacional e das autoridades, por crime contra a Segurança Nacional. Anotado em seu prontuário que João Jorge Mueller fora preso para averiguações, o pastor alemão foi posto em liberdade em 21 de julho de 1943 ao apresentar seu certificado de registro de estrangeiro, sendo sua prisão então revogada.

Palavras-chaves: *Alemão*
Campinas (SP)
Casa de Detenção
Tribunal de Segurança Nacional (TSN)
Segunda Guerra Mundial

Prontuário: 683, Carlos Silva
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: 10/01/1938 Final: 27/02/1947

Síntese: O delegado de plantão Paulo Alfredo Silveira da Motta recebeu através de um telefonema a informação de que em uma pensão situada na Rua Conselheiro Furtado, nº 251, havia três comunistas. Verificada a denúncia, procedeu-se a apreensão de uma grande quantidade de material de propaganda, além de envelopes com nomes datilografados e material do Partido Comunista Brasilei-

ro destinados a civis e militares. Os remetentes, que usavam a pensão como fachada, eram ex-militares que tomaram parte do movimento comunista de 1935 no Rio de Janeiro, entre eles o ex-policial Carlos Silva. A documentação apreendida na pensão foi anexada como parte de um estudo sobre a organização da polícia em São Paulo: fotografias apreendidas na casa de Petronio Militão de Albuquerque (também ex-militar, preso ao procurar Silva na pensão), manifestos antifascistas e antiintegralistas, resoluções do PCB, ensaios e cartas a respeito das posições conservadoras do governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Criticava-se sua aproximação com homens como Plínio Salgado que, se em 1935 haviam auxiliado o governo a conter o levante comunista, em 1938 queriam incendiar o Palácio da Guanabara com o presidente dentro, em nome da trilogia "Deus, Pátria e Família". Há no prontuário um panfleto intitulado *Normas para o trabalho conspirativo*, além de uma série de panfletos e manifestos de apoio às brigadas internacionais comunistas que participavam da Guerra Civil Espanhola. O teor antifascista desses escritos fica evidente, por exemplo, com um manifesto assinado por três sacerdotes espanhóis – José Manuel Gallegos, Leocadio Lobo e Enrique Monter – assinalando qual deveria ser a atitude de um verdadeiro católico na Espanha, posições que, muitas vezes, contradiziam a "cínica" neutralidade da hierarquia católica. Consta ainda do auto de apreensão uma série de publicações apreendidas pela polícia, mas que, apesar de relacionadas, não foram anexadas ao prontuário. Há também um retrato pintado de Carlos Silva e sua esposa, anexado como prova criminal.

Palavras-chaves: *Anticlericalismo*

Antifascismo

Antiintegralismo

Comunismo

Delação

Guerra Civil Espanhola

Intentona

Militar

Panfleto

Partido Comunista Brasileiro

Prontuário: 7278, Carlos Solyon

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: Testemunha de Jeová

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 27/08/1939 Final: -

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por estarem percorrendo as ruas da cidade, em propaganda religiosa, ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30; sendo José Rufino da Silva e Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Américo Csengori, Miguel Misocski e Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito homens, mais onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*: Arthur de Campos, Ernest Wauschkuhn, Manoel Chico Ramos, o prontuariado Carlos Solyon, Miguel Zawislak, Julia Molnar, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Martha Draguite, Estevam Rossiz e Gregorio Domingos Burgarim. Anexa ao prontuário consta a guia de prisão de Américo Csengori.

Palavras-chaves: *Fascismo ou Liberdade (livreto)*

Livro

Propaganda

Religião

Segunda Guerra Mundial

Testemunhas de Jeová

Prontuário: 3742, Carlos Teixeira

Vulgo: -

Profissão: Ensacador de Café

Religião:	Espírita
Nacionalidade:	Portuguesa
Naturalidade:	Ilha da Madeira
Datas-limite:	**Inicial:** 16/12/1935 **Final:** 17/10/1945

Síntese: Indiciado por conta do fechamento da Aliança Nacional Libertadora de Santos, Carlos Teixeira foi detido como comunista e posto em liberdade por falta de provas. Tempos depois, ainda sob investigação, o prontuariado foi novamente convocado a prestar contas na polícia. Dessa vez em razão de um panfleto distribuído na capital, de sua autoria, intitulado *Congressos Eucarísticos*, no qual ele afirmava que a Igreja aliciava as mentes dos pobres e arrecadava o quanto podia deles em favor do Vaticano. Teixeira reclamou no panfleto pela volta aos princípios do cristianismo primitivo e em defesa da caridade, ao invés da ostentação de grandes construções, "abominadas pelo próprio Cristo". Por fim, há um relatório em que fica evidente o propósito da investigação: Carlos Teixeira era diretor do Centro Espírita Jesus Consolador, além de estar ligado à Federação Espírita do Estado de São Paulo. A polícia dá destaque às críticas contra a Igreja Católica, essência do panfleto: "A vista dos resultados obtidos, verifica-se que a propaganda feita, atualmente, contra os Congressos Eucarísticos, parte de pessoas que cultuam o Espiritismo". Está anexada ao prontuário a cópia do panfleto, além da ordem de apreensão de todos os outros.

Palavras-chaves: *Anticlericalismo*
Centro Espírita Jesus Consolador
Comunismo
Congresso Eucarístico
Espiritismo
Expulsão
Federação Espírita de São Paulo
Igreja Católica
Panfleto
Religião
Sindicato dos Trabalhadores de Café

Prontuário: 1914, Centro de Cultura Social

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 30/06/1933 Final: 30/05/1955

Síntese: Em 1955, a nova diretoria do Centro de Cultura Social de São Paulo foi colocada sob investigações do DEOPS pois, embora nenhum de seus membros apresentasse antecedentes criminais, o Centro era encarado pela polícia como "um prolongamento do Partido Comunista, divergindo somente de sua 'linha justa', pois tendia para o 'trotskismo' que, em linhas gerais, vinha a ser a política anarquista". Em 1933 o Centro de Cultura Social passou a ser investigado ao se descobrir que ele era conhecido pelo nome de União Anarquista. O Centro era também encarado como o local em que opositores do governo reuniam-se para encontros subversivos. Dessa forma, encontra-se anexado ao prontuário um informe sobre as atividades do intelectual "comunista" João Baptista Dubieux. O Centro declarava nos panfletos de apresentação de suas atividades, apreendidos pela polícia, ter como obra a divulgação dos problemas sociais que agitavam o mundo. Anexo, um panfleto anuncia a palestra da argentina Concepcion Fernandez: "A música como fator de aproximação dos povos". Além deste, encontramos os panfletos "A mulher e o sindicalismo", de Isabel Cerutti; "A doutrina da revolução", conferência com Florentino de Carvalho que teve seus panfletos lançados da platéia do Teatro Municipal; uma conferência sobre assuntos sociais, com Luiza Peçanha Branco; além de um ato público com participações de Florentino de Carvalho, Bixio Piccioti e Francisco Cianci, em repúdio ao aniversário de assinatura do Tratado de Latrão, que restituiu ao papa o poder temporal sobre a cidade do Vaticano na Itália de Mussolini. Em 28 de março de 1934, investigadores do DEOPS acompanharam uma comissão de conferencistas da Federação Operária de São Paulo e do Centro de Cultura Social em viagem à cidade de Campinas (SP), a pedido da Liga Anticlerical daquela cidade, comandada pelos irmãos Attílio e Virgílio Pessagno. O reservado Guarany, destacado para cobrir o evento, comentou em seu relatório que "em Campinas é enorme o conjunto dos que combatem o clero", considerando

a grande presença destes no local do evento. Há também no prontuário informes sobre reuniões do Centro de Cultura Social de São Paulo em comemoração ao 14 de julho (Queda da Bastilha), e festivais do jornal anticlerical *A Lanterna*, que contaram com a presença de seu editor, Edgard Leuenroth, e José Gavronski, secretário do pasquim. Existe mais um registro de reunião no Centro em 1948, quando a entidade já havia transferido sua sede para a Rua Líbero Badaró, n º 386. Apesar do novo local de reuniões, os antigos membros continuavam ativos. Os temas das conferências também eram os mesmos, rememorando as datas históricas de 1789, 1848, 1917 e 1936. Dessa vez, o investigador atenta para a composição da assistência, que era, em sua maioria formada por "senhoras e espanhóis", além de relatar que uma publicação anarquista espanhola era vendida no local, a qual ele anexou ao prontuário: o jornal *La Obra*. Antigos militantes como Leuenroth, Pedro Catallo, Lucas Gabriel, Dr. Mario dos Santos, Rodolpho Felippe e Amor Salgueiro, da direção do jornal libertário *A Plebe*, continuavam sob investigações do DEOPS.

Palavras-chaves: *A Lanterna (jornal)*
A Plebe (jornal)
Anarquismo
Anticlericalismo
Antifascismo
Bastilha
Campinas (SP)
Centro de Cultura Social
Comunismo
Espanhol
Federação Operária de São Paulo
Festival
Guerra Civil Espanhola
La Obra (jornal)
Liga Anticlerical
Mulher
Música
Operário

Panfleto

Partido Comunista

Sapateiro

Tratado de Latrão

Prontuário: 17098, Centro Espírita Antoninho Marmo

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 13/04/1941 Final: 20/05/1941

Síntese: O negociante José Comini, presidente do Centro Espírita Antoninho Marmo, localizado na cidade de Piratininga, requereu, junto ao DEOPS, autorização para que, "dentro da observância das leis e regulamentos em vigor", o presidente do centro pudesse fazer pregações nas praças públicas daquela cidade. Os nomes seriam de conhecimento prévio da polícia. O delegado de polícia de Piratininga, Osório Pereira Cavalcante, encaminhou um ofício ao delegado de Ordem Política e Social autorizando a pregação, nada tendo a opor naquele momento. Por sua vez, o delegado do DEOPS, Paulo Alfredo Silveira da Móta, deferiu o pedido com base nos Estatutos do Centro Espírita no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, de 3 de dezembro de 1940, ressaltando: "cabe, pois, não somente o direito de localizar essas reuniões, como também, ajuizar a oportunidade de suas realizações".

Palavras-chaves: *Centro Espírita*

Diário Oficial do Estado de São Paulo (jornal)

Espiritismo

Estatuto

Negociante

Piratininga (SP)

Pregação

Religião

Prontuário: 119657, Centro Espírita Consolador da Verdade

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 17/11/1952 Final: 26/02/1953

Síntese: Por meio de seu vice-presidente, o Centro Espírita Consolador da Verdade remeteu um requerimento ao delegado especializado de Ordem Política e Social, a fim de ampliar suas atividades com a construção de uma sede. Para tanto, requeria autorização policial para angariar fundos através da ação de assistência social do Centro que, endossando a codificação espírita feita por Alan Kardec, buscava "o ensinamento dos espíritos dentro dos princípios doutrinários fundamentais do Evangelho de Jesus", ou seja: "procurando assistir a todos tanto moral, como material e espiritualmente, sob a inspiração da fraternidade cristã". Procedidas as investigações necessárias, já que os estatutos enviados à polícia não foram considerados suficientes para o conhecimento do Centro, o investigador Otacílio Bernardino dos Santos, que já o freqüentava, acompanhou os trabalhos e a atuação dos médiuns na cura dos enfermos. Levantou informações sobre seus diretores, entre os quais figuravam José Roberto da Silva, Salustino Carneiro, Manuel Gonçalves Moreira, Joaquim Sartlusa Miguel Batista Chaves e Luiz Fuccilli, todos prontuariados, sendo o último pessoa conhecida em Osasco, pois fora cabo do Partido Republicano Paulista em 1930 e membro, em seguida, do Partido Integralista e do Partido Social Progressista. Levantados os atestados de antecedentes dos diretores, preferiu-se remeter o pedido para o levantamento de donativos pelo centro espírita para o Serviço Social do Estado, que em 7 de fevereiro de 1953 desaconselhou a concessão da licença para o Centro justificando que, ao contrário do regimento dos estatutos, a beneficência do Centro dirigia-se unicamente ao campo doutrinário; as finanças não estavam em ordem e o auxílio aos pobres era concedido apenas esporadicamente. Em 12 de fevereiro de 1953, o delegado de Ordem Política, Ennio Antonio Monte Alegre, ressalvou que, em vista das investigações e pesquisas empreendidas, deveria ser negada a pretensão do Centro Espírita Consolador da Verdade.

Palavras-chaves: *Alan Kardec*

Centro Espírita

Donativo

Espiritismo

Integralismo

Osasco (SP)

Partido Republicano Paulista

Partido Social Progressista

Religião

Serviço Social

Prontuário: 33368, Centro Espírita Frederico de Moraes

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 05/03/1940 Final: 07/03/1940

Síntese: Em virtude da renúncia dos diretores do Centro Espírita Frederico de Moraes José de Almeida Prado, José Augusto de Loyola, Caetano Passeto e Mesophamte de Castro o presidente do Centro, Ludgero de Moraes, fez chegar às mãos do delegado de Ordem Política e Social a composição interina da nova diretoria, até que fosse uma realizada nova eleição, conforme publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* de 7 de março de 1940, edição anexada ao prontuário.

Palavras-chaves: *Centro Espírita*

Diário Oficial do Estado de São Paulo (jornal)

Diretoria

Espiritismo

Religião

Prontuário: **81627, Centro Espírita Joaquina de Carvalho**

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 06/09/1946 **Final:** 26/06/1947

Síntese: Em ofício remetido pela Federação Espírita do Estado de São Paulo ao delegado de Ordem Política e Social, o secretário da federação, Edgard Armond, relatava que o Centro Espírita Joaquina de Carvalho, de Jacareí, fora fechado pela delegacia local pelo fato de que um dos artigos de seus estatutos colidia com disposições policiais. Tendo em vista a alteração dos estatutos e o novo registro em cartório, a Federação pedia autorização para o funcionamento de seu centro associado. A atuação do centro espírita, cuja proposta encontra-se explicitada em seus estatutos, consistia no estudo e prática da doutrina espírita coordenada por Alan Kardec, visando o aperfeiçoamento espiritual de seus associados, a realização dos preceitos evangélicos e a fraternidade humana. A petição de funcionamento foi analisada por várias divisões policiais que opinaram favoravelmente à reabertura do centro espírita de Jacareí, desde que fosse consultado o delegado especializado de Costumes. Em vista de um parecer da Consultoria Jurídica, que opinava pelo indeferimento do pedido de autorização de funcionamento do Centro Espírita Joaquina de Carvalho, o delegado de Fiscalização de Costumes, Hernani Ferreira Braga, decidiu pôr uma nova consulta a juristas, com anexação de novos papéis, tendo em vista que a proposição do Centro em curar enfermos com "passes magnéticos ou em posição de mãos", infringia a lei penal.

Palavras-chaves: *Alan Kardec*

Centro Espírita

Espiritismo

Federação Espírita do Estado de São Paulo

Jacareí (SP)

Legislação

Polícia de Costumes

Religião

Prontuário: 84498, Centro Espírita Mangedoura de Belém, de Chavantes

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 11/07/1947 Final: 07/08/1947

Síntese: O Centro Espírita Mangedoura de Belém requereu ao Delegado Regional de Polícia de Chavantes, através do seu presidente Orozimbo Peixoto, a devolução de móveis arrolados na sede do Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro, que pertenciam ao Centro mas estavam emprestados ao Partido, sem ser cobrado por isso nenhum aluguel. O responsável pela sede do Partido Comunista que fora fechada, Humberto Silvestre, prestou declarações ao delegado Paulo Peixoto afirmando que autorizava a devolução do mobiliário – composto de bancos, mesas, cadeiras, uma estante e uma escada, todos usados. O delegado de Ordem Política e Social, Paulo Alfredo da Silveira Mota, sempre informado sobre o desenrolar do caso, autorizou a devolução dos móveis ao Centro Espírita em 18 de julho de 1947.

Palavras-chaves: *Assis (SP)*
Centro Espírita
Chavantes (SP)
Espiritismo
Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Religião

Prontuário: 27766, Centro Espírita Paz e Caridade

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 18/09/1939 **Final:** 27/12/1939

Síntese: O Centro Espírita Paz e Caridade, fundado em 1º de janeiro de 1925, encontrava-se sediado na Vila Alzira, em Santo André (SP). Em 1939, enviou uma informação através de seu presidente, José Catarelli Filho, ao chefe de polícia do Estado de São Paulo, afirmando que a sociedade espírita legalmente constituída em assembléia realizada, havia decidido alterar seu nome: mudar de Centro Espírita de Santa Paz da Caridade para Centro Espírita Paz e Caridade. O presidente do Centro aproveitou a oportunidade para enviar os estatutos da entidade, que tinha como objetivo "integrar todos na organização universal do Espiritismo, tendo em vista a fraternidade cristã em prol da doutrina espírita evangélica".

Palavras-chaves: *Centro Espírita*

Centro Espírita de Santa Paz da Caridade

Espiritismo

Estatuto

Religião

Santo André (SP)

Prontuário: **42277, Centro Espírita Círculo Singular Maria Baldonado**

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 02/07/1942 **Final:** 27/05/1943

Síntese: Thereza Gonçalves Villamarin, presidente do Centro Espírita Círculo Singular Maria Baldonado, enviou uma carta ao superintendente de Ordem Política e Social pedindo deferimento para que o centro fosse fundado. Para tanto, anexava os estatutos que regeriam a conduta do Centro e de seus filiados, que pretendia principalmente oferecer aos irmãos de crença "passes espirituais para sua cura", animando entre seus membros a caridade e a verdade, além do

"respeito e tolerância para com todas as religiões e credos filosóficos". Em carta enviada seis meses depois, Thereza Villamarin, declarando-se casada e católica, requeria o alvará de funcionamento para o Centro. Em resposta à ordem do delegado adjunto de Ordem Social, foram realizadas investigações em torno do Centro, bem como de sua diretoria, ficando a cargo do superintendente daquela delegacia especializada as providências necessárias.

Palavras-chaves: *Centro Espírita*

Diretoria

Espiritismo

Igreja Católica

Pedido de Funcionamento

Religião

Prontuário: **115568, Centro Espírita Esperança e Caridade**

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 15/05/1952 **Final:** -

Síntese: Procedidas investigações em torno do Centro Espírita Esperança e Caridade, onde se presumia haver reuniões de caráter comunista, o investigador Henrique Mébius, comparecendo a duas reuniões, percebeu que naquele centro espírita reuniam-se pessoas somente para realizar ritos de caráter espírita, não sendo observados pelo investigador nem a presença de elementos comunistas nem o uso de qualquer "propaganda vermelha". O investigador anotou ainda que o presidente do Centro, José Furlan, que mantinha ao lado do Centro sua residência e sua alfaiataria, "não revelou idéias contrárias ao nosso regime". Como não foi confirmada a suspeita de reuniões de caráter subversivo, registrou-se que o local era freqüentado por operários e pessoas da redondeza que para lá iam com apreço.

Palavras-chaves: *Alfaiate*

Centro Espírita
Comunismo
Espiritismo
Religião

Prontuário: **39365, Centro Espírita Redentor Filial**
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: **Inicial:** 14/01/1945 **Final:** 09/03/1945

Síntese: Fazem parte do prontuário do Centro Espírita Redentor Filial, duas cartas: uma delas foi copiada pela polícia e remetida pelo secretário José Veiga de Carvalho, em nome do centro, informando ao secretário de Segurança Pública, Pedro Oliveira Ribeiro Sobrinho, e ao delegado de Ordem Política e Social de Santos, Eduardo Tavares do Carmo que, em assembléia realizada em 14 de janeiro de 1945, fora eleita uma nova diretoria para o decurso daquele ano, sendo esta encabeçada pelo presidente Ricardo Luiz Mendes. O chefe da 2ª Seção do Gabinete de Investigações, Lazaro de Melo, acusou o recebimento da carta do Centro Espírita, informando que esta ficaria arquivada em prontuário aberto para a instituição.

Palavras-chaves: *Centro Espírita*
Espiritismo
Religião
Santos (SP)

Prontuário: **83565, Centro Espírita São Matheus**
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 25/07/1947 Final: 01/08/1947

Síntese: O delegado regional de polícia de Descalvado, região de Casa Branca, José Antonio de Moraes Salles, enviou um ofício ao Delegado de Ordem Política e Social de São Paulo, datado em 25 de julho de 1947, acusando que o Centro Espírita São Matheus achava-se nas mãos de elementos comunistas e, em virtude disso, deveria ser fechado. O delegado auxiliar da 5ª Divisão Policial, Paulo Alfredo Silveira da Mota, acusando o recebimento do ofício em 1º de agosto, afirmou ser aquele departamento favorável ao fechamento do Centro Espírita, providência que deveria ser posta imediatamente em execução, com as cautelas legais.

Palavras-chaves: *Casa Branca (SP)*
Centro Espírita
Comunismo
Descalvado (SP)
Espiritismo
Religião

Prontuário: 7725, Cesar Dacôrso Filho

Vulgo: -

Profissão: Ministro evangélico

Religião: Metodista

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Santa Maria (RS)

Datas-limite: Inicial: 24/12/1942 Final: 09/01/1946

Síntese: Cesar Dacôrso Filho, bispo da Igreja Metodista do Brasil, em petição dirigida ao delegado de Ordem Política e Social, solicitou a abertura de inquérito para apurar fatos ocorridos na cidade de Cunha, relacionados à depredação da casa de oração local dos metodistas e à perseguição do pastor local, Antonino José da Silva, atribuindo tais ataques ao padre católico da localidade, Septinio Ramos Arantes. Ao longo do prontuário, são arroladas declarações de testemu-

nhas do lado metodista que afirmaram ser antiga a perseguição do padre local aos protestantes e que este, desde que chegara à cidade, realizava passeatas em frente à Igreja Metodista local, gritando "vivas aos católicos e morras aos protestantes". Após esse ato, o pastor Antonino Silva havia publicado, em setembro de 1942, o livreto *O Congresso Eucarístico*, de conteúdo anticlerical, anexado ao prontuário. Essa publicação foi tomada como insulto pelo padre Septinio que, oito dias depois, promoveu nova procissão. Ao chegar em frente à casa de oração e à casa do pastor, além dos "morras" tradicionais, conclamou os católicos a jogarem pedras nas casas, quebrando vidros e caixilhos. Nas palavras dos metodistas que prestaram declarações, apesar dos pedidos do pastor para abertura de inquérito e intervenção policial, só após a intervenção do bispo Cesar Dacôrso Filho, foram tomadas providências. Na versão final da polícia, conforme boletim de investigação, a origem do problema estava na publicação do referido livreto sobre os congressos eucarísticos, de autoria do pastor Antonino. A versão policial atesta que o vigário local, Septinio, ao fazer uma alocução na praça, em frente à casa de oração dos metodistas, teria sido impedido pelo soldado José Lorena, que fazia a guarda local. O tumulto teria provocado o arremesso de pedras contra a casa de oração, produzindo "ligeiros danos materiais". Acalmados os ânimos, os manifestantes católicos teriam partido em direção à casa do pastor. Na opinião da polícia, o pastor foi o verdadeiro culpado e deveria ser aconselhado por seus superiores "a viver recolhido dentro de um padrão de vida respeitosa às crenças dos outros, quando não por índole tolerante, ao menos por um princípio de educação". Constam do prontuário diversos documentos relacionados ao caso, como duas fotos da casa de oração dos metodistas após os ataques dos católicos; uma carta anônima em que os protestantes deixavam claro a "proteção aos romanistas no ataque ao trabalho evangélico de Cunha"; o livreto *Perseguição Religiosa*; boletins *O Monitor*; um exemplar do *Expositor Cristão*, de 6 de outubro de 1942; uma carta manuscrita de Ernesto Pinto de Oliveira, e outra datilografada do bispo metodista Cesar Dacôrso Filho. Em todos os casos, os metodistas alegavam ser vítimas de uma violação ao livre direito de culto e solicitavam a abertura de inquérito no Tribunal de Segurança Nacional para serem apurados os culpados dos acontecimentos de Cunha os padres e os outros. Consta por fim, um termo de declarações do bispo Cesar em 1946, no qual ele denuncia irregularidades na Coordenação de Mobilização Econômica do Governo Federal.

Palavras-chaves: *A Ordem (jornal)*
Anticlericalismo
Catolicismo
Congresso Eucarístico
Coordenação de Mobilização Econômica
Cunha (SP)
Expositor Cristão (jornal)
Igreja Católica
Igreja Metodista
Intolerância
Monitor (jornal)
Piquete (SP)
Procissão
Protestantismo
Religião

Prontuário: **15621, Christoff Renner**
Vulgo: -
Profissão: Religioso (padre)
Religião: Católica
Nacionalidade: Alemã
Naturalidade: Egder
Datas-limite: **Inicial:** 10/02/1943 **Final:** 25/04/1952

Síntese: Em 20 de agosto de 1943, o sacerdote católico Christoff Renner enviou um requerimento ao superintendente de Ordem Política e Social solicitando a transferência de sua residência, pedido que recorria de uma busca e apreensão desenvolvida em 10 de fevereiro de 1943 na residência dele e dos padres Karl Bolz e Miguel Piller, quando foram localizados um rádio, um projetor, negativos, filmes, fotografias e jornais todos alemães. Também foram encontrados recortes dos jornais brasileiros *A Gazeta* e *Diário de Noite*, sobre a guerra e as batalhas em território alemão, além de exemplares das revistas alemãs *Die Woche*, *Deutch*

Infanterie, Signal e dos livros *Mein Kampf, Watcher der Heimat, Sieg Ueber, Frankreich, Der Sieg in Polen, Kampf um Norwegen* e *1939 Gegen England.* No quarto do padre Carl Bolz foram encontradas ainda fotografias de Hitler e de oficiais nazistas, bem como fotos de padres e soldados alemães em *front* de guerra e um distintivo com um "V" de vitória nas cores da bandeira alemã. Os padres foram indiciados na ocasião, processados, mas nunca detidos, fato comprovado em agosto de 1943, quando o padre Christoff Renner enviou seu requerimento à polícia solicitando autorização para sua mudança de endereço.

Palavras-chaves: *A Gazeta (jornal)*
Adolf Hitler
Alemanha
Atestado de Antecedentes
Deutch Infanterie (revista)
Diário da Noite (jornal)
Die Woche (revista)
Nazismo
Padre
Segunda Guerra Mundial
Signal (revista)
Súdito do Eixo

Prontuário: **61123, Círculo Operário da Mooca ou Círculo Operário da Paróquia Nossa Senhora do Bom Conselho (Mooca)**

Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 17/11/1945 **Final:** 24/08/1946

Síntese: O Círculo Operário da Mooca, jurisdicionado na páróquia da Igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho, teve seu prontuário aberto em razão de uma carta datada de 17 de novembro de 1945, remetida por Jayme Fernandes,

presidente do Círculo, na qual eram relatadas as atividades da organização operária, seus movimentos "sem caráter político" e uma reunião que seria realizada, motivo pelo qual foi feito um pedido de reforço policial, em razão do receio da infiltração de elementos nocivos. A polícia se fez presente na reunião através dos investigadores extraquadros Heitor Magalhães e Gentil João Thomitão, que perceberam que, durante os pronunciamentos dos oradores, Aguiles Bloch, presidente do Círculo e Padre Vitorio Nordon, vigário da paróquia de Nossa Senhora do Bom Conselho, foram tratados assuntos "a não ser de sua seita religiosa". Em 1946, o mesmo Círculo, na pessoa de seu secretário Antonio Barone, reclamou da realização de comícios do Partido Comunista Brasileiro no bairro da Mooca, nos quais oradores estrangeiros em sua maioria insultavam o governo, a polícia e a Igreja Católica, insinuando que uma revolta deveria ser levada a cabo, citando a Bolívia como exemplo. Em nome de seus 1000 associados, o Círculo Operário pedia que fossem tomadas as providências necessárias para que "a paz e o sossego das famílias da Mooca" não fossem perturbadas por tais comícios.

Palavras-chaves: *Círculo Operário*
Comício
Igreja Católica
Igreja Livre do Brasil
Mooca (bairro)
Partido Comunista Brasileiro

Prontuário: **48478, Círculo Operário de Araçatuba**

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 16/04/1942 **Final:** 04/06/1943

Síntese: Em 19 de abril de 1942, ocorreu a assembléia que preparou a fundação do Círculo Operário de Araçatuba. Os membros do Círculo registraram em sua ata que o dia escolhido para a fundação, "não por acaso", era o dia natalício do presidente Getúlio Dorneles Vargas, a quem se prestaram as devidas home-

nagens, através de um retrato do presidente que foi pendurado numa das salas do Círculo. Na ocasião, o presidente da entidade relatou aos presentes as vantagens do movimento circulista aos povos, já que fazia reinar a paz entre as classes. O pároco e assistente eclesiástico do Círculo, padre Victor Ribeiro Mazzei remeteu à polícia, além da ata da reunião de fundação, um comunicado em que ele destacava os nobres fins da entidade, os quais haviam merecido "distinção especial pelo Presidente da República", que a considerou entidade de utilidade pública. Constam do prontuário os estatutos do Círculo, padronizados pela Federação dos Círculos Operários (ou Confederação Nacional dos Operários Católicos), e duas publicações: *O Jornal*, de Araçatuba e *O Clamor*, do Rio de Janeiro, nas quais eram enaltecidas as realizações do movimento circulista em detrimento das organizações políticas que sindicatos haviam se tornado sob influência comunista. Deixavam claro serem as encíclicas *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, e *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, cartas magnas dos problemas sociais cristãos, já que só os círculos seriam escolas de "civismo, trabalho e tanacidade". Comprometiam-se a agir de acordo com as leis trabalhistas, transformando-se em paradigma da moral e dos bons costumes católicos, prestando assistência a seus filiados através de empreendimentos como o Hospital Leão XIII, entidade coordenada pelo Centro Operário do Ipiranga, de São Paulo. No entanto, a despeito do discurso, há um relatório policial dando conta que o presidente interino do Círculo e seus diretores foram os únicos a não serem presos em uma reunião na qual várias pessoas haviam sido detidas no recinto da Liga, já que elas estariam reunidas em propaganda comunista.

Palavras-chaves: *Araçatuba (SP)*
Círculo Operário
Comunismo
Igreja Católica
Leão XIII
O Clamor (jornal)
O Jornal (jornal)
Pio XI
Quadragesimo Anno (encíclica)
Rerum Novarum (encíclica)
Sindicato

Prontuário: 132311, Círculo Operário de Pinheiros

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 24/12/1957 Final: -

Síntese: O Centro Operário de Pinheiros realizou uma reunião à Rua Padre Carvalo, 496, em 23 de dezembro de 1957, durante a qual esteve presente o investigador policial Massiste dos Santos Reis que, em vista do comparecimento de apenas três membros do Centro, relatou ao delegado titular da Delegacia de Ordem Política e Social que não teve condições de "infiltrar-se" para colher maiores informações.

Palavras-chaves: *Círculo Operário*

Igreja Católica

Sindicato

Prontuário: 62487, Círculo Operário de São Miguel

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 17/01/1946 Final: 26/12/1946

Síntese: Em 25 de janeiro de 1946, o comitê comunista do bairro de São Miguel realizou uma "grande festa popular em homenagem à memória dos heróicos líderes comunistas V. I. Lenin, R. Luxemburgo e K. Liebknecht". Essas informações constam de um panfleto anexado ao prontuário no qual se lêem os nomes dos oradores do Partido Comunista Brasileiro, números de declamações e apresentações musicais. Segundo a polícia, o excerto tinha o intuito de prejudicar a cerimônia de posse da diretoria do Centro Operário de São Miguel. A festa comunista foi assistida por diversos estrangeiros e passantes que se dirigi-

am ao Cine São Miguel. Terminada a festa, cerca de trezentos comunistas tentaram sair em marcha, mas foram repreendidos por Antonio Duarte e Rivaldo Gonçalves, investigadores que acompanhavam a reunião do Círculo. Durante a reunião, os oradores declaravam que o Centro Operário do Brasil era uma entidade de fins médicos e jurídicos, não tratando de política, mas sim de combater o comunismo. A diretoria empossada era auxiliada pelo vigário daquela localidade. Consta também do prontuário o convite para a reunião de posse da diretoria, além de um relatório do investigador Antonio Duarte, informando que a festa do Partido Comunista Brasileiro nada mais era do que uma costumeira reunião dançante realizada pela Nitro Química Brasileira. Informava ainda que o senhor Julio José França, integrante da diretoria do Centro Operário de São Miguel, também era membro do Comitê Comunista daquela localidade.

Palavras-chaves: *Círculo Operário*

Comunismo

Igreja Católica

Nitro Química Brasileira

Partido Comunista Brasileiro

Sindicato

Prontuário: 5031, Círculo Operário do Ipiranga

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 24/11/1937 Final: 24/12/1946

Síntese: Em relação à passagem de seu sétimo aniversário, o Centro Operário do Ipiranga remeteu à polícia um pedido de autorização para as realizações comemorativas que se iniciaram com a recepção dirigida por Mansueto de Gregório, presidente do Círculo, a mais de mil convidados, entre eles o interventor do Estado, Fernando Costa, representantes do Ministro do Trabalho e o diretor geral do Departamento Estadual do Trabalho. Vários foram os discursos realizados na época versando o consultor jurídico do Círculo "em

palavras vivas o auxílio do Clero, retificando mais uma vez o grande desenvolvimento de progresso e a necessidade do Círculo". O interventor Fernando Costa aproveitou a ocasião para aprovar o sentimento de congratulação dos trabalhadores, prometendo auxiliá-los da melhor maneira possível. Em outras reuniões como essa, em que investigadores de polícia se fizeram presentes, foram discutidos temas como a "política socialista de Leão XIII", a legislação trabalhista, acidentes de trabalho, sindicalização e a construção de um hospital, cuja pedra fundamental seria assentada em breve, em terreno doado pelo Estado e construído em parte pela família Jafet. Em certo momento, o padre Walin teria afirmado que a "fé católica animava o operariado do Ipiranga (além de Mooca e Cambuci, bairros em que sub-sedes do Círculo do Ipiranga atuavam), declarando-se satisfeito pelo espírito de união daquele". O Círculo realizava, mensalmente, sorteios de casas para seus associados, fato que a polícia anotou como sendo de extrema relevância para os operários que, de outra forma, não poderiam ter moradia própria. Foram inúmeras as reuniões realizadas para as quais o assistente eclesiástico, padre Pedro Balint, sempre requisitava as devidas autorizações, além da presença de reforços policiais – inspetores "para manter a ordem e impedir distúrbios de invejosos e despeitados". Nesse mesmo sentido, o padre pedia um delegado "enérgico e imparcial e um bom grupo de fiscais e soldados" que, em 1946, pudessem afastar das reuniões uma minoria "ousada e manobrada por elementos comunistas que queriam perturbar e impedir as reuniões", permitindo unicamente a entrada de sócios conferidos em listas. Constam do prontuário dezenas de panfletos, manifestos e convites do Centro Operário do Ipiranga, tanto para a colaboração dos trabalhadores na construção do Hospital Leão XIII quanto para a defesa do catolicismo contra o comunismo que, com seus "conceitos absurdos", feria em cheio a concepção espiritualista de vida, sem possibilidade de "vingar na terra de Santa Cruz".

Palavras-chaves: *Anticomunismo*
Círculo Operário
Comunismo
Departamento Estadual do Trabalho
Hospital
Igreja Católica
Interventor

Leão XIII
Legislação Trabalhista
Manifesto
Ministério do Trabalho
Moradia
Operariado
Padre
Panfleto
Sindicalismo
Socialismo
Religião

Prontuário: **16787, Círculo Operário Jundiahyense**
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: 19/04/1944 **Final:** -
Síntese: Consta deste prontuário apenas um certificado de propriedade de um automóvel tipo Sedan, marca Chevrolet, ano 1938, expedido pela Diretoria do Serviço de Trânsito em nome do Centro Operário Jundiahyense para o transporte de passageiros.
Palavras-chaves: *Centro Operário*
Departamento de Trânsito
Igreja Católica

Prontuário: **78198, Círculo Operário Taubateano, de Taubaté**
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 29/04/1947 **Final:** -

Síntese: O prontuário do Centro Operário Taubateano contém apenas uma cópia do programa de festividades de 1º de maio que seriam realizadas pelo Círculo da cidade, enviado pelo delegado regional de Polícia, Antonio Lotito Salvia, ao diretor do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, Paulo Alfredo Silveira da Mota. O trecho transcrito era o seguinte: "A Sociedade União dos Operários Mútuo Socorro, Associação Profissional dos Trabalhadores na Construção Civil do Imobiliário e Associação dos Trabalhadores das Indústrias de Conservas Alimentares, que possuem sede na Rua Rebouças de Carvalho, nº 16, nesta cidade – de organização extremista –, realizarão o seguinte programa: às 4 horas da manhã, salva de 21 tiros, atrás do Mercado Municipal – às 8 horas, visita ao cemitério local, partindo as pessoas da sua sede social. Nesta às 19 horas, será realizada uma sessão cívica e a seguir apresentação de uma peça teatral". O delegado regional salienta, por fim, que qualquer irregularidade, em caso de ocorrência, seria comunicada imediatamente.

Palavras-chaves: *Associação Profissional*
Centro Operário
Comunismo
Construção Civil
Indústria de Conservas Alimentares
Sindicato
Sociedade União dos Operários Mútuo Socorro
Taubaté (SP)

Prontuário: **39202, Clement Dettman**

Vulgo: -

Profissão: Sacerdote católico

Religião: Católica

Nacionalidade: Alemã

Naturalidade: Hnomuhle

Datas-limite: Inicial: 23/01/1945 Final: 30/01/1945

Síntese: Em 22 de janeiro de 1945, a chancelaria do Arcebispado de São Paulo expediu "atestado e recomendação" para o padre Clement Dettman, vigário da Paróquia Cristo Rei, do bairro paulistano do Tatuapé, para viajar até Iguape, a fim de realizar trabalho religioso. Em 30 de janeiro de 1945 foi autorizada a expedição de um salvo-conduto, anexado ao prontuário com o registro de sua viagem a Aparecida do Norte.

Palavras-chaves: *Alemanha*

Aparecida (SP)

Arcebispado

Igreja Católica

Igreja Cristo Rei

Iguape (SP)

Padre

Salvo-conduto

São Paulo (SP)

Segunda Guerra Mundial

Súdito do Eixo

Prontuário: 53753, Clement George Pirnack

Vulgo: -

Profissão: Sacerdote católico

Religião: Católica

Nacionalidade: Norte-americana

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 14/12/1943 Final: 15/12/1943

Síntese: O padre norte-americano Clement George Pirnack e Eugene Francis Connely enviaram, em 15 de dezembro de 1943, ao DEOPS, pedidos de autorização para viajarem para os Estados Unidos da América. O pedido foi autorizado pelo delegado de estrangeiros dois dias depois. Assim como os dois requerentes, Costábile Pedro Antônio Fortunato Matarazzo e Maria Ângela Thereza Carmella Matarazzo também foram beneficiados com a autorização.

Palavras-chaves: Argentina
Delegacia de Estrangeiros
Estados Unidos da América
Padre
Segunda Guerra Mundial

Prontuário: 20853, Clemens Dettmar (padre)
Vulgo: -
Profissão: Padre
Religião: Católica
Nacionalidade: Alemã
Naturalidade: Hnomuhle
Datas-limite: Inicial: 25/07/1944 Final: 27/07/1944

Síntese: O padre alemão Clemens Dettmar, vigário da Igreja Cristo Rei do Tatuapé, requereu ao delegado de Ordem Política e Social, em 25 de julho de 1944, uma autorização para viajar até Iguape, em virtude de um convite do vigário da paróquia daquela cidade a fim de auxiliá-lo na realização de festejos religiosos. O pedido foi indeferido dois dias depois, sem justificativa oficial.

Palavras-chaves: Alemanha
Igreja Católica
Igreja Cristo Rei
Iguape (SP)
Padre
Segunda Guerra Mundial
Súdito do Eixo

Prontuário: 1656, Comitê Antiguerreiro
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 08/02/1933 **Final:** -/09/1953

Síntese: O Comitê Antiguerreiro foi fundado com uma necessidade permanente de combate ao fascismo mundial e, em particular, à sua expressão nacional, o integralismo. Tratava-se de uma união de organizações proletárias de São Paulo que, em torno de uma frente única anti-fascista, zelava pelo livre pensamento, pelos direitos trabalhistas, pela supremacia do proletariado na sociedade, pelo fim dos privilégios para uma única Igreja com a implantação de ensino laico e do registro civil, além de outras propostas. O corpo diretor era composto por Maria Lacerda Moura, presidente do Comitê, e pela artista Tarsila do Amaral, vice-presidente. Constam do prontuário uma série de panfletos, produzidos pelo Comitê e por outras agremiações, que reclamavam pela união do proletariado no combate à a guerra, ao capital e à Igreja. Para a polícia, as propostas do Comitê não se limitavam à guerra, pois representariam uma forma de agitar as massas em torno de uma questão objetiva, para depois tirar proveito. Segundo um investigador, que cita o seguinte trecho de um panfleto: "Lutar contra a guerra e o fascismo é defender a URSS única pátria do proletariado, e conseqüentemente defender a humanidade desta tremenda catástrofe". Consta do prontuário uma série de relatórios de investigação das reuniões e comícios realizados pelo Comitê Antiguerreiro acompanhados de uma relação de nomes de intelectuais e operários que, posteriormente, foram relacionados à tentativa de golpe comunista em 1935, pelas ligações entre o referido Comitê e o Partido Comunista Brasileiro. Deste prontuário, importa-nos uma saudação, proferida por Luiza Peçanha Camargo Branco, no Teatro Municipal, no momento de fundação da Legião Cívica 5 de Julho, intitulada *Os Legionários de São Paulo aos legionários do Rio de Janeiro*, em que discorre sobre os males da guerra e a presença da Igreja Católica sempre do lado inimigo dos combates. Segundo anotação policial, ela teria comentado: "Dezenove séculos o catolicismo assassinou, comprimiu, subjugou sob a responsabilidade papalina. Há 63 anos espirra sangue e fezes sobre o mundo, por conta do espírito santo; o clero com o direito de voto, transforma os seus 'templos sagrados' em baiucas de propaganda política. Do pulpito, berra: 'o povo deve votar no partido de Jesus'. O partido de Jesus é o perrepismo nefando, salpicado de imoralidades". Outro documento anexado é um artigo, "A Juventude Legionária de São Paulo à Juventude Legionária do Rio", da filha de Luiza Peçanha, Luiza Marcelina Branco.

Palavras-chaves: *Anticlericalismo*
Antifascismo
Artista
Educação
Fascismo
Guerra
Juventude
Intelectual
Legião Cívica 5 de Julho
Mulher
Panfleto
Partido Comunista
Propaganda
Proletariado
Socorro Vermelho
União dos Trabalhadores Gráficos
União Sindical dos Profissionais do Volante

Prontuário: **829, Comitê Pró-liberdade de Consciência**
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: **Inicial:** 08/06/1931 **Final:** 11/06/1931

Síntese: O Comitê Pró-liberdade de Consciência teve impedida pela Secretaria de Segurança Pública a realização de comício em 1931 contra o decreto que institucionalizou o ensino religioso nas escolas do Estado de São Paulo. A razão para tal impedimento foi registrada pelos manifestantes que, através de recorte do jornal *A Platéa*, anexado pela polícia ao prontuário, trazem a público que se tratou de um boicote em favorecimento de uma procissão católica a ser realiza-

da também no Largo da Concórdia, em São Paulo. Ocorreram algumas prisões, pois, ao saberem da proibição do comício, homens como Florentino de Carvalho e Aristides Lobo alegaram que Tristão de Athayde, dias antes, houvera feito veemente defesa do catolicismo e não fora incomodado. A polícia reagiu na dispersão dos manifestantes com palavras de ordem: "Se não vão a muque, vão a reboque". Consta do prontuário, uma carta escrita dias depois pelo referido comitê, na qual a lei do ensino religioso é colocada no caráter de verdadeira cataquese, além de outras mazelas da "missão" da Igreja Católica, como o clericalismo, o casamento religioso, a existência de conventos etc. Há registro de uma entrevista do Reverendo Guaracy Silveira, da Igreja Metodista Central, na qual o religioso condena a possível exclusão dos outros credos do ensino religioso nas escolas, haja vista que prevaleceria o catolicismo.

Palavras-chaves: *A Platéa (jornal)*
Anticlericalismo
Aristides Lobo
Catolicismo
Comitê
Educação
Florentino de Carvalho
Igreja Católica
Igreja Metodista
Intelectual
Liberdade de Consciência
Liberdade Religiosa
Religião
Tristão de Athayde

Prontuário: 24393, Congregação Cristã do Brasil
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 09/02/1942 **Final:** 09/04/1971

Síntese: A Congregação Cristã do Brasil, presente no país desde 1910, foi investigada a partir de um pedido de autorização por parte da Igreja para que seus membros de origem alemã, italiana ou japonesa pudessem ministrar cultos. A resposta da polícia, em observância ao Estado de Guerra decretado pelo Brasil aos países do Eixo, deferia o pedido, contanto que os cultos fossem sempre realizados no idioma nacional. Ao que parece, essa determinação foi observada: no prontuário, há uma carta enviada aos membros da Igreja em que a Congregação determinava aos anciões (pastores) a exclusão temporária daqueles de origem alemã, italiana ou nipônica, esperando a "graça do bom Deus", pela reversão da medida. Constam ainda desse prontuário relatórios de investigadores infiltrados nos cultos da Igreja, bem como os livros de relatório e balanço das atividades da Congregação, referentes aos anos de 1941 e 1970.

Palavras-chaves: Alemão
Congregação Cristã do Brasil
Italiano
Japonês
Pentecostalismo
Protestantismo
Segunda Guerra Mundial
Súdito do Eixo

Prontuário: **46922, Congregação do Verbo Divino (Missões Católicas)**

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 16/02/1942 **Final:** 30/03/1942

Síntese: Os padres Johannes Dreisewerd e Guilherme Holver foram intimados pela Polícia Política a prestarem declarações sobre a apreensão de um mimeógrafo,

no distrito de Registro (SP), utilizado para comunicações em língua japonesa e portuguesa. Ambos os padres pertenciam à Congregação do Verbo Divino, encarregada de missões católicas no litoral do Estado de São Paulo e da catequese dos japoneses residentes na Baixada Santista. Pleiteando a devolução do mimeógrafo, os padres alegaram que sempre se utilizaram da máquina para impressão de avisos religiosos, passando a partir daquele momento a fazê-lo unicamente em português. O pedido foi indeferido pelo delegado de Ordem Política e Social em 30 de março de 1942.

Palavras-chaves: Apreensão de Mimeógrafo

Congregação do Verbo Divino

Igreja Católica

Iguape (SP)

Japonês

Mimeógrafo Missões

Registro (SP)

Segunda Guerra Mundial

Prontuário: **69397, Congresso da Mocidade Evangélica do Brasil**

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 14/06/1946 **Final:** 24/06/1946

Síntese: A comissão organizadora do II Congresso da Mocidade Evangélica do Brasil requereu, em junho de 1946, autorização das autoridades policiais para a realização do referido evento. Para tal, incluiu em seu programa de atividades uma reunião pública, que contou com a cooperação de todas as igrejas evangélicas de São Paulo e seus respectivos delegados congressistas, a ser realizada no Largo do Arouche, em São Paulo. A polícia deferiu o pedido e enviou os investigadores João Ramando Papa e Sebastião Otávio Pires para acompanhar a concentração que, "tendo como finalidade a propagação de conceitos religiosos", não tratou de assuntos políticos, "terminando na mais perfeita ordem".

Palavras-chaves: *Congresso da Mocidade Evangélica do Brasil*
Igreja Evangélica
Juventude
Protestantismo

Prontuário: **4295, Constantino Milano Netto (2 vol.)**
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: Brasileiro
Naturalidade: São Paulo (SP)
Datas-limite: **Inicial:** 20/07/1936 **Final:** -

Síntese: Em 20 de julho de 1936, a Delegacia de Ordem Política de São Paulo empreendeu uma "rigorosa" busca na casa de Constantino Milano Netto, ocasião em que apreendeu todo material de interesse para a polícia e que pudesse construir prova das atividades "extremistas" do prontuariado, no inquérito movido contra ele pela Delegacia de Ordem Social. Foram tomados alguns testemunhos, mas não há documentação que esclareça o fim do caso. Ao prontuário foram anexados diversos recortes de jornais e edições completas de publicações da imprensa clandestina brasileira e internacional: *A Classe Operária*, *A Plebe*, *O Homem Livre*, *O Jovem Proletário*, *Lucta Estudantil*, *The Graphic* (norte-americano) e *A Lanterna*. Os recortes referem-se a notícias publicadas em jornais nacionais, mormente tratando do combate ao comunismo, da ação de Stálin na União Soviética e dos "crimes" do governo brasileiro de Getúlio Vargas, caracterizado nas publicações como usuário da violência policial para conter os opositores do regime.

Palavras-chaves: *A Classe Operária (jornal)*
A Lanterna (jornal)
A Plebe (jornal)
Comunismo
Getúlio Vargas
Gráfico

Jornal
Lucta Estudantil (jornal)
O Homem Livre (jornal)
O Jovem Proletário (jornal)
Stálin
The Graphic (jornal)
União Soviética

Prontuário: 57518, D. Severino (Ferdinand Humpert)
Vulgo: -
Profissão: Padre
Religião: Católica
Nacionalidade: Alemã
Naturalidade: Essen
Datas-limite: Inicial: 24/04/1945 Final: 15/09/1952
Síntese: Em 24 de abril de 1945, o alemão Ferdinand Humpert, Dom Severino na religião católica, solicitou ao delegado de Ordem Política e Social um salvo-conduto que lhe facultasse translado de São Paulo a Itanhaém para visitar seu abade, que se encontrava em tratamento de saúde. O pedido foi deferido em 27 de abril de 1945. Em 15 de setembro de 1952, Dom Severino requereu um atestado negativo de seus antecedentes político-sociais para fins de viagem.
Palavras-chaves: Alemanha
Igreja Católica
Mosteiro de São Bento
Padre
Salvo-conduto
Segunda Guerra Mundial
Súdito do Eixo

Prontuário: 74146, David Corso
Vulgo:

Profissão: Padre

Religião: Católica

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 25/08/1937 **Final:** 17/10/1946

Síntese: Em investigações realizadas em Assis (SP), a respeito da situação eleitoral naquela cidade em 1937, foi apurado que o Partido Comunista local possuía certo prestígio, mas devido à desarticulação da direção, atuava segundo orientações dos dirigentes locais, como no caso de uma ala constuída por protestantes, que obedecia às orientações de Trajano C. de Souza, que apoiava os comunistas. Afirmando que o eleitorado de Assis apoiaria Armando Salles de Oliveira nas eleições para a presidência, o investigador encarregado passa a enumerar as relações partidárias dos políticos da cidade, envolvendo o prefeito, vereadores, um médico, o dono de um pequeno comércio, o Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste (de onde saíam publicações atacando o integralismo e seu líder, Plínio Salgado) e até mesmo o padre local, David Corso. Consta que este havia sido convidado para uma solenidade no Ginásio Municipal de Assis por "democratas liberais", onde proferiu algumas palavras, mas desapareceu diante dos discursos inflamados e da audiência extremista. O grupo integralista da cidade foi descrito como disperso, haja vista que seu líder, Américo Minolti, esteve envolvido num caso de adultério, fato que cindiu as bases integralistas de Assis. Tomado por elementos estrangeiros, principalmente espanhóis, o Partido Comunista dispunha de maioria simples da Câmara Municipal local e cargos de autoridade policial, além do prefeito de Assis. O Partido Republicano Paulista tinha maior força, pois, entre seus membros, o partido congregava os quadros de melhor poder financeiro da cidade. Analisando a situação de um sindicato operário em franca atividade na cidade, e que pretendia organizar uma dissidência "perrepista" na cidade vizinha de Presidente Prudente, o investigador conclui seu relatório, copiado e anexado ao prontuário do padre David Corso em 1946.

Palavras-chaves: *Armando Salles de Oliveira*
Assis (SP)
Câmara Municipal
Eleições

Espanhol
Integralismo
Médico
Padre
Partido Comunista Brasileiro
Partido Consitucionalista
Partido Republicano Paulista
Plínio Salgado
Prefeito
Presidente Prudente (SP)
Protestantismo
Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste

Prontuário: **550, Delegacia Regional de Polícia de Presidente Prudente (vol. 2)**
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: **Inicial:** 11/02/1938 **Final:** 17/01/1947

Síntese: Na Delegacia Regional de Presidente Prudente destacou-se, em 1942, o controle policial dos estrangeiros residentes no município de Maracaí, localizado naquela região. Foi elaborado um levantamento quanto ao sexo e idade dos moradores. No mesmo ano, o delegado de Maracaí alertou o secretário de segurança pública sobre o excesssivo número de alemães presentes no município. Em 1944, constatou-se um radiotelegrama do delegado de Piracicaba, que solicitava informações e investigações sobre um telegrama, enviado por uma senhora de sobrenome Mendes, a Francisco Gonçalves, morador de Presidente Epitácio. No mesmo ano, a polícia controlou o trabalho de súditos nipônicos em plantações de mentol. Respondendo à consulta feita pelo Delegado Regional de Polícia de Presidente Prudente, referente à autorização para prática de

culto metodista em via pública, o delegado de Ordem Política e Social, Eduardo Tavares Carmo, informou que aquela delegacia especializada não estava permitindo reuniões de qualquer espécie em praça pública, considerando o decreto que suspendia essas garantias constitucionais em tempos de guerra.

Palavras-chaves: *Agricultura*
Alemão
Delação
Japonês
Liberdade religiosa
Maracaí (SP)
Metodista
Piracicaba (SP)
Presidente Epitácio (SP)
Presidente Prudente (SP)
Religião
Segunda Guerra Mundial
Súdito do Eixo

Prontuário: **122, Edgard Leuenroth (2 vol.)**
Vulgo: -
Profissão: Jornalista
Religião: -
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: Mogi-mirim (SP)
Datas-limite: **Inicial:** 17/01/1933 **Final:** 29/12/1936

Síntese: Segundo a documentação policial anexada ao prontuário, Edgard Leuenroth teria sido um dos promotores da "grande greve", em 1907, momento da ocorrência de uma greve na Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Em 1912, ele teria planejado "movimentos subversivos" na capital. Sendo diretor e proprietário dos jornais de cunho anarquista *A Lanterna* e *A Plebe*, publicou artigos contra o governo e o clero. Os registros policiais atestam que ele era um

anarquista influente e que mantinha contatos em outras cidades, dando vulto às campanhas libertária e anticlerical. Em 1917, foi um dos mentores da "greve geral", sendo preso e absolvido em 1918. Em 1927, foi detido por proferir discurso a favor dos anarquistas Sacco e Vanzetti, condenados nos Estados Unidos. Consta também ter realizado discursos em 1933, tomando parte na agitação em torno dos acontecimentos revolucionários na Espanha. Nesse ano, foi reaberto em nova série o jornal *A Lanterna*, dirigido por Leuenroth. O jornal era descrito como "órgão extremista" e de "idéias avançadas" que, segundo percepção do reservado Guarany, tinha certa repercussão, haja vista uma reunião ocorrida no Salão das Classes Laboriosas, à qual compareceram pessoas de "algum trato". Na ocasião, Luiza Peçanha Branco e o próprio Leuenroth teriam discursado sobre a Igreja Católica, os colégios dirigidos por padres, e o próprio clero, atacando a todos de forma a constranger os próprios espectadores. Em seu prontuário, encontram-se anexadas reproduções fotográficas que mostram corpos de civis mortos em conseqüência dos bombardeios nacionalistas durante a Guerra Civil Espanhola. São imagens das munições, armas e bombas usadas em combate, mas também registros fotográficos da participação de padres no combate ao lado das tropas nacionalistas. Essas fotos aparecem em um conjunto editorial que tem a pretensão de contradizer a Igreja Católica: no alto da página vê-se uma missiva do jornal *L'Osservatore Romano*, da cidade do Vaticano, na qual os representantes da Igreja se diziam condoídos com as vítimas e se posicionavam ao lado da liberdade; seria uma clara afronta à imagem dos padres controlando canhões e fuzis. Constam ainda do prontuário de Edgard Leuenroth, cartas de assinantes de *A Lanterna* com comentários sobre as notícias publicadas e oferecendo nomes de novos leitores. Há relatos de crimes cometidos por padres em cidades do interior e declarações sobre as atividades do cangaceiro Lampião, apoiado pelo Padre Cícero. Em uma carta recebida da cidade de Niterói, por exemplo, pessoas ofereciam-se para assinar o jornal. Ao lado dos nomes, curiosas razões para receberem a publicação: eram livre-pensadores, ateus, maçons, espíritas ou protestantes.

Palavras-chaves: *A Lanterna (jornal)*
A Plebe (jornal)
Anarquismo
Anticlericalismo
Comunismo
Espírita

Greve

Guerra Civil Espanhola

Intelectual

Jornal

Lampião

Maçom

Mulher

Padre Cícero

Protestante

Vaticano

Prontuário: **82462, Eliseu Murari**

Vulgo: -

Profissão: Padre

Religião: Católica

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 13/06/1947 **Final:** -

Síntese: O padre Eliseu Murari comunicou ao secretário estadual de Segurança Pública que em 13 de junho de 1947 assumira o cargo de Diretor do Serviço Social do Estado de São Paulo. O secretário enviou um ofício em resposta, desejando sorte ao novo mandatário do cargo, "augurando uma gestão feliz e cheia de proveitosas realizações".

Palavras-chaves: *Igreja Católica*

Padre

Secretaria de Segurança Pública

Serviço Social do Estado

Prontuário: **23481, Emil Georg Wessoly**

Vulgo: -

Profissão: Sacerdote franciscano

Religião: Católica

Nacionalidade: Alemã

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 29/01/1944 Final: 07/02/1944

Síntese: Em 29 de janeiro de 1944, o ministro provincial do Convento Santo Antônio do Pari, do provincialado dos franciscanos, frei Matheus Lopes, intercedeu pelo padre alemão Emil Georg Wessoly a fim de obter-lhe o salvo-conduto para viagem de serviços religiosos à Rodeio, cidade do Estado de Santa Catarina. O pedido foi deferido em 7 de fevereiro de 1944.

Palavras-chaves: *Alemão*

Convento de Santo Antônio do Pari

Franciscano

Igreja Católica

Padre

Rodeio (SC)

Segunda Guerra Mundial

Súdito do Eixo

Prontuário: 7911, Erich Erbert

Vulgo: -

Profissão: Sacerdote

Religião: Católica

Nacionalidade: Alemã

Naturalidade: Breslau

Datas-limite: Inicial: 21/01/1944 Final: 16/09/1949

Síntese: Em 21 de janeiro de 1944, Nelson da Veiga, delegado regional de polícia de Santos, remeteu um ofício ao delegado de Ordem Política e Social, Elpidio Reali, comunicando que o padre alemão Erich Erbert apresentou-se àquela delegacia escoltado por um investigador de São Paulo. Em 31 de janeiro de 1945, o padre requereu um atestado de antecedentes político-sociais, com o objetivo de solicitar à Diretoria do Serviço de Trânsito autorização para dirigir veículos de tração animal. O padre fez um novo pedido em 28 de agosto de

1945, só que desta vez para poder conduzir veículo a motor. Em 10 de setembro de 1949, o diretor do expediente da Secretaria de Justiça e Negócios do Interior solicitou ao diretor do DEOPS informações sobre o padre Erich Erbert para processo de naturalização. A resposta veio seis dias depois confirmando a "lisura" da conduta do padre.

Palavras-chaves: Alemão
Atestado de Antecedentes
Diretoria de Serviço de Trânsito
Jundiaí (SP)
Padre
Religião
Santos (SP)
Segunda Guerra Mundial
Súdito do Eixo

Prontuário: **7279, Ernest Wauschkuhn**
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: Testemunha de Jeová
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: **Inicial:** 27/08/1939 **Final:** -

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por estarem percorrendo as ruas da cidade, em propaganda religiosa, ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30; sendo José Rufino da Silva e Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Américo Csengori, Miguel Misocski e Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito homens, mais

onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*: Arthur de Campos, o prontuariado Ernest Wauschkuhn, Manoel Chico Ramos, o prontuariado Carlos Solyon, Miguel Zawislak, Julia Molnar, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Martha Draguite, Estevam Rossiz e Gregorio Domingos Burgarim. Anexa ao prontuário consta a guia de prisão de Américo Csengori.

Palavras-chaves: *Fascismo ou Liberdade (livreto)*

Propaganda Religiosa

Religião

Testemunhas de Jeová

Prontuário: 44168, Ernesto Carletti

Vulgo: -

Profissão: Padre

Religião: Católica

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 24/11/1943 **Final:** -

Síntese: Em 24 de novembro de 1943, o delegado regional de polícia de Lins, Paulo Martins de Queiroz, enviou um radiotelegrama à Delegacia de Ordem Política e Social, informando que naquela cidade encontrava-se o padre italiano Ernesto Carletti com salvo-conduto para Cuiabá, capital de Mato Grosso. No entanto, constatou-se que este desembarcara em Lins, rumando para Tupã com o objetivo de visitar o Colégio Salesiano daquela cidade, na qualidade de inspetor de missões. O delegado regional notou que o prazo do salvo-conduto do padre fora rasurado, e passou então a buscar, a partir do radiotelegrama, informações sobre o responsável por tal rasura: a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo ou o portador.

Palavras-chaves: Colégio Salesiano

Cuiabá (MT)

Itália

Lins (SP)

Padre

Salvo-conduto

Segunda Guerra Mundial

Tupã (SP)

Prontuário: 12041, Escola Luterana de São Paulo

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: -/11/1942 Final: 14/04/1943

Síntese: O jornal *Diário da Noite* publicou em 10 de dezembro de 1943 uma denúncia que dava conta da descoberta de uma rede de espionagem e sabotagem alemã-nazista, dentro de instalações militares em Santa Cruz (RS), coordenada por pastores luteranos e altos membros do Exército. Estes, além de instruir a comunidade alemã local a desertar do Exército brasileiro, teriam conseguido plantas militares e aparelhos de guerra da cidade vizinha, Cruz Alta. A partir desse momento, todos os alemães do Rio Grande do Sul caíram sob suspeita de serem sabotadores nazistas. Em São Paulo, um trem procedente daquele Estado trazia em sua lista de passageiros dois luteranos suspeitos de envolvimento com esse caso. Tratava-se de professores da Escola Luterana de São Paulo, os brasileiros Bernardo Henry Müller e o diretor Carlos Fellhauer. Efetuada a busca em suas bagagens, o que a polícia julgou insuficiente, deu-se início a uma investigação desenrolada em São Paulo, que abarcou a Escola e a própria mantenedora da instituição, a Igreja Luterana de São Paulo. Solicitadas maiores informações, o inspetor escolar Alfredo Moraes Rosa remeteu um ofício ao delegado de ensino Manoel Raimundo Dutra Filho, em que o autor demonstrava o funcionamento da escola, bem como a composição de seu corpo docente. Refere-se também à presença de uma elevada "comunidade alienígena" no bairro de Moinho Velho, a caminho de Santos (SP), na qual alguns poucos professores brasileiros estavam infiltrados, exercendo a tarefa de desenvolver o espírito de brasilidade entre os alunos e controlando a ação do diretor do colégio, justamente Carlos Fellhauer. Apesar da atuação da professo-

ra brasileira Maria Ofélia Veiga Azevedo, que desenvolvia um trabalho elogiado por inculcar nas crianças valores patrióticos brasileiros, ressalta o inspetor escolar que a escola era palco, à noite, da realização de cultos protestantes dirigidos pelo reverendo alemão H. Klenke, o qual o inspetor de ensino recomendava a substituição por um ministro brasileiro, considerando-se o estado de guerra. Aparentemente em razão das investigações, foi anexado ao prontuário da Escola Luterana um exemplar do jornal *Mensageiro Luterano*, dos últimos meses de 1942, que demonstrava o esforço da comunidade alemã em integrar-se aos brasileiros em diversas cidades. Em comemoração aos vinte e cinco anos da publicação editada pelo Sínodo Evangélico Luterano do Brasil, o referido jornal traz um artigo intitulado "Os jesuístas perante os séculos – Vistos pelos acatólicos, II", em que aquela ordem religiosa, bem como toda a Igreja Católica, é classificada como um órgão ultramontano e secular e que não praticava a caridade. Ao contrário, fomentava um "farisaismo cristão" e empreendia perseguiação contra os protestantes. Constam do prontuário da Escola Luterana, além dessa publicação, os *Estatutos da Comunidade Evangélica Luterana da Paz* e *O Lar Cristão – Anuário da Igreja Luterana do Brasil, 1943*, que além de textos religiosos traz as atividades da Igreja e o cronograma de eventos – há artigos que dizem respeito à Inquisição e ministros evangélicos que foram queimados, remontando a uma perseguição que persistia até então. Há também um libelo ao presidente Getúlio Vargas, identificado como o chefe da nação que caminha para a paz. Em um relatório de investigações de 23 de março de 1943, Arthur Reis Machado declarava ter descoberto que a Escola Luterana de São Paulo não tinha relações com a Igreja Luterana do Rio Grande do Sul, pela existência de 200 modalidades do culto religioso. Portanto, os luteranos paulistas não conheciam o pastor M. German, indiciado em Porto Alegre como o mentor da rede de espionagem alemã denunciada no *Diário da Noite*.

Palavras-chaves: *Alemão*

Anticlericalismo

Anuário

Anuário de Atividades

Cruz Alta (RS)

Delação

Delegacia de Ensino

Diário da Noite (jornal)
Escola
Espionagem
Estatuto
Getúlio Vargas
Igreja Luterana de São Paulo
Igreja Luterana do Rio Grande do Sul
Inquisição
Jesuítas
Luteranismo
Martinho Lutero
Mensageiro Luterano (jornal)
Nazismo
Nacionalismo
Professor
Santa Cruz (SP)
Sínodo Evangélico Luterano

Prontuário: **24579, Esterina Delfina Dagradi**
Vulgo: -
Profissão: Religiosa
Religião: Católica
Nacionalidade: Italiana
Naturalidade: San Zenoni al Pó
Datas-limite: Inicial: 26/08/1943 Final: 18/09/1943

Síntese: A religiosa alemã Esterina Delfina Dagradi requereu, em 26 de agosto de 1943, ao delegado de Ordem Política e Social, uma autorização para transferir-se para a cidade de Guaratinguetá, onde iria exercer atividades como diretora do Hospital e Maternidade Frei Galvão. O pedido foi indeferido em 2 de setembro de 1943, pelo delegado adjunto João Amoroso Netto, com a recomendação: "venha, querendo, por intermédio da Delegacia Regional de Guaratinguetá".

Palavras-chaves: Alemanha
Guaratinguetá (SP)
Hospital e Maternidade Frei Galvão
Igreja Católica
Religião
Segunda Guerra Mundial
Súdito do Eixo

Prontuário: **7286, Estevam Rossiz**
Vulgo:
Profissão:
Religião: Testemunha de Jeová
Nacionalidade:
Naturalidade:
Datas-limite: **Inicial:** 27/08/1939 **Final:** -

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por estarem percorrendo as ruas da cidade, em propaganda religiosa, ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30; sendo José Rufino da Silva e Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Américo Csengori, Miguel Misocski e Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito homens, mais onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*: Arthur de Campos, Ernest Wauschkuhn, Manoel Chico Ramos, Carlos Solyon, Miguel Zawislak, Julia Molnar, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Martha Draguite, o prontuariado Estevam Rossiz e Gregorio Domingos Burgarim. Anexa ao prontuário consta a guia de prisão de Américo Csengori.

Palavras-chaves: *Fascismo ou Liberdade (livreto)*
Propaganda Religiosa

Religião
Segunda Guerra Mundial
Testemunhas de Jeová

Prontuário: 48921, Federação Espírita Paulista
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: 08/05/1941 Final: 01/10/1942

Síntese: Em investigação sobre a União Mocidade Espírita Paulista, que realizou uma reunião em comemoração ao seu quarto aniversário de fundação, a polícia esteve presente e ressaltou que nela houve cantos, declamações e polêmicas sobre o catolicismo. Em atenção à fala de Jenny Grassman, diretora de propaganda da União, cumpriu ao investigador presente frisar o trecho: "todos os adeptos devem compreender que o Espiritismo é a liberdade em evolução e a derrubada de todas as tradições, dogmas e até das formas metafísicas; que, no Espiritismo não há padres, bispos, cardeais e sim a igualdade de todos os que estão irmanados neste ideal, que a União Mocidade Espírita Paulista é a vanguarda do espiritismo moderno, sem preceitos de idéa, raças ou cor; que a União promoverá conferências, passeios e pic-nics ao ar livre". Há ainda citações referentes a um festival, que reverteria fundos ao Abrigo Espírita Batuira, de Poá, para o qual todos os presentes deveriam concorrer com dois mil réis.

Palavras-chaves: *Abrigo Espírita Batuira*
Anticlericalismo
Catolicismo
Conferência
Espiritismo
Federação
Federação Espírita Paulista
Festival

Mulher
Poá (SP)
Religião
União Mocidade Espírita Paulista

Prontuário: **51827, Ferdinand Moomann**
Vulgo: -
Profissão: Padre
Religião: Católica
Nacionalidade: Alemã
Naturalidade: Ilhorat
Datas-limite: Inicial: 12/06/1944 Final: 04/07/1944

Síntese: O padre alemão Ferdinand Moomann, residente no Sanatório São Paulo, de Campos do Jordão, requereu uma autori4zação para mudar-se para a cidade de São Lourenço, em Minas Gerais. Para tanto, cita uma circular da Igreja datada em 8 de março de 1944, que assim estabelecia. A mudança foi autorizada por J. L. alves Valadão, delegado de Ordem Pública de Belo Horizonte, e Antonio Dourado, delegado adjunto de Ordem Política de Campos de Jordão.

Palavras-chaves: *Alemão*
Belo Horizonte (MG)
Campos do Jordão (SP)
Padre
Sanatório São Paulo
São Lourenço (MG)
Súdito do Eixo
Segunda Guerra Mundial

Prontuário: **144, Florentino de Carvalho**
Vulgo: -
Profissão: Eletricista

Religião:

Nacionalidade: Espanhola

Datas-limite: **Inicial:** -/09/1926 **Final:** 07/06/1946

Síntese: Conhecido anarquista, Florentino de Carvalho foi um dos elementos de maior atividade política no início do século XX em São Paulo. Em 1910, foi expulso da Argentina; em 1912, foi expulso do Brasil, momento em que se radicou em Portugal. Em 1915, retornou ao Brasil. Num *meeting* da Federação Operária Brasileira, no Rio de Janeiro, atacou as instituições do Estado: o capitalismo, o militarismo e o clericalismo. Foi deportado uma segunda vez, mas retornou novamente, quando fundou o jornal *A Obra* e dirigiu o grupo Juventude Anarquista. De palavra "fluente"e "cáustica", consta do prontuário uma "Carta Aberta aos Trabalhadores", de sua autoria, em que mais uma vez reclama por uma revolução social e combate ao Estado, à Igreja e ao Exército. Na década de 30 foi investigado por visitar casas de operários e pregar o anarquismo.

Palavras-chaves: *A Obra (jornal)*
Anarquismo
Anticlericalismo
Centro de Cultura Social
Deportação
Exército
Expulsão
Federação Operária Brasileira
Greve
Igreja Católica
Intelectual
Juventude

Prontuário: **625, Francisco Cianci**

Vulgo: -

Profissão: Litógrafo

Religião: -

Nacionalidade: Italiano

Naturalidade: San Marco

Datas-limite: **Inicial:** 04/05/1937 **Final:** 28/09/1945

Síntese: Em 4 de maio de 1935, Francisco Cianci foi preso após a Polícia Federal receber uma carta anônima denunciando que ele era anarquista e recebia mensalmente 300 exemplares do jornal libertário *L'Adunata dei Refratari*. Empreendida uma busca na casa do suspeito, a denúncia foi confirmada e, além de uma coleção do jornal italiano, foram localizadas também outras publicações anarquistas, uma relação de contatos de Cianci, além de uma lista do *Contato Libertário Pro Figli dei Carcerati Politici D'Italia* para angariar donativos. Está anexada ao prontuário a cópia de uma notícia veiculada em 7 de agosto de 1931 pelo jornal *Folha da Manhã*, em que Cianci aparecia ao lado de Hermínio Fernandes e Arsênio Palácios como organizador dos sindicatos operários de São Paulo, sob orientação da Federação Operária de São Paulo, identificada como de ideologia anarquista. Consta do prontuário ainda um panfleto de autoria de Francisco Cianci, intitulado *Aos Católicos*, no qual o autor, valendo-se de um discurso anticlerical, promove um questionário a ser aplicado aos mandatários dos poderes, a respeito de princípios intrínsecos da religião católica, tais como a existência de Deus, Jesus Cristo, Satanás e a veracidade da Bíblia. O autor termina a redação clamando pela liberdade de consciência: "Lembrai-vos do que sois homens e tendes uma cabeça para pensar".

Palavras-chaves: *Anarquismo*
Anticlericalismo
Contato Libertário Pro Figli dei Carcerati Politici D'Italia
Federação Operária de São Paulo
Folha da Manhã (jornal)
Itália
L'Adunata dei Refratari (jornal)
Liberdade Religiosa
Operariado
Panfleto
Polícia Federal
Sindicato

Prontuário: 94053, Francisco Valdivia

Vulgo:

Profissão:

Religião:

Nacionalidade:

Naturalidade:

Datas-limite: Inicial: 22/05/1948 Final: -

Síntese: Consta desse prontuário apenas uma relação de elementos comunistas, em 12 folhas, dos municípios paulistas de Sorocaba, São Roque, Boituva, Porto Feliz, Itu, Piedade, Salto, Araçoiaba da Serra, Laranjal Paulista, Pilar do Sul, Ibiúna, Cabreúva, Tietê e Indaiatuba. Francisco Valdivia, colaborador do jornal *A Lanterna,* aparece na relação de nomes de ativistas da cidade de São Roque.

Palavras-chaves: *A Lanterna (jornal)*

Anarquismo

Anticlericalismo

Araçoiaba da Serra (SP)

Boituva (SP)

Cabreúva (SP)

Comunismo

Ibiúna (SP)

Indaiatuba (SP)

Itu (SP)

Laranjal Paulista (SP)

Piedade (SP)

Porto Feliz (SP)

Salto (SP)

São Roque (SP)

Sorocaba (SP)

Tietê (SP)

Prontuário: **29501, Frei Antonio Schäffer**

Vulgo: -

Profissão: Religioso

Religião: Católica

Nacionalidade: Brasileira naturalizada

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 10/07/1944 **Final:** 12/07/1944

Síntese: Frei Antonio Schäfer requereu à Delegacia de Ordem Política e Social salvo-conduto permanente para suas viagens. Segundo o delegado chefe José Antônio de Oliveira, a requisição não podia ser atendida pois, até aquele momento, o salvo-conduto permanente só estava sendo concedido aos italianos. Não obstante, há uma carta anexada ao prontuário, remetida pelo Gabinete da Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que um de seus diretores intercede pelo frei Antonio Schäfer.

Palavras-chaves: *Alemão*

Estado de Guerra

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Padre

Salvo-conduto

Prontuário: **7281, Gregório Domingos Burgarim**

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: Testemunha de Jeová

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 27/08/1939 **Final:** -

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por estarem percorrendo as ruas da cidade, em propaganda religiosa, ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio

Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30; sendo José Rufino da Silva e Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Antonio Grenhewski, Miguel Misocski e Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito homens, mais onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*: Arthur de Campos, Ernest Wauschkuhn, Manoel Chico Ramos, Carlos Solyon, Miguel Zawislak, Julia Molnar, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Martha Draguite, Estevam Rossiz e o prontuariado Gregorio Domingos Burgarim.

Palavras-chaves: *Fascismo ou Liberdade (livreto)*
Propaganda
Religião
Segunda Guerra Mundial
Testemunhas de Jeová

Prontuário: **4045, Gusmão Soller ou Gil Soller**
Vulgo: -
Profissão: Pintor
Religião: -
Nacionalidade: Espanhol
Naturalidade: Valencia
Datas-limite: **Inicial:** 15/07/1933 **Final:** 12/05/1949

Síntese: Gusmão Soller teve seu prontuário aberto em razão das investigações empreendidas pelo DEOPS sobre suas conferências na Federação Operária de São Paulo: "O movimento Operário Europeu e Americano". Descobriu-se que Soller entrara no Brasil pela Argentina e que era ativo militante anarquista que "conclamava seus companheiros a desrespeitar a lei". Amigo de Rodolpho Felippe, Soller foi posto sob suspeita, assim como seu colega Felippe. Este, que já estivera preso e fora solto por falta de provas, havia reincidido no crime de subversão. Os dois moravam juntos e em sua residência foram apreendidas publicações anarquistas, comunistas e anticlericais. Em 1934, Gusmão Soller foi citado novamente como conferencista da Federação Operária e Centro de Cultura Social; teria participado naquele ano do festival de 14 de julho e dos encontros

do jornal anticlerical *A Lanterna*. Nesse mesmo ano viajou com anarquistas para Campinas, a convite da Liga Anticlerical daquela cidade, local, segundo a autoridade policial, "em que era enorme o número dos que combatem o clero". A Liga era dirigida pelos irmãos Attílio Pessagno e Virgílio Pessagno. Em janeiro de 1937, o delegado de Ordem Social Venancio Aayres, após contatos com a Delegacia Regional de Santos, tomou conhecimento de que Gusmão Soller, depois de solto, continuou a professar ideais anarquistas, propagando-os publicamente, junto aos operários. Para a polícia, tratava-se de um elemento perigoso e indesejável no Brasil, motivo suficiente para a imposição de sua expulsão do país. Em junho de 1937, Soller e outros estrangeiros acusados de comunismo embarcaram em Santos, no navio Alcina. Constam do prontuário listas com nomes de comunistas processados e presos, além de estrangeiros em processo de expulsão. O nome de Soller aparece em todas elas.

Palavras-chaves: *A Lanterna (jornal)*
Alcina (navio)
Anarquismo
Antifascismo
Campinas (SP)
Centro de Cultura Social
Comitê Antiguerreiro
Comunismo
Espanha
Expulsão
Federação Operária de São Paulo
Liga Anticlerical
Presídio Maria Zélia
Santos (SP)

Prontuário: 52327, Igreja Batista de Bauru
Vulgo:
Profissão:
Religião:

Nacionalidade:

Naturalidade:

Datas-limite: Inicial: 30/10/1943 Final: -

Síntese: Neste prontuário há um pedido de informação do delegado adjunto Luís Tavares da Cunha ao delegado especializado em Ordem Política e Social sobre uma consulta feita ao primeiro pelo delegado regional de Bauru, se este poderia ou não deferir o pedido da 2ª Igreja Batista de Bauru para a realização de trabalho evangélico nas praças ou ruas daquela cidade. O delegado adjunto Luís Tavares alerta para o Estado de Guerra decretado no país em 31 de agosto de 1942 e que havia suspendido uma série de dispositivos da Constituição. Informa que, no entanto, mantinha-se o número 4 do artigo 122, que se referia à liberdade religiosa no Brasil, nos termos: "Todos os indivíduos de convicções religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para este fim e adquirindo bens, observadas as disposições de direito comum às exigências de ordem pública e dos bons constumes". O adjunto informa que essa permissão se aplicava ao Estado de São Paulo, a exemplo de pregações e orações realizadas pelo Exército da Salvação no centro da cidade. O delegado especializado deferiu o pedido ressaltando que não houvesse inconvenientes à ordem pública.

Palavras-chaves: *Bauru (SP)*

Constituição

Exército da Salvação

Igreja Batista Evangélicos

Liberdade Religiosa

Protestantismo

Segunda Guerra Mundial

Prontuário: 110331, Igreja Católica Brasileira

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 16/06/1951 **Final:** 30/08/1955

Síntese: Embora o prontuário defina-se cronologicamente nos anos 50, a Igreja Católica Brasileira, dissidência da Igreja Romana, foi fundada por um bispo cismático na década anterior. Toda a documentação constante do prontuário refere-se, portanto, às disputas, judiciais e policiais, que envolvem as duas igrejas desde então. A Igreja Católica Brasileira, reclamava da perseguição sofrida desde a sua fundação justificando, por meio de um decreto de um consultor da Presidência da República, que seu rito, suas vestes, insígnias e cultos adotados não se tratavam de cópia da Igreja de Roma, mas de um domínio público da doutrina cristã. Em sua defesa, resgata o mandado de segurança obtido pela Igreja, visando cessar o constrangimento policial por que vinha passando. Referia-se à liberdade religiosa, quando o Sub-Procurador da República comentou: "Dir-se-ia que o ato impugnado poderia apresentar retrocesso no artigo sexto da Constituição do Império, segundo o qual às outras religiões, além da Católica Romana, era assegurado, apenas, o culto do místico ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo". A Igreja Católica Apostólica Romana, anos antes, através de um comunicado da Cúria Metropolitana remetido à polícia e constante do prontuário, assinado pelo Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, divulgava aos fiéis o que achava da igreja dissidente, alegando em sua defesa um despacho presidencial de 1948, publicado no *Diário Oficial* em 25 de setembro: "O poder da polícia compreende faculdade de assegurar o livre exercício do culto de uma religião e obstar que esse culto seja perturbado por quem não pertence à mesma religião". O Cardeal seguia sua argumentação aos fiéis de sua Igreja, definindo como cismáticos, hereges e excomungados todos aqueles que tomassem parte das missas de Carlos Duarte Costa, fundandor da Igreja Católica Brasileira.

Palavras-chaves: *Cúria Metropolitana (SP)*
Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta
Dom Carlos Duarte Costa
Excomunhão
Igreja Católica Apostólica Brasileira
Igreja Católica Apostólica Romana
Legislação
Liberdade religiosa

Prontuário: **20635, Igreja Cristã Presbiteriana do Braz**

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 01/09/1942 **Final:** -

Síntese: Nesse prontuário, a Igreja Presbiteriana do Braz, representada pelo reverendo Paulo Persanetti, convida o superintendente de Segurança Política e Social para uma cerimônia cívico-religiosa que seria realizada nas dependências da Igreja, em comemoração ao dia da Pátria e prestando um culto de ação de graças pelo reestabelecimento do presidente Getúlio Vargas. Esta foi uma oportunidade em que a Igreja Presbiteriana comunicou à autoridade policial parte de suas atividades.

Palavras-chaves: *Civismo*

Culto Cívico

Dia da Pátria

Getúlio Vargas

Igreja Presbiteriana

Protestantismo

Prontuário: **10466, Igreja Episcopal Brasileira**

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 15/04/1942 **Final:** 20/04/1942

Síntese: Através de seu bispo William M. M. Temple, a Igreja Episcopal Brasileira remeteu à polícia um exemplar de seu periódico, *Estandarte Cristão,* que traz um editorial revelando as posições da Igreja frente ao Estado brasileiro,

prestando explicações sobre uma missão mantida por aquela organização religiosa junto a japoneses domiciliados em São Paulo e no norte do Estado do Paraná. Descreve a existência de clérigos japoneses ordenados na Igreja, bem como o esclarecimento de que todas as celebrações da Igreja Episcopal eram realizadas em português. No exemplar do referido jornal, além da notícia das atividades desenvolvidas pela Igreja e missionários, o editorial de capa "Também somos brasileiros" identifica a Igreja com a paz, criticando outras organizações religiosas que, sem citações, "vendem o direito de progenitura pelo prato de lentilhas de qualquer interesse mundano". A publicação destaca ainda que altos escalões da reserva do Exército brasileiro compunham seu clero, e que eram protestantes, grandes líderes mundiais, como Franklin Dellano Roosevelt e Winston Churchill que, ainda eram episcopalistas. Por fim, a publicação exalta a construção de um grande país "sob orientação superior do grande Presidente Getúlio Vargas".

Palavras-chaves: *Estandarte Cristão (jornal)*
Franklin Roosevelt
Getúlio Vargas
Igreja Anglicana
Igreja Episcopal Brasileira
Japonês
Missão
Protestantismo
Segunda Guerra Mundial
Winston Churchill

Prontuário: 12017, Igreja Evangélica
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: 11/02/1942 Final: 24/03/1942

Síntese: Tudo indica que este prontuário é relativo à mesma igreja denominada Igreja Protestante ou Igreja Batista Alemã (Prontuário nº 18508), visto tratar-se do mesmo endereço e do mesmo problema que chamou a atenção das autoridades policiais: o uso do alemão na casa de cultos para cânticos e sermões. Nessa ocasião, o pastor responsável pela Igreja consultou a polícia sobre uma autorização para as reuniões de culto. Recebeu a autorização, desde que as cerimônias religiosas ocorressem somente em português. Consta do prontuário ainda o Termo de Declaração, em que o ministro evangélico Guilherme Freyer declara a finalidade de sua Igreja: suscitar espiritualmente a fé evangélica entre seus fiéis – notadamente qualquer um que julgasse bons os princípios bíblicos, sem distinção de nacionalidade, sexo ou classe social.

Palavras-chaves: *Alemão*

Igreja Evangélica

Igreja Protestante

Nacionalismo

Protestantismo

Segunda Guerra Mundial

Prontuário: **77029, Igreja Livre do Brasil**

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 13/01/1945 **Final:** 08/10/1946

Síntese: A Igreja Católica Livre do Brasil intitulava-se, em manifesto apreendido e anexado ao seu prontuário, a "alvorada nobre de uma feliz instituição cujo fim é levar a cabo a tarefa árdua iniciada por seu divino fundador Nosso Senhor Jesus Cristo". Reclamando ser em tudo igual à Igreja Romana, a Igreja Católica Livre resumia sua atividade no verdadeiro espírito apostólico de acordar com a evolução dos tempos. Apresentava-se como uma "renovação radiante e vitoriosa da Igreja", reconhecendo a autoridade do papa Pio XII, a quem o manifesto atribuiu uma ordem expressa que permitia o funcionamento da Igreja Livre,

porém denotando aos santos políticas humanas. Nesse último ponto, é declarada uma preocupação com os padres romanos que, além de perseguirem esse novo ramo do catolicismo brasileiro, não reconheciam os "padres livres", que contavam na época cerca de 30 sacerdotes. Nesse sentido, o vigário Vitorio Nardon, da Paróquia de Nossa Senhora do Bom Conselho, sita no Bairro da Mooca, remeteu uma carta à polícia declarando que naquele local a Igreja Livre do Brasil realizaria uma missa campal em que estariam presentes vários convidados comunistas, entre eles o dentista Rabelo Pandolfi e diversos militantes de Santo André, convidados pelo padre Julio Poscano, responsável pela Igreja Livre naquele bairro e denominado nos autos policiais como comunista. No relatório do investigador Pedro Assaf, o padre Julio era descrito como um padre que fora desligado do seminário por sua intolerância, pela sua maneira mística de expressão e que, além disso, movia uma campanha na Mooca para erguer um templo sob a invocação de Nossa Senhora de Fátima, visando reduzir à "mínima expressão" o vigário da Paróquia Bom Conselho, padre Vitório Nardon, "maníaco com os padres livres", ficando ele com "uma meia dúzia de velhas beatas".

Palavras-chaves: *Anticlericalismo*
Comunismo
Delação
Igreja Católica Apostólica Romana
Igreja Católica Livre do Brasil
Mooca (Bairro)
Padre
Paróquia Nossa Senhora do Bom Conselho
Partido Comunista do Brasil (PCB)
Pio XII
Santo André (SP)

Prontuário: **48875, Igreja Ortodoxa**
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 11/05/1942 Final: 17/01/1944

Síntese: Por meio de uma carta enviada do bispo Dom Theodosio ao Superintendente de Segurança Política e Social de São Paulo, foi aberto o prontuário da Igreja Ortodoxa. Nesta carta, o clérigo alertava às autoridades sobre a perseguição empreendida à sua Igreja, desencadeada pela publicação, no jornal *Diário da Noite*, nº 5343, de um artigo intitulado "A guerra provoca crise na Igreja Ortodoxa Russa de São Paulo". O bispo aponta uma série de afirmações falsas na matéria que teria como objetivo desmoralizar a Igreja perante o público e as autoridades, acusando justamente o bispo de "uma certa orientação e pela propaganda de idéias políticas". Dom Theodosio deixa claro que não existia mais uma Paróquia da Igreja Russa Ortodoxa de São Paulo (esta fundada por imigrantes russos "brancos" em 1926, e que havia mudado sua denominação para Paróquia da Igreja Ortodoxa de São Nicolau). Alega também que não correspondia à verdade a afirmação de que a Igreja comportava um clero com atividades políticas sujeitas ao Sínodo Soviético. Na verdade, a matéria do *Diário da Noite* fora baseada numa entrevista dada ao jornal pelo padre ortodoxo Demétrio Thatchenko que, ao que parece, sendo responsável como sacerdote por uma unidade da Igreja no bairro paulistano de Vila Alpina, estava descontente com Dom Theodosio, bispo responsável pela Igreja Ortodoxa em São Paulo e também no Brasil. Dom Theodosio afirmou que o padre Thatchenko estava contrariado com os rumos que a Igreja tomava internacionalmente, já que com a morte de seu último patriarca em Moscou, em 1926, não era reconhecido no mundo como autoridade legítima o líder indicado pelo governo soviético que, além de não ser livre em suas ações, pedia aos clérigos do planeta lealdade absoluta ao governo soviético. A polícia registrou ainda uma reunião acompanhada por um investigador realizada na sede da Igreja no bairro de Vila Zelina, ocasião em que fora eleita a nova mesa da Assembléia Diretora da Igreja. Tudo transcorreu na devida ordem.

Palavras-chaves: *Comunismo*

Delação

Diário da Noite (jornal)

Igreja Ortodoxa

Paróquia da Igreja Ortodoxa de São Nicolau
Paróquia da Igreja Ortodoxa Russa de São Paulo
Religião
Russo
União Soviética

Prontuário: 18508, Igreja Protestante
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: 25/05/1941 Final: 03/06/1941

Síntese: Uma denúncia endereçada ao general comandante da Segunda Região em São Paulo, de autoria de "brasileiro", deu início à investigação que levaria à abertura de inquérito e prontuário da Igreja Protestante, provavelmente a mesma Igreja prontuariada como Igreja Evangélica (prontuário nº 12017): os cânticos, preleções e sermões no púlpito eram todos realizados em alemão; fato que chocou o autor da denúncia, que alegava estar zelando pela nacionalidade em plena guerra. Tomadas as providências necessárias, a polícia apurou que a denúncia procedia e que o local de culto havia sido fundando havia trinta anos pela colônia alemã, mas não tomou nenhuma providência, pois no local tratava-se apenas de assuntos religiosos.

Palavras-chaves: *Alemão*
Delação
Exército
Igreja Evangélica Alemã
Igreja Protestante
Protestantismo
Religião
Segunda Guerra Mundial

Prontuário: 14176, Igrejas Batistas ou Mocidade Batista

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 17/09/1942 Final: 16/01/1943

Síntese: A investigação sobre a Igreja Batista do subdistrito de Nova Odessa, na cidade de Campinas, deu-se em torno da apreensão de dois livros de ata, um em português e outro em léto, ambos encaminhados para a análise, sendo o segundo indicado para uma tradução que revelasse seu conteúdo às autoridades.

Palavras-chaves: *Americana (SP)*

Ata

Campinas (SP)

Estado de Guerra

Igreja Batista

Léto

Livro

Nova Odessa (SP)

Prontuário: 4123, João Baptista Moura Dubieux

Vulgo: -

Profissão: Professor

Religião: -

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: São Paulo

Datas-limite: Inicial: 05/07/1933 Final: 19/10/1945

Síntese: Classificado pela polícia de conhecido "intelectual comunista", João Batista Dubieux, identificado como professor e dentista, foi preso em sua casa no momento em que imprimia em um mimeógrafo boletins de propaganda

comunista. Pertencendo à Aliança Nacional Libertadora, teve contato com outros comunistas investigados pela polícia. Membro do Partido Socialista Brasileiro, fundou, no bairro de Santana, em São Paulo, o Centro de Cultura Cinco de Julho, cujo estatuto consta do prontuário. Durante Auto de Busca e Apreensão realizada em sua residência no mesmo bairro, além de farto material comunista, a polícia encontrou rascunhos de escritos anticlericais, como o poema "A mão do padre e o pé do padre", refutando declarações do padre da Companhia de Jesus, R. P. Delaporte, em que afirma, ironicamente: "Enviei estas paródias à Sua Santidade Pio LXIX para ser canonizado o seu autor". Encontrou-se também um artigo que seria enviado à redação do jornal anticlerical *A Lanterna*, sob o título "Até as madres não escapam". Consta ainda do prontuário uma caderneta com nomes de contato de Dubieux, que, ao que parece, levou a polícia a efetuar novas prisões.

Palavras-chaves: *A Lanterna (jornal)*
Aliança Nacional Libertadora
Anticlericalismo
Associação de Amigos da Rússia
Centro de Cultura Cinco de Julho
Comunismo
Intelectual
Partido Socialista Brasileiro
Poesia

Prontuário: **498, João Navarro**
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: **Inicial:** 10/08/1931 **Final:** -

Síntese: Nesse prontuário encontra-se apenas o relato de um informante do DEOPS/SP cuja função era percorrer diversos estabelecimentos industriais si-

tuados em São Bernardo para assim desmontar organizações "anormais" de operários. Em meio ao relatório foi destacada a mudança de residência de João Navarro, antigo morador da região, para um sítio em Sorocaba, ocasião em que teria se afastado do movimento anarquista. Anexado, consta um exemplar do jornal *Unión Sindical*, proveniente de Montevidéu.

Palavras-chaves: *Anarquismo*
Indústria
Jornal
Montevidéu
Operariado
Unión Sindical (jornal)

Prontuário: **11377, João Stein**
Vulgo: -
Profissão: Missionário
Religião: Testemunha de Jeová
Nacionalidade: Alemã
Naturalidade: Lugde
Datas-limite: **Inicial:** 26/08/1942 **Final:** 04/12/1945

Síntese: João Stein passou a ser investigado a partir de um episódio em que uma remessa de livros foi retirada da Estação do Norte, em São Paulo, por um alemão, em nome do delegado especializado de Ordem Política e Social. Por ser alemão não conseguira fazer a retirada da primeira vez e, no dia seguinte, retornou com um investigador que ajudou-o a retirar o volume em apreço. A polícia acreditou tratar-se, o alemão, de João Stein. Em 26 de agosto de 1942, em sua residência na cidade de Cruzeiro, foram apreendidas onze caixas de papelão contendo livros e folhetos. João Stein foi preso, sendo em seguida esclarecido tratar-se de material de propaganda religiosa, sem interesse para a Segurança Nacional, segundo a polícia. O prontuariado teve seu nome citado diversas vezes no dossiê elaborado pela polícia no nome da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados (Testemunhas de Jeová), identificado como responsável pela publicação norte-americana *Torre de Vigia* ou *Atalaia*, que, ao que parece, foi o material apreendido pela polícia. Da referida sociedade já haviam sido apreen-

didas publicações como os livretos *Fascismo ou Liberdade*, *Paz pode durar?* e *O Caminho de Deus é Amor*.

Palavras-chaves: *A Atalaia (revista)*
Alemão
Apreensão
Fascismo ou Liberdade (livreto)
Folheto
Livro
Paz Pode Durar? (livreto)
Publicação Religiosa
Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados
Testemunhas de Jeová
Torre de Vigia (revista)
Tribunal de Segurança Nacional

Prontuário: 4155, José Augusto da Silva Almeida
Vulgo: -
Profissão: Comerciário
Religião: Católica
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: Barreiros (PE)
Datas-limite: Inicial: 05/11/1934 Final: 11/05/1979

Síntese: O prontuariado José Augusto da Silva Almeida foi investigado e detido por crime de comunismo, acusação comprovada através de materiais encontrados durante um Auto de Busca e Apreensão em sua residência. Almeida comprometeu-se também por manter ligação com os comunistas Euclydes Krebs e Eduardo Guasco, membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL) com os quais residia na Rua Pedro Lessa, nº 8. João Batista Marmo, seu sócio na Tintas Colibri Limitada, remeteu uma carta ao DEOPS em que atestava o caráter do colega, trabalhador e religioso. Explica também que esse colega fora afastado de uma função pública – comprador do Estado – por estar preso, e que seria im-

possível ter José Augusto participado de atividades comunistas, por se tratar de um congregado mariano, uma espécie de noviço, na Congregação Mariana de Nossa Senhora das Dores e Santo Antonio de Pádua, função "incompatível com aquele credo por todos nós combatido" – nas palavras de Marmo. Foram arrolados outros documentos ao longo do prontuário que asseguravam a participação de José Augusto na Congregação, dentre os quais: a carteira de sócio e provas em contrário do crime de comunismo, que atestavam seu catolicismo. Em 1937, o Tribunal de Segurança Nacional arquivou o processo, por falta de provas.

Palavras-chaves: *Aliança Nacional Libertadora (ANL)*

Catolicismo

Comunismo

Congregação Mariana de N. Sra. das Dores e Santo Antonio de Pádua

Delação

Igreja Católica

Tintas Colibri Limitada

Tribunal de Segurança Nacional (TSN)

Prontuário: **560, José Caminha**

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** -/12/1934 **Final:** -

Síntese: No prontuário de José Caminha encontram-se anexados documentos relativos à cidade de Santos (SP) e ao movimento operário lá atuante. Dentre estes identificamos um manisfesto "a todos os sindicatos de Santos e a todos os trabalhadores sindicalizados e não-sindicalizados", assinado pela Confederação Geral do Trabalho do Brasil. Naquele momento era proposta a formação de uma Frente Única Sindical que unisse os mais diversos credos políticos e religiosos frente às

forças da reação e de defesa do regime capitalista de produção. Propunha-se a defesa do direito dos trabalhadores frente aos interesses patronais de lucro e às intenções do presidente Getúlio Vargas em desagregar o movimento sindical com a lei de pluralidade e a legislação trabalhista. José Caminha teve também anexado ao seu prontuário relatórios de atividades do Sindicato da Cia. Docas, que abrigou uma reunião das ligas Antiguerreira e Antifascista, do Sindicato dos Condutores de Veículos e da Liga Anticlerical de Santos. No último caso, era anunciado um convite aos laicistas e livre pensadores de Santos para uma sessão de propaganda com José Carlos Boscolo e José Oiticica. Em reunião da Liga Antiguerreira, o delegado Raphael Sampaio Filho atacou o fascismo e o integralismo, que declarou serem mantidos pela burguesia e pelo clero. Dessa forma, os governos federal e estadual estariam unidos ao Integralismo e à Igreja, contra os operários.

Palavras-chaves: *Anarquismo*
Anticlericalismo
Clero
Comunismo
Confederação Geral dos Trabalhadores
Fascismo
Frente Única Sindical
Integralismo
Liga Anticlerical
Liga Antifascista
Liga Antiguerreira
Operariado
Santos (SP)
Sindicato da Companhia Docas
Sindicato dos Condutores de Veículos

Prontuário: **263, José Carlos Boscolo**
Vulgo: -
Profissão: Linotipista
Religião: -

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: São Paulo

Datas-limite: **Inicial:** 03/01/1933 **Final:** 06/02/1946

Síntese: Em declarações prestadas a João Baptista Pinto de Toledo Junior, delegado de Ordem Social, José Carlos Boscolo, linotipista funcionário da Imprensa Oficial, afirmou ser conhecido pela polícia, pois em 1925 fora preso por conta de um artigo seu, publicado na revista *A Palavra*, sobre a carestia de vida. Em dezembro de 1935, data do depoimento, Boscolo afirmou que tomava parte e realizava conferências na Federação Operária de São Paulo, embora declarasse nunca ter aderido à orientação sindical libertária. O linotipista afirmou discursar unicamente para operários sobre seu ideal anticlerical. Em sua defesa, Boscolo afirmou ser apenas simpatizante do Anarquismo, sem nunca ter militado por ele. Sendo suas crenças contrárias a qualquer tipo de autoridade, ele afirmou não compactuar com o comunismo. Boscolo afirmou desconhecer as idéias de seus colegas da Imprensa Oficial e declarou que já havia sido secretário da União dos Trabalhadores Gráficos. Relatórios policiais reservados, no entanto, confirmavam que José Carlos Boscolo continuava suas atividades de militância política. O reservado Guarany, que esteve presente à sede da Federação Operária, na Rua Quintino Bocaiúva, nº 80, testemunhou que Boscolo foi destacado, naquela ocasião, como "astro da noite". Falando durante mais de uma hora, e, embora preparado para falar sobre cultura social, teria desviado para ataques à imprensa, atos governamentais e clericais. Para a autoridade policial, em relatório de investigações, João Boscolo já era conhecido daquela delegacia como "subversivo" desde antes do movimento de 1935, já que destacava-se por suas ligações com conhecidos extremistas, como Edgard Leuenroth, diretor do jonal anticlericalista *A Lanterna* com o qual contribuía com artigos, bem como com o jornal *A Plebe*, de caráter anarquista. Detido em 1935, foi posto em liberdade dois anos depois. Em 1938, embora com apelação da promotoria, foi confirmada a sentença absolutória de José Carlos Boscolo.

Palavras-chaves: *A Lanterna (jornal)*
A Palavra (revista)
A Plebe (jornal)
Aliança Nacional Libertadora
Anarquismo

Anticlericalismo
Comunismo
Gráfica
Federação Operária de São Paulo
Imprensa Oficial
O Trabalhador (jornal)
União dos Trabalhadores Gráficos

Vulgo: -
Profissão: Padre
Religião: Católica
Nacionalidade: Espanhola
Naturalidade: Navarra
Datas-limite: Inicial: 23/09/1942 Final: 08/01/1943

Síntese: Em radiotelegrama de 23 de setembro de 1942, o delegado regional de polícia de Botucatu, Rolim Rosa, comunicou ao DEOPS de São Paulo que, em Pirambóia, o pároco local, padre José Estevam, visitou a casa de um fiel para pedir a sua esposa que retirasse o retrato do presidente Getúlio Vargas do quarto de seu filho. Nessa ocasião, visitava a casa a diretora do grupo escolar que, estranhando a atitude do padre, resolveu segui-lo no momento em que ele se retirou. Foi quando ela viu o padre rasgando o retrato de Getúlio perto da Igreja matriz e jogando os pedaços ao vento. Comunicou o ocorrido à autoridade policial e todos os envolvidos foram interrogados. Sendo assim o padre José Estevam confessou o crime, alegando qua a casa de Benedito Antonio Pires era indigna de conservar o retrato. A polícia destacou que o retrato de Getúlio fora colocado pelo menino Darci em seu quarto porque o garoto considerava o Presidente da República seu "ídolo". Investigações realizadas, apurou-se que o padre não era "eixista" e que, provavelmente, pretendia ser repatriado para a Espanha. Em 2 de outubro de 1942, o delegado Eduardo Gabriel Saad recomendou, após a leitura dos autos, que o delito do padre Estevam era de competência do Tribunal de Segurança Nacional. Recolhido à carceragem, o padre teve autorizada sua internação no Hospital Central do Juquerí pela Diretoria de

Assistência a Psicopatas. Em carta de 25 de setembro de 1942, o bispo de Botucatu, Luiz Sant'Ana, declarou ao delegado regional a repulsa e indignação ao ato do padre, que já teria apresentado quadro de moléstia mental anteriormente. O bispo esperava que tal fato servisse de atenuante para o padre José Esteban Cordon, embora estivesse prontamente disposto a destituí-lo do cargo e cassar-lhe as ordens do bispado; só não o havia feito ainda porque o padre estava preso. Em carta ao Secretário de Segurança Pública, o delegado regional de polícia de Botucatu relata a correspondência do bispo, qualificando-a de "brilhante ofício".

Palavras-chaves: *Bispo*
Botucatu (SP)
Escola
Espanhol
Expulsão
Getúlio Vargas
Hospital do Juqueri
Igreja Católica
Padre
Repatriação
Retrato
Serviço de Assistência a Psicopatas
Tribunal de Segurança Nacional

Prontuário: **541, José Gavronski (ou Gravonski)**
Vulgo: -
Profissão: Dentista
Religião: -
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: São Paulo
Datas-limite: **Inicial:** 04/03/1940 **Final:** 07/02/1975

Síntese: Preso em dezembro de 1935, o dentista José Gavronski constava dos contatos de Edgar Leuenroth, Maria Lacerda de Moura, Luiza Peçanha de Camargo, Brito Branco e Caio Prado Junior como presidente do diretório municipal da ANL em São Paulo. Em seu prontuário estão anexados relatórios nos quais as autoridades policiais demonstram conhecimento de que Gavronski reunia estes e outros intelectuais para rodas literárias em sua chácara, em Carvalho Araújo, na periferia de São Paulo. Também era ligado à Sociedade Amigos da Rússia e ao jornal *A Lanterna*, do qual era secretário. Gavronski alegava em cartas endereçadas ao delegado Euzébio Egas, censuradas desde o presídio político Maria Zélia para onde fora levado depois de preso, ter estes contatos e militância política unicamente em relação aos protestos que desenvolvia contra o clero, o qual considerava o maior inimigo da sociedade – idéia que José Gavronski professava a despeito de possuir formação católica. Declarando-se espiritualista e livre-pensador, o dentista era autor de artigos como "Hóstias Amargas", publicado no jornal *A Lanterna*. De seu prontuário constam também rascunhos de hinos e versos, julgados pela polícia como de conteúdo anticlerical. José Gavronski foi absolvido da acusação de comunismo pelo Tribunal de Segurança Nacional em 3 de novembro de 1937, mas até 1940 continuou sob investigações.

Palavras-chaves: *A Lanterna (jornal)*
ANL
Anticlericalismo
Comunismo
Dentista
Intelectual
Liberdade de Consciência
Música

Prontuário: **860, José Oiticica**
Vulgo: -
Profissão: Professor
Religião: -
Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 11/05/1931 **Final:** 31/01/1935

Síntese: Em 23 de junho de 1931, o investigador Antonio Ghioffi noticiou ao delegado de Ordem Social, Ignácio da Costa Ferreira, os primeiros atos de José Oiticica em São Paulo, já que ele era professor da Escola Dom Pedro II, do Rio de Janeiro. O investigador alertou para a militância e liderança do movimento anarquista de mais de 20 anos exercida pelo professor Oiticica. Em suas conferências em São Paulo, Oiticica clamava pelo auxílio mútuo dos trabalhadores da capital federal e de São Paulo, em vista das recentes conquistas trabalhistas obtidas pelos paulistas em detrimento dos esforços empreendidos contra os sindicatos no Rio de Janeiro pelo ministro Lindolfo Collor. Em uma segunda oportunidade, Oiticica relatou a situação da União Soviética, qualificando Trótski como traidor, por sua responsabilidade nas mortes de líderes makhmovitas. Concluiu comparando todos os comunistas aos fascistas e afirmando que somente após a realização de greves e o estabelecimento do anarquismo o trabalhador seria respeitado. As conferências de José Oiticica foram destacadas pela imprensa, sendo que, em 1933, uma outra visita sua foi bastante divulgada. Nessa nova ocasião, Oiticica proferiu um discurso ao lado de Edgard Leuenroth na Rua do Carmo, nº 25, a fim de ali ser organizado um comitê antifascista pelos anarquistas. Oiticica informou que no Rio de Janeiro a operação policial coibiria rapidamente tal organização. Naquele momento, afirmara que "lançava seu olhar para São Paulo, uma cidade do Brasil onde existem elementos capazes de fazer baluartes na próxima jornada da Revolução proletária". Oiticica realizou conferências também na Federação Operária de São Paulo. O jornal *Diário da Noite* divulgou uma entrevista com Oiticica a respeito da Itália e a organização fascista naquele país, comandada por Benito Mussolini. Consta do prontuário de José Oiticica uma carta sem destinatário, remetida a partir do Rio de Janeiro, na qual Oiticica avalia a forma com a qual o decreto que instituía o ensino religioso como obrigatório nas escolas fez ressurgir, em 1931, o movimento anticlerical, que culminou com a reabilitação de uma Liga no Rio de Janeiro. Dando lembranças a Edgard Leuenroth, Oiticica afirmava ser necessária a reabertura do jornal *A Lanterna*, como esforço da luta contra a Igreja Católica também em São Paulo.

Palavras-chaves: *A Lanterna (jornal)*
Anarquismo

Anticlericalismo

Antifascismo

Comitê Antiguerreiro

Comunismo

Diário da Noite (jornal)

Edgard Leuenroth

Federação Operária de São Paulo

Hoje (jornal)

Intelectual

Ministério do Trabalho

Rio de Janeiro (RJ)

Trotskismo

União Soviética

Prontuário: 66945, José Rufino da Silva

Vulgo: -

Profissão: Tipógrafo

Religião: Testemunha de Jeová

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Sergipe

Datas-limite: Inicial: 26/08/1939 Final: 27/08/1939

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por estarem percorrendo as ruas da cidade, em propaganda religiosa, ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30; sendo o prontuariado José Rufino da Silva e Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Américo Csengori, Miguel Misocski e Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito ho-

mens, mais onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*: Arthur de Campos, Ernest Wauschkuhn, Manoel Chico Ramos, Carlos Solyon, Miguel Zawislak, Julia Molnar, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Martha Draguite, Estevam Rossiz e Gregorio Domingos Burgarim. Anexa ao prontuário consta a guia de prisão de Américo Csengori.

Palavras-chaves: *Fascismo ou Liberdade (livreto)*
Propaganda
Religião
Segunda Guerra Mundial
Testemunhas de Jeová

Prontuário: 7287, Julia Molnar
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: Testemunha de Jeová
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: 27/08/1939 Final: -

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por estarem percorrendo as ruas da cidade, em propaganda religiosa, ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30; sendo José Rufino da Silva e Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Américo Csengori, Miguel Misocski e Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito homens, mais onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*: Arthur de Campos, Ernest Wauschkuhn, Manoel Chico Ramos, Carlos Solyon, Miguel Zawislak, a prontuariada Julia Molnar, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Martha Draguite, Estevam Rossiz e Gregorio Domingos Burgarim. Anexa ao prontuário consta a guia de prisão de Américo Csengori.

Palavras-chaves: *Fascismo ou Liberdade (livreto)*

Propaganda

Religião

Segunda Guerra Mundial

Testemunhas de Jeová

Prontuário: 879, Julião Garcia Marques

Vulgo: -

Profissão: Condutor da Light

Religião: Metodista

Nacionalidade: Espanhol

Naturalidade: Leão

Datas-limite: Inicial: 27/04/1931 Final: 21/04/1938

Síntese: Procedendo sindicância nos bairros paulistanos de Vila Bela e Vila Alpina, o investigador Herbete Person nada apurou em relação às suspeitas da realização de reuniões subversivas no local, constatando que havia apenas reuniões semanais em casas particulares, mas que eram de caráter religioso metodista. Em conversas mantidas, no entanto, com indivíduos lituanos dos bairros, estes transpareciam simpatizar com o comunismo, sendo alguns mais entusiastas crentes na implantação desse regime no Brasil. Em vista da situação, o investigador recomendava a Ignacio da Costa Ferreira, delegado de Ordem Social, continuar na vigilância. Em relação a Julião Garcia Marques, há duas guias emitidas pela Delegacia de Ordem Social, de prisão e de libertação, datadas respectivamente em 19 e 21 de abril de 1938, sem no entanto constar o motivo da detenção, bem como a relação com as investigações em 1931.

Palavras-chaves: *Comunismo*

Espanhol

Igreja Metodista

Lituano

Protestantismo

Religião

Prontuário: 76557, Julio Demeter

Vulgo: -

Profissão: Operário

Religião: Testemunha de Jeová

Nacionalidade: Húngaro

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 26/08/1939 Final: 27/08/1939

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por estarem percorrendo as ruas da cidade, em propaganda religiosa, ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30; sendo José Rufino da Silva e Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Américo Csengori, Miguel Misocski e o prontuariado Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito homens, mais onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*: Arthur de Campos, Ernest Wauschkuhn, Manoel Chico Ramos, Carlos Solyon, Miguel Zawislak, Julia Molnar, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Martha Draguite, Estevam Rossiz e Gregorio Domingos Burgarim. Anexa ao prontuário consta a guia de prisão de Américo Csengori.

Palavras-chaves: *Fascismo ou Liberdade (livreto)*
Húngaro
Propaganda
Religião
Segunda Guerra Mundial
Testemunhas de Jeová

Prontuário: **10138, Karl Bolz ou Carl Bolz**

Vulgo: -

Profissão: Sacerdote católico

Religião: Católica

Nacionalidade: Alemã

Naturalidade: Luetter

Datas-limite: **Inicial:** 10/02/1943 **Final:** 06/08/1970

Síntese: O padre alemão Karl Bolz foi intimado para verificação de identidade em fevereiro de 1943 por conta de seu crime de ordem política: na casa onde o sacerdote residia com outros religiosos foram apreendidos um rádio Telefunken, um aparelho projetor, um mimeógrafo e fotografias de Hitler. O padre justificou a posse de tais objetos afirmando que o aparelho era utilizado para projetar figuras e desenhos para crianças e que as fotos de Hitler ele havia trazido da Alemanha cinco anos antes como mera recordação, não tendo feito delas nenhum uso. Pelo fato de ser um indivíduo suspeito, Karl Bolz requereu à polícia, em agosto de 1943, autorização para mudar sua residência para o nº 1553 da Rua Bela Cintra, em São Paulo. Em fevereiro de 1945, o padre solicitou às autoridades a devolução dos objetos apreendidos em 1943. Em 1946, o padre Christoph Renner, que residia com Bolz, retirou um amarrado de filmes e um aparelho mimeógrafo Edison Dick no depósito do DEOPS. Ambos eram membros da Sociedade Religiosa dos Santos Anjos, sendo o último o presidente da referida associação. Anexado ao prontuário, identificamos o Auto de Busca e Apreensão lavrado em 10 de fevereiro de 1943 que colocou os padres da Sociedade sob suspeita, quando com eles foram localizados um rádio, um projetor, negativos, filmes, fotografias e jornais, todos de origem alemã. Confiscaram também vários jornais brasileiros como *A Gazeta* e *Diário da Noite*, que tratavam da guerra e de batalhas em território alemão; além de exemplares das revistas alemãs *Die Woche*, *Deutch Infanterie*, *Signal* e os livros *Mein Kampf*, *Watcher der Heimat*, *Sieg Ueber*, *Frankreich*, *Der Sieg in Polen*, *Kampf um Norwegen* e *1939 Gegen England*. No quarto do padre Karl Bolz foram encontradas ainda fotografias de Hitler e de oficiais nazistas, bem como fotos de padres alemães e soldados alemães em fronts de guerra, além de um distintivo com um "V" de vitória nas cores da bandeira alemã. Os padres foram indiciados na ocasião, processados, mas nunca detidos, fato comprovado em agosto de 1943, quando o padre Karl Bolz enviou um requerimento à polícia solicitando autorização para sua mudança de endereço.

Palavras-chaves: *A Gazeta (jornal)*
Adolf Hitler

Alemanha
Atestado de Antecedentes
Deutch Infanterie (revista)
Diário da Noite (jornal)
Die Woche (revista)
Nazismo
Padre
Segunda Guerra Mundial
Signal (revista)
Súdito do Eixo

Prontuário: **4059, Leopoldo Rodrigues Salgado**
Vulgo: -
Profissão: Alfaiate
Religião: -
Nacionalidade: Espanhola
Naturalidade: Orença
Datas-limite: **Inicial:** 04/06/1936 **Final:** 24/08/1936

Síntese: O alfaiate espanhol Leopoldo Rodrigues Salgado foi preso sob a acusação de receber cartas com conteúdo extremista, que o prontuariado alegou não ter lido. Estas chegaram às mãos da Polícia Política, que identificou o autor como sendo o marido de sua prima. Leopoldo, além de se declarar pertencente à classe patronal União Beneficente dos Alfaiates, reclamava que sua prisão fora resultado não só da apreensão das cartas, mas de sua participação na Liga Anticlerical de Santos, participação assim avaliada pela polícia: "Não resta dúvida que quem se alista nas fileiras de uma liga, como a anti-clerical, tendente a destruir um dos esteios em que se apoia a sociedade que se enquadra no regime vigente, certamente preferiria um regime político em que a Religião seja destruida".

Palavras-chaves: *Alfaiate*
Anticlericalismo
Espanha

Liga Anticlerical
Religião
Santos (SP)
União Beneficente dos Alfaiates

Prontuário: 2904, Liga Anticlerical de Campinas
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: 24/03/1934 Final: 28/03/1934

Síntese: A participação dos conferencistas Francisco Valdivia e Gusmão Soler, respectivamente do Centro de Cultura Social e da Federação Operária de São Paulo, em uma reunião da Liga Anticlerical, são alvos de relatórios e deslocamento de agentes policiais para a cidade de Campinas. Constam do prontuário dois panfletos: um que anunciava à população campineira e outro, intitulado *Aos anticlericaes*, que faz uma série de críticas à Igreja Católica e à influência da religião no Estado, alertando não se tratar o Brasil de uma "colônia do Vaticano". A polícia chama especial atenção para os dirigentes da Liga Anticlerical, os irmãos Attilio e Virgilio Pessagno, descritos como "homens viajados e de boa cultura", mas que atacavam a "religião cristã".

Palavras-chaves: *Anarquismo*
Anticlericalismo
Centro de Cultura Social
Federação Operária
Igreja Católica
Panfleto
Vaticano

Prontuário: 826, Liga Antifascista

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 11/06/1931 Final: 07/08/1946

Síntese: A Liga Antifascista reuniu-se no salão da Liga Lombarda em lembrança ao sétimo aniversário da morte de Giacomo Mateotti. Na ocasião, os oradores atacaram o governo italiano e, especialmente, Benito Mussolini. Agregando novos adeptos, os antifascistas realizaram outras reuniões a partir das quais passaram a produzir manifestos contra o fascismo italiano. Constam do prontuário os seguintes panfletos: *Italiani di S. Paulo! Italiani del Brasile!*, da Liga Antifascista; *Frente Única de luta contra as guerras imperialistas e contra o fascismo*, do Comitê Regional Antiguerreiro de São Paulo; um da Federação Operária de São Paulo; e o último, intitulado *Ao Povo*, que é assinado pelo Centro de Cultura Social. Consta ainda o manifesto "Por que todos os trabalhadores devem defender a União Soviética?" e um cartão de visita pertencente a Domenico Ferraro, ilustrado com um mapa da Itália, envolto por uma serpente com a inscrição *Duce, Monarchia, Clero e Fascismo, letare d'Itália, 1932.*

Palavras-chaves: *Anticlericalismo*

Antifascismo

Centro de Cultura Social

Comitê Antiguerreiro

Comitê Bandeira dos 18

Fascismo

Federação Operária de São Paulo

Frente Única Antifascista

Giacomo Mateotti

Igreja

Itália

Operariado

Panfleto

União Soviética

Prontuário: 35742, Liga das Senhoras Católicas

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 26/02/1940 Final: 14/01/1959

Síntese: A Liga das Senhoras Católicas teve seu prontuário aberto ao levar ao conhecimento das autoridades a posse da diretoria no biênio 1940-1942. Ao que parece, a polícia tinha muita estima por esta associação feminina, afinal, em resposta ao comunicado, respondeu o chefe de polícia J. Carneiro da Fonte: "Acuso o recebimento do ofício datado de 26 de fevereiro passado, em que vossa senhoria teve a gentileza de comunicar a reeleição [sic] da nova diretoria dessa bemérita associação. Agradecendo os termos honrosos da comunicação, aproveito a oportunidade para apresentar votos de felicidades às dirigentes, no empenho de suas novas funções e os meus protestos da mais alta consideração e apreço". Consta ainda do prontuário o registro policial de situações de tumulto e quebra-quebra no restaurante da Liga, por parte de jovens menores de idade que, em 1955, revoltados com a fila para receber um prato de comida, fizeram algazarra e foram dispersos do local pela polícia. Em 1959 referiu-se ao aumento do preço das refeições e novamente ao mau comportamento dos jovens.

Palavras-chaves: *Associação de Leigos*

Economia popular

Igreja Católica

Liga

Menor

Mulher

Restaurante

Prontuário: 59562, Liga Eleitoral Católica
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: **Inicial:** 09/03/1933 **Final:** 08/02/1947

Síntese: A Liga Eleitoral Católica (LEC), na condição de braço político da Igreja Católica, teve suas atividades registradas em um prontuário da Delegacia de Ordem Política e Social, principalmente no tocante à realização de seus comícios. Há registros de que nas décadas de 1930 e 1940, estes chegavam a atrair cerca de 7000 pessoas. Foi este o caso quando, em 9 de setembro de 1945, dentro e fora do Teatro Municipal de São Paulo, pessoas aglomeraram-se "entusiasmadas" para ouvir o lançamento do *Manifesto à Nação Brasileira*, ocasião em que estavam presentes o Arcebispo de São Paulo, Carolina Ribeiro, Plácido Eusebio Ganzerei e Alceu Amoroso Lima. Ao solicitar autorização prévia para a realização de seus eventos, a Liga costumava solicitar reforço de investigadores para acompanhar e dar segurança aos participantes das reuniões. Constam do prontuário os requerimentos para a realização dos comícios no Teatro Municipal, Círculo Operário do Ipiranga (1945), Igreja Matriz da Lapa (1933 e 1947), Largo de Pinheiros, Igreja Matriz de Santana, Largo do Rosário, Penha e Igreja Matriz do Ipiranga (1947). Em anexo, identificamos um panfleto com o decálogo das reivindicações da Liga Eleitoral Católica para a nova Constituição em elaboração no ano de 1945, proposta por Amoroso Lima. Dentre estas estavam: efeitos civis do casamento religioso, preservação da propriedade, pluralidade sindical e partidária, reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às Forças Armadas e ensino religioso nas escolas públicas primárias. Há também vários relatórios policiais referentes às reuniões da Liga em 1947, em que os oradores pediam ao povo que não se deixasse enganar pela conversa fácil e não votasse nos candidatos do Partido Comunista Brasileiro, e sim naqueles que contavam com o apoio e a chancela da Liga, fazendo assim "propaganda tenaz contra o comunismo ateu e materialista". Nesse último caso, em reunião da Liga com a bancada paulista de deputados e o governador de São Paulo no mesmo Teatro Municipal, em 1946, fez-se uma nota

aconselhando os católicos a "negarem seu apoio à candidatura comunista do Sr. Adhemar de Barros". Há no prontuário, por fim, o registro de um incidente acompanhado pela polícia, no qual foram colhidos diversos depoimentos e realizados até exames de corpo de delito. Tratava-se de um comício promovido pela Liga Eleitoral Católica no bairro de Santana, em São Paulo, em 1947, quando ocorreu um tumulto na passagem de dois manifestantes gritando vivas a Luís Carlos Prestes, Stálin e à Rússia soviética. Nesse momento foram disparados diversos tiros que assustaram os presentes e provocaram muita correria. Eram de militares da Base Aérea, simpatizantes do Partido Comunista, alvejados por tiros dos investigadores destacados para acompanhar o comício da Liga na Rua Voluntários da Pátria.

Palavras-chaves: *Adhemar de Barros*
Alceu Amoroso Lima
Anticomunismo
Arquidiocese de São Paulo
Círculo Operário
Cúria Metropolitana
Decálogo (panfleto)
Ensino Religioso
Igreja Católica
Liberdade religiosa
Liga Eleitoral Católica (LEC)
Panfleto
Partido Comunista Brasileiro
Teatro Municipal

Prontuário: 87091, Liga Espírita do Estado de São Paulo

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: Década de 40 Final: -

Síntese: A Casa de Cultura Evangélica Liga Espírita do Estado de São Paulo tem em seu prontuário apenas a comunicação de sua nova diretoria administrativa, conselho cooperativo e departamentos. O comunicado assinado por Antenor Ramos, novo presidente da Liga, ressalta o sentido da entidade e que foi sublinhado pela polícia: "formulando votos de crescente progresso espiritual para que todos conjuntamente, possam caminhar para frente e para o alto, levando cada coração um programa construtivo de legítima solidariedade humana consoante o traçado pelo mestre dos mestres – Jesus".

Palavras-chaves: *Espiritismo*
Estatuto
Liga Espírita
Religião

Prontuário: 10319, Ligas Católicas Jesus, Maria, José

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 22/02/1943 Final: 15/06/1945

Síntese: A Liga Católica Jesus, Maria, José, sediada no convento de São Francisco, no Largo de mesmo nome, em São Paulo, encaminhou à polícia dois pedidos de autorização para a realização de romarias: uma em São Paulo, até a Igreja de Monte Serrat, no bairro de Pinheiros, e outra para a cidade de Santos, em que aproximadamente mil fiéis partiriam de trem em direção à baixada. Neste último caso, a liga, em nome de seu presidente Adib Hendi, requeria a presença de investigadores do DEOPS. Quatro investigadores foram destacados, sendo as observações registradas em um relatório enviado à Superintendência de Ordem Política e Social, no qual descreve-se que a romaria decorrera sem novidades, nada tendo de interesse para à ordem política.

Palavras-chaves: *Catolicismo*

Convento de São Francisco
Igreja Católica
Igreja de Monte Serrat
Igreja de São Francisco
Liga
Romaria
Santos (SP)

Prontuário: **3531, Luiza Marcelina Branco**

Vulgo: -

Profissão: Estudante (Professora a partir de 1952)

Religião: -

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: São Paulo

Datas-limite: **Inicial: 23/01/1935 Final: 15/06/1952**

Síntese: Filha da anticlericalista Luiza Peçanha Camargo Branco, a estudante Luiza Marcelina Branco, de apenas 15 anos, foi prontuariada em razão de sua participação como segunda secretária do Congresso da Juventude Proletária Estudantil, no qual professou um discurso contra os poderes constituídos. Após ter sido presa, retornou à Aliança Nacional Libertadora, sendo investigada até 1952. Seu noivo, Bolivar Soares da Rocha, sargento, foi denunciado por comunismo ainda na década de 30. Sua mãe, educadora "espírita", diretora do grupo escolar da Capital, "escritora incansável de panfletos contra as leis imperantes e a religião do povo brasileiro", foi indiciada também por colocar sua filha menor em contato com conhecidos subversivos, como Genny Gleiser, e por iniciar Luiza Marcelina no comunismo. Consta do prontuário ainda o jornal operário *O Barra Funda.*

Palavras-chaves: *Aliança Nacional Libertadora*
Anticlericalismo
Comunismo
Congresso da Juventude Proletária Estudantil
Escola
Espiritismo

Estudante

Mulher

O Barra Funda (jornal)

Panfleto

Prontuário: **2422, Luiza Peçanha de Camargo Branco**

Vulgo: -

Profissão: Funcionária Pública

Religião: -

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: São Paulo

Datas-limite: **Inicial:** 06/12/1932 **Final:** 28/07/1972

Síntese: Conhecida "agitadora" de São Paulo desde os idos de 1930, a diretora e professora do Grupo Escolar Erasmo Braga, Luiza Peçanha de Camargo Branco publicou inúmeros artigos e livros, participou de conferências e palestras sobre os mais variados temas. Tratou do anticlericalismo, por ocasião de uma reunião promovida pelo jornal *A Lanterna*, quando, segundo a polícia, fez uso de "linguagem imprópria de gente, ofendeu a própria audiência, composta por anticlericalistas". Também participava de reuniões da Aliança Nacional Libertadora ao lado de sua filha Luiza Marcelina Branco, esta prontuariada e presa aos 15 anos de idade. Fez apologia ao serviço militar obrigatório também para mulheres e participou de diversas manifestações promovidas pelas ligas anticlericais de Santos e de Campinas. Foi considerada um elemento "altamente nocivo" à sociedade por sua poderosa oratória, que a todos cativava e subvertia. Anexada ao prontuário há uma série de relatórios de investigação produzidos pela polícia a respeito de sua atividade anticlerical. Em meio à documentação apreendida, há um pequeno livreto intitulado *Campanha Revolucionária* que traz um capítulo chamado "Clerocracia – Entrave à civilização", no qual a Igreja Católica surge como exploradora dos pobres, por cobrar seus serviços, além de ser considerada como poderosa aliciadora de mentes femininas. Além de "professora espírita", Peçanha foi classificada pelas autoridades como "poderoso libelo contra o clero". A amiga Izabel Cerrutti, que acusava o Estado de estar refém do clero, e José Alves Brito Branco, marido de Luiza, também encontram-se citados no prontuário.

Palavras-chaves: *A Lanterna (jornal)*
Aliança Nacional Libertadora
Anticlericalismo
Campinas (SP)
Congresso da Juventude Proletária e Estudantil
Escola
Igreja Católica
Isabel Cerrutti
Legião Cívica 5 de Julho
Liga Anticlerical
Mulher
Santos (SP)
Serviço Militar Feminino

Prontuário: 7282, Manoel Chico Ramos
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: 27/08/1939 Final: -

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por estarem percorrendo as ruas da cidade, em propaganda religiosa, ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30; sendo José Rufino da Silva e Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Américo Csengori, Miguel Misocski e Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito homens, mais onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*:

Arthur de Campos, Ernest Wauschkuhn, o prontuariado Manoel Chico Ramos, Carlos Solyon, Miguel Zawislak, Julia Molnar, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Martha Draguite, Estevam Rossiz e Gregorio Domingos Burgarim. Anexa ao prontuário consta a guia de prisão de Américo Csengori.

Palavras-chaves: *Fascismo ou Liberdade (livreto)*
Propaganda
Religião
Segunda Guerra Mundial
Testemunhas de Jeová

Prontuário: 857, Maria Lacerda de Moura
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: 10/02/1933 Final: -

Síntese: Encontra-se anexado ao prontuário de Maria Lacerda Moura um panfleto no qual era anunciada uma conferência a ser proferida por ela, sobre o tema "Guerra e anti-semitismo praticado na Alemanha de Hitler", ocasião em que seria oferecido o jornal *A Plebe.* Constava ainda do sumário o tema A Igreja de Roma e a perseguição dos judeus. Além deste panfleto, havia também um relatório da polícia sobre a conferência atribuída ao Comitê Antiguerreiro, na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecido. Nas palavras da polícia, de todas as representações presentes, grande parte era composta por comunistas: "com tal pretexo de combate à guerra, fez-se uma propaganda ampla, como há muito tempo não se fazia".

Palavras-chaves: *A Plebe (jornal)*
Anticlericalismo
Anti-semitismo
Comitê Antiguerreiro
Comunismo
Igreja Católica

Judeu
Mulher
Panfleto
Propaganda
União dos Operários em Fábricas de Tecido

Prontuário: **2030, Mario Pedrosa**
Vulgo: -
Profissão: Jornalista
Religião: -
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: Timbahuba (PE)
Datas-limite: **Inicial:** 01/08/1931 **Final:** 17/01/1947

Síntese: Detido por crime de comunismo, o jornalista Mário Pedrosa foi apanhado ao lado de sua esposa Mary Houston traduzindo obras de caráter marxista. Funcionários da Secretaria da Viação, ambos eram conhecidos trotskistas do Partido Comunista Brasileiro. Mario Pedrosa, que participava da União dos Trabalhadores Gráficos e do Comitê Antifascista, acompanhado de outros elementos da classe, discursou em várias reuniões da União. Do prontuário de Pedrosa consta uma série de artigos sobre a Liga Comunista Internacionalista, da qual Mário e Mary Pedrosa faziam parte, mas de onde foram expulsos por terem se envolvido em brigas públicas com integralistas em nome da liga e por desrespeitarem suas resoluções. Fazem parte do prontuário cadernos com teses traduzidas de Lênin, apresentadas no Segundo Congresso da Internacional Comunista; manifestos e panfletos dirigidos aos trabalhadores – principalmente aos gráficos; um livreto, intitulado *O que era proibido dizer*, além de algumas páginas de rascunho com considerações sobre os entendimentos de Deus e das verdades pregadas pela Igreja Católica, bem como palavras sobre o sentido da hierarquia: "Não ataco a clerezia porque ela explora a fé dos simples. Morte à fé católica; a hierarquia da Igreja não se sustentará, caindo por si mesma. Quando não houver fiéis que vão à missa, não existirão padres para rezar, nem bispos para governar os padres, nem o Papa para governar os bispos."

Palavras-chaves: *Anticlericalismo*

Censura

Congresso

Comunismo

Igreja Católica

Liga Comunista

Livreto

Partido Comunista

Terceira Internacional Comunista

Trotskismo

União dos Trabalhadores Gráficos

Prontuário: 9681, Mario Varela Leal

Vulgo: -

Profissão: Comerciante

Religião: Católica

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Salvador (BA)

Datas-limite: Inicial: 06/02/1944 Final: 21/02/1945

Síntese: O comerciante Mario Varela Leal enviou em 6 de fevereiro de 1944 um requerimento ao superintendente de Ordem Política e Social solicitando um atestado de antecedentes político-sociais, para efeitos de registro de sua pensão na seção de hóteis. O pedido foi deferido por Luiz Tavares da Cunha, delegado de Ordem Política e Social, dez dias depois. Em seu requerimento, Mario Varela Leal, além dos dados concernentes ao pedido de atestado, declarava-se católico.

Palavras-chaves: *Atestado de Antecedentes*

Católico

Comerciante

Hotel

Santos (SP)

Prontuário: 2096, Mary Houston Pedrosa

Vulgo: -

Profissão: Funcionária Pública Municipal

Religião: -

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Rio de Janeiro

Datas-limite: Inicial: 14/08/1932 Final: 17/01/1947

Síntese: Funcionários da Secretaria da Viação, Mary Houston Pedrosa e seu companheiro Mario Pedrosa foram presos por suas atividades subversivas e ligações com conhecidos comunistas. Durante o Ato de Busca e Apreensão realizado em sua residência, foram confiscadas traduções de livros comunistas feitas pelo casal, de corrente trotskista. Importa-nos a amizade, classificada pela polícia como íntima, que Mary Houston mantinha com Annita Hypolito, funcionária promovida da Secretaria da Fazenda. Investigada, soube-se que Annita mantinha um ideal revolucionário, mas que nunca o havia demonstrado. Afinal, segundo relatório de investigação a seu respeito, Annita Hypolito "é assídua freqüentadora de Igrejas Catholicas, sendo que nestas ocasiões está sempre em companhia de pessoas de sua família, o que vem concretizar a suposição de que a mesma não é adepta do comunismo".

Palavras-chaves: *Comunismo*

Funcionalismo Público

Igreja Católica

Mulher

Secretária da Fazenda

Secretaria da Viação

Prontuário: 7285, Miguel Zawislack

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: Testemunha de Jeová

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 27/08/1939 Final: -

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por estarem percorrendo as ruas da cidade, em propaganda religiosa, ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30; sendo José Rufino da Silva e Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Américo Csengori, Miguel Misocski e Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito homens, mais onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*: Arthur de Campos, Ernest Wauschkuhn, Manoel Chico Ramos, Carlos Solyon, o prontuariado Miguel Zawislak, Julia Molnar, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Martha Draguite, Estevam Rossiz e Gregorio Domingos Burgarim. Anexa ao prontuário consta a guia de prisão de Américo Csengori.

Palavras-chaves: *Fascismo ou Liberdade (livreto)*
Propaganda
Religião
Segunda Guerra Mundial
Testemunhas de Jeová

Prontuário: **67080, Nathaniel Alston Yuille**

Vulgo: -

Profissão: Engenheiro/Missionário

Religião: Testemunha de Jeová

Nacionalidade: Norte-americana

Naturalidade: Mobile – Alabama

Datas-limite: **Inicial:** 27/08/1939 **Final:** 14/11/1941

Síntese: Recolhido à carceragem para verificações, o missionário norte-americano Nathaniel Alston Yuille era o representante legal da *Watch Tower Bible and Tract Society* no Brasil, nome legal da denominação religiosa cristã Testemunhas

de Jeová. O prontuário aberto para ele fazia parte de um grande inquérito iniciado com a prisão de mais de 20 pessoas em 1939, por ocasião de uma marcha de divulgação da crença pelas ruas da cidade de São Paulo. Consta do prontuário um comunicado do procurador judicial do Estado ao chefe de polícia, sobre a negação de um pedido de mandado de segurança impretado por Yuille junto ao Egrégio Tribunal de Apelação, resposta de uma consulta encaminhada pelo missionário para que fosse assegurada às Testemunhas de Jeová a liberdade de exercer publicamente o culto cristão, da forma que entendiam, amparados pela lei. Yuille recorreu várias vezes à polícia a fim de obter documentos que garantissem a legalização de sua permanência no país, como atestados de antecendentes políticos, agora necessários, já que fora detido.

Palavras-chaves: *Atestado de Antecedentes*
Egrégio Tribunal de Apelação
Liberdade Religiosa
Norte-americano
Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados
Testemunhas de Jeová
Watch Tower Bible and Tract Society

Prontuário: 1584, Newton Macuco Montesanti
Vulgo: -
Profissão: Corretor
Religião: -
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: São Paulo
Datas-limite: **Inicial:** 28/11/1932 **Final:** -

Síntese: Newton Macuco Montensanti, aluno do Ginásio Paulistano, foi investigado dentro do próprio colégio, onde foram encontrados boletins comunistas colados em diversas classes. Após recolher diversas provas de alunos do terceiro e quarto anos, e embora nada fosse encontrado, o diretor do colégio identificou nas provas dos exames de sabatina uma caligrafia que se assemelhava à dos manifestos, colocando sob suspeita o aluno Newton Montesanti. Para esse caso,

foi acionado o Laboratório da Polícia Técnica cujo chefe, Sampaio Vianna, atestou que a caligrafia dos escritos comunistas e da prova eram de autoria de uma mesma pessoa. Solicitada uma diligência, fizeram-se campanhas e investigações, mas nada foi apurado que desabonasse a conduta de Montesanti. Está anexado ao prontuário de Montesanti um exemplar do jornal *Lucta Estudantil*, de dezembro de 1932. Esse periódico se propunha a ser "um jornal da Federação Vermelha dos Estudantes do Rio de Janeiro", contra a "fascistização do ensino e contra as mudanças na educação". Dentro do jornal encontramos panfletos contra o governo de Getúlio Vargas, o fascismo italiano, a crise econômica norte-americana, além de uma nota sobre a campanha anticlerical desenvolvida por normalistas chineses, tratado pelo jornal como "interessante". Tal campanha estava registrada basicamente em um texto no qual a religião era encarada como "a contramão da razão e ferramenta do domínio imperialista sobre a China".

Palavras-chaves: *Anticlericalismo*

China

Comunismo

Educação

Estudante

Fascismo

Federação Vermelha dos Estudantes do Rio de Janeiro

Ginásio Paulistano

Imperialismo

Laboratório da Polícia Técnica

Lucta Estudantil (jornal)

Panfleto

Prontuário: **61930, Nicolau Miranda (padre)**

Vulgo: -

Profissão: Padre

Religião: Católica

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Resina – Nápoles

Datas-limite: Inicial: 10/03/1944 Final: 25/03/1944

Síntese: Em 10 de março de 1944, Ovidio Bernardes e Clemente Fava, comerciantes brasileiros estabelecidos em Uchôa (SP), firmaram uma declaração enviada à polícia, pedindo que o padre Nicolau Miranda fosse isentado do uso de salvo-conduto, recebendo em seu lugar um documento permanente. Para tanto, o casal afirmava que o referido padre não professava doutrina contrária ao Brasil, onde residia havia dezessete anos, bem como não era favorável aos países do Eixo. O delegado regional de polícia de Uchôa, Antonio Espinhél Castelo Branco, em correspondência de 25 de março de 1944, ressaltou que o padre Nicolau Miranda não era um elemento confiável daquela delegacia para obter o "permanente", pois o requerente fora cônsul italiano naquela cidade, só o deixando de ser quando do rompimento do Brasil com os países do Eixo. Constava também a informação de que o padre fora ainda oficial do exército italiano.

Palavras-chaves: *Comerciante*

Cônsul

Igreja Católica

Itália

Padre

Salvo-conduto

Segunda Guerra Mundial

Súdito do Eixo

Uchôa (SP)

Prontuário: 53628, Nicolau Simon

Vulgo: -

Profissão: Padre

Religião: Católica

Nacionalidade: Alemã

Naturalidade: Platten

Datas-limite: Inicial: 26/07/1944 Final: 13/03/1950

Síntese: Em 26 de julho de 1944, o padre Nicolau Simon requereu à Delegacia de Ordem Política e Social uma autorização para viajar até a cidade de Palmeira (PR), a fim de tratar de assuntos de ordem religiosa. Em 13 de março de 1950, o padre solicitou um atestado de seus antecedentes político-sociais para obter passaporte. Os dois documentos foram expedidos.

Palavras-chaves: *Alemão*
Atestado de Antecedentes
Igreja Católica
Padre
Segunda Guerra Mundial
Seminário do Espírito Santo
Súdito do Eixo

Prontuário: 8342, Niponismo (2 vol.)
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: -
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: 16/12/1941 Final: 02/03/1978

Síntese: Esse prontuário, dividido em 2 volumes, contém documentos referentes às atividades dos súditos japoneses, produzidos pela Superintendência de Segurança Política e Social com base nas observações de seus agentes enviados ao interior do Estado de São Paulo pelas autoridades policiais locais. Essas investigações intensificaram-se a partir do rompimento do Brasil com os países do Eixo. O primeiro volume contém relatórios de investigação acompanhados de quadros estatísticos e listas de elementos influentes dos núcleos nipônicos. Tais documentos comprovam que a preocupação da Polícia Política era conhecer minuciosamente todos os aspectos da vida da colônia e observar os mentores, em especial os indivíduos que haviam pertencido ao Exército Imperial Japonês. Além dos aspectos culturais, as atividades econômicas dos japoneses (a organização das cooperativas, casas bancárias, transportes) são temas abordados pelos investigadores. Eles concluíram que os japoneses, além de viverem totalmente

voltados para o Japão, estavam organizados de maneira autônoma, sem a necessidade da convivência com os nacionais. Esse fato representava para os na visão das autoridades uma ameaça à segurança nacional. Encontram-se anexados ao primeiro volume do prontuário três requerimentos de atestados de antecedentes político-sociais solicitados por indivíduos que figuraram nos relatórios sobre as atividades nipônicas. No segundo volume identificamos o relatório elaborado por Eduardo Lousada Rocha, delegado adjunto de Ordem Política e Social, em 17 de agosto de 1942. Nesse documento, o delegado expôs os fatos – o direcionamento político da imigração japonesa e os quistos nipônicos – que comprovariam a existência do "perigo amarelo", principalmente após o ataque japonês a Pearl Harbor. Ao relatório foram anexados mapas com a localização dos núcleos japoneses, a relação das cooperativas japonesas do Estado de São Paulo e a transcrição de uma conferência na qual um intelectual japonês revelava a mentalidade do povo japonês. O prontuário contém também um relatório sobre a imprensa nipônica que divulgava a vitória do Japão em proveito da organização Shindô-Renmei e um requerimento de antecedentes político-sociais. O relatório do delegado regional de polícia de Promissão (SP), Coriolano Nogueira Cobra, de 3 de fevereiro de 1941, refere-se às atividades de japoneses, alemães e italianos de Penápolis, após o rompimento das relações do Brasil com os países do Eixo. Ele afirma que o número de alemães no município reduzia-se à presença de membros do clero, destacadamente os sacerdotes Carlos Doppler e José Belke, responsáveis pelo centro católico de catequese dos japoneses, não sendo constatado se os mesmo eram partidários de Adolf Hitler. Em outro relatório, relativo à cidade de Pereira Barreto, o delegado regional Carlos E. Bittencourt da Fonseca destacou a atuação do padre alemão Jorge Gemeider, religioso que havia morado doze anos no Japão e que fora enviado ao Brasil pela Companhia Colonizadora do Brasil. O delegado observa que, embora o padre fosse católico e os japoneses budistas, o religioso pretendia organizar a Liga das Senhoras Católicas de Pereira Barreto com a função, explicitada nos seus estatutos, "de doutrinar as mulheres japonesas, segregando-as das brasileiras".

Palavras-chaves: *Alemão*

Atestado de Antecedentes

Cartografia

Cooperativa

Estatística

Imigração

Imprensa

Japonês

Liga das Senhoras Católicas

Nacionalismo

Nazismo

Niponismo

Padre

Pearl Harbor

Pereira Barreto (SP)

Promissão (SP)

Quisto

Segunda Guerra Mundial

Shindô-Renmei

Súdito do Eixo

Prontuário: **8959, Padre Tarciso**

Vulgo: -

Profissão: Padre

Religião: Católica

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 31/01/1944 Final: 04/02/1944

Síntese: Consta do prontuário do Padre Tarciso um radiotelegrama do delegado adjunto da Delegacia de Ordem Política e Social, Arnaldo M. Xavier, de Florianópolis, para o delegado em São Paulo, Luiz Tavares da Cunha, solicitando informações sobre a existência de registro de antecedentes políticos do padre Tarciso. Quatro dias depois, a Delegacia de Florianópolis recebeu resposta negativa.

Palavras-chaves: *Atestado de Antecedentes*
Florianópolis (SC)
Igreja Católica
Padre
Religião

Prontuário: **623, Paschoal Graziano**
Vulgo: -
Profissão: Pintor
Religião: -
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: Salto de Itu
Datas-limite: **Inicial:** 25/03/1935 **Final:** 03/04/1945

Síntese: O pintor Paschoal Graziano foi acusado de realizar, inúmeras vezes, reuniões de comunistas em seu ateliê de trabalho. A polícia averiguou também que sargentos e praças do Exército haviam sido convidados por Graziano, que trabalhava no quartel do 4º Batalhão de Caçadores, para reuniões nas quais eram lidos e distribuídos livros comunistas. Cumprindo ordem de Busca e Apreensão policial, foi efetuado na casa de Graziano o confisco de exemplares do jornal *A Plebe*, além de cartas ditas comprometedoras, anexadas a seu prontuário. Nestas, o investigado defendia o fim da sociedade de classes e da "prepotência clerical-burguesa", evocando a liberdade de pensamento.

Palavras-chaves: *A Plebe (jornal)*
Anticlericalismo
Artista
Comunismo
Exército
Livro

Prontuário: **252, Paulo Paiva de Lacerda**
Vulgo: -
Profissão: Advogado

Religião: -

Nacionalidade: Brasileiro

Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)

Datas-limite: Inicial: 02/08/1930 Final: 25/09/1945

Síntese: Segundo as fontes policiais, o "famoso stalinista" Paulo Paiva de Lacerda, trabalhava no jornal *O Tempo* e era responsável pela divulgação de farto material de propaganda comunista e pela organização de comícios de greve por toda a capital do Estado de São Paulo. Fora preso em Santos pela suposta chefia da organização de uma "Marcha da Fome", quando alegou tratar-se apenas de um homem estudado e que ensinava doutrina marxista aos operários a fim de que tivessem o mínimo de argumentos para lutar contra as injustiças dos patrões. Consta do prontuário um exemplar do jornal comunista *A Classe Operária*, que traz na última página um artigo de autoria dos irmãos Paulo Paiva e Fernando de Lacerda em defesa do pai, Maurício de Lacerda, que teve um embate com Luís Carlos Prestes. Anexado ao prontuário há também um artigo de vinte páginas intitulado "Jesus Cristo Fascista", em que a Igreja Católica é combatida em relação ao clericalismo de seus membros – participação política e social – porque seria aliada do capitalismo e por ser "mundana", não passando o sobrenatural de imaginação e mistificação. O texto faz uma crítica generalizada às religiões que se proclamavam simultaneamente portadoras da revelação divina. O artigo termina com a frase: "Eis ai, Jesus Cristo Fascista, Pregado na cruz gamada. Crucificado na Swastika [sic] – símbolo do fascismo e do imperialismo". O artigo é de autoria do próprio Paulo Paiva de Lacerda.

Palavras-chaves: *A Classe Operária (jornal)*
Anticlericalismo
Antiimperialismo
Comunismo
Federação Operária de São Paulo
Greve
Igreja Católica
Intelectual
Luiz Carlos Prestes
O Tempo (jornal)
Partido Comunista Brasileiro

Santos (SP)

União dos Trabalhadores Gráficos

Prontuário: **3097, Pedro Brandão de Oliveira**

Vulgo: -

Profissão: Médico

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 22/04/1935 Final: 25/11/1935

Síntese: Pedro Brandão, médico em Campos do Jordão, recebeu muitas cartas de "Maria", pseudônimo de Carmem Silvia, professora em Rio Preto (SP), e de José Luís Bicudo. Uma delas, apreendida pela censura, relatava a luta dos remetentes pela derrocada do Integralismo. A polícia colocou Pedro Brandão sob investigação, alegando que, embora tuberculoso renal, em grave estado de saúde e preso a uma cama, poderia estar realizando em sua casa reuniões secretas de subversão. Constam do prontuário cartas do movimento antiintegralista, dois recibos, em nome de Pedro e José Luís Bicudo, da assinatura de 52 números do jornal *A Lanterna*, além de uma carta da direção do jornal, ao que parece, dirigida em resposta a alguma informação sobre Monteiro Lobato, destacando que espíritas e maçons muitas vezes eram contra a luta anticlerical, mas enaltando a causa da luta do jornal. Consta ainda do prontuário a cópia do Hino da Aliança e recortes de jornal sobre o fechamento da Ação Integralista Brasileira.

Palavras-chaves: *A Lanterna (jornal)*

Ação Integralista Brasileira

Aliança Nacional Libertadora

Anticlericalismo

Integralismo

São José do Rio Preto (SP)

Prontuário: **377, Pedro Catallo**

Vulgo: -

Profissão: Sapateiro

Religião: Materialismo

Nacionalidade: Brasileiro

Naturalidade: Descalvado (SP)

Datas-limite: Inicial: 28/01/1933 Final: -/-/1934

Síntese: Pedro Catallo foi apontado como militante da Federação Operária de São Paulo. Em reunião realizada no dia 28 de janeiro de 1933 nessa federação, Pedro Catallo, através de "violenta argüição e querendo aproveitar do diretório composto de gente nova", denunciou a prisão de operários em Sorocaba. Nesse mesmo local, Pedro Catallo foi um dos oradores na inauguração de cursos sociais, da qual participaram outros militantes, como Edgard Leuenroth. O investigador "J. V." comunicou que, na ocasião, foram distribuídos exemplares do livreto *Hinos Libertários* e ensaiados alguns cânticos proletários. Na ocasião, foram ainda distribuídos panfletos da Federação Operária de São Paulo intitulados "Aos trabalhadores e ao povo em geral – arbitrariedades e violências policiais", em que o comitê federal assinava uma nota conclamando os operários à luta "contra essas ignóbeis manhas policiais", quais sejam: o controle dos sindicatos pela polícia e a repressão às idéias "nobres e elevadas" pela Delegacia Social. Em abril de 1933, Catallo discursou na Federação Operária em solidariedade à prisão de Hermínio Marcos. Na ocasião, "falou contra o general Waldomiro, o clero, a polícia, o ministro do trabalho etc.", e disse que tudo quanto acabava de afirmar era para mostrar que não tinha medo, pois sabia que dentro da reunião encontravam-se "lacaios da polícia" para, em relatórios e a troco de miserável ordenado, comunicarem tudo às autoridades policiais. Até 1934, o sapateiro Pedro Catallo participou de outras palestras no Centro de Cultura Social, na Liga Operária da Construção Civil e no Salão das Classes Laboriosas. No último caso, após o canto do Hino da Internacional, houve emabates com a polícia, com tiroteios e realização de prisões. O nome do prontuariado consta também de uma relação de anarquistas dirigentes do Centro de Cultura Social e do Conselho Editorial do jornal libertário *A Plebe*, ao lado de Edgard Leuenroth, Rodolpho Felippe, Amor Salgueiro, Lucas Gabriel, Germinal Leuenroth e Dr. Mario dos Santos.

Palavras-chaves: *A Nação (jornal)*

A Plebe (jornal)

Anarquismo

Centro de Cultura Social

Comitê de Agitação pró-Sacco e Vanzetti

Espanha

Intelectual

Itália

Julio Prestes

Liga Operária da Construção Civil

Panfleto

Salão das Classes Laboriosas

Sindicato da União dos Artífices em Calçados

Prontuário: 67146, Pedro Markovitz

Vulgo: -

Profissão: Operário

Religião: Testemunha de Jeová

Nacionalidade: Iugoslava

Naturalidade: Verbanhan

Datas-limite: Inicial: 26/08/1939 Final: 27/08/1939

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por estarem percorrendo as ruas da cidade, em propaganda religiosa, ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30; sendo José Rufino da Silva e o prontuariado Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Américo Csengori, Miguel Misocski e Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito homens, mais onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*: Arthur de Campos, Ernest Wauschkuhn, Manoel Chico Ramos, Carlos Solyon, Miguel Zawislak, Julia Molnar, Rosa Gasda, Antonio Grenhewski,

Martha Draguite, Estevam Rossiz e Gregorio Domingos Burgarim. Anexa ao prontuário consta a guia de prisão de Américo Csengori.

Palavras-chaves: *Fascismo ou Liberdade (livreto)*
Iugoslavo
Propaganda
Religião
Segunda Guerra Mundial
Testemunhas de Jeová

Prontuário: 7283, **Rosa Gasda**
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: Testemunha de Jeová
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: 27/08/1939 Final: -

Síntese: Em 27 de agosto de 1939, foram detidas oito pessoas por estarem percorrendo as ruas da cidade, em propaganda religiosa, ostentando cartazes com os seguintes dizeres: "Fascismo ou Liberdade". O delegado responsável pelas prisões, Lutgardes Poggi de Figueiredo, comunicou ao 5º delegado auxiliar que as prisões de José Rodrigues de Menezes, Steman Maglovieski e Antonio Ramos Cintas, foram realizadas às 18h30; sendo José Rufino da Silva e Pedro Markovitz presos às 19h05 e os prontuariados Américo Csengori, Miguel Misocski e Julio Demeter detidos 35 minutos depois (19h40), estando todos à disposição do DEOPS. Atendendo às ordens superiores, o delegado Lutgardes Figueiredo ordenou ao carcereiro que libertasse, além dos oito homens, mais onze pessoas identificadas com a marcha em torno de *Fascismo ou Liberdade*: Arthur de Campos, Ernest Wauschkuhn, Manoel Chico Ramos, Carlos Solyon, Miguel Zawislak, Julia Molnar, a prontuariada Rosa Gasda, Antonio Grenhewski, Martha Draguite, Estevam Rossiz e Gregorio Domingos Burgarim. Anexa ao prontuário consta a guia de prisão de Américo Csengori.

Palavras-chaves: *Fascismo ou Liberdade (livreto)*
Propaganda

Religião
Segunda Guerra Mundial
Testemunhas de Jeová

Prontuário: 456, Samuel Hedlund
Vulgo: -
Profissão: -
Religião: Evangélico
Nacionalidade: -
Naturalidade: -
Datas-limite: Inicial: 15/02/1935 Final: 11/03/1935

Síntese: Pastor da Igreja Assembléia de Deus no distrito de Gramadinho, região de Itapetiniga, Samuel Hedlund foi investigado por haver, segundo a polícia, conquistado um grupo de 30 pessoas "todas atrasadas e homens do campo (...), pessoas sem mentalidade alguma (...) com manifestações religiosas de caráter ridículo e ate certo ponto perturbador da ordem". Foi alegado, no meio dos ministros protestantes da religião, que os dogmas deste culto eram novos, portanto desconhecidos das autoridades e passíveis de investigação. Há, anexo, um exemplar do jornal *Mensageiro da Paz*, classificado pela polícia como de propaganda comunista, mas que, na verdade, ataca a situação vivenciada pelo cristianismo na Rússia soviética. O nome do prontuariado aparece no jornal, ao lado de outros pastores da Assembléia de Deus do Brasil, procurados, em São Paulo, pelo DEOPS. Ao que parece, isso ocorreu com os pastores em outros Estados, pelas respectivas seccionais de Ordem Política, sob alegação de convergência de propaganda religiosa e política.

Palavras-chaves: *Assembléia de Deus*
Bolchevismo
Comunismo
Gramadinho (SP)
Itapetininga (SP)
Mensageiro da Paz (jornal)
Pastor

Protestantismo

União Soviética

Prontuário: 58818, Severin Kilgua ou Severin Aloisio Kilgus ou Dom Aluizio

Vulgo: -

Profissão: Padre

Religião: Católica

Nacionalidade: Alemã

Naturalidade: Weingarten-Wurttemberg

Datas-limite: Inicial: 06/09/1942 Final: 19/07/1945

Síntese: Severin Kilgua, na religião católica Dom Aluízio, e Dom Bento J. Pickel foram intimados pelo DEOPS a prestarem declarações sobre fotografias tiradas por eles durante o Congresso Eucarístico realizado em São Paulo em 1942. Pelo fato de ambos serem alemães, já lhes havia sido proibido fotografar qualquer lugar da Praia de Santos, onde residiam, bem como de cidades vizinhas, mesmo antes da declaração brasileira de guerra à Alemanha em 1942. Dom Aluízio afirmou que as fotografias tiradas dos estandes do Congresso Eucarístico serviriam-lhe apenas de lembrança e como mostra para os demais religiosos de Santos e que nunca havia se interessado por política; bem como residia no Brasil havia 32 anos e que aqui pretendia também morrer. Em 6 de setembro de 1942, foram apreendidos em diligência policial vários materiais de fotografias e negativos não revelados.

Palavras-chaves: *Alemão*

Congresso Eucarístico

Fotografia

Igreja Católica

Mosteiro de São Bento

Padre

Religião

Santos (SP)

Segunda Guerra Mundial

Prontuário: **710, Sindicato dos Trabalhadores da Light ou União dos Trabalhadores da Light**

Vulgo: -

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: **Inicial:** 09/03/1931 **Final:** 14/10/1937

Síntese: Em 1931 foram realizadas várias reuniões pela União dos Trabalhadores da Light para tratar da lei de sindicalização dos operários, decretada pelo governo provisório. A maioria dos presentes votou contra a modificação dos estatutos. Um abaixo-assinado endereçado ao Ministro do Trabalho Lindolpho Collor registrou os pontos de desavença. Com a filiação do Sindicato à Federação Operária de São Paulo em 1933, iniciou-se uma intensa campanha entre os trabalhadores filiados ao sindicato pelo seu desmembramento. Boletins foram distribuídos com esse objetivo, até que o intuito dos operários realizou-se. A polícia acompanhou tudo, salientando em uma lista os nomes "do pessoal perigoso da Light", dividido entre "comunistas militantes com experiência de luta", "simpatizantes sem experiência" e "simples simpatizantes". Parte do prontuário é dedicada à investigação realizada sobre um pacote suspeito encontrado junto a um muro no transformador da *Light and Power*, contendo explosivos. Há também a remissão ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos de São Paulo, acusado de professar ideologia "incompatível aos interesses da nação". Por fim, encontra-se anexada ao prontuário uma série de jornais operários, dentre os quais destacamos o periódico anarquista *O Trabalhador*, que traz um artigo intitulado "A Clericanalha, a Burguesia e o Estado Fascista estão aliados para impedir a saída de *O Trabalhador*".

Palavras-chaves: *Boletim*

Comunismo

Federação Operária de São Paulo

Operariado

Propaganda

Sabotagem

Sindicalismo

Prontuário: 43707, Sociedade Torre de Vigia

Vulgo: Testemunhas de Jeová

Profissão: -

Religião: -

Nacionalidade: -

Naturalidade: -

Datas-limite: Inicial: 04/03/1940 Final: 07/02/1975

Síntese: A Sociedade Torre de Vigia, nome legal da denominação religiosa Testemunhas de Jeová, teve seu prontuário aberto depois da realização de uma marcha informativa em São Paulo em 1939, quando foram distribuídos exemplares da publicação *Fascismo ou Liberdade*, editado por sua sede nos Estados Unidos da América. Um exemplar do livreto encontra-se anexado ao prontuário. A partir daí, há uma série de documentos envolvendo os pedidos que a sociedade enviava à Delegacia de Ordem Social, em nome de seu representante no Brasil – o missionário norte-americano Nathaniel Alston Yuille – sendo estes todos indeferidos, dada a atuação política da sociedade, como demonstrado pelos acontecimentos de 1939. Em 1943, a polícia, depois de intensa investigação, percebeu tratar-se o grupo religioso das Testemunhas de Jeová pacífico, sendo *Fascismo ou Liberdade* uma pregação religiosa que atentava contra "instituições estabelecidas", como a Igreja Católica. Nesse ano saiu o registro da sociedade caçado nas décadas de 50 e 60 sob a justificativa de que, em seus estatutos, as Testemunhas de Jeová propagavam princípios de um governo universal e a não participação em cultos aos símbolos nacionais, como juramentos à bandeira, hino nacional e prestação de serviço militar. Nesse sentido, há vários documentos relacionados à década de 70 para o Grupo Escolar Vila Indaiá, em Rio Claro (SP), quando pais responsáveis por alunos daquele estabelecimento endereçaram cartas a seu diretor, pedindo que seus filhos não participassem dos festejos cívicos da Semana da Pátria. Há ainda um outro tipo de vigilância presente nesse extenso prontuário desde 1940: trata-se da vigilância a qualquer reunião em locais públicos de Testemunhas de Jeová, como no Ginásio ou no Estádio do Pacaembu. No último, em 1974, realizou-se a assembléia Propósito

Divino, evento acompanhado e fotografado pelo reservado José Almeida Guerra, destacado pelo então DOPS para investigar a suspeita de conteúdo subversivo nas falas de seguidores das Testemunhas de Jeová.

Palavras-chaves: *Anticlericalismo*
Ditadura Militar
Estádio do Pacaembu
Fascismo ou Liberdade (livreto)
Grupo Escolar Vila Indaiá
Liberdade de Consciência
Liberdade Religiosa
Livre Arbítrio
Ministério da Educação
Nacionalismo
Propaganda
Propósito Divino (assembléia)
Religião
Rio Claro (SP)
Segunda Guerra Mundial
Serviço Militar Obrigatório
Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados
Testemunhas de Jeová
Vigilância
Watch Tower Bible and Tract Society

Prontuário: 3619, Virgilio Pessagno
Vulgo: -
Profissão: Mecânico
Religião: -
Nacionalidade: Brasileiro
Naturalidade: Campinas

Datas-limite: **Inicial:** 17/12/1935 **Final:** 16/04/1937

Síntese: Irmão do presidente da Liga Anticlerical de Campinas (Attilio Pessagno), Virgilio Pessagno foi secretário e tesoureiro da referida Liga. Por ocasião de sua prisão – em razão de seu comportamento extremista e por sua participação em movimentos grevistas naquela cidade – foram encontradas em sua residência vasta literatura e documentação classificada pela polícia como comunista. Preso, Virgilio declarou ser anarquista e anticlericalista. Na relação do material constante do Auto de Busca e Apreensão, estão presentes obras como *Reino de Deus é a Felicidade do Povo*, escrito pelo líder mundial das Testemunhas de Jeová J. F. Rutherford; *Roma, a Igreja e o Anticristo*, de Ernesto Lui D'Oliveira; *Da religião à anarquia*; de Manoel J. da Silveira e *Jesus Cristo era Anarquista?*, de Evirardo Dias. Apurou-se ainda, a participação dos irmãos Pessagno no levante comunista de 1935.

Palavras-chaves: *Anarquismo*
Anticlericalismo
Campinas (SP)
Comunismo
Igreja Católica
Intelectual
Liga Anticlerical
Livro

ICONOGRAFIA[1]

PRONTUÁRIO	TIPOLOGIA	DATA	DESCRIÇÃO DA IMAGEM
1553 – A Lanterna	D	20/07/1933	Charge em que padre com indumentária negra e feições animalescas tenta seduzir uma mulher trajando vestido esvoaçante. O religioso está a um passo de segurar sua cintura. Legenda: "É excusado tentar escapar pois será minha como a velha o foi."
1553 – A Lanterna	D	20/07/1933	Charge de um barco onde estão postos padres e freiras com seus respectivos bebês rumando ao Rio de Janeiro apresentado simbolicamente como um Paraíso.
3840 – Aliança Nacional Libertadora (vol. 3)	RF	08/07/1935	Foto-retrato do Cardeal Dom Leme, reproduzida no jornal *A Manhã* do Rio de Janeiro.
3840 – Aliança Nacional Libertadora (vol. 12)	D		Charge em que um representante do povo é oprimido pelos impostos, representado sob a forma de uma cruz. Um burguês imperialista, sentado sobre a cruz, carrega um canhão e um saco de dinheiro. Ao fundo surge o Estado de Sítio que, sob a forma de assombração, atormenta o trabalhador.
1020 – Ângelo Las Heras	F	04/08/1936	Identificação policial – frente.
1020 – Ângelo Las Heras	F	04/08/1936	Identificação policial – frente.
1020 – Ângelo Las Heras	F	04/08/1936	Identificação policial – frente.
1020 – Ângelo Las Heras	F	04/08/1936	Identificação policial – frente.
1020 – Ângelo Las Heras	F	04/08/1936	Identificação policial – frente.
1020 – Ângelo Las Heras	F	04/08/1936	Identificação policial – frente.
2764 – Ângelo Venâncio	D	29/09/1934	Charge em que Hitler e Mussolini, com os dísticos da suástica e do fascio, se fazem acompanhados de um cachorro (representante da polícia). Elementos da burguesia e do clero tentam atacar o povo que se defende com seus instrumentos de trabalho: pás, foices, picaretas e tridentes.
113933 – Arturo Manilia	F	20/12/54	Fotografia 3x4 do padre Arturo Manilia, com batina.
113933 – Arturo Manilia	F	20/12/54	Fotografia 3x4 do padre Arturo Manilia, com batina.

[1] Os registros iconográficos relativos às charges encontradas anexadas aos prontuários tiveram seus resumos gentilmente cedidos pela pesquisadora Luciana Pokorny Magalhães de Castro. Cf. *A subversão ilustrada: a iconografia caricatural confiscada pelo DEOPS/SP e a repressão na era Vargas (1933-1937)*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, 2007. FFLCH/USP.

1262 – Benedito Romano (vol. 1)	D	04/05/1935	Charge em que Jesus Cristo, com um manto e uma coroa de espinhos dirige-se ao Vaticano onde é observado com desconfiança pelos clérigos e pela guarda do Vaticano, enquanto está sendo rezada uma missa. Legenda: "Jesus no Vaticano – eu sou Jesus Cristo... Fora, Fora! Aqui ninguém te conhece!"
1262 – Benedito Romano (vol. 1)	D	04/05/1935	Charge em que um padre com feições animalescas é questionado pelo sacristão que, segurando um turíbulo nas mãos, quer saber por que a missa em intenção do falecido, que se encontra em um caixão ao fundo, foi tão breve. O padre respondeu que aquela era uma missa de apenas 5.000 réis, daí a duração.
1262 – Benedito Romano (vol. 1)	D	02/1933	Charge em que personagens representantes do Estado, Exército e Clero, com feições assustadas, correm em fuga. O burocrata aparece trajando fraque e cartola, ao passo que o representante do exército veste uniforme de gala e traz junto ao corpo uma espada. O padre encontra-se paramentado com seu hábito, enquanto que seu chapéu lhe caiu da cabeça.
1262 – Benedito Romano (vol. 1)	D	1940	Indivíduo de porte volumoso, sem uma feição definida, rompe com as grades que o aprisiona, enquanto são derrubadas instituições como a Igreja e a Coroa.
3742 – Carlos Teixeira	F		Identificação policial – frente e perfil.
3742 – Carlos Teixeira	F		Identificação policial – frente e perfil.
7725 – César Dacôrso Filho	F	1942	Templo de cultos metodistas com as janelas quebradas por ataques com pedras, em Cunha (SP).
7725 – César Dacôrso Filho	F	1942	Templo de cultos metodistas com as janelas quebradas, por ataques com pedras, em Cunha (SP).
7725 – César Dacôrso Filho	RF	1942	Classe "Lírio dos Vales", vencedora do concurso promovido pela Escola Dominical de Pindamonhangaba entre esta classe e "Soldados de Jesus". Em *Expositor Cristão* de 8 de outubro..
7725 – César Dacôrso Filho	RF	1942	Classe "Moisés" que conseguiu triunfar sobre a classe "Débora" da mesma escola de Pindamonhangaba. Em *Expositor Cristão* de 8 de outubro.
39202 – Clement Dettman	F	Anos 40	Fotografia do padre Clement Dettman colada ao seu salvo-conduto.
829 – Comitê Pró-Liberdade de Consciência	RF	1931	Retrato do Reverendo Guaracy Silveira ilustra a manchete "O Ensino Religioso nas Escolas Públicas continua a provocar veementes protestos". *Correio da Tarde* de 31 de agosto.
829 – Comitê Pró-Liberdade de Consciência	RF	1931	Diogo Gimenez, Francisco Neves, Martine Garcia, Ângelo Las Heras e José Nunes em *A Platéa,* de 8 de junho sob a manchete "A polícia proibiu um comício pró-liberdade de consciência".

4295 – Constantino Milano Netto (vol. 1)	D	17/08/1933	Charge em que um padre sorridente faz pose apoiando-se sobre uma cruz e um carneiro, no corpo do qual está escrito "povo". Abaixo se vêem ossos e crânios humanos com um machado sobre si, em cujo cabo se lê "Inquisição". Legenda: "Projeto de monumento a ser eregido como symbolo do domínio da Igreja no Brasil".
4295 – Constantino Milano Netto (vol. 1)	D	17/08/1933	Título: "Os grandes crimes da Igreja". Cena de um confronto onde se vêem corpos ao chão. Ao fundo há uma cidade incendiada e destruída. Legenda: "A matança na noite de S. Bartolomeu, de 23 para 24 de Agosto de 1572. Milhares de protestantes foram massacrados pelos católicos."
122 – Edgard Leuenroth (vol. 1)	F	22/03/1936	Identificação de Edgard Leuenroth – frente e perfil. Laboratório da Polícia Técnica.
122 – Edgard Leuenroth (vol. 1)	F	Anos 30	Produzida por *Edicions del comissariat de propaganda de la generalitat de Catalunya*, a foto mostra alguns clérigos apontando armas próximos a um canhão com a legenda: *"certe photographie, prise probablement pedant la preparation du putsch fasciste, a eté trouveé, entre outres documents accusatuuis loids al une perquisition a Madrid, au palais du comte vallellano financier, conjuré des rebeles"*.
625 – Francisco Cianci	F	04/05/1937	Identificação policial – frente e perfil.
625 – Francisco Cianci	F	04/05/1937	Identificação policial – frente e perfil.
625 – Francisco Cianci	F	04/05/1937	Identificação policial – frente e perfil.
625 – Francisco Cianci	F	04/05/1937	Identificação policial – frente e perfil.
625 – Francisco Cianci	F	04/05/1937	Identificação policial – frente e perfil com chapéu.
625 – Francisco Cianci	F	04/05/1937	Identificação policial – frente e perfil com chapéu.
625 – Francisco Cianci	F	04/05/1937	Identificação policial – frente e perfil com chapéu.
625 – Francisco Cianci	F	04/05/1937	Identificação policial – frente e perfil com chapéu.
4045 – Gusmão Soller ou Gil Soller	F	04/08/1936	Identificação policial – frente. Arquivo fotográfico da Delegacia de Ordem Política.
4045 – Gusmão Soller ou Gil Soller	F	04/08/1936	Identificação policial – frente. Arquivo fotográfico da Delegacia de Ordem Política.
4045 – Gusmão Soller ou Gil Soller	F	04/08/1936	Identificação policial – frente. Arquivo fotográfico da Delegacia de Ordem Política.
4045 – Gusmão Soller ou Gil Soller	F	04/08/1936	Identificação policial – frente. Arquivo fotográfico da Delegacia de Ordem Política.
4155 – José Augusto da Silva Almeida	F		Identificação policial – frente e perfil.
4155 – José Augusto da Silva Almeida	F		Identificação policial – frente e perfil.

2096 – Mary Houston Pedrosa	F	S/D	Identificação policial – frente e perfil.
263 – José Carlos Boscolo	F	04/05/1925	Identificação policial – frente e perfil.
263 – José Carlos Boscolo	F	22/03/1936	Identificação policial – frente e perfil.
263 – José Carlos Boscolo	F	22/03/1936	Identificação policial – frente e perfil.
263 – José Carlos Boscolo	F	22/03/1936	Identificação policial – frente e perfil.
263 – José Carlos Boscolo	F	22/03/1936	Identificação policial – frente e perfil.
263 – José Carlos Boscolo	F	22/03/1936	Identificação policial – frente e perfil.
263 – José Carlos Boscolo	F	22/03/1936	Identificação policial – frente e perfil.
263 – José Carlos Boscolo	F		Retrato de José Carlos Boscolo.
860 – José Oiticica	RF	05/01/1935	Reprodução fotográfica de José Oiticica, publicada no jornal *Diário da Noite*. Legenda: "Prof. José Oiticica, fotografado em sua mesa de trabalho".
61930 – Nicolau Miranda	F		Foto de identificação 3x4 do padre, vestido com batina.
61930 – Nicolau Miranda	F		Foto de identificação 3x4 do padre, vestido com batina.
456 – Samuel Hedlund	RF	1935	Professores da Escola Dominical da Assembléia de Deus em Recife. Jornal *Mensageiro da Paz – órgão das Assembléas de Deus no Brasil.*
43707 – Sociedade Torre de Vigia	F	1974	Assembléia Propósito Divino, realizada no Estádio do Pacaembu. Abaixo está escrito: "foto nº. 2 (dois) Quando estava começando a Assembléia. Obs: Conforme se ver nesta foto, não haveria possibilidade de nenhuma pessoa aproximar do local".
43707 – Sociedade Torre de Vigia	F	1974	Assembléia "Propósito Divino", realizada no Estádio do Pacaembu. Abaixo está anotado: "Foto nº. 3 (três) Foto tirada quando eu tinha varado a segurança deles. Obs: O estádio estava superlotado". Fotografia produzida pela polícia.
43707 – Sociedade Torre de Vigia	F	1974	Assembléia "Propósito Divino", realizada no Estádio do Pacaembu. Há duas setas que apontam para áreas da foto. Abaixo está anotado: "Foto nº. 4 (quatro) Cada árvore que se ver, estava localizado um elemento da Assembléia. Obs: foto tirada ao longe, objetivo mostrar que não haveria possibilidade de efetuar levantamento; altura do palanque mais ou menos de 4 a 5 metros". Fotografia produzida pela polícia.
43707 – Sociedade Torre de Vigia	F	1974	Assembléia Propósito Divino, realizada no Estádio do Pacaembu. Abaixo está anotado: "foto nº. 5 (cinco) Obs: o estádio estava super lotado". Fotografia produzida pela polícia.
43707 – Sociedade Torre de Vigia	D	1939	Capa do livreto *Fascismo ou Liberdade*, em que aparece um indivíduo portando nas mãos uma Bíblia e uma mala com os escritos "Mensagem do Reino". Ao lado, vê-se um homem acorrentado aos símbolos do fascismo, nazismo e do comunismo. Sobre sua cabeça, aparecem seus algozes: Stálin, Mussolini, Hitler e papa Pio XII.

LEGENDA

D = Desenho F = Fotografia RF = Reprodução Fotográfica

BIBLIOGRAFIA

Obras gerais e específicas

ACADEMIA UNIVERSAL DAS CULTURAS. *A Intolerância.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária.* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALVES, Rubem. *Protestantismo e Repressão.* São Paulo: Ática, 1982.

AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Leme de; SWENSSON JR., Walter Cruz (Org.). *No Coração das Trevas. O DEOPS/SP visto por dentro* Col. Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista*: Uma questão de identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.

AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em tensão e crise.* São Paulo: Ática, 1978.

——. *A Religião Civil Brasileira. Um Instrumento* Político. Petrópolis: Vozes, 1981.

BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. *Idéias em Confronto.* Curitiba: Grafipar, 1981. Col. Estudos Paranaenses.

BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição.* São Paulo: Loyola, 1974.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Católicos, Protestantes, Espíritas.* Petrópolis: Vozes, 1973.

CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência. A Polícia da era Vargas.* Brasília: EDUNB, 1993.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas*: Fantasmas de uma Geração (1930-1945). 3. ed. Prefácio de Antônio Cândido. São Paulo: Perspectiva, 2002.

——. *Livros Proibidos, Idéias Malditas*: o DEOPS e as Minorias Silenciadas. 2. ed. ampliada. São Paulo: Ateliê Editorial/PROIN/FAPESP, 2002.

CORNWELL, John. *O Papa de Hitler – A história secreta de Pio XII.* Trad. A. B. Pinheiros de Lemos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

DREHER, Martin. *Igreja e Germanidade.* Porto Alegre: Sinodal, 1984.

DUFFY, Eamon. *Santos & Pecadores – História dos Papas.* Trad. Luiz Antônio Araújo. 2ª ed. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

FARIAS, Damião Duque de. *Em defesa da Ordem. Aspectos da Práxis Conservadora Católica no Meio Operário em São Paulo (1930-1945).* São Paulo: Editora HUCITEC, História Social, USP, 1998.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* 8ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

LEITE, Miriam L. Moreira. *Outra Face do Feminismo*: Maria Lacreda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. *Entre a Cruz e a Encruzilhada.* Formação do campo umbandista em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 1996.

RODRIGUES, Edgar. *Os Anarquistas. Trabalhadores Italianos no Brasil.* São Paulo: Global, 1984.

———. Os Libertários. *Idéias e experiências anárquicas.* Petrópolis: Vozes, 1988.

SACHS, Viola *et al. Brasil e Estados Unidos. Religião e Identidade Nacional.* Rio de Janeiro: Graal, 1988.

SCAMPINI, José. *A Liberdade Religiosa nas Constituições Brasileiras*: Estudo Filosófico Jurídico Comparado. Petrópolis: Vozes, 1978.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra. Bispos e Militares, Tortura e Justiça social na Ditadura.* Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

TARDINI, D. *Pio XII.* Cidade do Vaticano: [s.n.], 1959.

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ. *Proclamadores do Reino de Deus.* Cesário Lange: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados (Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania), 1993.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o espírito do Capitalismo.* São Paulo: Pioneira, 1967.

Artigos

AZEVEDO, Cecília. A santificação pelas obras: experiências do protestantismo nos EUA, Revista *Tempo,* Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, nº 11, p. 111-129, 2001.

BARROS, Roque Spencer M. de. A Questão Religiosa. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo: Difel, 1985, t. II, v. 4, p. 338-65.

BEOZZO, José Oscar. Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo: Difel, 1984, t. III, v. 4, p. 271-341.

CASTRO, Eduardo Góes de. A Torre sob Vigia: as Testemunhas de Jeová nos arquivos do DEOPS/SP, *Revista Histórica*, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, n. 9, p. 17-23, dezembro/janeiro/fevereiro de 2002/2003.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996. p. 331-366.

KESSEL, Joseph. Testemunhas de Jeová. In: *Dr. Kersten. O Médico de Himmler*. São Paulo: Flamboyant, 1966. p. 148-156.

MOURA, Sérgio Lobo & ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. "A Igreja na Primeira República" In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. t. III, v. 2, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

RODRIGUES, Ana Maria Moog. "Introdução". In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *A Igreja na República*. Brasília: Câmara dos Deputados/Editora da Universidade de Brasília, 1981 (Col. Biblioteca do Pensamento Republicano). p. 3-16.

VERUCCI, Guido. "Anticlericalismo". In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. trad. Carmem C. Varriale *et al.* Brasília: Editora da UNB, 1993.

Teses e dissertações

ALMEIDA, Elizete de. *Cidadãos de outra pátria*: Anglicanos e Batistas na Bahia. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado em História Social – Departamento de História/FFLCH/USP.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e Invenção no Paraná*: geração simbolista e a construção da identidade regional. São Paulo, 2001.Tese de Doutorado em História Social Departamento de História/FFLCH/USP.

FERNANDES, Marisa. *Sob os focos d'A Lanterna*. A mulher na imprensa anticlerical de 1909 a 1916. São Paulo, 1997.Dissertação de Mestrado em História Social. Departamento de História/FFLCH/USP.

KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth*: uma voz libertária. Imprensa, Memória e Militância Anarco-Sindicalistas. São Paulo, 1988. Tese de Doutorado em Sociologia Departamento de Ciências Sociais/FFLCH/USP, 1988.

OLIVEIRA, José Eduardo Montechi Valadares. *O anticlericalismo na República Velha*: a ação dos anarquistas. São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado em História Social Departamento de História/FFLCH/USP.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

L

M

N

O

Q

R

S

T

U

V

W

Sobre o autor

Bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo, é pesquisador do PROIN (Projeto Integrado Arquivo Público do Estado de São Paulo/USP) no módulo IX – Religião. Mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma universidade, desenvolveu projeto de pesquisa sobre a atuação das Testemunhas de Jeová em São Paulo que, entre os anos de 1930 e 1954, cresceu em número de adeptos, mas enfrentou resistências por parte da sociedade, da Igreja Católica e do Estado brasileiro. "Destaque" do XIV Simpósio de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002), foi premiado, em 2005, com a "Menção Honrosa" do 11º Simpósio de Iniciação Científica da USP. É professor da rede particular de ensino de São Paulo.

Série Inventário DEOPS

1. Alemanha
Ana M. Dietrich, Eliane B. Alves e Priscila Perazzo

2. Os Subversivos das Arcadas
Viviane Terezinha dos Santos

3. Shindô-Renmei. Terrorismo e Repressão
Rogério Dezem

4. República Espanhola: Um Modelo a ser Evitado
Ismara Izepe Souza

5. Os Seguidores do Duce: Italianos Fascistas no Estado de São Paulo
Viviane Terezinha dos Santos

6. O Porto Vermelho: a Maré Revolucionária (1930-1951)
Rodrigo Rodrigues Tavares

7. Bolchevismo & Judaísmo. A comunidade Judaica sob o Olhar do DEOPS
Taciana Wiazovski

8. Cultura Amordaçada. Intelectuais e Músicos sob a Vigilância do DEOPS
Álvaro Andreucci e Valéria de Oliveira

9. O Perigo Amarelo em Tempos de Guerra
Márcia Yumi Takeuchi

10. O Despertar do Campo. Lutas Camponesas no Interior do Estado de São Paulo
Emiliana Andréo da Silva

11. Na Boca do Sertão. O Perigo Político no Interior do Estado de São Paulo
Beatriz Brusatin

12. Combates pela Liberdade. O Movimento Anarquista sob a Vigilância do DEOPS
Lúcia Silva Parra

13. O Germe da Revolução. A Comunidade Lituana sob Vigilância do DEOPS (1924-1950)
Erick Reis Godliauskas Zen

14. Os "Quebra-santos". Anticlericalismo e repressão pelo DEOPS/SP
Eduardo Góes de Castro